

mosaico

ISSN: 2176-8943

Vol. 8 | n.º. 12 | 2017

12

Revista Discente
Programa de Pós-Graduação em História,
Política e Bens Culturais (PPHPBC)
CPDOC | FGV



Mosaico é a revista discente do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais (PPHPBC) da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV/CPDOC) que tem como objetivo divulgar artigos e outras produções voltadas para as áreas de Ciências Humanas e Sociais.

Editora-chefe

Isabelle Pires

Conselho editorial

Ana Carolina Borges, Ana Paula Teixeira, Fernanda Moreira, Helen Nunes, Heliene Nagasava, Igor Estevam Santos de Oliveira, Isabella Menezes, Isabelle Pires, Julia Chequer, Juliana Gazzinelli, Marcos Thimoteo Dominguez, Maria Lúcia Bezerra da Silva Alexandre, Pedro Henrique Alves e Philippe Chaves Guedon.

Professora Conselheira

Luciana Heymann

Conselho consultivo

Alexandre Fortes (UFRRJ, Nova Iguaçu, Brasil), Alexandre Moreli (CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, Brasil), Ana Maria Colling (UFGD, Dourados, Brasil), Angela de Castro Gomes (UFF e CPDOC/FGV, Niterói e Rio de Janeiro, Brasil), Bernardo Borges Buarque de Hollanda (CPDOC/FGV, São Paulo, Brasil), Celso Castro (CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, Brasil), Dulce Pandolfi (CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, Brasil), Gisele Venâncio (UFF, Niterói, Brasil), João Marcelo Maia (CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, Brasil), Julia Galli O'Donnell (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil), Juniele Rabêlo (UFF, Niterói, Brasil), Luciana Quillet Heymann (CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, Brasil), Marco Aurélio Vannucchi Leme de Mattos (CPDOC/FGV, Ri de Janeiro, Brasil), Maria Celina D'Araújo (PUC-Rio, Rio de Janeiro, Brasil), Marize Bastos Cunha (ENSP/Fiocruz, Rio de Janeiro, Brasil), Martha Campos Abreu (UFF, Niterói, Brasil), Martin Christoph Curi Sporl (UFF, Niterói, Brasil), Miriam Hermeto (UFMG, Belo Horizonte, Brasil), Monica Almeida Kornis (CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, Brasil), Pablo Antonio Iglesias Magalhães (UFOB, Barreiras, Brasil), Paulo Fontes (CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, Brasil), Roberto José Bozzetti Navarro (UFRRJ, Seropédica, Brasil), Rosana da Câmara Teixeira (UFF, Niterói, Brasil), Verena Alberti (CPDOC/FGV e UERJ, Rio de Janeiro, Brasil), Victor Andrade de Melo (EEDF e UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil), Viktor Chagas (UFF, Niterói, Brasil) e Ynaê Lopes dos Santos (CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, Brasil).

Pareceristas desta edição

Adriana Lopes (UFRRJ, Nova Iguaçu, Brasil), Agenor Sarraf Pacheco (UFPA, Guamá, Brasil), Alexandre Almeida Marcussi (UFMG, Belo Horizonte, Brasil), Alexandre Marcelo Bueno (UniFran, Franca, Brasil), Ana Lúcia Gomes (UnB, Brasília, Brasil), Ana Maria Dalla Zen (UFRGS, Porto Alegre, Brasil), Angela de Castro Gomes (UFF e CPDOC/FGV, Niterói e Rio de Janeiro, Brasil), Antonio Lindvaldo Sousa (UFS, São Cristóvão, Brasil), Caryl Lopes (UFMS, Santa Maria, Brasil), Catia Grisa (UFRGS, Porto Alegre, Brasil), Daniel Sevillano (UNICAMP, Campinas, Brasil), Diego Lemos Ribeiro (UFPel, Pelotas, Brasil), Dulce Pandolfi (CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, Brasil), Fernanda Pires Rubião (SEEDUC, Rio de Janeiro, Brasil), Gabriel de Sena Jardim (UERJ, Teresópolis, Brasil), Hebe Mattos (UFF, Niterói, Brasil), Helen Nunes (CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, Brasil), Heloisa Helena Gonçalves da Costa (UFBA, Salvador, Brasil), Irene Maria de Montezuma de Carvalho Mendes Vaquinhas (Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal), Javier Alejandro Lifschitz (UNIRIO, Rio de Janeiro, Brasil), Jezulino Lúcio Mendes Braga (UFMG, Belo Horizonte, Brasil), Lorena Sancho Querol (Universidade de Coimbra, Coimbra, Brasil), Louise Prado Alfonso (UFPel, Pelotas, Brasil), Luciana Heymann (CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, Brasil), Luciana Pessanha Fagundes (Fundação Casa Rui Barbosa, Rio de Janeiro, Brasil), Luísa Gertrudis Durán Rocca (UFRGS, Porto Alegre, Brasil), Maciel Cover (UFT, Tocantinópolis, Brasil), Marcelo Ribeiro (UFMS, Santa Maria, Brasil), Marcia Chuva (UNIRIO, Rio de Janeiro, Brasil), Marcos Dominguez (CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, Brasil), Marcos Olender (UFJF, Juiz de Fora, Brasil), Maria Amália Silva Alves de Oliveira (UNIRIO, Rio de Janeiro, Brasil), Maria Angélica Zubarán (ULBRA, Canoas, Brasil), Maria Cristina Dadalto (UFES, Vitória, Brasil), Maria Cristina Monteiro de Carvalho (PUC, Rio de Janeiro, Brasil), Maria Paula Guerra Tavares (Universidade do Porto, Porto, Brasil), Marine Lila Corde (UFV, Viçosa, Brasil), Martha Abreu (UFF, Niterói, Brasil), Martin Christoph Curi Sporl (UFF, Niterói, Brasil), Paulo Cesar Garcez Marins (USP, São Paulo, Brasil), Ronaldo Helal (UERJ, Rio de Janeiro, Brasil), Sandra Maria Lúcia Pereira Gonçalves (UFRGS, Porto Alegre, Brasil), Sérgio Luiz Pereira da Silva (USP, São Paulo, Brasil), Silvia Zanirato (USP, São Paulo, Brasil), Sonia Maria Figueira Mano (Fiocruz, Rio de Janeiro, Brasil), Vera Lucia Doyle Louzada de Mattos Dodebei (UNIRIO, Rio de Janeiro, Brasil).

Agradecimentos

Heliene Nagasava

Sumário

Apresentação	05
Dossiê Patrimônio e Museu	
Patrimônio histórico cultural: preservar ou transformar? Uma questão conflituosa Erivania Azevedo Lopis	09
Um balanço das formas de proteção institucionalizadas do patrimônio cultural no Brasil e o caso da cidade de Ouro Preto, MG Leila Medina Leite Féres	24
Você tem fome de quê? Uma reflexão sobre patrimônio, legitimidade e novas perspectivas analíticas Luciana Christina Cruz Souza	44
Os ecos heroicos de Rodrigo na revista <i>Pai d'égua</i> : o patrimônio cultural na Amazônia Andre Luis Andrade	61
Memória, patrimônio e reparação: Políticas culturais no Brasil e o reconhecimento da história da escravidão Andrea Siqueira D'Alessandri Forti	80
O que é o Preserve/fe? E como se constituiu o Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio Grande do Sul na década de 1980? Cinara Isolde Koch Lewinski	103
A comunicação museológica e as pedagogias culturais: por um museu educativo em movimento Adriano Barreto Vieira	123
O museu como lugar de memória: o conceito em uma perspectiva histórica Guilherme Lopes Vieira	139
A museologia social na prática comunitária: o caso da casa da memória viva de Ceilândia, DF Vinicius Carvalho Pereira	163
A decoração interna do palácio Nova Friburgo: reapropriações do passado monárquico na nova casa da República Isabella do Amaral Mendes	181

Artigos

Genealogia da derrota: A reedição do livro *O negro no futebol brasileiro* e a construção do significado da Copa do Mundo de 1950 para o Brasil 202
Bernardo Borges Buarque de Hollanda

A historiografia da Guerra de 1932 e a sua amplitude 226
Felipe Castanho Ribeiro

Notas de Pesquisa

A (In)visibilidade do patrimônio histórico e cultural: um estudo sobre o patrimônio do município de Rio Grande 248
Rafael Branco da Silveira
Vivian da Silva Paulitsch

Resenha

A Arena política na Bahia na época da Ditadura 259
Manoel Reinaldo Silva Rego

Apresentação

A discussão sobre patrimônio está em constante expansão. Nos últimos anos tem ocupado lugar central nos campos da cultura, da memória, e até do turismo, além de mobilizar intensos debates relativos às políticas públicas. Para Leonardo Castriota, é um campo que, nos últimos anos, tem dialogado com diferentes disciplinas para o entrelaçamento de suas perspectivas e ampliação do conceito.¹ Esta ampliação nos permite, então, falar em diferentes categorias: além das tradicionais “patrimônio cultural”, “histórico” e “arquitetônico”, as mais recentes “imaterial”, “natural” e até mesmo “digital”, para citar algumas.

O patrimônio cultural, tradicionalmente associado à ideia de identidade, passou a ser agenciado pelos próprios grupos sociais, o que constitui uma novidade dos últimos tempos. Desta forma, podemos ver esta categoria exercendo uma mediação entre dois aspectos da cultura: o primeiro como expressão do grupo social e, portanto, como capital herdado por essa coletividade; e o segundo, como resultado de um permanente esforço de reconstrução, em que os sujeitos coletivos decidem o que os representa e deve ser preservado ou salvaguardado.

O patrimônio arquitetônico passou a abranger conjuntos arquitetônicos inteiros e, também, uma perspectiva diferente, que engloba, o entorno em que se encontram os monumentos. Já o patrimônio natural, conceito mais recente, inclui as paisagens e o meio ambiente, apenas para dar alguns exemplos.

Tais mudanças impactaram a metodologia de identificação, registro e preservação do patrimônio e a própria natureza das políticas públicas deste campo. Os profissionais envolvidos com esses processos também se ampliaram, bem como os fóruns em que tais processos e políticas são debatidos.

O campo dos museus, por sua vez, sofreu alterações importantes nas últimas décadas, sendo também capturado pelo discurso das identidades e do reconhecimento. Com isso, valorizou-se muito sua função social, tanto do ponto de vista político como pedagógico. Segundo o historiador Claudio Umpierre Carlan², o museu não é apenas um espaço para expor e guardar objetos, mas sim um lugar que insere o patrimônio como fonte histórica para pesquisas em diversas áreas do conhecimento.

¹ CASTRIOTA, Leonardo. *Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS 2009.

² CARLAN, Claudio. Os museus e o patrimônio histórico: uma relação complexa. *História*, vol.27 nº.2 Franca, 2008.

É frente a esse quadro que o presente dossiê da Mosaico buscou explorar o conceito de patrimônio, seus diferentes instrumentos e os agentes responsáveis pela preservação e elaboração de políticas públicas de proteção. Além disso, propôs tratar das amplas funções e definições dos museus e de sua relação com o patrimônio, por meio de pesquisas de natureza histórica e de estudos de caso.

No artigo “Patrimônio histórico cultural: preservar ou transformar? Uma questão conflituosa”, Erivania Azevedo Lopis discute como o conceito de patrimônio tem sido discutido em diferentes esferas sociais e pelos órgãos de preservação. A autora relaciona esta discussão à urgência na salvaguarda de determinados elementos patrimoniais, devido à recorrente destruição de monumentos/documentos para atender às “necessidades” da modernidade. O artigo faz uma análise da relação conflituosa entre o preservar e o transformar, com foco nos debates no campo do urbanismo.

Em “Um balanço das formas de proteção institucionalizadas do patrimônio cultural no Brasil e o caso da cidade de Ouro Preto, MG”, Leila Medina Leite Féres discute os instrumentos que conferem salvaguarda ao patrimônio material, natural e imaterial no Brasil. A autora analisa alguns mecanismos de proteção previstos em lei, buscando compreender seu funcionamento nas políticas públicas, assim como suas aplicabilidades na cidade de Ouro Preto, e o recente envolvimento da população nas tomadas de decisões envolvendo o patrimônio cultural.

Luciana Christina Cruz Souza aborda as escolhas e os juízos que envolvem a seleção e a preservação de bens culturais no artigo “Você tem fome de quê? Uma reflexão sobre patrimônio, legitimidade e novas perspectivas analíticas”. Em formato de ensaio de natureza teórica, o artigo analisa a importância atribuída à figura do técnico-especialista no trato com o patrimônio, seja na esfera do Estado ou do museu, enquanto agente que parece reunir a capacidade/legitimidade de nomear e tratar o patrimônio. Luciana Souza reflete sobre as relações de colonialidade que parecem atravessar as dinâmicas do campo do patrimônio a partir da figura dos técnicos-especialistas.

Em, “Os ecos heroicos de Rodrigo na revista Pai d’égua: o patrimônio cultural na Amazônia”, Andre Luis Andrade analisa, através de um estudo de caso, a revista Pai d’égua: o patrimônio cultural da Amazônia, lançada pela Superintendência do Iphan/PA no final da década de 1990. O autor investiga como as ações ali divulgadas vão de encontro à divisão proposta pela historiografia oficial do órgão, qual seja: fases heroica e moderna e, desse modo, permitindo refletir sobre os projetos recentes da política federal de preservação do patrimônio cultural brasileiro, como o programa Casas do Patrimônio.

Andrea Siqueira D’Alessandri Forti em “Memória, patrimônio e reparação: políticas culturais no Brasil e o reconhecimento da história da escravidão” procura relacionar a elaboração de políticas culturais com as lutas sociais das populações negras no Brasil, ressaltando aquelas ocorridas a partir do fim da década de 1970. Seu objetivo é analisar, a partir de um estudo de caso, como a implantação dessas políticas pode ser entendida como uma reparação simbólica para esses grupos historicamente

silenciados. Desta forma, destaca os usos possíveis do patrimônio e de exposições museológicas para a produção de conhecimento e o ensino de história da escravidão e de cultura afro-brasileira.

Ainda com relação às políticas de preservação do patrimônio, Cinara Isolde Koch Lewinski explica, em seu artigo “O que é o Preserve/fe? E como se constituiu o Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio Grande do Sul na década de 1980?”, como surgiu o Preserve/fe e busca demonstrar que a constituição do Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio Grande do Sul estava inserida num projeto nacional. A autora tem o Museu do Trem de São Leopoldo-RS, que abrigou o Centro de Preservação da História Ferroviária no Rio Grande do Sul, como objeto de sua pesquisa.

No artigo “A comunicação museológica e as pedagogias culturais: por um museu educativo em movimento”, Adriano Barreto Vieira desenvolve, a partir dos campos da museologia, do patrimônio, dos estudos culturais e da educação, uma análise sobre as mudanças conceituais e amplas que ocorreram na museologia a partir dos anos de 1970. O autor trabalha com o conceito de “Nova Museologia”, com destaque para a função social dos museus pesquisados neste artigo.

Guilherme Lopes Vieira traz o conceito de museu como “lugar de memória”, devido ao seu aspecto simbólico e à sua vocação de promotor de memórias. Seu artigo “O museu como lugar de memória: o conceito em uma perspectiva histórica” mostra como são considerados fontes que devem ser exploradas através de sua potencialidade discursiva de criar narrativas históricas que procuram dar sentido ao passado. O autor problematiza esse objeto tendo o presente como um dos fatores de construção do passado.

Em “A museologia social na prática comunitária: o caso da Casa Viva da Ceilândia, DF”, Vinicius Carvalho Pereira apresenta as ações desenvolvidas pela Casa da Memória Viva de Ceilândia - a mais populosa região administrativa do Distrito Federal junto à comunidade escolar. O autor nos mostra que as atividades desenvolvidas pela instituição têm como foco a valorização da cultura e história locais e, principalmente, da memória dos candangos, trabalhadores que participaram da construção de Brasília, por vezes deixados de lado pela história oficial. O artigo apresenta ainda, por meio de entrevistas com os colaboradores da instituição e de uma revisão bibliográfica especialmente acerca da Nova Museologia, como esse museu desenvolveu, desde a sua fundação, trabalhos em conjunto com a comunidade local.

Isabella do Amaral Mendes apresenta, em seu artigo “A decoração interna do Palácio Nova Friburgo: reapropriações do passado monárquico na nova casa da República”, uma investigação preliminar acerca da decoração interna do Palácio Nova Friburgo, onde funciona desde 1960 o Museu da República, na cidade do Rio de Janeiro. O artigo tem como enfoque a análise da sobrevivência estética de símbolos presentes no palácio, a fim de problematizar a ocupação deste espaço pelos republicanos.

Esta edição também traz artigos de temas livres. Bernardo Borges Buarque de Hollanda, em seu artigo “Genealogia da derrota: a reedição do livro *O negro no futebol brasileiro* e a construção do significado da Copa do Mundo de 1950 para o Brasil”, propõe um debate sobre a construção da memória coletiva no jornalismo esportivo, tendo por base os episódios relacionados à derrota da seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo de 1950, realizada no Brasil. O argumento proposto pelo autor sustenta que a reedição da obra “clássica” de Mário Filho, *O negro no futebol brasileiro* (1947), ocorrida em 1964, foi condicionante do modo como o memorialismo esportivo passou a narrar e a valorar o desempenho do selecionado nacional em 1950.

Em “A historiografia da Guerra de 1932 e a sua amplitude”, Felipe Castanho Ribeiro propõe-se a analisar trabalhos historiográficos envolvendo a Guerra de 1932, mais conhecida como “Revolução Constitucionalista”. O autor procura observar quais foram as principais hipóteses para o advento do conflito, assim como algumas das perguntas que nortearam os trabalhos que versam sobre o tema.

Esta edição traz ainda uma nota de pesquisa relacionada à temática do dossiê Patrimônio e Museus. Em, “A (In)visibilidade do patrimônio histórico e cultural: um estudo sobre o patrimônio do município de Rio Grande”, Rafael Branco da Silveira e Vivian da Silva Paulitsch procuram investigar a invisibilidade do patrimônio histórico e cultural do município de Rio Grande, estado do Rio Grande do Sul, mais especificamente o edifício da Delegacia da Polícia Federal, analisando e elencando os fatores responsáveis pelo seu desconhecimento. Os autores propõem, ainda, uma mediação cultural a ser realizada no edifício para despertar um olhar atento acerca do patrimônio.

Encerra a edição uma resenha intitulada “A Arena política na Bahia na época da Ditadura” de autoria de Manoel Reinaldo Silva Rego sobre o livro *Rumo ao palácio: as estratégias de dominação do espaço político na Bahia durante a Ditadura* de José Alves Dias.

Com a edição desse número da revista esperamos colaborar e incentivar novas reflexões relacionadas ao tema dos patrimônios e dos museus, sempre em um perspectiva interdisciplinar. Desejamos uma leitura agradável e proveitosa a todos e todas!

Juliana Gazzinelli
Conselho Editorial



Patrimônio histórico cultural: preservar ou transformar? Uma questão conflituosa

Erivania Azevedo Lopus¹

¹Mestranda em História Social da Cultura Regional pela UFRPE e professora de História da rede pública de ensino de Pernambuco.
E-mail: erivania.lopis@hotmail.com

Cultural historical
patrimony: preserving
or transforming? A
conflict issue

DOI: 10.12660/rm.v8n12.2017.65461

Resumo:

Atualmente o conceito de patrimônio tem sido frequentemente discutido em nossa sociedade. Tanto por diferentes esferas sociais, quanto pelos órgãos de preservação. Isto acontece devido à urgência na salvaguarda de determinados elementos patrimoniais, como também pela recorrente destruição de monumentos/documentos devido às “necessidades” da modernidade. Como entender essa relação tão conflituosa entre o preservar e o transformar? Faz-se mister debater as relações entre o urbanismo – que possui sua própria dinâmica, típica das sociedades modernas – e os elementos patrimoniais que são a representação simbólica de uma identidade, devem coexistir de maneira harmônica para a construção de uma sociedade que cresce e se transforma, mas que também preserva sua memória e sua história enquanto povo.

Palavras-chave: Patrimônio, Preservação, Transformação.

Abstract:

Today, the concept of equity has often been discussed in our society. Both by different social spheres, and by the preservation agencies. This is due to the urgency of safeguarding certain heritage features, as well as by the recurrent destruction of monuments / documents due to the "needs" of modernity. How can we understand this very conflictual relationship between preserving and transforming? It is necessary to discuss the relations between urbanism - which has its own dynamics, typical of modern societies - and the patrimonial elements that are the symbolic representation of an identity, must coexist in a harmonious way for the construction of a society that grows and Transforms, but also preserves its memory and its history as a people.

Keywords: Heritage, Preservation, Transformation.

“[...] o patrimônio deve contribuir para revelar a identidade de cada um, graças ao espelho que ele fornece de si mesmo e ao contato que ele permite com o outro”

(Dominique Poulot)

Introdução

O presente artigo pretende contribuir para o debate acerca das questões patrimoniais e seus conflitos que transitam entre a preservação e a transformação de seus bens/monumentos. Os objetos patrimoniais históricos e culturais, que podem ser tanto materiais quanto imateriais, dividem opiniões quanto à salvaguarda e a alteração, seja em composição ou em significação.

Presente na cultura de diferentes sociedades, considerado como elemento unificador e identitário das mesmas, o patrimônio histórico compõe parte de uma cultura que não é um mero reflexo, mas sim uma instância em si mesma a ser considerada em sua dinamicidade. Partindo desta premissa, entendemos que a realidade é apreendida mediante as tradições culturais estabelecidas e as mudanças sociais e econômicas não agem sobre seres humanos que sejam desprovidos de conhecimento construído e vivência, pelo contrário, atuam sobre indivíduos portadores de tradições culturais estabelecidas de um constitutivo simbólico.

A Constituição dos patrimônios históricos e artísticos é prática característica dos Estados modernos. Definido pelo valor que lhe é atribuído enquanto manifestações culturais e enquanto símbolos da nação, esses bens passam a ser dignos de proteção, em “um inventário dos lugares onde ela (a história) se encarnou” (Hartog, 2013), visando a sua difusão para as gerações futuras e o entendimento do ser e da história em seu próprio tempo.

O elemento patrimonial cultural deve estar atrelado ao seu contexto de um passado histórico e social, não como um artefato isolado, como vem sendo praticado por algumas sociedades que isolam o bem histórico de seu contexto, para “preservá-lo” em um museu ou instituição. Atualmente entendemos que os artefatos mudam de função ao longo do tempo. Essa mudança advém de alterações nos costumes, como consequência dos ideais de modernidade, da implementação do “estilo de vida moderno” e pelo processo de ressignificação de espaços que possuem bens/monumentos patrimoniais.

Hoje, preserva-se muito em atendimento às reivindicações do turismo e não para perpetuar a memória. São criados cenários exóticos que, em muitas ocasiões, chegam à artificialidade, culminando em um preservacionismo cultural de conveniência.

Desta forma, propomos esse debate de ideias para a contribuição do debate acerca da ação ideal para o patrimônio, seja para a preservação ou para a transformação.

Patrimônio Histórico Cultural, em meio a Conceitos e a Urgência do Sentimento de Preservação

Os chamados patrimônios históricos culturais têm, nas modernas sociedades ocidentais, a função de representar simbolicamente a identidade e a memória de uma nação. O pertencimento a uma comunidade nacional é produzido a partir da ideia de propriedade sobre um conjunto de bens culturais: relíquias, monumentos, cidades históricas, entre outros. Daí o termo patrimônio cultural (Silva, 2000).

A utilização do elemento patrimonial como um componente de presentificação de uma identidade ou nacionalidade, enfatizando sua importância histórica e seu lugar na memória de um povo, é muito citado e discutido, tanto pelas instituições de preservação, quanto pela academia. Nessa perspectiva, Antônio Gilberto Nogueira enfoca:

Na luta permanente pela representação da nação, as noções de modernidade e tradição, universal e particular articulam-se nas diversas narrativas preservacionistas em constituição nos anos 1930 e 1940. Tais ideias encontram nos bens arquitetônicos selecionados a materialidade do qual esses bens são revestidos, presentifica-se no espaço e no tempo, os lugares da memória nacional (Nora, 1984). Ao reitificar a história da nação a esses bens é atribuído o conceito monumento/documento (Le Goff, 1992) que, de um lado, revela a abordagem histórica na forma tradicional e, de outro, sinaliza para a hegemonia do grupo de arquitetos no engendramento das representações da nação. (Nogueira, 2005, p. 220)

O discurso elaborado para justificar a constituição e o desenvolvimento das políticas públicas de preservação está pautado em políticas de preservação que se propõem em atuar, basicamente, no nível simbólico, tendo como objetivo reforçar uma identidade coletiva, a educação e a formação de cidadãos.

Mas afinal de contas, o que é Patrimônio Histórico?

O patrimônio é o símbolo de uma vivência que é temporária, mas que se torna eterna através de seus bens/monumentos, traz em si um elemento identitário muito forte, construindo um conjunto de imaginários que nos diz quem somos, de onde viemos e para onde queremos ir. Faz-se necessário perceber que o patrimônio não é só um bem em si, mas também o uso que aquele bem tem para a perpetuação da memória de uma coletividade, pois o patrimônio histórico não é algo concreto somente, é algo também subjetivo, cheio de significado.

Neste cenário, a memória desempenha um importante papel, pois presentifica, através de suas lembranças e de seu patrimônio, o já vivido. Porém, a falta de conscientização sobre o real valor do patrimônio, por parte setores da sociedade, considera o “tombamento” como prejuízo financeiro. Aliás, a exploração do turismo, motivada por interesses financeiros tem contribuído para a intensificação de ações de restauração e de

ressignificação (novo uso) de monumentos históricos.

O patrimônio histórico, imbuído de subjetividade e vivência social, contribui para a percepção da identidade. E por via dele também, constrói-se um conjunto de imaginários que nos dizem quem somos, de onde viemos e para onde queremos ir. Choay (2006) destaca em sua obra, *A Alegoria do Patrimônio*, a perspectiva do patrimônio como uma alegoria, pois o monumento é visto como um elemento concreto que representa uma ideia abstrata, o sentimento de identidade de um povo.

A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas ele a trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. Mas esse passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade. [...] Para aqueles que edificam, assim como os destinatários das lembranças que veiculam, o monumento é uma defesa contra o traumatismo da existência, um dispositivo de segurança. (CHOAY, 1996, p.18)

Estudiosos discutem sobre a partir de quando o elemento patrimonial tornou-se presente nas comunidades. Muitos defendem a premissa de que o patrimônio seria inerente às sociedades humanas desde sempre. O patrimônio faz parte de um fenômeno histórico e, quando dizemos históricos, admitimos necessariamente uma gênese ou origem de práticas sociais localizadas no tempo e no espaço.

Isto posto, entendemos que o patrimônio é uma das peças que compõem as questões relevantes aos processos urbanísticos, pois os problemas do patrimônio são indissociáveis dos problemas do urbanismo, são parte de uma situação e não podemos entendê-lo de forma isolada um do outro.

A perspectiva de valorização patrimonial passou por diferentes períodos históricos e atuou de forma diversa em sociedades distintas. Após a Segunda Guerra, veio a preocupação em salvaguardar bens culturais e identitários, pois estes eram sinônimo de vínculo social, de uma herança deixada por seu povo, contribuindo para a construção de uma identidade nacional.

Este cenário, retratado por Dominique Poulot em seu texto *Um Ecossistema do Patrimônio*, ressalta a construção dessa identidade nacional, pelo patrimônio, como também a ideia crítica de patrimônio na pós-modernidade.

A nação torna-se a encarnação por excelência da patrimonialidade, absorvendo, por assim dizer, no seu princípio, toda a recepção dos objetos culturais do passado. A apropriação se dá na forma de uma comunidade imaginária, e a proteção do patrimônio é geralmente acompanhada da crença em um progresso. (POULOT, 2008, p:30)

14 Patrimônio histórico cultural: preservar ou transformar? Uma questão conflituosa

A preocupação em reutilizar os lugares históricos, teve grande aceitação devido a Era Industrial, pois nesse período vigorava a perspectiva que o patrimônio (bens/lugares/construções históricas) precisavam ser modernizadas. Já o período do renascimento trouxe uma nova ótica, pois a ideia de patrimônio começou a ser atrelada a perspectiva de beleza.

Entende-se que a preocupação com a defesa e a preservação dos elementos patrimoniais veio primeiro na Europa, pois os intelectuais humanistas preocupavam-se com a catalogação de tudo o que fosse antigo, incluindo objetos e edifícios. Estes intelectuais vieram inaugurar o que se chamava “Antiquariado”.

Com o tempo, houve um crescimento nas ações e empreendimentos patrimoniais, como um maior entendimento dos cidadãos de sua participação efetiva nas sociedades democráticas. A isto se deve, segundo Poulot, a uma reprodução do ideal da cidadania e da identidade no âmbito das sociedades democráticas. Uma participação ativa de elementos sociais perante o monumento (seja no museu ou em seu território/espaço) que evoca sua memória e reafirma sua noção de pertencimento.

A política patrimonial brasileira é construída até os dias atuais de forma lenta e gradual. Elaborada por grupos de intelectuais que perceberam a necessidade de mudanças políticas e culturais, referentes à preservação do patrimônio. Maria Cecília Londres Fonseca, em seu livro *O Patrimônio em Processo*, relata como a política federal de preservação no Brasil efetiva-se no final dos anos 30.

Destacamos aqui, momentos essenciais para a ampliação do conceito de patrimônio e sua efetiva aplicabilidade: em 1937, foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), destinado à defesa do patrimônio histórico e artístico. A constituição de 1988, no artigo 216, coloca como existente o patrimônio material e imaterial e especifica suas singularidades. Em 1990, surgiu o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, tempos depois, nomeado de IPHAN. Em 2000, se instituiu o registro de itens do patrimônio imaterial, como coisas que se reconhece como parte do seu patrimônio cultural. Em 2003, o patrimônio é definido de forma mais ampla, em suas práticas e objetos. Fonseca destaca também como se dá o processo de descentralização da política de preservação e os avanços na salvaguarda de centros históricos e documentos.

Nesse processo de construção da política patrimonial Brasileira, a discussão enfocando a importância de preservar seu patrimônio imaterial é ampliada, propondo valorizar as pessoas que compõem a cultura popular. As práticas culturais que sofrem mudanças, em nossa atualidade, precisam de políticas de autenticidade, salvaguarda e preservação desse patrimônio. Essa preocupação com a cultura popular ressalta a importância do folclore. “É o redescobrimto da identidade do Brasil, através da cultura popular, o folclore” (Oliveira, 2008).

O Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, que foi criado em 1958 para pesquisar, documentar e divulgar a cultura popular brasileira, hoje integra a estrutura do IPHAN, e é o órgão responsável pelos procedimentos de registros de bens culturais do

patrimônio imaterial.

Primeiro momento da preservação patrimonial brasileira seguiu uma concepção de política cultural de “Pedra e Cal”. Pois, para estes intelectuais, era urgente a preservação de elementos patrimoniais arquitetônicos. Principalmente os do período colonial brasileiro. Nesse período, chamado de 1º Momento da Preservação Patrimonial, predominou a perspectiva estética sobre qualquer outra.

Os pioneiros do IPHAN, com apoio da elite culta, criaram a consciência nacional que deu suporte a uma prática de proteção ao patrimônio baseada no tombamento (tombar significa inventariar ou inscrever nos 4 livros de tomo). Eles eram os porta-vozes da sociedade brasileira e agiam em nome do interesse da nação. Assim como nos tempos atuais, os opositores eram quase sempre prefeitos, governadores, com a adesão de padres e de esferas populacionais, que não tinham consciência do valor das casas que moravam ou dos prédios públicos.

Nas preleções dos “intelectuais do patrimônio”, que produzem a ideia de identidade nacional, a nação se faz representar por seu patrimônio e este exprime sua identidade, sua memória. Assim, o patrimônio cultural passa a ser julgado por sua “autenticidade”, isto é, ser mais ou menos próximo daquilo que significa. Esta perspectiva culmina diretamente no que chamamos de a “retórica da perda”, a ameaça da destruição, o que levaria à perda da identidade, da memória brasileira. Por isso, a necessidade em resgatar valores, o que seria autêntico por estar mais próximo daquilo que significava, através da preservação de seus monumentos, seus bens patrimoniais reconhecidos como tal.

Ainda na década de setenta, a Fundação Nacional Pró-memória, na liderança de Aloísio Magalhães¹, cunhou o termo “Patrimônio Cultural Não-Consagrado” para se referir a manifestações não reconhecidas até então como bens culturais. Isso indicava já naquele período um alargamento do sentido do patrimônio. Pois, para determinadas comunidades existem patrimônios históricos e culturais que são referências de identidade e de valor cultural, não obtiveram o mesmo reconhecimento das instituições que cuidam da identificação e preservação dos elementos patrimoniais. Contudo, esta perspectiva ainda não obteve total aceitação, pois mesmo nos dias atuais, muitos reconhecem como patrimônio apenas os monumentos/bens patrimoniais que foram oficialmente denominados como tal.

Nos dias de hoje, os discursos sobre patrimônio enfatizam seu caráter de construção ou invenção, derivado das concepções antropológicas de cultura, que passa a ser tomada como sistema simbólico, como estruturas de significado pelas quais os homens orientam suas ações. Vale notar que, em vez da ideia de autenticidade – originalidade e permanência – que guiava o campo da preservação, agora são tomadas como parâmetro as noções de

¹ Aloísio Magalhães, advogado e museólogo pernambucano, formou o CNRC – Centro Nacional de Referência Cultural, dirigiu a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Fundação Nacional Pró-Memória. Promoveu uma expansão da ideia de patrimônio, pois valorizava não só os bens móveis e imóveis, mas também o fazer popular cotidiano, que são dinâmicos e por isso denominados por eles de bens culturais vivos.

referência cultural e de continuidade histórica.

O Antigo dá Lugar ao Novo: A Transformação de Bens Patrimoniais, uma Alternativa ou “O Fim”?

Em nossa atualidade, falar sobre patrimônio é tocar em uma temática polêmica, pois as ações de diversos interesses, advindas de diferentes esferas sociais entram em conflito quando se trata do binômio preservação/permanência e transformação/destruição. Muitos estudiosos destacam o elemento de “manipulação do passado” (Funari, 2001), através de um gerenciamento do patrimônio, no qual o que é preservado é apenas acessível para alguns poucos. Esse fato constrói, de maneira simbólica, uma reelaboração da perspectiva do patrimônio e da sua necessidade de preservação, onde os excluídos do poder, também estão à margem das decisões acerca da salvaguarda patrimonial.

O anseio das elites brasileiras pelo “progresso” tem sido demonstrado pela busca da tradição modernista de enfatizar o novo, pois o moderno, qualquer que seja é melhor do que o antigo. Como ressalta Funari, é uma “luta contra a lembrança materializada”. Em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, que são o reflexo do que acontece no resto do país, monumentos antigos sofreram degradações tanto ideológicas quanto físicas, para dar lugar a novas construções. O ideal de modernidade está presente no desejo de governantes e dos habitantes de determinadas regiões. Funari, citando Guiomar de Grammont, destaca:

A distância entre as autoridades e o povo é a mesma daquela entre a sociedade civil e o passado, devido à falta de informação, ainda que os habitantes das cidades coloniais dependam do turismo para sua própria sobrevivência. Quem são os maiores inimigos da preservação dessas cidades coloniais? Em primeiro lugar, a própria administração municipal, não afetada pelos problemas sociais e ignorante das questões culturais em geral mas, às vezes, os moradores também, inconscientes da importância dos monumentos. (Gramonte apud Funari, 2001, p. 3)

Como foi citado acima, o autor destaca a “deterioração” do patrimônio das cidades coloniais, mas esses mesmos eventos ocorrem em outras cidades que não tem o elemento patrimonial colonial presente. A busca pela modernidade contribui, em alguns casos, para a transformação do espaço urbano, em que não há espaço para o patrimônio, a tradição.

A degradação dos monumentos e a apatia populacional, com relação a esses eventos, em muitas situações são fruto do não reconhecimento daquela realidade enfocada pelo monumento como sendo sua, pois preserva-se o monumento de elite e a produção cultural popular pode ser esquecida, por tanto, passível de destruição.

Discutindo sobre a perspectiva do moderno e sua influência nos monumentos históricos, Alois Riegl destaca que toda atividade humana das quais nos ficamos

testemunhos, pode ambicionar a ter valor histórico, porém o grande número de acontecimentos e de elementos que o representam faz com que seja necessária uma seleção desses elementos significativos.

[...] Porém, como não nos seria possível considerar a massa imensa de acontecimentos, dos quais foram conservados testemunhos mediatos ou imediatos e cuja quantidade aumenta ao infinito a cada instante, fomos obrigados a limitar a nossa atenção apenas aos testemunhos que nos parecem representar etapas mais evidentes no processo de evolução de um determinado ramo da atividade humana. (Riegl, 2014, p.32)

Nesta perspectiva, Riegl argumenta que é imperativo que determinados testemunhos/monumentos sejam considerados mais significativos que outros, por representar etapas mais “evidentes/importantes” da atividade humana. Essas evidências presentificam-se no valor histórico e também artístico do objeto/monumento. Existe um valor de arte nos monumentos e esse elemento é essencial para a luta por sua salvaguarda.

Para a nossa tarefa, torna-se uma condição muito importante esclarecer completamente essa diferença quanto à essência do valor da arte, pois, para a preservação dos monumentos, esse princípio orientador terá uma influência decisiva. Se não existe um valor eterno, mas apenas um relativo, moderno, o valor da arte de um monumento não é mais um valor de memória, mas um valor de atualidade. (Riegl, 2014, p.36)

A influência do valor de arte na preservação dos monumentos é característica da modernidade. Porém, o valor de memória do monumento que está relacionado à representação do tempo transcorrido desde a origem daquele objeto, revelando seus traços de antiguidade. Essa concepção de monumento histórico, segundo Riegl, é um elemento subjetivo, apesar de tratar-se de um objeto sólido. E essa classificação subjetiva reduz o objeto a “um mal necessário”, pois representa significativamente um determinado evento histórico, uma lembrança expressiva de um determinado grupo social.

Frente a essas perspectivas de valor histórico e de memória, valor de arte, o moderno e o antigo faz-se mister uma nova compreensão do que é patrimônio. É necessário “desfazer conceitos”, pois como destaca (Canclini, 1999), está consagrada nos discursos relativos ao patrimônio, uma perspectiva preservacionista e conservacionista, vinculado a perspectiva de restauradores, arqueólogos e historiadores, sempre buscando preservar o passado. Todavia, a modernidade vinculou o patrimônio a outros conceitos. Como: o turismo e o desenvolvimento urbano. Em sua maioria, esses termos são mencionados como adversários do patrimônio, por algumas vezes promoverem agressão ao elemento patrimonial. Uma das questões causadoras dessa perspectiva, está no fato de que muitas teorias de oposição, consideram o patrimônio alheio ao desenvolvimento urbano, o que é um grande equívoco.

Diante desses pontos, cresce uma movimentação de ideias de redefinição e “reconcentração” dos discursos referidos ao patrimônio cultural, pois discutir questões

patrimoniais também é uma necessidade das sociedades atuais, que relacionam os usos sociais desses monumentos de acordo com as necessidades da contemporaneidade. Inicialmente, uma grande questão – a qual já discutimos anteriormente – precisa ser superada. Trata-se da forma hierárquica dos capitais culturais, pois existe uma antropologia da cultura que confere legitimidade a todas as formas culturais da vida social, só que de forma hierárquica, privilegiando determinados objetos patrimoniais de elite, em detrimento da cultura popular.

As diferenças regionais e setoriais contribuem para essa disparidade, já que há uma apropriação privilegiada de determinadas localidades por possuir informação e formação para compreender e controlar melhor a dinâmica das questões patrimoniais. Desta forma, o patrimônio serve como recurso para reproduzir as diferenças entre grupos sociais. E sendo o patrimônio, um elemento de disputa econômica, política e simbólica, este elemento está “cruzado” pela ação de três agentes: o setor privado, o estado e os movimentos sociais. Muitas vezes, as contradições relativas ao uso do patrimônio, tem a marca da interação entre esses setores, que tentam se sobrepujar um ao outro em diferentes períodos.

Especificamente tratando do uso que o setor privado faz do patrimônio, Canclini destaca a sua eterna preocupação com a acumulação de capital.

La acción privada respecto Del patrimonio está regido, igual que em otros ámbitos, por lãs necesidades de acumulación económica y reproducción de La fuerza de trabajo. A menudo, esta tendencia lleva a La explotación indiscriminada Del ambiente natural y urbano, La expansión voraz de La especulación inmobiliaria y El transporte privado, em detrimento de lós bienes históricos y Del interés mayoritario. Pero como no hay um solo tipo de capital, tampoco existe uma sola estrategia privada respecto Del patrimonio. (CANCLINI, 1999, p.20)

Esse tipo de ação promovida pelo setor privado leva a exploração indiscriminada do ambiente natural e urbano, traduzindo-se na especulação imobiliária em detrimento dos bens históricos. As ações mais destrutivas do setor privado ocorrem quando não existem políticas públicas que definem e regulem o desenvolvimento econômico e estabeleçam um marco gera para o desempenho de cada setor em suas ações relativas ao patrimônio. Entretanto, a ação privada não pode ser vista somente como destrutiva. Existem grupos em seu cerne que apreciam o valor simbólico do patrimônio, pois este incrementa o valor econômico.

O Estado possui uma relação ambivalente com relação ao patrimônio, pois por um lado o valoriza e o promove como elemento integrador de sua nacionalidade, além da utilização da ação do estado na restauração de centros históricos e na criação de museus e espaços dedicados a preservação da memória para sua utilização como elemento ideológico unificador. Mas a utilização do uso indiscriminado do patrimônio para fins turísticos compõe o lado preocupante da ação deste setor com relação à preservação do objeto monumento.

O Estado, ainda é responsável pelas políticas públicas relacionadas à preservação dos elementos patrimoniais. Neste ponto, Antônio Gilberto aponta para a manipulação e uso político da cultura e da preservação patrimonial na atuação do Estado.

Toda política cultural é essencialmente uma política pública: conceituada como um conjunto articulado e fundamental de decisões, programas, metas, recursos e princípios filosóficos, políticos e doutrinários que instrumentalizam a intervenção do estado (Falcão, 1984). Por conseguinte, política pública é, antes de tudo, uma opção por determinada ideologia cultural. Com relação às políticas públicas de preservação do patrimônio histórico, seja no âmbito federal como no estadual e municipal, estas ações guardam sempre a marca da improvisação e da empiria, ou da manipulação e do uso político da cultura (Nogueira, 2005, p. 222).

O uso do patrimônio passou a ser parte dos movimentos sociais recentemente, pois durante muito tempo cometeu-se o equívoco de julgar que a luta por preservar os monumentos era prática dos grupos de direita. Contudo, os movimentos sociais passaram a se preocupar com o resgate de seus monumentos, sua história e com o desenvolvimento do espaço urbano, motivados pela urbanização descontrolada e a depredação ecológica. Canclini alerta para o fato de ser observado o peso de cada uma dessas esferas, como resultado de seu grau de participação nos diferentes setores na apropriação desses bens.

As práticas urbanísticas e sua evolução ao longo dos tempos culminaram na problemática da convivência entre o desenvolvimento urbano e a proteção aos elementos patrimoniais, que em muitas cidades dividem o mesmo espaço. Durante o século XX, novos conceitos e perspectivas surgiram para o ordenamento do espaço urbano. O CIAM (Congresso internacional de Arquitetura Moderna) promoveu através de assembleias e discussões com profissionais da área o fomento para novas perspectivas relacionadas a essa convivência conflituosa.

Uma dessas perspectivas a serem trabalhadas como uma nova ideologia urbanística veio a partir da Carta de Atenas, de 1933, redigida pelo arquiteto Le Courbusier. A carta de Atenas propaga em seus pontos iniciais que a cidade é apenas um componente de um todo econômico, social e político, configurada em um plano regional. Já no que corresponde ao patrimônio histórico, ela enfatiza:

Serão salvaguardadas se constituem a expressão de uma cultura anterior e se correspondem a um interesse geral. (...) Nem tudo o que é passado tem, por definição, direito à perenidade; convém escolher com sabedoria o que deve ser respeitado. Se os interesses da cidade são lesados pela persistência de determinadas presenças insígnias, majestosas, de uma era já encerrada, será procurada a solução capaz de conciliar dois pontos de vista opostos: nos casos em que esteja diante de construções repetidas em numerosos exemplares, algumas serão conservadas a título de documentário, as outras demolidas; em outros casos poderá ser isolada a única parte que constitua

uma lembrança ou um valor real; o resto será modificado de maneira útil (Carta de Atenas, 1933, p.25).

Através deste trecho, podemos perceber que no que tange a questões do patrimônio histórico, o CIAM expressou a ideia de que o patrimônio deve ser preservado a 'título de documentação', desde que sua permanência não se sobrepusesse ao bem-estar da sociedade. Os monumentos tinham que ter uma existência útil, o que não deveria ser eliminado.

Desta forma, para qualificar o significado e importância histórica de determinado monumento, é preciso o envolvimento de um grupo interdisciplinar, que discuta e conclua com seus pares, de forma criteriosa sobre a ação ideal para aquele objeto monumento. Equívocos praticados pela maioria dos centros urbanos brasileiros, onde é mantido o acervo de edificações ou objetos significativos que conta a história das elites, tem que ser evitados, por isso, a participação de um grupo diverso.

Algumas discordâncias quanto à preservação de elementos do patrimônio histórico, também suas formas de incentivo e a função que são atribuídas a esses bens são comuns atualmente. Um elemento fomentador destas questões trata-se do crescimento do turismo que trouxe efeitos negativos e positivos ao patrimônio. Alguns elementos patrimoniais foram fechados à visitação por estarem degradados e não estarem de acordo com a estética moderna. Além do fato de existirem medidas apelativas de interesse turístico que contribuem para a descaracterização do conjunto arquitetônico ou da paisagem com reconstruções, transferência de elementos, simulações, provocando a distorção da realidade histórica. Porém, em muitos casos o turismo gera um incentivo a preservação patrimonial, pois exigem medidas emergenciais para a preservação de determinados bens.

A partir dessas diferentes perspectivas apresentadas até agora, como a população pode entender esses problemas relacionados ao patrimônio e seu embate com a modernidade? Como participar para contribuir para a convivência harmônica entre o monumento e o crescimento urbano? Uma das estratégias que podem ser usadas para tentar diminuir esses embates e alcançar essa convivência harmônica corresponde ao Estatuto das Cidades e aos Planos Diretores. É uma oportunidade para o administrador local e os cidadãos, argumentarem e decidirem soluções mais justas relativas ao patrimônio e as possíveis intervenções no território em questão. A participação popular, através da consulta pelo poder público é imprescindível para a implementação de empreendimentos que correspondam ao alcance do progresso almejado e a salvaguarda de seus bens, preservando assim seus elementos significativos e identitários.

Conclusão

Atentar para a urgência da preservação patrimonial é o que muitos estudiosos e instituições de preservação propõem como fundamental para a existência e sobrevivência de

uma identidade singular. Contudo, essa perspectiva de preservação tem esbarrado na falta de informação, no não reconhecimento do real valor do patrimônio e nas recorrentes tentativas (muitas vezes com sucesso) de transformar o elemento patrimonial para corresponder aos interesses da dita modernidade, do desenvolvimento urbano e do capital.

As análises feitas sobre o impacto das transformações dadas aos elementos patrimoniais, devido aos ideais de modernidade, em sua maioria são mais usadas aos monumentos arquitetônicos, pois sua presença é concreta em um determinado espaço que está sendo objeto de disputa para a manutenção ou transformação, tanto no que corresponde a sua característica física, quanto ao seu valor simbólico. Porém, essas questões interferem nos elementos patrimoniais como um todo, seja ele material ou imaterial. Os diversos usos e significações dadas aos elementos patrimoniais influenciam no imaginário das pessoas que fazem parte daquele contexto espacial e histórico.

O setor privado ou o Estado – através de uma incipiente política pública - interferem na preservação dos monumentos, promovendo em determinados casos a transformação irresponsável do bem, dando novo uso aos elementos patrimoniais que possam denegrir seu valor perante a comunidade em questão.

A dicotomia permanência e transformação é uma constante quando se trata da temática patrimonial, pois em muitos casos, o tombamento que é considerado um prejuízo financeiro, dá lugar a preservação de apenas um elemento isolado – que será utilizado como registro/documento de um determinado tempo e espaço – considerado mais significativo de que outros, retirando de seu contexto histórico e espacial, e conseqüentemente deteriorando o seu valor enquanto patrimônio.

Mas como avaliar a necessidade da existência de um elemento concreto, mas também simbólico, que permeia o imaginário de um povo? Como não se render a beleza do novo e sem deixar deteriorar o antigo? Essa discussão requer debates constantes em prol da solução para essas questões. Administração pública, órgãos de preservação, população e intelectuais de diversas áreas têm que manter um diálogo contínuo, objetivando a permanência de seus elementos identitários, que contam sua história através de seus bens/monumentos. Monumentos estes que reavivam sua memória e reforçam seus laços de significação e unidade. Todavia, esse diálogo tem que objetivar também a consonância entre o desenvolvimento urbano desenfreado, sua necessidade crescente por espaço e reafirmação em acordo com a história contida em seus bens patrimoniais.

Diante disto, faz-se mister entender que o patrimônio representa simbolicamente a identidade e a memória de um povo. Perceber que o patrimônio não é só um elemento em si, um mero vestígio, mas uma alegoria de um determinado tempo, que está cravado na memória.

A história é dinâmica, não estática e as sociedades acompanham essa dinamicidade. As cidades e seu termômetro social perpassam por essa dinâmica de diferentes formas e provocam diversos impactos sociais, econômicos e culturais. Por isso, faz-se necessário o

reconhecimento da real importância do patrimônio na cultura, na identidade de um povo, em sua noção de pertencimento social e de que esse patrimônio precisa ser preservado, não como demonstração de um momento imutável de nossa história, mas como um período de eventos e significações que suscitaram outros e nos perpetuaram como somos hoje. Além disso, precisamos entender que dentro dessa dinamicidade o “progresso” se faz presente vestido de elementos modernos e provocadores de uma realidade de embates, velocidade de informações e construção de novas ideologias. Todos esses elementos devem estar em consonância para a perpetuação de sociedades que possuam bem-estar social, vivacidade, memória e história. Esse tem que ser “o fim”.

Artigo recebido em 14 jan. 2017

Artigo aprovado para publicação em 22 fev. 2017

Referências

- CANCLINI, Néstor. Los Usos Sociales Del Patrimonio Cultural. In AGUILLAR, Encarnación. *Patrimônio Etnológico. Nuevas Perspectivas de Estudio*. Junta de Andalucía. 1999.
- CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. Tradução: Luciano Vieira Machado. 3ª Ed. – São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MINC – IPHAN, 2005.
- FUNARI, P. P. A. Os Desafios da Destruição e Conservação do Patrimônio Cultural no Brasil. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto, 41, 2001.
- HARTOG, François. *Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. (Coleção História e Historiografia)
- IPHAN – *Carta de Atenas*. Assembleia do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna. 1933.
- LE MOS, Carlos A.C. *O Que é Patrimônio Histórico*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 2013. Coleção Primeiros Passos – 51.

NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. *Por um Inventário dos Sentidos: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário*. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2005.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Cultura é Patrimônio: um guia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

PELEGRINI, Sandra C.A. e FUNARI, Pedro Paulo A. *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro; Zahar, 2006.

_____. *O Que é Patrimônio Cultural Imaterial*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 2013. Coleção Primeiros Passos – 331.

POULOT, Dominique. Um Ecossistema do Patrimônio. In. CARVALHO, Claudia S. Rodrigues. GRANATO, Marcus. BEZERRA, Rafael Zamorano e BENCHETRIT, Sara Fassa (orgs.) *Um Olhar Contemporâneo Sobre a Preservação do Patrimônio Cultural Material*. Rio de Janeiro. Museu Histórico Nacional, 2008.

_____. *Uma História do Patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores*. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo, Estação liberdade 2009.

RIEGL, Alois. *O Culto Moderno dos Monumentos: a sua essência e a sua origem*. Tradução Werner Rothschild Davidsohn. 1ª Edição – São Paulo: Perspectiva, 2014.

SANTIN, Janaina Rigo e SANTOS, Mariana Mattei. *Plano Diretor e Patrimônio histórico: Análise A Partir da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Cidade*. Revista de Direito da Cidade. Vol.08, nº 2.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.), HALL, Stuart e WOODWARD, Kathryn. *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.



Um balanço das formas de proteção institucionalizadas do patrimônio cultural no Brasil e o caso da cidade de Ouro Preto, MG

Leila Medina Leite Féres¹

A balance of the institutionalized forms of protection of cultural heritage in Brazil and the case of the city of Ouro Preto, MG

DOI: 10.12660/rm.v8n12.2017.65408

¹ Mestranda em História na Universidade Federal de Ouro Preto. E-mail: leila_medina@yahoo.com.br

Resumo:

Dentre as formas de proteção institucionalizadas do Patrimônio Cultural no Brasil, estão os mais conhecidos e utilizados instrumentos que conferem salvaguarda ao patrimônio cultural material, natural e imaterial. No presente artigo elegemos alguns mecanismos de proteção previstos em lei, buscamos compreender seu funcionamento nas políticas públicas, assim como suas aplicabilidades. Optamos por eleger a cidade de Ouro Preto, no estado de Minas Gerais, como exemplo da execução dessas políticas de proteção e do recente envolvimento da população nas tomadas de decisões envolvendo o patrimônio cultural.

Palavras-chave: Patrimônio cultural, Brasil, Instrumentos de proteção, Ouro Preto.

Abstract:

Among the forms of institutionalized protection of Cultural Heritage in Brazil, there are the most well-known and used instruments that grant a safeguard to the material, natural and immaterial cultural patrimony. In the present article we have chosen some mechanisms of protection provided by law, we seek to understand their functioning in public policies, as well as their applicability. We chose to elect the city of Ouro Preto, in the state of Minas Gerais, as an example of the implementation of these protection policies and the recent involvement of the population in decision-making involving cultural heritage.

Keywords: Cultural heritage, Brazil, Protective instruments, Ouro Preto.

1. As políticas patrimoniais: do histórico ao cultural

Na Constituição Federal de 1988 usa-se a expressão *patrimônio cultural* em substituição a *patrimônio histórico e artístico*, que vinha sendo utilizada desde o conhecido Decreto de 1937. Assim, afirma José Ricardo Oriá Fernandes, seguindo a moderna orientação adotada pelas Ciências Sociais, o legislador constituinte decide pela ampliação da interpretação do que seja patrimônio cultural¹ que, pelo texto vigente, engloba

os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.²

Dessa forma, a legislação sancionava uma noção mais abrangente de patrimônio cultural que correspondia a novas demandas sociais e à transformação conceitual do discurso do patrimônio que ocorre desde os anos 1970 e se intensifica nos anos 1980. Essa nova concepção apontava para o abandono da visão elitista e conservadora que considerava apenas objeto de preservação cultural as manifestações da classe historicamente dominante; passou-se a incorporar, portanto, nas legislações e definições de patrimônio os diferentes grupos étnicos formadores da sociedade brasileira.

Por isso também o valor excepcional e a notabilidade do bem a ser tombado foi substituído por seu valor de inserção na comunidade, agregado à história, formação e desenvolvimento da comunidade. O patrimônio passou a incluir as atividades humanas portadoras “de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”³. A comunidade passa a ser considerada como responsável pela conservação do bem tombado e, ao mesmo tempo, beneficiária de suas manifestações.

José Reginaldo Gonçalves afirma que, no Brasil, desde fins dos anos 70, principalmente com a criação da Fundação Nacional Pró-Memória, a categoria patrimônio expandiu-se e veio a incluir não somente monumentos arquitetônicos, obras de arte erudita, mas também documentos, antigas tecnologias, artesanatos, festas, material etnográfico, diversas formas de arquitetura e religiões⁴.

A partir de 1973, foi implementado pelo Ministério do Planejamento o primeiro programa federal que investiu recursos para a recuperação do patrimônio cultural urbano, o

¹ FERNANDES, José Ricardo Oriá. *O direito à memória: análise dos princípios constitucionais da política de patrimônio cultural no Brasil (1988-2010)*. Fundação Casa de Rui Barbosa. s/d.

² Art. 216 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Visitado em novembro de 2016.

³ Ibidem.

⁴ GONÇALVES, José Reginaldo. GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988.

Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas⁵ (conhecido como PCH). Este buscava o desenvolvimento econômico das *idades históricas* e traçava diálogos com outros assuntos em pauta naquele momento, como o desenvolvimento urbano e regional e o turismo cultural⁶. O turismo era visto como elemento-chave para ensejar as finalidades do programa, já que, teoricamente, proporcionava o desenvolvimento urbano das cidades históricas em harmonia com as suas funções sociais⁷.

O PCH, assim como o Programa de Ação Cultural (PAC), tinha em sua concepção uma mudança na maneira de abordar as cidades históricas, buscando compreendê-las como produtoras de capital, acreditando que o patrimônio cultural geraria desenvolvimento econômico pelo seu consumo, com a finalidade de estimular o desenvolvimento da indústria turística nacional. Juntos, os programas deveriam criar condições de estruturar circuitos turísticos regionais baseados na história, nos aspectos ambientais e nas manifestações artísticas e folclóricas.

Relacionada a esse contexto, a oportunidade entrevista a partir do crescimento do turismo de massa, passa a ser objeto de proposição da Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO) a partir de 1965. Ano em que a Organização começa a elaborar um plano de desenvolvimento do turismo relacionado aos patrimônios cultural e natural. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) reivindica e alcança apoio técnico da UNESCO, com o propósito de receber especialistas no Brasil para contribuírem na elaboração de estudos e planos voltados ao patrimônio cultural nacional e concomitante incentivo ao progresso do turismo cultural⁸. É interessante lembrarmos que, igualmente na década de 1960, dá-se a intensificação da atividade turística no Brasil, seguindo um movimento de expansão mundial, com o patrimônio cultural julgado como um de seus principais fomentos.

Podemos concluir então, que na década de 1970, o PCH se tornou um dos maiores responsáveis pela consagração do forte vínculo estabelecido entre turismo e preservação cultural, de modo que passou a ser reconhecido como solução para o desenvolvimento de regiões históricas em processo de decadência. Tal associação foi fruto da atuação política de intelectuais, empresários, técnicos e profissionais de vários setores inseridos nas discussões patrimoniais, auxiliando para a inserção das políticas culturais nas práticas políticas nacionais de desenvolvimento social. Márcia Chuva e Laís Lavinias afirmam, porém, que essa

⁵ Inicialmente chamado de “Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste com sua Utilização para Fins Turísticos” (1973-1976), teve sua nomenclatura alterada posteriormente para “Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas” (1976-1979), e, por fim, tornou-se “Programa de Cidades Históricas” em 1979.

⁶ CORREA, Sandra Magalhães. O Programa de Cidades Históricas: por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural urbano. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.24. n.1. p. 15-57. jan.- abr. 2016. p. 15.

⁷ CHUVA, Márcia; LAVINAS, Laís Villela. O Programa de Cidades Históricas (PCH) no âmbito das políticas culturais dos anos 1970: cultura, planejamento e nacional desenvolvimentismo. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.24. n.1. p. 75-98. jan.- abr. 2016. p. 89.

⁸ CORREA, Sandra Magalhães. Op. Cit. p. 20.

naturalização tolheu a busca de estratégias alternativas mais inclusivas e menos submetidas a ações empresariais do turismo, em boa medida marcadas pela ideologia desenvolvimentista, e com presença marcante, ainda hoje, nas políticas públicas de patrimônio cultural⁹.

Da década de 1980 em diante o IPHAN, além de estabelecer boas condições para a reflexão sobre a história da preservação do patrimônio cultural no Brasil¹⁰, passou a demonstrar um esforço institucional para ampliar os alvos de processos de tombamento e os grupos sociais por eles referenciados. Numa tentativa de alargar a “diversidade cultural” e inovar nas escolhas por novos tombamentos, como terreiros de religiões de matrizes africanas, imóveis vinculados ao Ecletismo ou à “arquitetura do ferro”, centros históricos heterogêneos como o de Olinda. Paulo Azevedo assegura que o processo de inclusão de Ouro Preto e de Olinda na *Lista do Patrimônio Mundial* da UNESCO tinha mais função de promover o país e a nova administração do IPHAN no âmbito internacional, do que propriamente assegurar sua conservação, já que as duas cidades já estavam tombadas pelo IPHAN¹¹.

Se na década de 1980 o IPHAN conseguiu tombar 85 bens, na década de 1990 esse total não ultrapassaria 36 bens, representando apenas 42,3% da soma anterior. Porém, se os tombamentos dos anos 1990 não foram numericamente consideráveis ou conceitualmente renovadores, se compensou pelo advento da legislação de proteção ao patrimônio imaterial que surgiu no fim dessa mesma década. O decreto 3551/2000 instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial, antecessor à criação da nomeação internacional do patrimônio imaterial pela UNESCO, por meio da convenção assinada em 2003 e ratificada no Brasil em 2006¹².

Na década de 2000, segundo Marins, a conclamação aos cidadãos para que se manifestassem quanto à formação do patrimônio e quanto ao que acreditavam a respeito de si mesmos como agentes de cultura ganharia outros prolongamentos. O Programa Cultura Viva instituído durante o governo Lula, com Gilberto Gil no Ministério da Cultura, possibilitava que o cidadão fosse o responsável pelo seu acionamento, visto que a ele cabia candidatar-se aos editais abertos para fomento cultural, bem como estimulava a formação de redes colaborativas e de inserção digital. A valorização do envolvimento do cidadão, no âmbito tanto da produção quanto da preservação cultural, ganhou dessa forma um destaque dentro das políticas públicas de cultura praticadas pela esfera federal, em que o Estado começava a renunciar de uma longa tradição diretiva que provinha da ditadura varguista.¹³

⁹ CHUVA, Márcia; LAVINAS, Laís Villela. Op. Cit. p. 93.

¹⁰ Em 1980, foi publicado o livro *Proteção e revitalização do patrimônio histórico e artístico nacional: uma trajetória*, pela Fundação Nacional Pró-Memória, dirigida por Aloísio Magalhães.

¹¹ AZEVEDO, Paulo Ormino David de. PCH: a preservação do patrimônio cultural e natural como política regional e urbana. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.24. n.1. p. 237-256. jan.- abr. 2016. p. 250.

¹² CORREA, Sandra Magalhães. Op. Cit. p. 16.

¹³ MARINS, Paulo César Garcez. Novos Patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais

Ainda a respeito dessa nova postura, destaca-se o patrimônio imaterial, definido pela UNESCO, de acordo com a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, como “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural”¹⁴.

A criação de um instrumento legal sobre a salvaguarda foi proposta em 1997, durante o Seminário Internacional Patrimônio Imaterial: estratégias e formas de proteção, que produziu a Carta de Fortaleza¹⁵. Documento este que recomendou ao IPHAN a realização do inventário desses bens em âmbito nacional, a integração das informações produzidas ao Sistema Nacional de Informações Culturais (SNIC) e a criação, pelo Ministério da Cultura (MinC), de um grupo de trabalho para desenvolver estudo e propor a edição de um instrumento legal dispendo sobre a criação do instituto jurídico denominado Registro.

Para atender às determinações legais e criar instrumentos que melhor se adequariam ao reconhecimento e à preservação desses bens imateriais, o IPHAN coordenou os estudos que resultaram na edição do já mencionado Decreto 3.551 que instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial, criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) e consolidou o Inventário Nacional de Referências Culturais (INCR).

Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas). A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial.

Nesses artigos da Constituição, reconhece-se a inclusão, no patrimônio a ser preservado pelo Estado em parceria com a sociedade, dos bens culturais que sejam referências dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Tal renovação tipológica se conjugou à inovação metodológica na trajetória da preservação federal, a proposta de nomeação deve ser agora acompanhada de declaração formal de um ou mais representante da comunidade produtora do bem, expressando o interesse e anuência com a instauração do processo de registro. Projetando assim um protagonismo para a sociedade nunca antes pressuposto na legislação patrimonial do Brasil.

Entre 2000 e 2004, o IPHAN elaborou e testou a metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) e realizou duas experiências de registro: do *Ofício das*

federais após a década de 1980. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 29, no 57, p. 9-28, janeiro-abril 2016. p. 17.

¹⁴ Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Disponível em:

<http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00009-PT-Brazil-PDF.pdf>. Visitado em fevereiro de 2017.

¹⁵ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Fortaleza%201997.pdf>.

Visitado em outubro de 2016.

Panelas de Goiabeiras e da *Arte Kusiwa dos índios Wajãpi do Amapá*, que também foi declarada Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade, em 2003. Nesse mesmo período, o PNPI foi implantado, inaugurando o fomento às experiências de inventário com o Projeto Celebrações e Saberes da Cultura Popular, executado pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), incorporado ao IPHAN em 2004. Dessa forma, ações de salvaguarda mais estruturadas e sistemáticas passaram a ser implementada pelo IPHAN, a partir da criação do Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI), em 2004.

É preciso acrescentar que nos primeiros 50 anos de práticas de preservação patrimoniais, as ações preservacionistas se pautavam na continuidade do modelo conceitual acerca dos patrimônios nacionais¹⁶. No caso brasileiro, como já se sabe, o tombamento era regido pelo ideário modernista, cristalizado na arquitetura monumental “do barroco e da mestiçagem como evidência do *ethos* nacional”¹⁷, atrelado a isso “a herança autoritária e excludente das práticas de eleição patrimonial, concentradas nos técnicos e na aparente neutralidade de suas escolhas, derivadas sobretudo da descrição formalista e estilística dos monumentos artísticos”¹⁸. O conceito oficial que norteou a política brasileira de patrimônio restringiu-se, inicialmente, aos chamados monumentos arquitetônicos e obras de arte eruditas associadas ao dito “passado nacional”.

Dentro desse contexto – depois de colocado em prática o Decreto-lei nº 25 – até o final de 1969, podemos analisar os critérios de tombamento dessa época a partir dos 803 bens eleitos em todo o Brasil como patrimônio nacional. Destes, 368 bens são de arquitetura religiosa, 289 se enquadram na arquitetura civil, 43 de arquitetura militar, 46 conjuntos, 36 bens imóveis, 6 bens arqueológicos e 15 bens naturais. O período mais intenso dessas atividades de tombamento se estende de 1938 a 1942, decaindo progressivamente nas décadas subsequentes. É evidente, portanto, que a política de tombamento se associa a um momento de intensa elaboração do nacional. Nesse sentido, e pensando ainda a duração e força dessa maneira de ver o patrimônio, podemos indicar o esforço de construção de um passado forjado e empregado como forma de promover autoconhecimento no qual o passado nacional é simbolicamente elaborado e utilizado com o objetivo de criar e fortalecer as identidades pessoais e coletivas. Esse movimento não escapa do que aconteceu em escala global, ou pelo menos no Ocidente, entre a segunda metade do século XVIII e o início do século XIX. Nesse longo período, tradições foram inventadas a partir da classificação do que seria o patrimônio cultural nacional, materializado em monumentos, relíquias, mártires, heróis, mitologias nacionais, locais de peregrinação cívica e cidades históricas, com o objetivo de criar e comunicar identidades nacionais¹⁹. Observa-se, contudo, como o próprio caso

¹⁶ Para mais informações a respeito, recomendo a leitura de CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução MACHADO, Luciano Vieira. 3ª ed. São Paulo: Estação Liberdade/ Editora da Unesp, 2001.

¹⁷ MARINS, Paulo César Garcez. Op. Cit. p. 11.

¹⁸ Ibidem.

¹⁹ Para mais informações a respeito, recomendo a leitura de HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006. HARTOG, Françoise. Patrimônio e presente. In: *Regimes de historicidade*. Presentismo e experiência do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. HARTOG, Françoise. Tempo e Patrimônio. *Varia História*. Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.261-273, Jul/Dez 2006. HUYSEN, Andreas. *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória*. Tradução

brasileiro também mostra a mudança e alargamento, ao longo do tempo, da concepção do que era considerado o patrimônio histórico (de pedra e cal) e do que passou a ser reconhecido como patrimônio cultural, com maior abrangência dos sujeitos envolvidos e ampliação dos conceitos.

2. A prática patrimonial: do tombamento ao registro

Dois dos tantos instrumentos institucionalizados no Brasil voltados para o patrimônio cultural nacional são o *tombamento* de bens materiais e o *registro* de bens imateriais. A análise de ambos, nesse momento, se justifica pois através deles podemos compreender a materialização e a prática das mudanças demonstradas no item anterior. O tombamento surge e se faz presente principalmente na “fase do patrimônio histórico” e o registro é elaborado em um momento de modificação da concepção acerca do patrimônio, podemos chamar de a “fase do patrimônio cultural”.

O tombamento, mecanismo que confere reconhecimento e proteção ao patrimônio cultural material, pode ser feito pela administração federal, estadual e municipal. Em âmbito federal, o tombamento foi instituído pelo Decreto 25, se consagrou como o primeiro instrumento legal de proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro e o primeiro das Américas, e cujos preceitos fundamentais se mantêm em uso até os nossos dias.

De acordo com o referido Decreto, o patrimônio histórico e artístico é definido como um “conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação é de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”²⁰. Estão também sujeitos a tombamentos, os “monumentos naturais, sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou criados pela indústria humana”²¹.

Qualquer pessoa física ou jurídica poderá solicitar o tombamento de qualquer bem ao IPHAN, bastando, para tanto, encaminhar correspondência à Superintendência do IPHAN em seu Estado, à Presidência do IPHAN, ou ao Ministério da Cultura. Para ser tombado, o bem passa por um processo administrativo que analisa sua importância em âmbito nacional e, posteriormente, o bem é inscrito em um ou mais Livros do Tombo. Os bens tombados estão sujeitos à fiscalização realizada pelo Instituto para verificar suas condições de conservação, e qualquer intervenção nesses bens deve ser previamente autorizada.

Sob a tutela do IPHAN, os bens tombados se subdividem em bens móveis e imóveis, entre os quais estão conjuntos urbanos, edificações, coleções e acervos, equipamentos

Vera Ribeiro. 1ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014. HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

²⁰ Capítulo I, Art. 1º do Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.

²¹ Capítulo I, Art. 1º § 2º do Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.

urbanos e de infraestrutura, paisagens, ruínas, jardins e parques históricos, terreiros e sítios arqueológicos. O objetivo do tombamento de um bem cultural é impedir sua destruição ou mutilação, mantendo-o preservado para as gerações futuras.

Segundo publicações do IPHAN²² e a legislação vigente, os quatro Livros do Tombo são divididos da seguinte maneira:

Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico: onde são inscritos os bens culturais em função do valor arqueológico; de valor etnográfico ou de referência para determinados grupos sociais; e de valor paisagístico, englobando tanto áreas naturais, quanto lugares criados pelo homem aos quais é atribuído valor à sua configuração paisagística, a exemplo de jardins, mas também cidades ou conjuntos arquitetônicos que se destaquem por sua relação com o território onde estão implantados.

Histórico: onde são inscritos os bens culturais em função do seu valor histórico. É formado pelo conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no Brasil e cuja conservação seja de interesse público por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil. Esse Livro reúne os bens culturais que se dividem em bens imóveis (edificações, fazendas, marcos, chafarizes, pontes, centros históricos, por exemplo) e móveis (imagens, mobiliário, quadros e xilogravuras, entre outras peças).

Belas Artes: onde são inscritos os bens culturais em função do seu valor artístico. O termo belas-artes é aplicado às artes de caráter não utilitário, opostas às artes aplicadas e às artes decorativas. Para o IPHAN, são consideradas belas artes as que imitam a beleza natural e que sejam diferentes daquelas que combinam beleza e utilidade.

Artes Aplicadas: onde são inscritos os bens culturais em função do seu valor artístico, associado à sua função utilitária. Para o IPHAN, essa denominação (em oposição às belas artes) se refere à produção artística que se orienta para a criação de objetos, peças e construções utilitárias: alguns setores da arquitetura, das artes decorativas, design, artes gráficas e mobiliário, por exemplo.

Os livros de tomo existentes estão presentes na esfera nacional junto ao IPHAN e nos órgãos congêneres a nível estadual e municipal. O tombamento pode ser realizado tanto por procedimento administrativo, quanto por lei ou por via jurisdicional. Por via administrativa, é sempre precedido de um processo em que a Administração Pública identifica o valor cultural dos bens móveis ou imóveis, públicos ou privados. Se privado, o proprietário do bem é notificado pelo órgão de preservação especializado, tendo direito à impugnação²³. O bem poderá ainda ser tombado, conforme afirmamos acima, pelo Poder Legislativo, através de lei específica, que determine a sua preservação. Segundo a Lei da Ação

²² Publicações vinculadas ao site do IPHAN disponíveis em: <http://portal.iphan.gov.br/>. Visitado em novembro de 2016.

²³ A partir desse momento o processo é encaminhado a um conselho consultivo integrado pelo diretor do órgão de preservação. A decisão do conselho deve ser homologada pelo titular da pasta da cultura e o bem inscrito no Livro do Tombo.

Civil Pública nº 7.347/ 85, passou a ser viável o tombamento ou preservação de bem cultural por decisão do Poder Judiciário.

Em resumo, são efeitos do tombamento: a obrigação de registrar o bem tombado e todo o processo; restrições à alienabilidade e à modificação do bem tombado; a vigilância exercida pelo órgão de tombamento, assim como vistoria e fiscalização sobre a coisa tombada.

Conforme § 1º do artigo 216 da Constituição Federal, o tombamento é apenas uma das formas de proteção, ao lado de inventários²⁴, registros²⁵, vigilância, desapropriação²⁶, e de outras formas de acatamento e preservação do patrimônio cultural brasileiro.

Veiculado no Portal do IPHAN no ano de 2013, existe um documento com a versão da publicação da lista de “Bens Móveis e Imóveis Inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: 1938-2012”²⁷. A estrutura dos bens culturais distribuídos pelo Brasil mostra, a partir dos diferentes Estados da Federação, indicações dos municípios onde se localizam os bens culturais protegidos pelo IPHAN através do tombamento.

A partir de cada bem tombado, nesse documento, há uma breve sistematização de informações constantes nos Livros do Tombo. Os campos destinados às caracterizações dos bens culturais podem estar preenchidos na sua totalidade ou não, dependendo de cada caso. Os bens tombados recebem uma inscrição, onde deve constar a transcrição do principal trecho relativo à identificação do bem cultural; é atribuído um nome ao bem quando da abertura do Processo de Tombamento; recebe uma numeração pelo Processo na Série “Tombamento” do Arquivo Central – Seção RJ e, por fim, o bem é inscrito em um ou mais dos quatro Livros de Tombo já citados, indica-se qual é o Livro que recebeu a inscrição.

Todas essas informações encontram-se no documento em análise, além de uma lista com os nomes daqueles bens que ainda não receberam suas inscrições nos Livros do Tombo. Isso porque as suas respectivas tramitações não foram concluídas pelo IPHAN, mesmo já existindo votos favoráveis do Conselho Consultivo para os tombamentos. A razão para isso, segundo o IPHAN, se justifica tanto pela necessidade da finalização do trâmite administrativo, o qual envolve até a homologação do tombamento por parte do Ministério

²⁴ Os inventários são utilizados para organizar e fazer o levantamento do patrimônio cultural nacional, além de serem mecanismos de proteção e de divulgação desses bens, utilizados, inclusive, para um possível processo de tombamento ou registro.

²⁵ Pelo Decreto 3.551, de 4 de agosto de 2000, instituiu-se o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, dividido nos quatro livros citados. A inscrição num dos livros de registro se baseia na continuidade histórica do bem e em sua relevância para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira.

²⁶ A desapropriação, se enquadra na seara do direito de propriedade, sendo esta a transferência compulsória da propriedade particular (ou pública de entidade de grau inferior para o superior) para o Poder Público ou seus delegados, por utilidade pública ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro, nos termos do artigo 5º, inciso XXIV, da Constituição Federal.

²⁷ Disponível em: <http://www.guiadeturismo.inf.br/images/arquivos/viegas/Lista-de-bens-tombados-pelo-IPHAN.pdf>. Visitado em setembro de 2016.

da Cultura, como pelas demandas de ajustes técnicos que alguns processos apresentam após as Reuniões do Conselho Consultivo do Instituto.

A partir do referido documento podemos analisar uma série de questões alusivas ao patrimônio material tombado no Brasil: sua ocorrência por estado e região, se há predominância em qual (ou quais) livro(s) do Tombo, se existe um tipo de bem que tem conquistado maior atenção, quantitativamente qual ano registrou o maior número de tombamentos, dentre tantos outros questionamentos que podem ser levantados na análise de um documento tão rico em informações e possibilidades de diversas pesquisas.

Outra forma de proteção ao patrimônio cultural é o registro de bens imateriais, bastante posterior ao tombamento, como já foi dito, é um instrumento aplicado aos bens que obedecem às seguintes categorias: celebrações, lugares, formas de expressão e saberes, ou seja, as práticas, representações, expressões, lugares, conhecimentos e técnicas que os grupos sociais reconhecem como parte integrante do seu patrimônio cultural. Ao serem registrados, os bens recebem o título de “patrimônio cultural brasileiro” e são inscritos em um dos quatro Livros de Registro, de acordo com a categoria correspondente.

A Constituição Federal Brasileira, em seu artigo 216, prevê o reconhecimento dos bens culturais imateriais como patrimônio a ser preservado pelo Estado em parceria com a sociedade. O artigo define, também, que o poder público – com a colaboração da comunidade promoverá e protegerá o Patrimônio Cultural Brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento.

Os patrimônios registrados são os bens culturais imateriais reconhecidos formalmente, caracterizam-se pelas práticas e domínios da vida social apropriados por indivíduos e grupos sociais como importantes elementos de sua identidade. São transmitidos de geração a geração e constantemente recriados pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, sua interação com a natureza e sua história.

As inscrições desses bens nos Livros de Registro atende ao que determina o Decreto 3.551: “terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira”²⁸. Sendo o registro realizado em um dos Livros de Registro que se distinguem da seguinte forma:

dos Saberes: onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

das Celebrações: onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

²⁸ Art.1º § 2º do Decreto-Lei 3.551 de 04 de agosto de 2000.

das Formas de Expressão: onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

dos Lugares: onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.²⁹

O processo de registro do patrimônio imaterial pode se valer, em muitos casos, da instituição que o respalda, no intuito de captar recursos para contribuir, em caso de necessidade, para a manutenção da manifestação direta ou indiretamente. A chancela pública à manifestação cultural pode atuar como representação de apoio e valorização da manifestação frente à sociedade afim de atuar como instrumento de legitimação que permite mais envolvimento e troca com outros setores da sociedade e o próprio Estado.

O IPHAN afirma que registrar o patrimônio imaterial remete também à uma conscientização da sociedade sobre o valor das manifestações tradicionais. Criar um acervo sobre essas manifestações é interessante não só se pautando no discurso na perda, mas também a partir do momento que se entende a necessidade de se registrar as mudanças das manifestações através do tempo, o que contribui para as futuras gerações poderem refletir sobre o seu próprio contexto de maneira comparativa. O Instituto afirma que o registro pode contribuir para uma historiografia na qual os diversos conflitos e lutas populares marcam permanências e descontinuidades ao longo do tempo³⁰.

Segundo o IPHAN, o patrimônio imaterial é transmitido pelas gerações e é sempre recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. O Instituto compreende então que a salvaguarda considera os modos de vida e representações de mundo de coletividades humanas e o princípio do relativismo cultural de respeito às diferentes configurações culturais e aos valores e referências, que devem ser assimilados a partir de seus contextos. Por outro lado, afirma que a salvaguarda também é pautada no reconhecimento da diversidade cultural como definidora da identidade cultural brasileira e procura incluir as referências significativas dessa diversidade³¹.

Paulo César Marins contrapõe essa visão agregadora que o IPHAN se propõe apresentar com pesquisas estatísticas demonstrando que o rol de bens imateriais registrados desde 2002 evidencia notoriamente uma continuidade da histórica predominância do Nordeste e do Sudeste, com 25 dos 38 bens registrados a nível nacional, compreendendo-se aqueles bens partilhados por ambas as regiões (os vinculados à capoeira por exemplo), ou com a região Sul (o fandango). Totalizam, portanto, 2/3 do total de todo o

²⁹ Art. 1º § 1º do Decreto-Lei 3.551 de 04 de agosto de 2000.

³⁰ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/418/>. Visitado em setembro de 2016.

³¹ Instrumentos de Salvaguarda. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/418/>. Visitado em setembro de 2016.

país. A região Norte conta com 7 registros, o Centro Oeste com 5 e a região Sul com apenas 2 (sendo um deles compartilhado com o Sudeste)³².

Para Marins, a aparente coincidência não pode ser tomada como acidental, mas deve ser compreendida como parte de uma constante interpretação do país em que essas duas regiões, “base geográfica inicial da colonização portuguesa e *locus* simbólico da mestiçagem entre brancos e negros, são aquelas que definem o caráter “nacional” desde o estabelecimento das políticas culturais na década de 1930”³³. Excluindo-se assim, de maneira contumaz, as populações indígenas ou as imigrantes da “centralidade simbólica” do país.

De 2002 a 2015, o Conselho Consultivo do IPHAN indicou o registro de 38 bens imateriais, portanto, uma média de 2,9 nomeações anuais. Uma média baixíssima que é, em parte, advinda de uma metodologia mais elaborada, burocrática e lenta do que as antigas práticas de identificação e nomeação do patrimônio material, tradicionalmente descritivas e feitas sem consulta à sociedade local. Não há, embora, como negar que o investimento do Estado nessa ação é de escala bastante irrelevante em relação à quantia de bens materiais, que recebeu 167 tombamentos na década de 2000 e 123 entre 2011 e 2015³⁴.

No estado de Minas Gerais apenas 6 bens imateriais são registrados a nível nacional, 3 deles no Livro de Registro Formas de Expressão – em 2005, o *Jongo do Sudeste* (que tem abrangência regional, se dividindo entre os quatro estados que compõem a região sudeste no Brasil); em 2008, a *Roda de Capoeira* (que tem abrangência nacional e é registrada também em outros estados do país) e, em 2009, o *Toque dos Sinos em Minas Gerais* – e mais 3 bens no Livro de Registro dos Saberes – em 2008, o *Modo artesanal de fazer Queijo de Minas*, nas regiões do Serro, da Serra da Canastra e Salitre/ Alto Paranaíba; no mesmo ano, o *Ofício dos Mestres de Capoeira* (com abrangência nacional, presente em todos os estados do país) e, no ano de 2009, o *Ofício de Sineiro*.

Paulo César Marins conclui que as ações de registro e de tombamento já executadas pelo IPHAN nos últimos 35 anos não representam, evidentemente, “a totalidade de medidas efetivadas pelo órgão no sentido de rever seus paradigmas, sejam eles identitários, metodológicos ou mesmo políticos. Numerosos estudos técnicos ainda não resultaram em proteções”³⁵, como demonstram tantos inventários, o que possibilita que, no futuro, se destaque ou não vertentes perceptíveis nos processos já concluídos.

Sobre os Dossiês de Tombamento e de Registro, podemos inferir que são documentos desenvolvidos como iniciativa fundamental para que os bens sejam agraciados com a decisão pelo tombamento ou pelo registro. Estes vem acompanhados de outras etapas do processo que visa à proteção legal, como identificação do bem cultural, tombamento ou

³² MARINS, Paulo César Garcez. Op. Cit.

³³ Ibidem. p. 18.

³⁴ Ibidem.

³⁵ Ibidem. p. 25.

registro provisório, decreto de tombamento ou registro, inscrição no livro de tomo ou registro e publicação da decisão final. Os Dossiês fazem parte das atividades desenvolvidas para registrar, tomba e proteger o patrimônio cultural, além de compor o conjunto de ações que, no estado de Minas Gerais, garantem os incentivos do ICMS Cultural, segundo a Lei 13.803/ 2000³⁶.

Tais iniciativas se configuram como resultado de ações em consonância com as leis nacionais, que regulamentam o registro ou o tombamento de bens culturais. Geralmente estes documentos, chamados Dossiês de Tombamento ou Dossiês de Registro, reúnem uma série de informações, como histórico do bem e do município, descrições e análises detalhadas, laudo do estado de conservação para os bens móveis e imóveis, delimitações e justificativas, documentação cartográfica e fotográfica, delimitação e descrição da área de ocorrência no caso de bem imaterial, assim como ficha de inventário do bem, tudo isso com o objetivo de fundamentar e justificar seu tombamento ou registro.

Após o cumprimento de todo o procedimento legal que envolve os processos de tombamento ou registro, o Dossiê é arquivado e sua divulgação deve acontecer em locais públicos, com vistas a valorização e proteção, planejamento e pesquisa, conhecimento de potencialidades e educação patrimonial. A confecção do Dossiê, como parte fundamental do processo de preservação do Patrimônio Cultural, visa o reconhecimento do valor cultural de um bem, transformando-o em patrimônio oficial e instituindo regime jurídico especial de propriedade, levando-se em conta sua função social.

Compreendendo o funcionamento e aplicabilidade dos instrumentos de proteção, *registro* e *tombamento*, podemos observar as modificações e o alargamento do conceito de patrimônio efetivado na prática de proteção dos bens assim eleitos. O registro veio inaugurar a maior amplitude de bens nomeados como patrimônio no Brasil.

3. O patrimônio cultural praticado: o caso de Ouro Preto

Os primeiros apontamentos a respeito dos indícios de perda de monumentos históricos e de “arte colonial” foram produzidos diante da “construção” do que seria chamado de *barroco mineiro* pelos modernistas, compreendida mais tarde como a primeira manifestação cultural “tipicamente brasileira”, no início do século XX.

Resultado disso foi a primeira ação categórica de proteção do patrimônio cultural brasileiro, traduzida na elevação da cidade de Ouro Preto, no estado de Minas Gerais, à categoria de *monumento nacional* pelo Decreto nº 22.928, de 12 de julho de 1933 – antes mesmo da confecção do já mencionado Decreto-Lei, datado de 1937

³⁶ Mais conhecida como *Lei Robin Hood*, legislação do estado de Minas Gerais que dispõe sobre a distribuição da parcela de receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios, de que trata o inciso II do parágrafo único do artigo 158 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Até os anos 20 e 30, quando veio a ser descoberta pelos intelectuais modernistas, Ouro Preto era mais uma das tantas "cidades mortas" - na expressão de Monteiro Lobato - existentes no Brasil. Passada a fase da mineração, a cidade entra em decadência. Mas ela é ainda a capital da província de Minas Gerais. Em fins do século XIX, ela perde essa condição para Belo Horizonte.³⁷

Ou seja, como consequência dessa "descoberta" pelos intelectuais modernistas, o decreto presidencial eleva a cidade de Ouro Preto à condição de *monumento nacional* – "data dos anos 20 e 30 a criação do culto a Ouro Preto e às chamadas cidades históricas de Minas, à arte e arquitetura religiosa barroca do século XVII mineiro"³⁸. Nos anos 1960, Ouro Preto é elevada à condição de *Cidade Monumento Mundial* pela UNESCO, passando a integrar o que é chamado de "patrimônio cultural da humanidade".

Em Ouro Preto os Dossiês já realizados de bens tombados e registrados a nível municipal, se inserem nas atividades desenvolvidas pela Secretaria de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Municipal, com o apoio do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural, voltadas para a proteção do patrimônio cultural da cidade ou, ainda, como resultado de ações compensatórias exigidas pelo Ministério Público Estadual no âmbito do licenciamento ambiental da empresa Gerdau (como ocorreu com os Dossiês de tombamento da *Capela de Nossa Senhora da Conceição do Chiqueiro dos Alemães* e do *Conjunto Arquitetônico e Arqueológico da Igreja de Nossa Senhora Auxiliadora de Calastróis*).

Em Ouro Preto são tombados a nível Federal, na categoria "Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas" 49 bens distribuídos pela cidade (sendo 9 no Centro), com a data de tombamento entre 1931 e 1998 – sendo a maioria nos anos de 1939 (22 bens) e no ano de 1950 (13 bens). Além do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da cidade, tombado como Núcleo histórico a nível federal em 1931 e 1938 e a nível municipal no ano de 2010, localizado no "Caminho Tronco", composto pelos bairros Cabeça, Rosário, Pilar, Centro, "Lajes", Antônio Dias, Barra, Alto da Cruz, Padre Faria e adjacências. Além destes, dois bens foram registrados como "bem imaterial", sendo um inscrito no Livro "Formas de Expressão" e outro no Livro "Saberes", ambos registrados no ano de 2009. Os bens tombados se inserem nos livros "Belas Artes", "Histórico" e "Arquitetura, Etnográfico e Paisagístico", sendo a grande maioria dos bens inscritos no "Livro Belas Artes".

Em todos os 12 distritos pertencentes ao município de Ouro Preto, são somados 4 bens tombados a nível Federal, distribuídos nas categorias: "Bens Móveis" e "Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas", entre os anos de 1939 e 1987.

A nível municipal 12 bens foram tombados na sede do município de Ouro Preto, nas categorias "Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas" e "Bem móvel" (apenas 1), entre os anos de 2006 e 2010 (sendo 10 bens tombados apenas em 2006). Nos anos de 2008 e 2009 foram registrados a nível municipal, em dois distritos diferentes, 2 bens de natureza

³⁷ GONÇALVES, José Reginaldo. Op. Cit. p. 272.

³⁸ Ibidem.

imaterial. Além de mais 10 tombamentos realizados nos distritos (Lavras Novas, Amarantina, Cachoeira do Campo, Glaura, Miguel Burnier, São Bartolomeu, Rodrigo Silva e Santo Antônio do Salto) entre os anos de 2005 e 2010, distribuídos entre as categorias “Núcleo Histórico”, “Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas” e “Bens Móveis”.

Para compreendermos como se realiza o envolvimento da população de Ouro Preto na construção e nas decisões que abrangem o patrimônio municipal, optamos por iniciar essa busca por conhecimentos que envolvem comunidade *versus* patrimônio institucionalizado³⁹ em âmbito nacional, visando compreender, inicialmente, as estratégias dos órgãos brasileiros voltados à preservação do patrimônio em envolver a sociedade civil nas tomadas de decisões referentes ao patrimônio.

Ao pesquisarmos sobre o patrimônio institucionalizado, reconhecido e salvaguardado pelas legislações que os dizem respeito, nos deparamos com a iniciativa dos *Inventários Participativos*, publicação do IPHAN. Tal ferramenta é compreendida no domínio da Educação Patrimonial, foi criada para a sociedade civil com vistas à incentivá-la na procura por evidenciar sua cultura como eixo de desenvolvimento local. O instrumento pretende fomentar no leitor a discussão sobre patrimônio cultural, assim como estimular que a própria comunidade busque identificar e valorizar as suas referências culturais.

Segundo o manual de aplicação *Educação Patrimonial: Inventários Participativos*, publicado no ano de 2016, seu alvo primordial é a mobilização e a sensibilização da comunidade para a importância de seu patrimônio cultural, por meio de uma atividade formativa que envolve produção de conhecimento e participação.

Nesse sentido, visa considerar a comunidade como protagonista para inventariar, descrever, classificar e definir o que lhe discerne e lhe afeta como patrimônio, numa construção dialógica do conhecimento acerca de seu patrimônio cultural. Através da aplicação do manual em questão, pretende-se, ainda, abordar o tema da preservação do patrimônio cultural e fomentar a compreensão de elementos como território, convívio e cidade, entendidos como possibilidades de constante aprendizado e formação, procurando associar valores como cidadania, participação social e melhoria de qualidade de vida.

O instrumento mencionado intenciona promover o respeito pela diferença e o reconhecimento da importância da pluralidade, além de construir conhecimentos a partir de um amplo diálogo entre as pessoas, as instituições e as comunidades que detêm as referências culturais a serem inventariadas, afirmando, contudo, que não se pretende formalizar reconhecimento institucional por parte dos órgãos oficiais de preservação.

Por fim, sendo o produto deste instrumento um inventário informal produzido em conjunto, visto como uma atividade de educação patrimonial, o órgão enfatiza que esta

³⁹ O presente trabalho compreende o patrimônio institucionalizado como resultado do processo de seleção e de confecção de documentação específica, salvaguardado e protegido por legislação, seja em âmbito municipal, estadual ou federal.

iniciativa não tem a pretensão de servir de instrumento de identificação e reconhecimento oficial de patrimônio, nem substituir as atuais ferramentas utilizadas nos processos de proteção dos órgãos de preservação do patrimônio de qualquer esfera de governo, apresenta-se, porém, na intenção de servir como um exercício de cidadania e participação social, onde os seus resultados possam contribuir para o aprimoramento do papel do Estado na preservação e valorização das referências culturais brasileiras, assim como servir de fonte de estudos e experiências.

Assim como em grande parte das cidades do estado de Minas Gerais⁴⁰, na cidade de Ouro Preto a maneira mais próxima de envolvimento da sociedade civil nas decisões que envolvem o patrimônio municipal se efetiva principalmente através do Conselho Municipal do Patrimônio (Compatri), órgão colegiado de caráter permanente, consultivo e de assessoramento, regulamentado pela Lei Municipal nº 64⁴¹ de 29 de novembro de 2002, com suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal nº 17/ 02⁴², vinculado à Secretaria Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano que fornece suporte técnico administrativo para garantir seu funcionamento, sediado na Casa dos Conselhos.

Atualmente, o Compatri é regido pela Lei Municipal nº 708 de 27 de setembro de 2011, que estabelece novas funções ao Conselho e determina número menor de membros para sua formação – anteriormente, do ano de 2002 até 2011, eram 20 membros distribuídos entre 10 representantes do Poder Público e 10 representantes da Sociedade Civil.

O Compatri é paritário entre o Poder Público e entidades da sociedade civil, atualmente é composto por 16 membros titulares e suplentes, que exercem um mandato de 2 anos, com uma recondução permitida por lei, sendo 8 representantes do Poder Público: 1 da Secretaria Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano, 1 da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, 1 da Secretaria de Meio Ambiente, 1 do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA), 1 das instituições federais de ensino superior sediadas no município (Universidade Federal de Ouro Preto e Instituto Federal de Minas Gerais), 1 do IPHAN e 1 da Fundação de Artes de Ouro Preto. Além de 8 representantes da sociedade civil divididos da seguinte forma: 2 das entidades preservacionistas de Ouro Preto, 2 da Federação das Associações de Moradores de Ouro Preto, 2 das entidades culturais em atuação em Ouro Preto, 1 dos guias de turismo de Ouro Preto e 1 da Associação Comercial e Empresarial de

⁴⁰ Esta afirmação se dá pela constatação da exigência da formação de um Conselho Municipal do Patrimônio Cultural que possa opinar e interferir na decisão pelo tombamento ou registro de um bem. Exigência esta prevista em legislação específica ao patrimônio cultural do estado de Minas Gerais e atendida pelas cidades que desejam ter seus bens considerados patrimônios institucionalizados.

⁴¹ Lei Municipal nº 64/ 02 que regulamenta o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural do Município de Ouro Preto e revogada pela Lei nº 708 de 27 de setembro de 2011.

⁴² Lei de 26 de abril de 2002 que regulamenta o artigo 165 da Lei Orgânica do Município de Ouro Preto, implanta e regulamenta o tombamento de bens móveis e imóveis, assim como o registro dos bens imateriais pelo Município de Ouro Preto. A saber: “Art. 165. Fica criado o mecanismo do Tombamento Municipal, visando à preservação de áreas e de bens móveis e imóveis de relevante importância cultural ou natural para o Município, na forma da lei. (Regulamentado pela Lei nº 17 de 2002)”.

Ouro Preto.

Segundo a legislação mais atual, a Lei Municipal nº 708, que dispõe sobre o Compatri e dá outras providências, compete ao Conselho: propor as bases da política de preservação do patrimônio cultural material, imaterial e natural do município de Ouro Preto; divulgar parecer prévio do qual dependerão os atos do tombamento e registro ou cancelamento destes; fixar diretrizes relacionadas ao interesse público na preservação do patrimônio; receber, examinar e deliberar sobre as propostas de proteção de bens culturais e naturais encaminhados na forma da lei municipal; dentre outras providências.

Para uma análise mais detida do documento denominado “Bens Móveis e Imóveis Inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: 1938-2012”⁴³, citado no item “A prática patrimonial: do tombamento ao registro” do presente artigo, classificamos os 204 bens inscritos no Livro do Tombo, entre os anos 1938 e 2012, em todo o estado de Minas Gerais, a nível federal, em 29 tipos de bens, estes se dividem em: 19 capelas (sendo 7 em Ouro Preto, todas inscritas no Livro Belas Artes, no ano de 1939), 34 casas (sendo apenas 4 na cidade de Ouro Preto, divididas nos Livros Belas Artes e Histórico, entre os anos de 1950 e 1963), 9 chafarizes (sendo 5 apenas em Ouro Preto, inscritos no Livro Belas Artes, na mesma data do ano de 1950), 2 coleções (nenhuma em Ouro Preto), 1 complexo ferroviário (entre os municípios de São João Del Rei e Tiradentes), 16 conjuntos, 1 documentação, 2 edifícios, 1 estação, 1 fábrica (em Ouro Preto, inscrita no Livro Histórico como a “Primeira Fábrica de Ferro no Brasil”, no ano de 1938), 2 fazendas, 1 fonte, 1 hospício, 79 igrejas (sendo 15 em Ouro Preto, inscritas no Livro Belas Artes, entre os anos 1938 e 1962), 3 imagens (1 em Ouro Preto, no distrito de Antônio Dias, inscrita no Livro Belas Artes, no ano de 1987), 1 imóvel, 1 lapa, 1 lavatório, 1 marco, 1 oratório (em Ouro Preto, inscrito no Livro Belas Artes, em 1939), 11 passos (sendo 5 em Ouro Preto, inscritos no Livro Belas Artes, todos no ano de 1959), 6 pontes (todas em Ouro Preto, no Livro Belas Artes, uma em 1939 e as 5 outras em 1950), 1 prédio, 1 presépio, 3 remanescentes, 1 santuário, 2 sobrados, 1 teatro e 1 túmulo.

Para nosso exame, julgamos importante adotarmos essas divisões tipológicas para facilitar a compreensão da fonte. Agrupados assim, a partir das denominações advindas do próprio IPHAN, os bens podem ser compreendidos em conjunto, sem que, para isso, percam sua individualidade.

Tais bens tombados se dividem em 49 cidades, do total de 853 cidades que compõem todo o estado de Minas Gerais. Dos 204 bens tombados a nível federal, 46 estão na cidade de Ouro Preto, inscritos em seus respectivos livros entre os anos de 1938 e 1987. A totalidade dos bens analisados se distribuem entre os livros do tomo: Belas Artes (169 bens), Histórico (56 bens) e Arq./Etn./Psg. (13 bens), sendo que dos 204 bens, 30 deles estão inscritos em mais de um livro, principalmente Belas Artes e Histórico.

⁴³ Disponível em: <http://www.guiadeturismo.inf.br/images/arquivos/viegas/Lista-de-bens-tombados-pelo-IPHAN.pdf>. op. cit.

A fonte pesquisada abre infinitas possibilidades de reflexão, nos permite observar quais as categorias de bens preservados em maior número, quais as cidades do estado que tem maior quantidade de bens tombados, além das datas nos permitir ponderar sobre os vínculos políticos e econômicos (como tantas outras comparações possíveis) estabelecidos no momento do tombamento. Esta breve reflexão visa, muito mais do que responder questões, levantar dúvidas que instiguem novos pesquisadores do campo.

Podemos concluir que, dentre as formas de proteção institucionalizadas do Patrimônio Cultural no Brasil, procuramos abordar as mais utilizadas quando se busca salvaguardar os patrimônios materiais e imateriais, visando compreender o movimento histórico que trouxe as mudanças de concepções acerca do patrimônio cultural nacional. Analisamos o funcionamento dos instrumentos de proteção nas políticas públicas, assim como suas aplicabilidades e envolvimento social, demonstradas, no caso de Ouro Preto, principalmente nas atribuições do Compatri, que envolvem a participação de representantes da comunidade na tomada de decisões referentes ao patrimônio cultural municipal institucionalizado.

Artigo recebido em 14 jan. 2017

Aprovado para publicação em 04 mar. 2017

Referências

AZEVEDO, Paulo Ormino David de. PCH: a preservação do patrimônio cultural e natural como política regional e urbana. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.24. n.1. p. 237-256. jan.- abr. 2016. p. 250.

CORREA, Sandra Magalhães. O Programa de Cidades Históricas: por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural urbano. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.24. n.1. p. 15-57. jan.- abr. 2016.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução MACHADO, Luciano Vieira. 3ª ed. São Paulo: Estação Liberdade/ Editora da Unesp, 2001.

CHUVA, Márcia; LAVINAS, Laís Villela. O Programa de Cidades Históricas (PCH) no âmbito das políticas culturais dos anos 1970: cultura, planejamento e nacional desenvolvimentismo. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.24. n.1. p. 75-98. jan.- abr. 2016.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. *O direito à memória: análise dos princípios constitucionais da política de patrimônio cultural no Brasil (1988-2010)*. Fundação Casa de Rui Barbosa. s/d.

GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HARTOG, Françoise. Patrimônio e presente. In: *Regimes de historicidade*. Presentismo e experiência do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

_____. Tempo e Patrimônio. *Varia História*. Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.261-273, Jul/Dez 2006.

HUYSSSEN, Andreas. *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória*. Tradução Vera Ribeiro. 1ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

_____. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

MARINS, Paulo César Garcez. Novos Patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 29, no 57, p. 9-28, janeiro-abril 2016.

Fontes

Online

Publicações vinculadas ao site do IPHAN. Disponíveis em: <http://portal.iphan.gov.br/> e em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/418/>.

Lista dos bens Culturais inscritos nos livros do tomo (1938-2012). Disponível em: <http://www.guiadeturismo.inf.br/images/arquivos/viegas/Lista-de-bens-tombados-pelo-IPHAN.pdf>



**Você tem fome de
quê? Uma reflexão
sobre patrimônio,
legitimidade
e novas
perspectivas
analíticas**

**Luciana Christina Cruz
Souza¹**

**What are you hungry
for? An essay about
heritage, legitimacy
and new analytical
perspectives**

DOI: 10.12660/rm.v8n12.2017.65490

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS/Mast) pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). E-mail: lucriscsouza@gmail.com

Resumo:

Partindo de uma provocação sobre o universo simbólico e a necessidade de considerá-lo como elemento primordial à vida humana, o presente artigo trata sobre o patrimônio e as escolhas, os juízos, que envolvem a seleção e a preservação de bens culturais. Recorre, portanto, à importância atribuída à figura do técnico-especialista no trato com o patrimônio, seja na esfera do Estado ou no museu, enquanto agente que parece reunir a capacidade/legitimidade de nomear e tratar o patrimônio. Partindo do pressuposto que há uma concentração de agentes provenientes de específicas disciplinas que se revelam responsáveis, ou se consideram exclusivamente aptos, à condução da seleção de bens culturais e das práticas de preservação desses bens, o artigo, em formato de ensaio de natureza teórica, reflete sobre as relações de colonialidade que parecem atravessar as dinâmicas do campo do patrimônio a partir da figura dos técnicos-especialistas.

Palavras-chave: Patrimônio, Preservação, Colonialidade.

Abstract:

Considering the symbolic universe as a primordial element of human life, this essay deals with the cultural heritage and the judgments involved on selection and preservation. The purpose of this article is to address the importance of the figure of the expert-technician agent and its dealing with public heritage assets, since such agent seems to have the capacity / legitimacy to look after said assets. Based on the assumption that there is a set of such agents coming from specific disciplines, their could direct the selection of assets of a determined nature to be treated as heritage as well as the preservation techniques to be applied in relation to them, the main objective of this article is to provide a reflection about the colonial background which seems to surpass the dynamics of the heritage field through the figure of the experts.

Keywords: Heritage, Preservation, Coloniality.

“Você tem fome de quê? Você tem sede de quê?”. O que você necessita para se constituir como indivíduo, como sujeito? O que te alimenta a alma e o corpo, o que lhe dá vida? O que você precisa para compreender a historicidade das suas experiências, as memórias que forjam sua história? Você precisa de quê? Você tem fome de quê?

Para além de uma pergunta que supostamente remete às necessidades fisiológicas do corpo humano, a questão se inspira na música “Comida” composta por Arnaldo Antunes, Sérgio Brito e Marcelo Fromer que também se refere às demandas relacionadas ao exercício da individualidade e da sociabilidade, e evoca, entre outros elementos, a importância do campo simbólico na experiência social. A ideia de fome e sede, usadas como metáforas das carências da própria existência humana, sugerem a complexidade das relações sociais; precisamos, portanto, do alimento para a alma que dá sentido à vida: diversão e arte – assim diz a música. Nessa perspectiva, precisamos de muitos outros elementos que nos constituam enquanto sujeitos, que contribuam para a construção de pensamentos, ideias, conhecimentos, até mesmo para uma formação identitária, seja individual, seja coletiva.

No Brasil, alguns movimentos incorporaram a ideia da cultura enquanto alimento simbólico. Essas correntes de pensamento e ação forjaram ideias e expressões estéticas voltadas ao produto histórico do encontro de culturas, o qual seria responsável pela configuração de uma “brasilidade”. Nascia daí o Manifesto Antropofágico de Oswald de Andrade no Movimento Modernista brasileiro, cujo tema da identidade nacional ou regional revelou-se implícito ou explícito em obras de renomados artistas modernistas brasileiros.

O Manifesto Antropófago, que resume as contradições brasileiras entre o moderno e o primitivo, a indústria e a natureza, a Europa e a América, foi publicado no primeiro número da Revista de Antropofagia, e ilustrado com um desenho de Tarsila do Amaral, onde se via uma figura nua de pés incrivelmente largos, alguns cactos e o Sol – idêntico motivo dessa pintura, intitulada Abapuru (que em tupi-guarani significa homem ‘aba’, que come ‘puru’), seria reproduzido no ano seguinte, no quadro Antropofagia. (CAPELATO, 2005, p. 263)

A antropofagia do modernismo brasileiro evidenciou que o discurso estético estava intrinsecamente relacionado às reflexões sobre o poder¹, evocando as assimetrias proporcionadas pela modernidade e pela organização colonial do mundo, tema amplamente debatido posteriormente por autores provenientes do Sul global, como Anibal Quijano, Walter Mignolo, Edgardo Lander, entre outros.

E é se reportando a essa experiência de modernidade que importa pensar o patrimônio e seu papel na organização colonial do mundo. Para alguns pesquisadores, foi na

¹ A discussão sobre a formação de uma identidade nacional baseada no encontro colonial passa por grandes obras da história intelectual brasileira, tendo como referências nomes como Gilberto Freyre (1933) e Sérgio Buarque de Holanda (1936).

Europa, a partir da experiência da modernidade, que se iniciou um processo de concepção sobre o patrimônio cultural e sua preservação (MARTINS, 2014). Essa questão se articulou à necessidade crescente de se preservar as cidades e seus bens culturais que diziam respeito à memória social/coletiva (MARTINS, 2014). A literatura brasileira que trata do assunto identifica na Revolução Francesa a consolidação do termo “patrimônio”, associado às instituições de leis e penalidade com intento de proteção daquilo que simbolizaria o passado. No que diz respeito ao Brasil, a literatura conhecida comumente reconhece o embrião das políticas de preservação no Movimento Modernista das décadas de 1920 e 1930, tendo a construção de uma noção de patrimônio ligada à modernidade em termos globais e locais - no Brasil.

Se considerarmos a afirmação de Sandra Martins (2014), baseada em F. Hardman (1988), sobre a monumentalidade como expressão característica da modernidade no que diz respeito às representações de ideologias e culturas dominantes, é possível incorporar a reflexão sobre a colonialidade através das concepções sobre o que se preservar fazendo frente ao processo inexorável de desaparecimento dos bens culturais - a legitimidade do discurso da perda:

[...] a questão do por que preservar pode ser descrita em três motivações: primeiro, porque se identificam nos monumentos os valores morais que a sociedade, de então, estava perdendo; segundo, para se ter uma identidade nacional e construir seu próprio tempo com as soluções utilizadas no passado; terceiro para recuperar a humanidade do homem pela recuperação dos modos de fazer de antes (MARTINS, 2014, p. 13).

Importa destacar aqui a ideia de colonialidade trabalhada por movimentos teóricos latino-americanos que procuram compreender as formas de poder presentes nas nossas instituições e manifestações culturais. Partindo de conceitos como “colonialidade” e “sistema-mundo-colonial” constituídos, respectivamente, por Anibal Quijano e Walter Dignolo, formulou-se uma reflexão sobre a geopolítica do poder, a partir da qual se procurou compreender a formação de uma relação de superioridade dos conhecimentos da sociedade ocidental moderna (através da racionalidade científica) sobre os demais conhecimentos produzidos em outros territórios. Destaca-se, portanto, a importância e a atualidade de instituições, valores e dinâmicas da modernidade – numa ordem capitalista, legalista e burocrática -, produtos de um mundo moderno que ainda forja experiências sociais de colonialidade tendo como referência um padrão geopolítico de poder. Por essa perspectiva, considera-se que o patrimônio igualmente se refere a esses elementos através de uma espécie de colonialismo do saber (especializado) que passou a conduzir o campo do patrimônio e definir as práticas de preservação.

Sendo assim, importa refletir o papel dos bens culturais sobre a experiência social, e, por consequência, pensar as ações de manutenção desses bens, as intervenções diretas ou indiretas sobre eles, as quais são precedidas de processos de seleção/julgamento que são, sempre, conduzidos por códigos e valores partilhados socialmente, mas inseridos numa ordem geopolítica que influencia interpretações sobre o mundo.

A discussão parte da premissa que as ações de preservação, conservação e restauração são, essencialmente, ações políticas, recorrendo a Hannah Arendt (1979) e sua percepção sobre a cultura e a política enquanto elementos que se imbricam mutuamente, articulados pelos atos de julgamento e decisão, pela troca criteriosa de opiniões que incidem sobre a esfera da vida pública e sobre o mundo comum. Para tanto, a proposta de reflexão se coloca numa estrutura de ensaio, abordando a preservação como um conjunto macro de medidas sobre bens que passaram por processo de patrimonialização, e como tais foram selecionados a partir de critérios – e valores – compartilhados entre profissionais orientados por áreas específicas do saber.

Como escolher, portanto, o que merece ser patrimonializado e, conseqüentemente, preservado? Quem é capaz de definir o que merece ser legado às próximas gerações? Seria possível escolher, selecionar, um bem para sua preservação sem que o processo de institucionalização passe pelo crivo do agente “capaz”, o especialista? Esse processo institucional depende exclusivamente da existência da figura do especialista? O objetivo deste artigo não é responder a tais perguntas (por considerar que não há respostas definitivas, estanques, para elas), mas refletir sobre a importância de fazê-las, sobre a necessidade (ou a sede) de pensar em agentes e dinâmicas que definem e conduzem esses processos constituintes do campo museológico no Brasil. Trata-se de questões que refletem angústias geradas a partir de leituras, discussões e experiências profissionais; aflições do território do patrimônio que não almejam respostas, mas que procuram diálogo e inspiração em correntes da Filosofia, da Sociologia e da Antropologia, com o intuito de desenvolver uma reflexão acerca de alguns elementos que atravessam as ações de preservação.

Mas importa destacar que não há uma definição fechada para a ideia de “preservação”, circunscrita a estudos e autores específicos que possam ter traçado alguma conceituação genérica para uso geral (ou pretensamente universal). Mas é possível interpretá-la a partir de trabalhos acadêmicos e instrumentos políticos nacionais e internacionais, forjando interpretações possíveis e passíveis de operacionalização.

Partindo dessa perspectiva, as ações de preservação podem ser compreendidas como um conjunto macro de atividades que interferem indiretamente na manutenção dos bens, mas que conduzem as escolhas e decisões dos profissionais que atuam diretamente sobre o objeto – tais como restauradores e conservadores. Esse conjunto macro de atividades comportaria desde medidas legislativas, instrumentos políticos e ferramentas administrativas que não apenas procuram controlar o ambiente onde encontram-se os bens, mas também são capazes de orientar e conduzir as intervenções diretas neles executadas, tais como reformas, medidas de conservação e ações de restauração. São elementos e ferramentas negociadas e disputadas em arenas técnicas ou político-administrativas dentro do corpo do Estado ou em instâncias privadas, aonde critérios, valores e interesses individuais, coletivos ou corporativos conduzem ou definem o modo de interferir no bem patrimonializado (ou mesmo musealizado). Salvador Viñas (2005) propõe uma leitura da preservação enquanto conjunto de medidas que atuam sobre as condições ambientais dos bens, voltadas à garantia da permanência dos mesmos. Mas é possível tomar de acréscimo

às ideias do autor também a noção de “salvaguarda” trabalhada na Recomendação de Nairobi em 1976, que em muito se assemelha à perspectiva proposta pelo presente artigo, quando a mesma evoca as ações de planejamento físico-territorial, nacional, regional e local, das áreas urbanas, além das medidas jurídicas, técnicas, econômicas e sociais tomadas pelas autoridades nacionais, regionais, locais ou supranacionais de acordo com as especificidades de cada Estado e território.

Para além da definição do termo, pensar a preservação significa, a priori, refletir sobre a seleção de bens a serem preservadas, a seleção daquilo que se considera como patrimônio e sua conseqüente manutenção no tempo, sua conseqüente preservação. Quem, portanto, é capaz de definir o que merece ser legado às próximas gerações? Quem é capaz de selecionar, julgar, o que merece ser preservado? Para uma reflexão sobre a competência de julgar, julgamento esse capaz de ressignificar um bem e atribuir-lhe um estatuto diferenciado, é possível tomar as reflexões de Hannah Arendt (1979) quando a mesma, ao recorrer à filosofia política de Kant, desenvolve a ideia de que o juízo demanda a concordância de outrem, uma vez que sua validade advém de um acordo em potencial. Arendt fala sobre o campo da Política e a possibilidade do diálogo no plural, o diálogo com os outros – em oposição ao que chama de monológico –, num contexto em que a crítica às experiências autoritárias suscita debates acerca da consciência sobre a presença ou ausência de liberdade.

Ainda que a autora reconheça a existência de uma esfera individual de julgamento, que se articula às questões subjetivas, às idiosincrasias, e que definem modos únicos de ver as coisas e o mundo, para ela o juízo depende da consideração de outros num universo ainda que restrito, e por isso não funciona em estrito isolamento. Para Arendt (1979), portanto, o juízo restringe-se àqueles a quem a pessoa que julga se coloca para suas considerações.

Fazendo uso dessa perspectiva, portanto, podemos pensar na dimensão política dos acordos tácitos entre pares e da dinâmica de legitimidade que igualmente envolve a figura de técnicos, intelectuais, artistas, entre outros, no campo do patrimônio. Trata-se de agentes cujas práticas e discursos, ainda que comandados pela posição que ocupam no âmbito profissional, atuam no sentido de se reconhecerem e se fazerem reconhecidos entre seus pares – os agentes do campo² - e que igualmente possuem validade específica, limitada ao espaço da palavra e da ação que constituem o mundo público onde se articulam seus juízos (ARENDR, 1979).

Ideia que também pode ser operacionalizada pelo ponto de vista de Pierre Bourdieu (1982), quando o autor atribui à lógica de legitimação pelos pares uma espécie de movimento circular, voltado ao reconhecimento mútuo. Bourdieu fala a partir de um contexto em que o conhecimento e seu processo de produção estão no centro dos questionamentos acadêmicos. Nesse sentido, ele procura refletir o espaço das tomadas de

² Toma-se de empréstimo a noção de campo trabalhada por Pierre Bourdieu enquanto estrutura de princípios e hierarquias dentro de espaços sociais que trazem em seu bojo dinâmicas, relações, determinadas e determinantes (BOURDIEU, 1989).

posição científicas (epistemológicas) que comanda as práticas e a tomada de consciência desse espaço, defendendo uma ciência social autocrítica, ciente dos determinantes sociais que afetam os julgamentos, e, por essa razão, operam sobre a construção do objeto, sobre a produção acadêmica.

Recorrendo a essa reflexão sobre a escolha, o julgamento pelos pares e o juízo, é possível pensar, por exemplo, no trabalho do colecionador que se articula ao ofício do curador, do museólogo, do conservador, do restaurador, entre outros, cujas operações voltam-se à manutenção de esquemas compartilhados de ação, de expressão, de concepção, de imaginação e de percepção (BOURDIEU, 1982). Trata-se de profissionais cujas atividades respaldam-se umas às outras, num movimento de legitimação das posições ocupadas no sistema de produção e circulação de bens culturais. Pode-se aqui recorrer, ainda, a Krzysztof Pomian (1984) quando o autor reflete que a palavra, o julgamento, não tem por si só o poder de conferir convicção, mas precisa ser validada. Nesse sentido, os agentes validam, entre si, as decisões tomadas, voltando-se à garantia da legitimidade sobre as escolhas, as decisões tomadas neste campo.

Nesse sentido, a faculdade do juízo diz respeito à possibilidade do agente de atribuir um estatuto diferenciado a um determinado bem e, com isso, afetar as relações socioculturais que envolvem os bens definidos, portanto, como patrimônio. Pensemos em uma mostra de objetos tombados de uma coleção de arte ou de uma coleção histórica, por exemplo. Em ambos os casos, a operação comum de exibição das peças respeita regras e princípios museológicos e museográficos que ajudam na construção e validação da importância dos bens ali exibidos. Mas a própria seleção das peças a serem expostas, a priori, já se configura como julgamento numa perspectiva arendtiana do exercício político – e a configuração do acordo ou concordância – ou mesmo bourdieuana a respeito da validação do conhecimento científico pelos agentes do campo.

Por esse viés, é possível pensar que um curador, ao selecionar os bens os quais necessita para compor uma mostra, conta não apenas com a expertise de um conjunto de profissionais – tais como o museólogo, o conservador e o restaurador que por meio de laudos, seguros, facility report e relatórios de intervenção reafirmam a importância dos bens selecionados – para reafirmar a importância das peças por ele selecionadas, mas também para reconhecer seu poder de julgamento. Tal movimento confirma, por outro lado, a legitimidade das posições do museólogo, do conservador, do produtor, restaurador, etc., nessa cadeia de relações. O colecionador, por fim, se faz valer dessa mesma lógica para validar sua coleção e reafirmar a importância de seu julgamento sobre a coleção construída, fechando uma espécie de sistema circular de reconhecimento mútuo, de complementaridade e retroalimentação.

É válido pensar que a operação comum de exibição das peças cumpre regras e princípios museográficos que ajudam na construção e validação da importância dos bens ali exibidos. A legitimidade - socialmente compartilhada - da instituição museológica, por sua vez, reforça as leituras e interpretações do mundo através da familiarização com as

linguagens especializadas e as estratégias de mediação da experiência museológica. O trabalho museográfico, portanto, cativa a reflexão sobre as questões que lhe permeiam, como a ordenação do tempo, as representações do passado, presente e futuro e a geopolítica do saber e do poder, a partir dos indícios que se escolhe apresentar, expor ao público. Adentrando às dinâmicas comunicacionais entre agentes, as interfaces dos diferentes setores que atuam com/sobre o acervo, tais como o departamento de museologia, a curadoria e o educativo, cabe perguntar: é possível a instituição museológica transcender as relações de colonialidade? Quem, portanto, deve controlar a representação do significado dos outros (KERSTEN; BONIN, 2007)?

Incorporar essa provocação no campo da Museologia possibilita trazer a discussão para o âmbito das coleções, exposições, acervos e patrimônios. Os museus, enquanto agentes criadores de representações sobre o passado e o presente, influenciam leituras e interpretações sobre o mundo ao integrarem o sistema de produção e circulação de bens simbólicos (BOURDIEU, 1982); compõem uma geopolítica do poder, revelando-se ferramentas de reprodução ou resistência aos padrões do capitalismo global que reverberam nas instâncias materiais e subjetivas de comunidades.

Pensando na realidade da América Latina no que diz respeito a ressonância desse padrão capitalista ainda presente após a descolonização dos países americanos, Anibal Quijano opera, a partir do campo da Sociologia, com a ideia de colonialidade: as formas coloniais de dominação que permaneceram através das culturas coloniais, nas diferentes dimensões da existência social cotidiana. O conceito abarca, portanto, a existência de um padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e eurocentrado. Parece interessante colocar em pauta na Museologia uma perspectiva decolonial para lançar novos olhares para os problemas latino-americanos nas pesquisas que se referem ao campo do patrimônio, em especial aos museus e coleções.

Considerando que os museus, por sua autoridade/legitimidade de fala, se revelam uma grande potência de transformação das relações de colonialidade, é preciso reconhecer os desafios que a crítica museológica ao sistema – e autocrítica institucional – encontra no processo de constituição de possibilidades de existência à margem das estruturas que parecem ter como centro de referência ideias produzidas por um Norte global – em especial a Europa.

Nesse sentido, importa lembrar as relações que os agentes especialistas estabelecem com essas instâncias de legitimação, tais como os museus e as universidades, sem os quais, de acordo com Bourdieu (1982), não é possível compreender inteiramente o funcionamento do campo de produção e circulação de bens culturais. O julgamento dos agentes sobre os bens, portanto, reafirma um sistema de legitimação de valores e relações que constituem ou reforçam a importância de determinados bens e sua consequente patrimonialização.

Mas que bem é esse passível de ser patrimonializado? O que é patrimônio, então? Trabalhar as questões do patrimônio não é tarefa fácil: além da palavra “patrimônio” ter

assumido grande popularidade ao longo do tempo e expandido suas fronteiras conceituais, seu significado passou a transitar entre diferentes perspectivas disciplinares: a antropológica (enquanto categoria de pensamento), sociológica (constructo) ou filosófica (fenômeno) se destacam nos debates acadêmicos, na ânsia de se forjar uma espécie de “Teoria do Patrimônio”. Por esses caminhos, há os que defendem que o patrimônio encontra-se presente na vida social e mental de qualquer coletividade humana (GONÇALVES, 2003), há também quem o considera como parte constituinte de culturas locais (CHOAY, 2006) ou como elemento de uma história sócio-administrativa (POULOT, 2006). São tantos outros autores, leituras e interpretações do patrimônio quanto sua gama de conceitos construídos ao longo do tempo. Uma expansão extraordinária que por si só pode ser compreendida como um fenômeno contemporâneo. Uma expansão atravessada por interesses que conduzem e são conduzidos por modos de ser, fazer e ver o mundo: a palavra evoca as disputas disciplinares e institucionais, os discursos negociados ou suplantados que reivindicam o poder – ou até mesmo exclusividade – de definir e decidir sobre os bens culturais.

Nesse sentido, o patrimônio parece reacender a agenda da modernidade e suas instituições, normas e valores, sugerindo, ou mesmo afirmando, a importância de mecanismos voltados ao desenvolvimento científico e técnico e apoiados por sistemas educacionais de massa. E é nessa perspectiva que o presente trabalho parte da ideia de patrimônio enquanto constructo (PERALTA apud PRATS, 1997), compreendendo que a conversão de bens em patrimônio não é espontânea nem natural, não é um fenômeno cultural universal. O patrimônio constrói-se, ou, se se quiser, utilizando as palavras de Llorenç Prats, ‘activa-se’.

Tomando a perspectiva de Dominique Poulot (2006), por exemplo, entende-se que “[...] a história do patrimônio é amplamente a história da maneira como uma sociedade constrói seu patrimônio” (POULOT, 2006, p. 12), considerando os valores que lhes são atribuídos, no tempo e no espaço, pelos grupos designados ao seu trato. Aqui é possível pensar que o autor se refere a discursos e práticas – de conservação, restauração ou preservação – os quais, articulados, ajudaram e ainda ajudam a construir/reconstruir sentidos e apropriações para os bens. Sobre esse movimento, Poulot identifica esforços públicos e privados que se articulam a desafios ideológicos, econômicos e sociais pelo reconhecimento ou apropriação do que se procura entender como patrimônio. Segundo ele, são muitas as variantes que adjetivam a palavra e todas indicam um esforço analítico pela compreensão sobre os indivíduos e o mundo social que lhes cerca: “[...] fala-se de um patrimônio não só histórico, artístico ou arqueológico, mas ainda etnológico, biológico ou natural; não só material, mas imaterial; não só local, regional ou nacional, mas mundial. Às vezes, o ecletismo de tais considerações redundam em contradições ou leva à incoerência” (POULOT, 2006, p. 10).

A expansão de sentidos para o patrimônio observada ao longo do século XX, parece tentar abarcar quantos patrimônios existirem, incorrendo numa espécie de

“inflacionamento” preconizado por autores consagrados nos estudos sobre esse tema³. Esse complexo lexical, numa perspectiva histórica traçada por François Choay (2006; 2011) remete a expansão do termo a partir do desenvolvimento da noção de “monumento” para a noção de “monumento histórico” em contexto europeu que tiveram origem na Europa, mas em muito extravasaram esse território, seja através da conquista europeia de outros continentes, seja pela influência da filosofia iluminista sobre outras culturas.

Para Choay, a ideia de monumento histórico revela o modo como as sociedades ocidentais estabeleceram sua relação com a temporalidade, utilizando de si mesmas como critério de alteridade (CHOAY, 2006, p. 205). E nesse sentido, expandiram para outros territórios a sua própria noção e operacionalização do patrimônio. Trata-se da universalização dos valores e referências ocidentais nas práticas patrimoniais que, segundo a autora, consolidou-se pela Assembleia Geral da Unesco em 1972, quando ficou definido que o critério para a patrimonialização mundial dos bens seria o “valor excepcional do ponto de vista da história da arte ou da ciência. [...] estava assim proclamada a universalidade do sistema ocidental de pensamentos e valores quanto a este tema” (CHOAY, 2006, p. 208). Observa-se a construção de uma espécie de identidade genérica – a chamada “Humanidade” que nomeia, portanto, o “Patrimônio da Humanidade” – cujos fundamentos são identificáveis por critérios especializados, todos calcados nos fundamentos das ciências herdadas das Luzes: “inscreve-se no grande projeto filosófico e político do Iluminismo: vontade dominante de ‘democratizar’ o saber, de torná-lo acessível a todos [...]” (CHOAY, 2006, p. 89). Sendo assim, a Unesco dá o tom sobre a universalidade do patrimônio, reafirmando, mais uma vez, o discurso europeu da competência: “[...] uma diligência particular, própria da cultura europeia, é elevada a universal cultural” (CHOAY 2011, p. 44). Nesse sentido, importa pensar que a constituição da ideia de patrimônio, ou de monumento histórico, associada às práticas de conservação e restauração na Europa, esteve articulada ao pensamento científico e assumiu uma perspectiva “universal”, tornando-se a régua que ditaria as ações de preservação ao redor do mundo.

Na construção do discurso competente, os critérios e os valores são europeus, o que nos indica geograficamente os sujeitos que conduzem as discussões sobre o assunto. Ao analisar os primeiros grandes encontros supranacionais que trataram o tema da patrimonialização, Françoise Choay (2011) destaca que nas Conferências de Atenas em 1931 e na de Veneza, em 1964, os países signatários eram na maior parte europeus, exceto pelo encontro de Veneza que contou com a participação de Peru e México. Tais arenas que forjaram esses respectivos documentos, segundo a autora, foram marcadas pela massiva presença de arqueólogos, historiadores da arte, arquitetos, etc., constituindo a tradição da presença/discurso de especialistas na elaboração dos documentos supranacionais. Nesse sentido, importa destacar que trata-se de eventos-arenas que formalizaram Cartas seladas pelo discurso técnico, discurso esse que desde então trata como universal os critérios, modelos e categorias definidos pelos europeus para o campo do patrimônio. Uma espécie de colonialismo técnico que passou a conduzir o campo do patrimônio e a definir as práticas de

³ Como exemplo interessa destacar José Reginaldo Gonçalves (2007) que discute os limites e os riscos dessa expansão semântica.

preservação.

Essa tradição erudita, geograficamente localizada no Norte global, especialmente no continente europeu, aparentemente acabou por confundir o patrimônio com a patrimonialização, já que esta última compreende o processo de institucionalização das relações simbólicas a partir de critérios traçados pela figura do “especialista”. Daí é possível entender a formação de nichos de mercado, e de discursos, voltados à qualificação do patrimônio, o que inclui a atuação de instituições de pesquisa, universidades e agências estatais a partir de um conjunto de agentes que se entendem “capazes” de falar sobre o patrimônio e que por vezes reivindicam, para si, a exclusividade do discurso. Se pensarmos, por exemplo, nas atividades de arqueólogos e restauradores que fazem uso de laboratórios institucionais e seus equipamentos especializados, visualizamos um quadro em que as análises instrumentais demandam não apenas o conhecimento específico da tecnologia operada e sua calibração, mas uma específica articulação entre as perguntas traçadas pelo analista e o equipamento utilizado⁴. Ou seja, a figura do especialista reforça a exclusividade da ação sobre o bem e da sua leitura, da sua interpretação/valoração. No âmbito da restauração, autores como Cesari Brandi (2000) e Chris Caple (2003) acabam por reforçar a importância da atuação do profissional-especializado e o caráter científico do campo, contribuindo para uma lógica hierárquica de relações e princípios.

Dominique Poulot (2006) também articula a expansão da noção de patrimônio à figura do especialista e à criação de um mercado que legitima a existência e a atuação deste profissional:

Ao exigir uma redefinição científica e, ao mesmo tempo, um novo estatuto para os objetos visados, cada reivindicação de um novo registro no patrimônio suscita também mercados especializados – o da restauração e o do tratamento. A ideia de um reservatório de empregos e de habilidades amplamente disponíveis em torno da temática do patrimônio, e, se for o caso, exportáveis na área de influência de cada nação, esteve assim particularmente presente na Europa nos últimos anos (POULOT, 2006, p.32-33).

Poulot procura diferenciar “patrimônio” de “patrimonialidade”, compreendendo o primeiro enquanto algo sensível e íntimo, relacionado às consciências individuais e coletivas, e o segundo como processo de institucionalização, ou modalidade de apropriação (POULOT, 2006, p.32). O autor traça uma análise da dinâmica contemporânea europeia segundo a qual o patrimônio e a patrimonialidade parecem se confundir sob os auspícios (ou chancela?) de áreas de conhecimento tradicionalmente “responsáveis” pelo tema – tais como a História, a

⁴ No campo profissional, a confiabilidade dos laboratórios depende das metodologias que se utiliza e dos resultados que produz. Daí a importância atribuída à relação entre o analista e o equipamento que ele opera, uma vez que os resultados são produto das leituras estabelecidas dessa relação: tratam-se de respostas oferecidas pelo maquinário que precisam ser interpretadas à luz da linguagem técnica. As informações obtidas dessa análise contribuem para o conhecimento do objeto analisado, agregando dados quantitativos e qualitativos que servem como referência para as intervenções a serem realizadas nos bens.

Sociologia, a Arqueologia, a Museologia, as Artes Plásticas, entre outros – tornando ambos (o patrimônio e a patrimonialização) construções intelectuais que servem-se dos “saberes eruditos, especializados, suscetíveis de legitimar tal intervenção, tal restauração, tal inventário, ou de combatê-los – capazes também de acompanhar uma mobilização cívica ou ideológica” (POULOT, 2006, p.24).

O que se percebe é um quadro de predominância intelectual de determinados códigos, tendo uma concentração de agentes provenientes de específicas áreas que se revelam responsáveis, ou aptos, à condução de políticas patrimoniais (FONSECA, 2009). Ainda que a esfera do patrimônio trabalhe atualmente a partir de deliberações tomadas em instâncias democráticas seguindo orientações de conferências e convenções supranacionais⁵, tais espaços operam sob referências compartilhadas pelo poder público e respaldadas pelas disciplinas (ou campos) tradicionalmente dedicados ao tema.

Incorporando esse discurso no âmbito do patrimônio, cabe citar Mário Chagas (2005) quando o autor afirma a existência de uma relação intrínseca entre patrimônio e poder a partir da relação de propriedade material, espiritual, econômica ou simbólica e a sua vinculação à ideia de preservação (CHAGAS, 2005). Esta, segundo ele, se revela como uma prática social utilizada na construção de narrativas universais mascaradas por discursos pretensamente positivos, científicos e objetivos.

A noção moderna de patrimônio e suas diferentes qualificações, assim como a moderna noção de museu (casa de memória e poder) e suas diferentes tipologias, não têm mais de duzentos e cinquenta anos. Filhas do Iluminismo, nascidas no século XVIII, no bojo da formação dos Estados-Nação, elas consolidaram-se no século seguinte e atingiram com pujança o século XX, provocando ainda hoje inúmeros debates em torno das suas universalidades e das suas singularidades, das suas classificações como instituições ou mentalidades de interesse global, nacional, regional ou local (CHAGAS, 2005, p.209)

Essa gênese iluminista para o trato do patrimônio é igualmente apontada por Cristina Bruno (2009) ao destacar que os parâmetros do campo de ação museológica e do sistema teórico da Museologia revelam-se como produto de esforços despendidos ao longo dos séculos no que diz respeito à identificação de coleções, organização de acervos, tratamento curatorial e registros do patrimônio intangível. Para ela, os museus seriam, portanto, o resultado do Humanismo do renascimento, do Iluminismo do século XVIII e da Democracia do sec. XIX (BRUNO, 2009).

Nesse sentido, pensar o patrimônio na realidade brasileira e sua tradição teórica/prática implica em refletir sobre a complexidade da formação cultural brasileira e os modelos de Democracia, Estado, Educação, Ciência que se constituíram a partir dela. Sobre

⁵ Tratam-se das Cartas Patrimoniais, das Convenções, Declarações e Recomendações seladas por organismos internacionais ou por associações de profissionais, as quais orientam a criação de órgãos, instituições e conselhos voltados à descentralização das deliberações nas instâncias municipais, estaduais e federais.

esse quadro nacional, Richard Morse (1988)⁶ lança mão de uma suposição sobre a existência de uma matriz moral, intelectual e espiritual a partir da qual foram construídos modelos conceituais do que viria a se denominar “civilização ocidental”. Na tentativa de pensar uma estrutura de racionalidade que sustentasse esferas de opinião e ação – e aqui o autor reconhece a absorção de elementos da Ciência e Tecnologia desenvolvida por povos árabes, judeus, africanos, chineses e mongóis – Morse utiliza a metáfora do espelho como elemento refratário de um projeto amplamente estendido a outros continentes, produzindo uma hegemonia de paradigmas científicos⁷.

Ainda que a crítica⁸ aos aparatos gestados por essa racionalidade ocidental, pelo projeto civilizatório sustente o fracasso desse projeto em lidar com os problemas sociais e ambientais – crítica que abarca, portanto, as Ciências Humanas e suas instituições – de fato não há como negar o imenso trabalho executado pelas instituições de ensino e por equipamentos culturais, tais como universidades e museus, por exemplo, os quais se constituíram a partir dessa racionalidade ocidental. O referido trabalho destas instituições e equipamentos tem se focado, muitas vezes, em repensar/aprimorar estruturas políticas herdadas e até mesmo desconstruí-las, forjando novas e outras ferramentas e sistemas capazes de democratizar a circulação de informações, pessoas e mercadorias, garantir direitos individuais e coletivos, constituindo projetos e modelos de consulta e deliberação popular junto ao Estado. E essa realidade atravessa, portanto, o terreno do patrimônio, o âmbito da preservação, contemplando as ações que intervêm direta ou indiretamente sobre os bens culturais.

Mas importa considerar que as escolhas e decisões sobre a preservação são atravessadas não apenas por racionalidades técnico-científicas, mas também por valores religiosos, por posicionamentos político-partidários, por papéis e conceitos de gênero, entre outros. Nesse sentido, a efetiva decisão sobre a preservação de determinados bens em detrimento de outros envolve, também, sujeitos que projetam interesses e demandas – de cunho privado e até mesmo subjetivo – que nem sempre passam pelo crivo do especialista. Ou seja, outras questões podem conduzir a decisão de agentes sobre a preservação, por exemplo, de uma determinada celebração ou um templo em detrimento de outras manifestações e lugares relacionados a diferentes matrizes de pensamento – o que acontece com frequência em relação às disputas pela patrimonialização de igrejas e festividades cristãs em oposição às festas de reinado, aos costumes afro-brasileiros, aos terreiros de umbanda e candomblé, etc.

⁶ Richard Morse se constitui como um famoso brasilianista cuja trajetória no campo da Sociologia marcou diferentes pesquisas desenvolvidas por intelectuais brasileiros.

⁷ Para o autor, a racionalidade ocidental seria o resultado conjuntural de causas econômicas, políticas, científicas, teológicas e filosóficas (MORSE, 1988: p.131).

⁸ Tal crítica revela-se presente no famoso debate travado entre Richard Morse e Simon Schwartzman através da Revista Novos Estudos no ano de 1989, decorrente da publicação da obra “O espelho do próspero” de Richard Morse (1988). A partir deste trabalho, o autor defendia uma produção “genuinamente brasileira” que fugisse aos parâmetros do “projeto iluminista ocidental”. Daí estabeleceu-se um amplo e famoso debate entre o autor e Simon Schwartzman, intitulados “O Espelho de Morse”, “A Miopia de Schwartzman” e o “O Gato de Cortazar”, a partir dos quais Schwartzman assumiu a defesa da produção científica brasileira.

Sendo assim, os julgamentos feitos por agentes considerados competentes para dizer e atuar sobre a esfera do patrimônio não concluem a disputa de sentidos sobre os bens: em diferentes instâncias, outros agentes, outros sujeitos, podem desviar seus papéis, deslocar sentidos em suas práticas rotineiras e administrativas, construindo novos lugares enunciativos sobre o patrimônio – desde que dotados de poder para tal dentro do campo. E por isso importa pensar a dimensão política das questões do patrimônio, considerando que, apesar do leque diversificado de agentes que atuam e decidem sobre essas questões, ainda há uma predominância intelectual de determinados códigos que fazem valer uma cadeia de legitimidade ou fazem valer uma dinâmica de acordo/concordância, de reconhecimento compartilhado e retroalimentado cuja função parece ser a de garantir a manutenção de um sistema de produção e circulação de bens, ideias e serviços.

E é falando a partir de um campo científico e para aqueles que compreendem sua linguagem e seus referenciais, concorrendo pelo monopólio da competência, que este artigo questiona seu próprio poder de interrogar, fazer questões, a respeito do patrimônio e sua preservação. Ou seja, assume o fato de que a racionalidade científica que critica é paradoxalmente construída epistemicamente. Entende-se que a prática acadêmica rompe com o que se considera “senso comum”, mas ainda assim é preciso compreendê-la como herança moderna que garante a manutenção de estruturas, normas e valores oriundos de um projeto civilizatório ocidental. Há inclusive que se considerar que a própria imagem do mundo moderno é, per se, uma construção forjada sob esses mesmos códigos e paradigmas⁹.

Sendo assim, ao falar a partir de um campo científico, este ensaio assume legitimidade pelo/através do triunfo do que seria, portanto, essa racionalidade científica ocidental materializada nas estruturas disciplinares acadêmicas. Recorre-se aqui a Pierre Bourdieu (1982), para tratar o trabalho do acadêmico, tal qual o do escritor e do erudito, como produção que não serve apenas ao público, mas ao conjunto de pares que são também concorrentes, numa busca constante por legitimação cultural dentro do campo. Considera-se, daí, que a gênese social de um campo pressupõe a crença que o sustenta, o jogo de linguagens que nele se joga, as coisas materiais em jogo que nele se geram: “[...] o que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronunciam, crença cuja produção não é da competência das palavras” (BOURDIEU, 1989, p. 15) mas da concorrência pelo monopólio da produção cultural legítima.

E nessa lógica o presente artigo forja sua própria autocrítica: ora, como ignorar o lugar de fala deste autor que lhes dirige a palavra e suas passagens institucionais/acadêmicas que atribuem legitimidade às proposições? Como não notar que os referenciais teóricos predominantes não pertencem ao país de origem deste autor? Voltamos, portanto, as ideias de Hannah Arendt (1979) quando a autora nos atenta para a capacidade de julgar enquanto uma faculdade política, a partir da qual se espera a concordância de outros que operam sob o mesmo domínio. Daí cultura e política imbricam-se, porque “não é o conhecimento ou a

⁹ Ideia trabalhada por filósofos que compõe a vertente do Construtivismo Social.

verdade que estão em jogo, mas sim o julgamento e a decisão, a judiciosa troca de opiniões sobre a esfera da vida pública e do mundo comum e a decisão quanto ao modo de ação a adotar nele” (ARENDDT, 1979, p.277).

E é a reflexão sobre o jogo político, o jogo da preservação, que evoca a necessidade de uma política de patrimônio, ou melhor, uma nova política de patrimônio: uma ação crítica sobre teorias e práticas, sobre instituições e modelos herdados de um projeto iluminista, que exercem influência direta na atuação de profissionais de museus e institutos de preservação nos mais variados continentes. Se percebe, portanto, a urgência de teorias do patrimônio que possam repensar as dinâmicas do campo, os princípios e suas hierarquias que orientam ações de conservação e restauração; teorias que dêem conta das singularidades territoriais em suas múltiplas linguagens, que dialoguem com grupos comumente marginalizados no debate, que acolham outros códigos e valores, rompendo com a excludente tradição acadêmica e o monopólio do “especialista” no trato com o patrimônio. Precisamos compreender experiências e memórias a partir de outras perspectivas, desconstruindo o tradicional fluxo de forças. E você, tem fome de quê?

Artigo recebido em 16 dez. 2016

Artigo aprovado para publicação em 22 mar. 2017

Referências

ARENDDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o Giro Decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117.

BOURDIEU, Pierre. O mercado de bens simbólicos. In: _____. *A Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1982. p. 79-181.

_____. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRANDI, Cesare. *Teoria de la restauración*. Madri: Alianza, 2000.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Museologia: algumas ideias para a sua organização disciplinar. *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 9, n. 9, junho 2009. Disponível em:

<<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/291>> Acesso em: 08 nov. 2016

CHAGAS, Mário. Casas e portas da memória e do patrimônio. In: GONDAR, Jô Gondar; DODEBEI, Vera (Org.). *O que é memória social?*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.

CAPELATO, Maria Helena Rolim Capelato. Modernismo Latino-Americano e Construção de Identidades através da pintura. *Revista de História* 153, n. 2, 2005, 251-282.

CAPLE, Chris. *Conservation Skills*. Judgement, method and decision making. London: Routledge, 2003.

CHOAY, François. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: UNESP, 2006.

CHOAY, François. As questões do Patrimônio – Antologia para um combate. Lisboa: Edições 70 Arte & Comunicação, 2011.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo – trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Os limites do patrimônio. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornélia; BELTRÃO, Jane. (Orgs). *Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. Florianópolis: Nova Letra/ABA, 2007.

_____. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj: Unirio, 2003. p. 21-29.

HARDMAN, F. *O Trem Fantasma - A modernidade na Selva*. São Paulo: Editora Cia. das Letras, 1988.

MARTINS, Sandra. A Experiência da Modernidade e o Patrimônio Cultural. *REIA- Revista de Estudos e Investigações Antropológicas*, ano 1, vol. 1, 2014.

MINISTÉRIO DA CULTURA. *Cartas Patrimoniais*. Recomendação de Nairobi de 1976. Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Caderno de Documentos, n3, Brasília: Ministério da cultura, 1995.

MORSE, Richard M. *O Espelho do Prospero: Cultura e Ideias na América Latina*. São Paulo: Schwarcz, 1988.

_____. A Miopia de Schwartzman. *Novos Estudos*, CEBRAP, nº 24, julho de 1989, pp. 166-178.

PERALTA, Elsa. O mar por tradição: o patrimônio e a construção das imagens do turismo. *Horiz. antropol.*, Porto Alegre, v. 9, n. 20, p. 83-96, Oct. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-

71832003000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 nov. 2015.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: *Enciclopédia Einaudi*. Vol. I. Memória-História. Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente*. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.

PRATS, Llorenç. *Antropologia e Patrimônio*. Barcelona: Editorial Ariel, 1997.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino americanas*. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro, 2005

_____. Colonialidade do poder e classificação social. In: Boaventura de Sousa Santos; Maria Paula Meneses (Orgs.). *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 73-119

SCHEINER, Tereza Cristina M.. *Imagens do não-lugar: Comunicação e o patrimônio do futuro*. 2004. Tese de doutorado em Comunicação Social. Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ – Brasil.

SCHWARTZMAN, Simon. O Espelho de Morse. *Novos Estudos*, CEBRAP, nº 22, outubro de 1988, pp. 185-192.

_____. O Gato de Cortazar. *Novos Estudos*, CEBRAP, nº 25, outubro de 1989, pp. 191-203.

TELLES, Mário Ferreira de Pragmácio. *Proteção ao patrimônio cultural brasileiro: análise da articulação entre tombamento e registro*. 2010. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro.

VIÑAS, Samuel M. *Contemporary Theory of Conservation*. Oxford: Elsevier Ltd. ed. 2005.



**Os ecos heroicos
de Rodrigo na
revista *Pai
d'égua*: o
patrimônio
cultural na
Amazônia**

Andre Luis Andrade¹

**Rodrigo's heroic
echoes in the
magazine *Pai
d'égua*: the cultural
heritage in the
Amazon**

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em
História Social da Amazônia da UFPA.
E-mail: aluis.bade@gmail.com

Resumo:

O presente artigo busca analisar a revista *Pai d'égua*: o patrimônio cultural da Amazônia, lançada pela Superintendência do Iphan/PA no final da década de 1990. Investigamos como as ações ali divulgadas vão de encontro à divisão proposta pela historiografia oficial do órgão, qual sejam: fases heroica e moderna e, desse modo, nos permite refletir sobre os projetos recentes da política federal de preservação do patrimônio cultural brasileiro, como o programa Casas do Patrimônio.

Palavras-chave: Patrimônio cultural, Iphan, Revista *Pai d'égua*

Abstract:

This article aims to analyze the magazine *Pai d'égua: the cultural heritage of the Amazon*, launched by the Superintendence of Iphan/PA (The National Historic and Artistic Heritage Institute of Pará) at the end of the 1990s. It is investigated how the actions released by the magazine meet the division proposed by the official historiography of the public entity, which are: heroic and modern phases and, therefore, allows us to reflect on the recent projects of the federal policy of preservation of Brazilian cultural heritage, such as the *Houses of Heritage* program.

Keywords: Cultural Heritage, Superintendence of Iphan/PA, magazine *Pai d'égua*.

Lançando uma revista para “novos tempos”

No final do ano de 1999 a Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)¹ no Pará promovia a abertura do *Canto do Patrimônio*² e lançava a primeira (e única) edição da revista *Pai d'Égua*³. *O Patrimônio Cultural na Amazônia*.

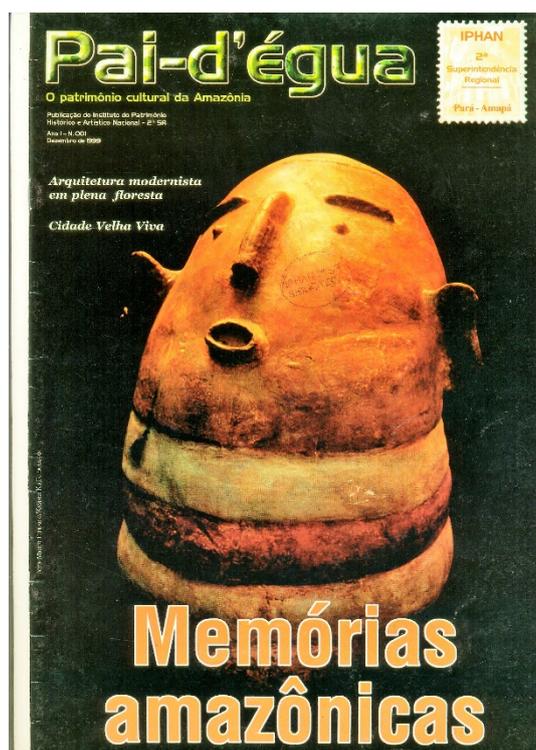


Figura 1: Urna funerária Maracá da coleção arqueológica do Museu Paraense Emílio Goeldi na capa da primeira edição da revista *Pai-d'égua*. *O patrimônio cultural da Amazônia*.
Fonte: Acervo da Superintendência do Iphan no Pará.

Supervisionada pela então superintendente do Iphan no Pará⁴, a engenheira

¹ O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi criado em 1937 como Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), atualmente possui 27 unidades administrativas em cada estado brasileiro, sendo o órgão federal vinculado ao Ministério da Cultura responsável pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, assim, cabe ao Iphan proteger e promover os bens culturais do país, assegurando sua permanência e usufruto para gerações presentes e futuras.

² O *Canto do Patrimônio* fazia parte de um projeto nacional do Iphan no qual as Superintendências regionais administrariam espaços culturais como galerias de arte, livrarias, espetáculos de teatro e música para, sobretudo, divulgar a temática do patrimônio e o trabalho desenvolvido pelo instituto.

³ Não encontramos nas fontes consultadas a razão de não terem sido publicadas outras edições da revista, nesse sentido, podemos pensar em possibilidades, como: a falta de correspondência com novas diretrizes do Iphan, ausência de recursos e, até mesmo, interesse, uma que vez que a publicação pode ter sido elaborada por uma ocasião momentânea.

⁴ As unidades administrativas do Iphan têm por função executar a política pública nacional de preservação do patrimônio cultural, a partir das demandas dos estados onde estão inseridas, em um complexo jogo de articulação política que envolve diversos agentes da sociedade. O cargo de superintendente é comissionado e o

Elizabeth Nelo Soares. A publicação justificava seu nome e objetivo com os seguintes dizeres:

foi o melhor vocábulo encontrado pela 2ª Superintendência Regional do Iphan para dimensionar a felicidade de estar levando ao público uma revista que busca valorizar e divulgar o patrimônio cultural deste pedaço do país (...) para que esse exuberante patrimônio referencial sem escala do que ainda tem por se identificar e proteger – seja conservador e mantido (...) Que a Amazônia nos receba com expectativa e carinho, para contemplar toda dedicação e amor que empreendemos nessa missão pai-d'égua.⁵

Ao encontro da proposta do magazine caminhava o projeto *Canto do Patrimônio* que teve objetivos gerais similares: “*Divulgar de forma contínua a cultura da região em todas as suas manifestações*”⁶.

Ao enunciar que a revista e o *Canto* buscavam *divulgar e valorizar* o patrimônio cultural era atribuído ao mesmo um lugar intrínseco na sociedade, cabendo ao Instituto identificar o patrimônio cultural que estaria perdido e sem proteção. Dessa maneira, foi mobilizada a retórica da perda (Gonçalves, 2002: 87-111), na qual a ação da própria instituição, em recontextualizar e alçar bens ou práticas culturais a categoria de patrimônio, é transformada em missão salvadora. Destarte, a missão será executada por um órgão cujas linhas e diretrizes passavam por renovações e redefinições:

O novo Iphan, que da pioneira abrangência de 1937, transformou-se no desbravador e participante cultural de todos os rincões do Brasil, prepara-se, pois, afinado com a globalização da informação, para um novo tempo de metas ambiciosas cujo princípio norteador é a intenção dos seus propósitos legais com a autentica cumplicidade da sociedade.⁷

Quais as referências foram escolhidas para o uso dos adjetivos *novo* e *pioneiro* ao trabalho realizado desde 1937? De acordo com a historiografia oficial do Iphan a história do instituto é dividida em duas fases: *heroica* e *moderna* (Sphan, 1980). A fase *heroica* corresponde aos 30 anos da direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade⁸ no Sphan (1937-1967). Permeadas pelo contexto do Estado Novo⁹, as ações do órgão tinham em vista tornar

mesmo goza de relativa autonomia para planejar e definir a política pública do Iphan na região que atua (Oliveira, 2011: 30).

⁵ “Aos leitores”. Revista *Pai D'égua*. Dez./1999. Belém do Pará, Ano 01, nº 001. p. 3. Biblioteca Ernesto Cruz. Caixa 423. Fundo: IPHAN. Grupo DID. Subgrupo: IPHAN 2 SR. Série: Canto do Patrimônio.

⁶ Secretaria da Cultura da Presidência da República. Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC – Planilha de enquadramento. 12/01/1994. Biblioteca Ernesto Cruz. Caixa 423. Fundo: IPHAN. Grupo DID. Subgrupo: IPHAN 2 SR. Série: Canto do Patrimônio.

⁷ “Aos leitores”. Revista *Pai D'égua*. Dez./1999. Belém do Pará, Ano 01, nº 001. p. 3. Biblioteca Ernesto Cruz. Caixa 423. Fundo: IPHAN. Grupo DID. Subgrupo: IPHAN 2 SR. Série: Canto do Patrimônio.

⁸ Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898-1969) nasceu em Belo Horizonte (MG), foi um advogado, jornalista e também poeta. Em 1936, indicado por Mário de Andrade, recebeu o convite do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, para dirigir o Sphan.

⁹ Época marcada por uma diversidade de experiências políticas, econômicas e culturais, na qual uma das chaves

real a ideia de nação, assim como, reforçar uma noção de cidadania. O brasileiro deveria conhecer sua história e identidade presentes nos primeiros bens tombados¹⁰, as provas materiais da história nacional responsáveis pela instrução e educação (Fonseca, 2009: 81-130). Passiva e contemplativa nessa perspectiva, a sociedade brasileira necessitava ser educada sobre o patrimônio referente a sua própria história, essa seria única saída para a preservação:

Em verdade, só há um meio eficaz de assegurar a defesa permanente do patrimônio de arte e de história do país: é o da educação popular¹¹. Ter-se-á de organizar e manter uma campanha ingente visando a fazer o povo brasileiro compenetrar-se do valor inestimável dos monumentos que nos ficaram do passado. Se não se custou muito a persuadir nossos concidadãos de que o petróleo do país é nosso, incutir-lhes a convicção de que o patrimônio histórico e artístico do Brasil é também deles ou nosso, será certamente praticável. (Sphan, 1987: 64).

A sociedade e os cidadãos na perspectiva da fase *heroica* são passivos na missão de preservação e valorização do patrimônio cultural, o protagonismo da causa está na agência do Estado e seus intelectuais¹², detentores do conhecimento necessário para reconhecer o patrimônio brasileiro.

À fase *moderna* é associada à visão e gerência de Aloísio Magalhães, quando o mesmo foi diretor da Fundação Nacional pró-Memória¹³ (FNpM), entre 1979 e 1982, e por experiências de outras instituições, como o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC)¹⁴ e o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH)¹⁵. A mudança em relevo na fase *moderna*, segundo Cecília Londres, está no reconhecimento de outros saberes e na relativização do conhecimento técnico:

Indagações sobre quem tem legitimidade para selecionar o que deve ser

para seu entendimento é enxergar o Estado enquanto corporativista, nacionalista e que tentou lograr um pacto entre a figura do presidente e o povo, entre Estado e Nação (Gomes, 2013: 30-31).

¹⁰ O tombamento é um ato administrativo do Estado brasileiro, portanto, previsto em lei, que visa a conservação de bens materiais, sejam eles móveis ou imóveis por seu valor para a história do Brasil. (Rabello, 2009: 75-83).

¹¹ A expressão “educação popular” é usado por Rodrigo em sentido amplo, referindo-se à educação do povo, da nação, não fazer associação com a noção de *educação popular* em Paulo Freire (Ghirdelli, 2009: 41-42).

¹² Intelectuais aqui compreendidos como um grupo que partilha elementos culturais e sociais da sua época e, desse modo, para compreendê-los é necessário investigar a formação social dentro de uma história mais ampla (Williams, 2011: 201-230).

¹³ Em 1979 houve uma reestruturação do órgão do patrimônio, criando-se um órgão normativo, a Secretaria do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (Sphan), e outro executivo, a Fundação Nacional pró-Memória.

¹⁴ Fundado em junho de 1975, o CNRC representa uma nova visão na política cultural, seu objetivo não era eleger bens culturais ao *status* de monumentos da nação, mas por meio de um trabalho etnográfico, produzir em diálogo com a sociedade, referências sociais para a modernização da cultura e o desenvolvimento econômico (Fonseca, 2009: 143-153).

¹⁵ Instituído em 1973, o PCH teve como meta dar suporte para atividades turísticas mediante a restauração de monumentos degradados (Fonseca, 2009: 142-143).

preservado, a partir de que valores, em nome de que interesses e de que grupos, passaram a pôr em destaque a dimensão social e política da atividade que costuma ser vista como eminentemente técnica. (...) Essa perspectiva veio deslocar o foco dos bens – que em geral se impõe por sua monumentalidade, por sua riqueza, por seu “peso” material e simbólico – para a dinâmica da atribuição de valores. Ou seja, para o fato de que os bens culturais não valem por si mesmos, não tem um valor intrínseco. O valor lhes é sempre atribuído por sujeitos particulares e em função de determinados critérios e interesses historicamente condicionados. (Fonseca, 2012: 35-36).

Incluir a sociedade em instâncias decisivas, ouvir e dialogar com os grupos detentores do patrimônio se tornam as regras da prática da política federal de preservação do patrimônio cultural a partir da década de 1980 e são sob essas novas diretrizes que a revista *Pai d'Égua. O Patrimônio Cultural na Amazônia* e o *Canto do Patrimônio* seriam dirigidos. Não obstante, Néstor García Canclini pondera como as políticas de preservação do patrimônio cultural na América Latina continuam assinaladas por uma “substância fundadora”, em outras palavras, é dado ao patrimônio uma essência unificadora, seja pela nacionalidade ou pela diversidade (Canclini, 2013: 163). Tal perspectiva corrobora a fala de Gonçalves acerca da permanência da unidade nacional na fase *moderna* do Iphan, mesmo com a introdução de novos conceitos como cultura popular e diversidade cultural¹⁶.

A estratégia de apropriação cultural pressuposta no discurso de Aloísio trazia como consequência uma representação da nação brasileira como uma totalidade cultural diversificada e em permanente processo de transformação. Essa totalidade é concebida em termos democráticos, composta por diferentes segmentos locais. Em seu discurso, a ênfase é colocada na “cultura popular” e no papel desempenhado pelo processo de formação de um “caráter” nacional brasileiro. (Gonçalves, 2002: 78).

Vamos analisar, então, algumas matérias¹⁷ da *Revista* que relativizam o marco historiográfico oficial.

Ecos heroicos em tempos modernos

Na reportagem *Patrimônio de mais de 11 mil anos* é narrada a história dos primeiros bens tombado no Pará, os vestígios arqueológicos e etnográficos do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), na década de 1940, à vista disso nos é dito:

As coleções arqueológicas e etnográficas do Museu Paraense Emílio Goeldi

¹⁶ Existe uma extensa bibliografia sobre a introdução de tais noções nas ações do Iphan, destacamos: Sant' Anna, 2009; MINC/IPHAN, 2006; Calabre, 2009; Vilhena, 1997.

¹⁷ Todas as matérias, de acordo com o corpo editorial, foram elaboradas por Rose Silveira, sob a supervisão de Alberto da Silva Neto e da já citada superintendente, Elizabeth Nelo Soares.

foram os primeiros bens tombados pela União, na Região Norte, na década de 40. O acervo conta a história do próprio museu, pois sua formação resulta das expedições empreendidas, no século XIX, por vários naturalistas em sítios da Amazônia (...) O tombamento das coleções, como uma das primeiras ações do Iphan regional, definiu o conceito de bem patrimonial assumido pelo instituto. Não se trata apenas de pedra e cal, dos prédios históricos e sítios urbanos, mas de todo o acervo documental e etnográfico, das obras de arte integradas, dos bens móveis, acidentes etnográficos notáveis e das paisagens agenciadas pelos homens. Daí compreender o enorme acervo abarcado pelo instituto no País. Daí aprender a conhecer e respeitar a história do Brasil.¹⁸ (Silveira, 1999: 4).

Após falar da importância de uma concepção do tombamento que permita superar a visão da Pedra e Cal¹⁹, vemos na construção do texto que é outorgado ao acervo do MPEG um valor “natural” enquanto patrimônio, portanto, apesar da agência do homem, a sociedade precisa compreender o trabalho preservacionista do Instituto e também manter uma relação de respeito com a história “contada pelo acervo”, ou seja, atenua o próprio papel do Instituto em produzir a sua versão sobre a história da sociedade brasileira através da seleção de determinados bens como patrimônio.

Em outro expediente da revista, intitulado *A cidade modernista no meio da floresta*, é relatado o nascimento das Vilas Serra do Navio e Amazonas, em Macapá, na década de 1950, destacando sua originalidade modernista projetada pelo arquiteto Oswaldo Bratke. Contudo, no ano de 1998 a Superintendência do Iphan no Pará, havia recebido um pedido de tombamento, em forma de abaixo-assinado, para salvar o legado arquitetônico de Serra do Navio, pois, após o fim do fausto da exploração de ferro manganês e o declínio da empresa Icomi, que gerenciava as cidades, acontece a degradação dos bens materiais:

Em dois clarões no meio da floresta ergueram-se dois inusitados exemplares da arquitetura modernista adaptada à realidade amazônica, inspirados na moradia dos caboclos – um perto das minas (Vila Serra do Navio), o outro próximo ao porto (Vila Amazonas) (...) as residências em Vila Amazonas, vendidas, já perderam em 60% suas características originais, observando-se o oposto em Serra do Navio, onde as casas não foram comercializadas. O Iphan reconhece o valor desse patrimônio para o País e, por isso, a equipe técnica já iniciou o processo de instrução para que Vila Serra do Navio seja reconhecida como bem cultural.²⁰ (Silveira, 1999: 7).

¹⁸ “Patrimônio de mais de mil anos”. Revista Pai D’égua. Dez./1999. Belém do Pará, Ano 01, nº 001. p. 5. Biblioteca Ernesto Cruz. Caixa 423. Fundo: IPHAN. Grupo DID. Subgrupo: IPHAN 2 SR. Série: Canto do Patrimônio.

¹⁹ Pedra e Cal é a expressão usada para compreender os primeiros decênios de atuação do Iphan, nos quais a preponderância de bens tombados seriam os bens materiais, em especial os arquitetônicos do período colonial. (Chuva 2012: 147-165).

²⁰ “A cidade modernista no meio da floresta”. Revista Pai D’égua. Dez./1999. Belém do Pará, Ano 01, nº 001. p. 7. Biblioteca Ernesto Cruz. Caixa 423. Fundo: IPHAN. Grupo DID. Subgrupo: IPHAN 2 SR. Série: Canto do

No trecho citado as vilas possuíam valor de patrimônio cultural, porém, o mesmo estava em vias de desaparecimento pela força do mercado imobiliário, responsável por 60% da descaracterização original nos imóveis de Vila Amazonas. Nesse ponto, entrava a função do Iphan: preservar a originalidade que ainda existia nas casas de Serra do Navio. Salvar significava tomar, o tombamento, por sua vez, operava uma mudança simbólica²¹ dos imóveis, criados primeiramente para uso doméstico, tornavam-se, com a ação do tombamento, em bens patrimoniais fundamentais para a história da nação. O tombamento desvia, por conseguinte, o sentido do uso original: uma casa, um espaço privado e familiar, para o “original” da tradição inventada²² em torno da nacionalidade.



Figura 2: Imagem de Serra do Navio ilustrando a matéria *A cidade modernista no meio da floresta*.

Fonte: Acervo da Superintendência do Iphan no Pará.

Patrimônio.

²¹ Tal modificação está associada ao exercício do poder simbólico, definido por Bourdieu como: “O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo e, em particular, do mundo social.” (Bourdieu, 2011: 9).

²² Para Hobsbawn tradições inventadas são “um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado.” (Hobsbawn; Ranger, 1997: 9).

A criação de uma tensão entre passado e presente, na qual o segundo é responsável pelo fim do primeiro e, nesse processo, pelo desaparecimento do “autêntico” é intencional e recorrente no periódico *Pai d’Égua: O Patrimônio Cultural na Amazônia*. Ao falar da proposta *Cidade Velha-Cidade Viva*, que era um modelo de gestão para o bairro da Cidade Velha²³ de Belém conduzido pelo governo federal em parceria com a prefeitura e a sociedade, é colocado:

A quase 400 anos da fundação de Belém, a cidade começa a fazer as pazes com sua história. Apesar do acentuado grau de descaracterização dos imóveis registrado nas áreas mais importantes do centro histórico da capital paraense, as ações governamentais voltadas para a restauração dessa área reativam as feições da paisagem urbana e, sobretudo, escrevem uma história para o futuro da cidade.²⁴ (Silveira, 1999: 10).

A relevância do *Cidade Velha-Cidade Viva* é proporcionar a paz entre três tempos, o passado (com sua tradição corporificada nos casarões), o presente (vislumbrado pela ruína) e o futuro (lugar da redenção), logo, por via da ação institucional é confeccionada uma linha do tempo “natural”, essa operação retira uma concepção social do tempo, onde cada época constrói leituras específicas de experimentar passado e futuro, concomitantemente, conquanto, imputa uma auto evidência temporal (Koselleck, 2006). Logo, a eficácia desse discurso é situar o tempo como exterior a prática da preservação e o seu não entrelaçamento legitima a “salvação” proporcionada pelo trabalho institucional.

²³ Para conhecer o processo de valorização do bairro da cidade velha como patrimônio cultural ver: Lima, 2009: 245-275.

²⁴ “Cidade velha. Cidade Viva”. Revista Pai D’égua. Dez./1999. Belém do Pará, Ano 01, nº 001. p. 11. Biblioteca Ernesto Cruz. Caixa 423. Fundo: IPHAN. Grupo DID. Subgrupo: IPHAN 2 SR. Série: Canto do Patrimônio.

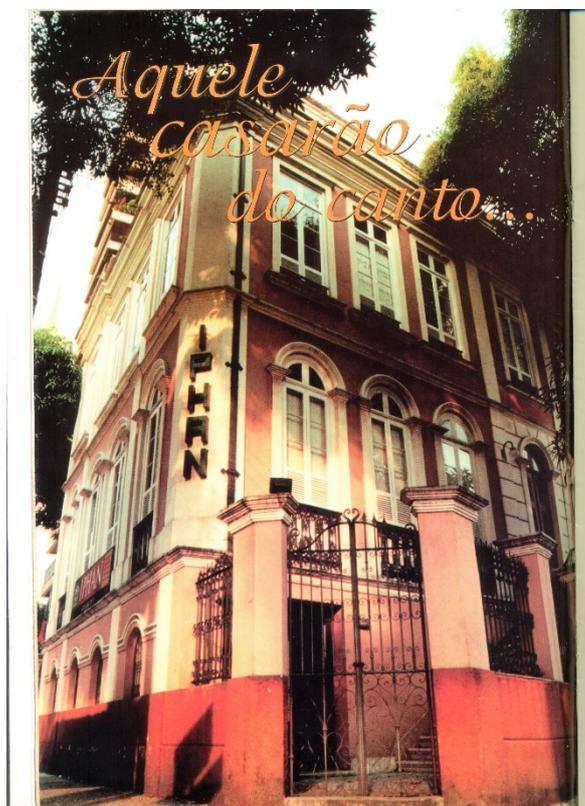


Figura 3: Imagem dos anos 1990 da fachada do imóvel onde funciona a Superintendência do Iphan no Pará até os dias atuais. Imagem produzida para a revista *Pai d'égua*.

Fonte: Acervo da Superintendência do Iphan no Pará.

A remissão dos bens patrimoniais também viria por intermédio do trabalho técnico da restauração engendrado pelos funcionários do Iphan. No final da década de 1980 a sede do instituto em Belém do Pará muda do antigo prédio do Ministério da Educação e Cultura (MEC), onde atualmente funciona a Escola de Teatro e Dança da Universidade Federal do Pará, para um casarão localizado na esquina da Avenida Governador José Malcher com a Rui Barbosa²⁵. Ao descrever e contar o novo espaço físico encontramos mais uma vez a necessidade de retorno ao “original”, vejamos:

(...) foi construído, provavelmente, no final do século XIX, para funcionar como residência. De estilo eclético, de acordo com os padrões arquitetônicos da época, representativos da passagem do Império para a República, o casarão recebeu várias intervenções ao longo dos anos, para adaptar-se aos novos usos – de escolas a uma pensão. Integrante do Conjunto arquitetônico da Avenida Governador José Malcher, tombado pela União em 1985, o imóvel, desde 1987, é a sede da 2ª SR do Iphan. Construído em único bloco, dividido em três pavimentos, o imóvel mereceu

²⁵ Tendo em vista a compreensão das vicissitudes da presença do Iphan no Pará ver: Figueiredo, 2010.

ampla restauração. As obras iniciaram-se em agosto de 1989, sendo necessário demolir várias intervenções que o descaracterizavam, assim como elementos construtivos totalmente deteriorados pela falta de manutenção (...) A sede é o quartel general dos técnicos, mas abre suas portas à população.²⁶ (Silveira, 1999: 9).

Ao criticar as intervenções realizadas no imóvel, novamente o órgão julga como ilícita as práticas e usos dos sujeitos que vieram após a edificação do prédio, conjuntamente, torna justificável a “restauração merecida”, aquela que trará a “história original”.

Outro caso similar, também citado na revista, é relatada na matéria “De Belém a Macapá, um mapa da memória Amazônica”, onde acompanhamos a recuperação de dois murais feitos por Antônio Landi²⁷ na Igreja de São João Batista:

Para chegar a pintura, no entanto, foi necessário remover muitos obstáculos, o primeiro deles um retábulo neogótico colocado por padres agostinianos que permaneceram na igreja de 1859 a 1959. O retábulo-mor formava um conjunto com outros dois menores, completamente desarmônicos com o desenho da construção projetada por Landi no século XVIII, em estilo clássico com tempero barroco e de novas formas do movimento pombalino.²⁸ (Silveira, 1999: 17).

A historicidade das intervenções dos padres agostinianos é um ultraje a genuinidade de Landi, desse modo, prevaleceu o saber técnico e profissional trazido pela “cura” da restauração. Nos meandros da revista destacamos a assiduidade de noções como “original”, “autêntico” em oposição a “perda”, “desaparecimento”, assim como, “missão”, “causa”, “restauração” quando referidas a tarefa do Iphan, tais noções, como apontamos no início, foram atribuídas a fase *heroica*, por que, então, ainda são recorrentes no final da década de 1990? Para responder a essa pergunta, mergulhamos outra vez no pensamento de Canclini:

Assim como o conhecimento científico não pode refletir a vida, tampouco a restauração, nem a museografia, nem a difusão mais contextualizada e didática conseguirão abolir a distância entre realidade e representação. Toda operação científica ou pedagógica sobre o patrimônio é uma metalinguagem, não faz com que as coisas falem, mas fala delas e sobre elas. O Museu e qualquer política patrimonial tratam objetos, os edifícios e os costumes de tal modo que, mais que exibi-los tornam inteligíveis as relações entre eles, propõem hipóteses sobre o que significam para nós que hoje os vemos e evocamos. (Canclini, 2013: 202).

²⁶ “Aquele casarão do canto...”. Revista Pai D’égua. Dez./1999. Belém do Pará, Ano 01, nº 001. p. 09. Biblioteca Ernesto Cruz. Caixa 423. Fundo: IPHAN. Grupo DID. Subgrupo: IPHAN 2 SR. Série: Canto do Patrimônio.

²⁷ Antonio Landi foi um arquiteto e artista italiano que viveu em Belém do Pará no período de 1753 a 1791, sendo responsável por diversas obras arquitetônicas atualmente tombadas.

²⁸ “De Belém a Macapá, um mapa da memória Amazônica”. Revista Pai D’égua. Dez./1999. Belém do Pará, Ano 01, nº 001. p. 17. Biblioteca Ernesto Cruz. Caixa 423. Fundo: IPHAN. Grupo DID. Subgrupo: IPHAN 2 SR. Série: Canto do Patrimônio.

É preciso, portanto, ter cuidado com o estabelecimento de marcos históricos que buscam colocar as ações de preservação do patrimônio cultural, em âmbito federal, como *heroicas* ou *modernas*. A fase *moderna* parece ainda encontrar fortes desafios quanto à democratização da política cultural de preservação do patrimônio. Nos ecos das matérias analisadas nesse estudo ainda ouvimos vozes e conceitos da época *heroica* de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Tais ecos teriam tido fim em ações recentes do Iphan/PA?

Considerações finais (ou atuais?)

Em 2004 o Iphan criou a Coordenação de Educação Patrimonial (Ceduc) e organizou a Reunião Técnica de Pirenópolis, na qual participaram as Superintendências, outras autarquias do Ministério da Cultura e especialistas do campo do patrimônio. Dessa reunião foram constituídos três grupos permanentes de trabalho: documentação sobre educação patrimonial, levantamento qualitativo das ações de educação patrimonial e a organização do I Encontro Nacional de Educação Patrimonial (ENEP), ocorrido na cidade de São Cristóvão, Sergipe, em 2005. Sobre o encontro, Ana Carmem Casco ponderou que:

A participação da sociedade nessas iniciativas, compartilhando projetos ou os realizados de per si, por outro lado, indica que existe um componente democrático na estruturação de ações educativas que hoje lidam não apenas com a reafirmação de valores consagrados, mas com o desafio de preparar o solo para permanente sementeira de novos valores. O que se pode pensar é que tal tarefa precisa de algumas mediações e articulações e será pouco produtiva se o Estado não conseguir desenvolver mecanismos de escuta acurada, assim como abrir canais efetivos de participação no interior da sociedade que gera, alimenta e reproduz o processo cultural no qual se inserem objetos, as manifestações, os símbolos e os significados tão caros ao patrimônio e à memória brasileira. (Casco, 2013).

Um dos novos canais de escuta e comunicação com a sociedade seria o *Programa Casas do Patrimônio*, assim, no ano de 2007, a Coordenação de Promoção do Patrimônio Cultural (Cogeprom) enviou o memorando circular nº 032/07, no qual informava aos diretores de departamentos, a Coordenação Geral de Pesquisa e Documentação (Copedoc) as linhas gerais do programa, do qual destacamos o seguinte trecho:

As Casas do Patrimônio constituem-se essencialmente em um projeto pedagógico, de estruturação das sedes das representações regionais e dos escritórios técnicos do Iphan, para atuar como um polo de difusão cultural local, preparada para qualificar e atender estudantes, professores, turistas e a população residente. Trata-se de ampliar os mecanismos de gestão da preservação do patrimônio cultural, apoiando-se principalmente em ações educacionais, em parceria com escolas e demais segmentos sociais e econômicos. **A proposta fundamentada na necessidade de estabelecer novas formas de relacionamento do Iphan com a sociedade e o poder**

público. Além de informar e orientar, quanto às atividades e rotinas administrativas da instituição, deverão ser enfatizadas as ações de qualificação e capacitação de agentes públicos e privados e de promoção do patrimônio cultural como um dos pilares do desenvolvimento sustentável, capaz de gerar renda e oportunidades econômicas para a população.²⁹ (grifos nossos).

Menos de dez anos após a lançamento da revista *Pai d'égua* encontramos entre os objetivos das *Casas do Patrimônio* a “necessidade de estabelecer novas formas de relacionamento do Iphan com a sociedade e o poder público”³⁰ Contudo, ainda levariam alguns anos até o projeto Casas do Patrimônio ser implementado no Pará, com seus passos iniciais em 2010 a partir da oficina “Casas do Patrimônio: aspectos conceituais e implantação no estado do Pará”. A intenção era reunir diferentes entidades representativas para o desenvolvimento do projeto:

No período de 09 a 11/11/10, realizamos a Oficina “Casas do Patrimônio: aspectos conceituais e implantação no estado do Pará”. O evento contou com a participação de parceiros em potencial e culminou em encaminhamentos para a efetivação da Casa do Patrimônio Ver-o-Peso e no indicativo para o fomento de outras Casas do Patrimônio o estado. Durante o evento, os parceiros foram convidados a participar da construção da Casa e a contribuir para sua efetivação. A receptividade foi muito boa, constituiu-se uma rede de apoio ao projeto adotando como indicativo a formalização por meio de Termo de Cooperação Técnica e a gestão compartilhada sem a necessidade de Comitê Gestor.³¹

E após mais dois anos, em 10 de agosto de 2012, é realizado um Acordo de Cooperação Técnica (demandado a partir da oficina), as entidades assinantes foram: Superintendência do Iphan no Pará, Associação Fotoativa, Coordenadoria Municipal de Turismo (BelemTur), Instituto de Artes do Pará (IAP), Centro de Memória da Amazônia, Secretaria de Turismo do Estado do Pará (Setur), Instituto Federal do Pará, Associação dos Agentes de Patrimônio da Amazônia, Associação Fórum Landi, Fundação Cultural Tancredo Neves, Companhia Paraense de Turismo (Paratur) e o Departamento de Patrimônio Histórico Artístico Nacional do Estado do Pará ³². Entre os doze membros somente dois tem origem na iniciativa da sociedade civil: as associações Fotoativa e Agentes de Patrimônio da Amazônia. Por que tal disparidade? Falta mais organização à sociedade civil? Ou as instituições governamentais precisam criar formas de diálogo que não dependam somente da formação de associações? Outra ação central da Superintendência do Iphan no Pará a partir da década de 2010 foi o ciclo de palestras nomeado *Conversa Pai d'Égua*³³, que propunha ser:

composto por diversas palestra que abordarão temas diversos sobre o

²⁹ “Programa Casas do Patrimônio”. Memorando nº 032/07. Circ/Cogeprom. 02/08/2007.

³⁰ “Programa Casas do Patrimônio”. *Op.cit.*

³¹ Processo n.º 01492.000317/2010-02. Fls. 242.

³² Processo n.º 01492.000272/2012-20. Fls. 106.

³³ No site consultado não há nenhuma associação com nome dado a *revista*, apesar da grande similaridade.

Patrimônio Cultural. Entre os temas das conversas estarão: a paisagem cultural; os aspectos legais da preservação do patrimônio; a educação patrimonial; entre outros. O evento é destinado aos cidadãos interessados nas temáticas, a participação é gratuita e não é necessário realizar inscrição prévia.³⁴

Iniciado após a implementação do projeto *Casas do Patrimônio no Pará*, o ciclo de palestras contou com a participação de algumas instituições e associações que assinaram o acordo de cooperação técnica, segue uma tabela³⁵ com todas as apresentações já realizadas:

Tabela I: Palestras realizadas no *Conversa Pai d'égua*. Organizada por data, palestrante, instituição e tema.

Data	Palestrante	Instituição ³⁶	Tema
21/09/2012	Dr. Rafael Winter Ribeiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Paisagem, patrimônio, democracia: desafio para formação de políticas públicas
30/11/2012	Msc. Mário Pragmácio	Universidade Cândido Mendes	“Uma jangada na imensidão do mar”: os instrumentos jurídicos de preservação face à amplitude do conceito de patrimônio cultural
08/03/2013	Dr ^a . Lygia Segala	Universidade Federal Fluminense	Educação Patrimonial: valores negociados e processos de patrimonialização
12/04/2013	Esp. Simone Fernandes	Iphan – Minas Gerais	Casa do Patrimônio de

³⁴ IPHAN/PA. Disponível em: <<https://casadopatrimoniopa.wordpress.com/category/conversa-pai-degua/>>. Acesso em: 25/04/2017.

³⁵ A tabela foi feita a partir das informações obtidas na *Rede Casas do Patrimônio Pará*, qual seja: <https://casadopatrimoniopa.wordpress.com/>

³⁶ Foi considerada a instituição do palestrante à época do evento.

			Ouro Preto – Sentidos Urbanos: patrimônio e cidadania
19/04/2013	Msc. Tatiana Borges	Iphan-Pará	Do Largo das Mercês à Praça Visconde do Rio Branco: um estudo da gestão do patrimônio histórico em Belém, 1941-2011
17/05/2013	Esp. José La Pastina Filho	Iphan-Paraná	J. B. Debret – Iconografia de cidades do sul do Brasil
24/05/2013	Dr. Giovanni Blanco Sarquis	Iphan-Pará	Diálogos contemporâneos na arquitetura belenense (1979-2007)
14/06/2013	Msc. Alexandre Sequeira	Universidade Federal do Pará	A reconstrução da memória na vila de Lapinha da Serra
21/06/2013	Mayra Martins; Stephanie Assef Mendes	Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo; Universidade Federal do Pará	Propostas de intervenção restaurativa: Capela de Nosso Senhor dos Passos e Igreja de Santo Antônio
28/06/2013	Msc. Andréia Loureiro	Consultora	A valoração como patrimônio cultural do “Raio que o Parta”: expressão do Modernismo Popular, em Belém/PA
11/10/2013	Msc. Verônica Pontes Viana	Iphan-Ceará	Patrimônio arqueológico, comunidade

			quilombola e museu comunitário da Serra do Evaristo, em Baturité/CE
02/05/2014	Msc. Tatiana Borges; Dr. Giovanni Blanqui Sarquis	Iphan-Pará	Centro Histórico de Belém e Obra de Restauração da Igreja São João Batista
28/08/2014	Rivanildo Peixoto; Amarildo Ferreira	Presidente da Associação dos Artesãos de Brinquedo de Miriti de Abaetetuba e Discente do Núcleo de Altos de Estudos da Amazônia	Produção, Comercialização e Mercado do Artesanato de Miriti
12/09/2014	Msc. André Luis dos Santos Andrade	Consultor	Da esquina para o canto: política de difusão cultural no Iphan/Pa
19/04/2014	Proponentes paraenses de ações no Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade em 2013	Liceu Escola de Arte e Ofícios Mestre Raimundo Cardoso; Companhia de Alumina do Pará; MPEG; Ufpa; Ggeotur/Ufpa; Comissão Brasileira Demarcadora de Limites; Lacore/Ufpa;	Iniciativas de preservação e salvaguarda do patrimônio cultural paraense: ações PRFMA, Pará, 2013
01/10/2014	Dr. Fernando Marques; Marieli Campos; Msc. Carla Cruz	MPEG; Secretarial Estadual de Educação; Iphan-Pará	Patrimônio Cultural de Joanes
17/10/2014	Esp. Paula Andréa Caluff Rodrigues	Mestrado Profissional em Patrimônio/Copedoc; Iphan-Pará	Roteiro Cemitério da Soledade
28/11/2014	Msc. Bezerra; Msc. Paulo A. Magalhães Filho	Federação Paraense de Capoeira; Sem indicação	Profissionalização da Capoeira
12/06/2015	Sem indicação de nomes	Secretaria Estadual de Meio Ambiente; Núcleo de Licenciamento Ambiental/IBAMA; Centro Nacional de Arqueologia/IPHAN	Licenciamento ambiental: legislação e atuação das instituições responsáveis nas esferas federal, estadual e

			municipal (Belém)
17/08/2015	Proponentes paraenses de ações no Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade em 2014	MPEG; Fundação Casa da Cultura de Marabá; Associação Fotoativa; Fundação Cultural do Estado do Pará	Iniciativas de preservação e salvaguarda do patrimônio cultural paraense: ações PRFMA/Pará/2014

Nota-se, em sua maioria, a participação de pesquisadores (historiadores, arqueólogos, arquitetos, educadores, museólogos, etc.) e técnicos, porém, vale destacar a participação de representantes de bens registrados no Pará³⁷, como o artesão Rivanildo Peixoto e o Mestre Bezerra. Vale frisar que nesse artigo não analisamos as ações previstas pelo Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), pois demandaria tempo, o qual, na elaboração deste trabalho, não tivemos. Entretanto, acreditamos que um estudo mais aprofundando sobre o diálogo com a sociedade feito pelo INRC pode apresentar respostas a problematização levantada, assim como, novas questões.

A inclusão da sociedade, de sua voz e perspectivas, nas ações de difusão aqui examinadas parece ora avançar, outrora retroceder, nesse sentido, reiteramos que enquanto for mantida a noção que a sociedade precisa ser “orientada”, “qualificada” ou conhecer a “rotina administrativa” da política pública de preservação do patrimônio cultural, as ações de difusão do Iphan continuarão distantes da própria sociedade, pois as revistas, casas ou conversas servirão como refrigerio para *heroicos* tempos.

Artigo recebido em 31 de jan.2017

Aprovado para publicação em 01 de abr. 2017

³⁷ No Pará já foram registrados: Círio de Nazaré (2004), Ofício dos Mestres de Capoeira (2008), Roda de Capoeira (2008), Festividades do Glorioso São Sebastião na Região do Marajó (2013), Carimbó (2014) e o Modo de Fazer Cuias do Baixo Amazonas (2015). Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista%20Bens%20Registrados%20por%20estado%202017%20\(3\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista%20Bens%20Registrados%20por%20estado%202017%20(3).pdf). Acesso em: 24/04/2017.

Referências

- ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. O patrimônio histórico artístico nacional. In: *MEC-SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA. Rodrigo e o SPHAN. Coletânea de textos sobre o patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Edição 15ª, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011
- CALABRE, Lia. *Políticas culturais no Brasil: dos anos 90 ao século XXI*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- CANCLINI, Nestor García. *Culturas Híbridas. Estratégias para entrar e sair da modernidade*. Edição 4ª, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.
- CASCO, Ana Carmem Amorim. *Sociedade e educação patrimonial*. Disponível em: <<http://www.labjor.unicamp.br/patrimonio/materia.php?id=131>>. Acessado em 20 de dezembro de 2016.
- CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. In: ____ (org.). *Revista do Instituto Histórico e Artístico Nacional*. Nº 34, Dossiê: História e Patrimônio. Brasília, DF: Iphan, 2012.
- FIGUEIREDO, Aldrin Moura de; BRITTO, Rosangela Marques de; LIMA, Maria Dorotéia de (Orgs). *Pedra & Alma: 30 anos do Iphan no Pará*. Belém: IPHAN (PA), 2010.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Edição 3ª, Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: SANT' ANNA, Márcia G. de (Org). *O registro do patrimônio imaterial: dossiê final das atividades da comissão e do grupo de trabalho patrimônio imaterial*. Edição 5ª, Brasília, DF: Iphan, 2012.
- GHIRALDELLI JR, Paulo. *História da educação brasileira*. Edição 4ª, São Paulo: Cortez, 2009.
- GOMES, Angela de Castro. Introdução. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *História do Brasil Nação: 1808-2010*. Olhando para dentro. Vol. 4, Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2013.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Edição 2ª, Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MinC/Iphan, 2002.
- HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (orgs). *A invenção das tradições*. Edição 5ª, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC – Rio, 2006.

LIMA, Andrey Faro de. Coerência e ambiguidade: o centro histórico de Belém e o cotidiano da cidade. In: IPHAN. *Programa de especialização em patrimônio: artigos (2005 e 2006)*. Rio de Janeiro: Iphan/ Copedoc, 2009.

MEC-SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA. *Proteção e revitalização do patrimônio histórico e artístico no Brasil – uma trajetória*. Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória, 1980.

MINC; IPHAN. *Patrimônio Imaterial: o registro do patrimônio imaterial*. Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. 4ª edição. Brasília, DF: MinC; IPHAN, 2006.

OLIVEIRA, Cléo Alves Pinto de. *Educação Patrimonial no Iphan*. 2011. Monografia de especialização em gestão pública. Escola Nacional de Aplicação Pública – ENAP, Brasília - DF 2011.

RABELLO, Sonia. *O Estado na preservação de bens culturais*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

SANT'ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 49-58.

VILHENA, Luís Rodolfo. *Projeto e Missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

WILLIAMS, Raymond. O círculo de Bloomsbury. In: _____. *Cultura e materialismo*. São Paulo: Unesp, 2011.



**Memória,
patrimônio e
reparação:
políticas culturais
no Brasil e o
reconhecimento
da história da
escravidão**

**Andrea Siqueira
D'Alessandri Forti ¹**

**Memory, heritage and
reparation: cultural
policies in Brazil and
the recognition of the
history of slavery**

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da PUC-RIO. E-mail: andreaforti87@gmail.com

Resumo:

O presente artigo busca relacionar a elaboração de políticas culturais com as lutas sociais das populações negras no Brasil, principalmente, aquelas ocorridas a partir de fins dos anos 1970. O objetivo é analisar, a partir de referenciais teóricos e de estudo de caso, como os resultados da implantação dessas políticas podem ser entendidos como uma reparação simbólica para esses grupos historicamente submetidos e silenciados. Assim como os usos possíveis do patrimônio e de exposições museológicas para a produção de conhecimento e ensino de história da escravidão e de cultura afro-brasileira.

Palavras-chave: Memória, Patrimônio, História da escravidão.

Abstract:

This article aims to connect the elaboration of cultural policies with the Brazilian black population struggles, mainly, the ones which have happened after the end of seventies. The goal is to analyze, from theoretical references and case study, how the results of policies' implantation can be understood as a symbolic reparation to these groups who were historically dominated and stilled, and the possible uses of the heritage and museological exhibitions for the production of knowledge and the teaching of history of slavery and Afro Brazilian culture.

Keywords: Memory, Heritage, History of slavery.

Há uma gota de sangue em tudo que é criação humana²

“Há uma gota de sangue em cada museu”³, afirmou o museólogo Mario Chagas, parafraseando o poeta Mário de Andrade. Museu e patrimônio constituem campos distintos e complementares. Ambos são campos de tensão e intenção. Admitir a presença de sangue em cada museu, bem ou manifestação patrimoniável significa aceitá-lo como espaço de conflito, como campo de tradição e contradição. Diretamente relacionada a essa discussão está o conceito de memória. Esses três campos são arenas políticas, lugares onde se disputa o passado, o presente e o futuro, e se apresenta determinado discurso da realidade, composto de som e de silêncio, de presença e de ausência, de lembrança e de esquecimento⁴.

A partir de uma revisão da bibliografia sobre o tema, o presente ensaio busca relacionar a elaboração de políticas culturais no Brasil com as lutas sociais das populações negras por reconhecimento e direitos, as disputas por uma memória nacional diferente da oficial⁵ e como esse processo representou uma reparação simbólica. Em um segundo momento, procura demonstrar, através de referenciais teóricos e da análise de exposições específicas, como essa reparação pode contribuir tanto para a produção quanto para o ensino de História, em relação ao conhecimento sobre a história da escravidão e da cultura afro-brasileira.

Memória e reparação simbólica

As disputas pela gestão da memória nacional não emergiram de embates científicos e historiográficos, mas de demandas coletivas de grupos minoritários ou historicamente silenciados⁶. No Brasil, foi no momento de reorganização democrática da sociedade, no final

² CHAGAS, Mario. Há uma gota de sangue em cada museu: preparando o terreno. *Cadernos de SocioMuseologia*, n.13, 1999, p. 25.

³ *Ibidem*, p. 19.

⁴ CHAGAS, Mario. Educação, Museu e Patrimônio: tensão, devoração e adjetivação. *Patrimônio: Revista Eletrônica do Iphan*, n. 4, Rio de Janeiro, p. 1-7.

⁵ Entendendo a construção da memória como uma questão política e conflitiva (POLLAK: 1992, p. 203-204), o conceito aqui utilizado é o de memória coletiva nacional de Michael Pollak: uma memória trabalhada, fechada, sem fissuras se torna oficial dentro de determinado contexto nacional, sobrepondo-se às memórias subterrâneas (POLLAK: 1989, p. 13). Para Andreas Huyssen, quando a conjuntura muda, os problemas são recolocados de forma diferente, lembranças que foram contidas por motivos políticos ressurgem, principalmente como “resultado de um novo amálgama entre a lembrança do passado e um presente político” (HUYSSSEN: 2004, p. 16). Nesse sentido, o texto se refere à memória nacional oficial do período da ditadura civil-militar no Brasil. Durante a reorganização democrática do país, emergiram disputas de memórias distintas.

⁶ HEYMANN, Luciana & ARRUTI, José Mauricio. Memória e reconhecimento: notas sobre as disputas contemporâneas pela gestão da memória na França e no Brasil. In: GONÇALVES, Márcia de Almeida *et al* (orgs.). *Qual o valor da história hoje?* Edição I, Rio de Janeiro: FGV, 2012, p. 96.

da década de 1980, após o fim da ditadura civil-militar, que os debates em torno da memória nacional emergiram com força. De acordo com Heymann e Arruti, tais debates contemplam dois campos temáticos, cada um com seus atores, temporalidades e institucionalidades: um relativo às memórias da violência de Estado perpetrada contra as populações indígenas, negras e tradicionais, cujas raízes remontam ao início da colonização; e outro relacionado às memórias da repressão promovida pelo regime militar. Devido às características da transição democrática brasileira, o enfraquecimento do regime militar não evocou o debate sobre os 21 anos de ditadura naquele momento, mas sobre a violência secular praticada contra indígenas e negros⁷.

Foi no final dos anos 1970 que aconteceram os primeiros eventos que mobilizaram a memória das violências contra populações negras e indígenas. Em 1979, a Missa da Terra Sem Males refletiu mudanças na ideologia da Igreja e na teologia missionária, tendo sido dedicada à “Memória, remorso, denúncia e compromisso” da Igreja Católica com os povos indígenas de todo o continente.

A Missa dos Quilombos foi um desdobramento direto da primeira, incorporando essa postura crítica ao contexto brasileiro. Fruto de dois anos de pesquisa sobre a escravidão e sobre o “silêncio teológico” da Igreja Católica acerca da violência perpetrada contra as populações negras nas Américas, a celebração foi realizada na cidade de Recife, em 22 de novembro de 1981, na praça em frente à Igreja do Carmo, local onde a cabeça de Zumbi dos Palmares teria sido exposta. Para Heymann e Arruti,

(...) esses marcadores da memória das violências remotas do Estado Nacional mantinham vínculos metafóricos com a memória política da ditadura. A figura dos quilombos, posta no centro da zona memorial negra, e a consequente centralidade que começa a adquirir o 20 de novembro, morte de Zumbi dos Palmares, por exemplo, têm forte apelo político, ao valorizar as formas de resistência adotadas pelas populações negras frente à ordem dominante. No contexto dos anos 1970 e 1980, os quilombos eram vistos como uma forma verdadeiramente revolucionária de resistência, jacobina ou socialista, dependendo do intérprete.⁸

A Serra da Barriga, antigo Quilombo dos Palmares, em Alagoas, foi inscrita nos Livros de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, e no Histórico, em 1986⁹. Nesse sentido, é importante destacar o trabalho desenvolvido pelo Centro Nacional de Referências

⁷ Ibidem, p. 103.

⁸ Ibidem, p. 108.

⁹ De acordo com a lista de bens tombados e processos de tombamento em andamento do IPHAN, o processo de número 1.069, de tombamento da Serra da Barriga, foi iniciado em 1982. No entanto, a inscrição do bem nos livros de tomo citados foi realizada em fevereiro de 1986. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Bens tombados e processos de tombamento em andamento*. Brasília, DF, 25 de novembro de 2016, p. 2. Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/2016-11-25_Lista_Bens_Tombados.pdf. Acesso em 29 nov 2016.

Culturais (CNRC), criado em 1975, cujas referências que “se propunha a apreender eram as da cultura em sua dinâmica (produção, circulação e consumo) e em sua relação com os contextos socioeconômicos”¹⁰, visando àqueles bens considerados fora da escala de valores¹¹ do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A integração do CNRC, do IPHAN e do Programa de Cidades Históricas constituíram, em 1979, a Secretaria do Patrimônio Artístico e Nacional (SPHAN) e a Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM). Marcada pelo debate permanente, a SPHAN/FNPM procurou estabelecer um conceito mais amplo e abrangente de bem cultural, além de elaborar, em 1983, as Diretrizes para Operacionalização da Política Cultural do Ministério da Educação e Cultura, documento no qual é afirmado a parceria entre Estado e comunidade na produção e preservação dos bens culturais¹². Esse novo conceito de bem cultural, muito mais inclusivo que o dominante, foi um dos fatores que possibilitou o tombamento do Quilombo dos Palmares, assim como do Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho¹³, na Bahia, no mesmo período¹⁴.

O ano de 1988, ano do Centenário da Abolição, marcou um segundo momento no processo de revisão da memória nacional. A partir desse momento, duas afirmações marcaram a pauta do movimento negro. Primeiro, a ideia de que a liberdade não havia sido consentida mas sim conquistada. Segundo, a certeza de que a Abolição não tinha mudado a situação da população negra no país, já que permaneceu excluída dos mais elementares

¹⁰ FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. *Políticas Sociais - acompanhamento e análise*, n. 2, Brasília, DF, IPEA, 2001, p. 116.

¹¹ Frederico Barbosa destaca o caráter seletivo das políticas patrimoniais, no sentido de que “escolhem e priorizam ao longo do tempo” (BARBOSA: 2015, p. 76), operando com atribuições de valores e sentidos. O anteprojeto de Mário de Andrade, elaborado a pedido do então Ministro da Educação Gustavo Capanema, em 1936, continha “as linhas de base para uma política cultural que levasse em consideração os contextos de vida e as necessidades de formação cultural” (BARBOSA: 2015, p. 78). Mario Chagas enfatiza que o conceito de patrimônio desenvolvido no anteprojeto de Mário de Andrade era amplo e abrangente, pois incluía bens tangíveis e não-tangíveis (CHAGAS: 2015, p. 110). No entanto, o texto do decreto-lei n. 25, de 30 de novembro de 1937, excluiu os bens intangíveis da definição do patrimônio histórico e artístico nacional, estabelecendo-o como “o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (apud CHAGAS: 2015, p. 111). Para Mario Chagas, o decreto-lei não considerou subjetivas as expressões “fatos memoráveis” e “excepcional valor” (CHAGAS: 2015, p. 112). De acordo com Frederico Barbosa, “as políticas patrimonialistas efetivamente praticadas valorizaram a arquitetura colonial, bem como a leitura estética das belas artes e a história dos grandes personagens, gente das elites, seus feitos históricos, tecnologias, etc.” (BARBOSA: 2015, p. 80-81) O destaque dado aos bens arquitetônicos de origem europeia fez com que essas políticas de patrimônio ficassem conhecidas como “política da pedra e cal”.

¹² *Ibidem*, p. 118.

¹³ Em relação às religiões afro-brasileiras, cabe indicar que a coleção denominada de “Museu da Magia Negra” foi tombada no ano de 1938. De acordo com Vaz (2013, p. 44), esse acervo é conservado, atualmente, no Museu da Polícia Civil do Rio de Janeiro, com acesso restrito ao público.

¹⁴ O processo de tombamento do Terreiro da Casa Branca, de número 1.067, foi iniciado em 1982. O bem foi inscrito nos Livros de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, e no Histórico, em agosto de 1986. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Bens tombados...*, op. cit., p. 16.

direitos de cidadão¹⁵. Esse processo desenvolveu-se ao longo da década de 1980 e marcou o texto da nova Constituição Federal. Em seus artigos 215 e 216, por exemplo, nos quais dispõe a respeito da garantia dos direitos culturais, o Estado se compromete com a proteção das manifestações de diferentes segmentos étnicos nacionais, sublinhando as culturas indígenas e afro-brasileiras; dispõe-se a fixar datas comemorativas de alta significação para esses diversos grupos; reconhece como patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, portadores de referência à memória dos múltiplos povos formadores da nossa sociedade; além de tombar os documentos e sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos¹⁶.

Os debates iniciados se desdobraram pelos anos 1990, quando se travaram novos embates públicos em torno de celebrações oficiais de grandes eventos históricos. Esse terceiro momento foi iniciado em 1992 com as comemorações pelo descobrimento da América. A data não recebeu grande atenção no Brasil, diferente do que ocorreu em outros países latino-americanos, tendo sido festejada apenas na capital paulista. A maneira paradoxal, oficial e crítica ao oficialismo, como as celebrações foram realizadas, tanto pela Prefeitura de São Paulo, ocupada por um partido de esquerda, como por Portugal, Espanha e, pela Igreja Católica, chamaram a atenção por terem sido “apropriadas por uma memória da violência colonial que operou em termos de uma crítica cultural do presente”¹⁷.

Em 1995, as celebrações relativas ao tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares e ao Dia Nacional da Consciência Negra marcaram os debates acerca da “ressemantização” da noção de quilombo e o início das discussões pela regulamentação do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. E isso garantiu direitos territoriais à população negra remanescente de quilombos¹⁸, ponto crucial de mudança na história dos direitos das comunidades quilombolas.

Em 2000, os festejos relativos aos 500 anos do descobrimento do Brasil, programados para ocorrer no “mítico lugar de desembarque dos portugueses na costa baiana”¹⁹, enfatizaram o aspecto cultural da formação nacional, revisitando o tema da democracia racial de forma acrítica. Reunidos sob um movimento contestatório, denominado “Brasil: outros 500”, a militância negra, grupos indígenas, entre outros, posicionaram-se contra a noção de descoberta e defenderam o respeito à memória da violência histórica praticada em nome da nação²⁰. Segundo Heymann e Arruti,

A repressão policial contra a manifestação, no momento das celebrações oficiais, resultou em violentos enfrentamentos que acabaram por negar o sentido oficial planejado para o evento, desempenhando no presente a

¹⁵ HEYMANN, Luciana; ARRUTI, José Maurício, op. cit., p. 109.

¹⁶ BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

¹⁷ HEYMANN, Luciana; ARRUTI, José Maurício, op. cit., p. 111.

¹⁸ *Ibidem*, p. 110.

¹⁹ *Ibidem*, p. 111.

²⁰ *Idem*.

violência a que os movimentos populares pretendiam fazer referência apenas como memória.²¹

As lutas sociais pelo reconhecimento e pelos direitos, no Brasil, emergiram da valorização da diversidade étnica e cultural, assim como da denúncia de uma situação histórica de desigualdade e exclusão²². As políticas culturais implantadas após a promulgação da Constituição de 1988 buscam reconhecer, valorizar, proteger e promover essa diversidade.

Mas foi a partir do ano 2000 que houve um adensamento desse movimento, quando diversas reivindicações relacionadas a direitos de memória e políticas de reparação, lideradas por movimentos negros, foram normatizadas. Dentre elas, a promulgação do Decreto nº 3.551 que criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial²³. Os Livros de Registro dos Saberes, de Lugares, das Celebrações e das Formas de Expressão são os documentos nos quais ficam registrados os bens que recebem o título de Patrimônio Cultural do Brasil. Embora esses bens sejam reavaliados pelo menos a cada dez anos e possam perder o título, o registro como referência cultural do seu tempo é mantido²⁴. Diferente do tombamento que imobiliza ou impede modificações no patrimônio material móvel ou imóvel, o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial reconhece o caráter dinâmico das manifestações culturais. Seu propósito é inventariar e registrar as características desses bens simbólicos de modo a manter vivas e acessíveis as tradições e suas referências culturais. Em 2006, o Decreto nº 5.753 promulgou a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, celebrada em Paris em 2003. A Convenção também sublinhou que esse patrimônio,

(...) que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.²⁵

²¹ Ibidem, p. 111-112.

²² Ibidem, p. 114.

²³ ABREU, Martha; MATTOS, Hebe; DANTAS, Carolina Vianna. Em torno do passado escravista: as ações afirmativas e os historiadores, *Antíteses*, vol. 3, n. 5, jan-jun 2010, p. 24. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>. Acesso em 23 fev 2017.

²⁴ BRASIL. *Decreto nº 3.551*. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Brasília, DF, 4 de agosto de 2000.

²⁵ BRASIL. *Decreto nº 5.753*. Promulga a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, adotada em Paris, em 17 de outubro de 2003, e assinada em 3 de novembro de 2003. Brasília, DF, 12 de abril de 2006.

Seguindo a definição discutida, a partir de 2003, diversas manifestações culturais afro-brasileiras como o samba de roda, o jongo e o acarajé receberam o título de Patrimônio Cultural do Brasil²⁶.

A Política Nacional de Museus, lançada em maio de 2003, percebe as instituições museológicas como “práticas e processos socioculturais colocados a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento”. Assim, destaca o respeito à diferença, à diversidade cultural do povo brasileiro e ao patrimônio cultural das comunidades indígenas e afrodescendentes nos princípios adotados para sua orientação. Aponta ainda, em seu eixo programático, voltado para a gestão e configuração do campo museológico, a importância da participação dessas comunidades no gerenciamento e promoção de seus patrimônios culturais²⁷.

A ideia de que diferentes segmentos étnicos têm direito a memórias distintas, que devem ser contempladas por políticas públicas remete, principalmente, “à noção de que a memória dos grupos que sofreram violências por parte do Estado deve ser objeto de uma ação reparadora, tanto pelo sofrimento impingido quanto pelo silêncio que teria a ele se seguido”²⁸.

Nesse sentido, o Instituto Brasileiro de Museus, criado em 2009, também vem apoiando ações de memória em comunidades populares das diferentes regiões do país. Para atender aos diversos grupos sociais que não tiveram a oportunidade de narrar e expor suas próprias histórias, memórias e patrimônios nos museus, foi criado o Programa Pontos de Memória. Com a iniciativa baseada no protagonismo comunitário e na metodologia de trabalho participativa e dialógica, o programa visa reconstruir a memória social e coletiva de comunidades, a partir do cidadão, de suas origens, suas histórias e seus valores²⁹.

Segundo Heymann e Arruti, “o reconhecimento da memória dos grupos historicamente submetidos justifica a produção de políticas de ação afirmativa”³⁰. Para os autores, a gestão da memória está, nesse caso, “diretamente ligada à gestão de recursos, em especial, o acesso à terra mas também a outros recursos, entre os quais a educação, a saúde, a previdência social e até mesmo o crédito produtivo”³¹. No Brasil, a reivindicação do direito à diferença apresenta-se então como uma busca por inclusão social³².

A regulamentação da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, também é fruto das reivindicações protagonizadas por movimentos negros³³. Ela estabelece como obrigatório o

²⁶ ABREU, Martha; MATTOS, Hebe; DANTAS, Carolina Vianna, op. cit., p. 24.

²⁷ BRASIL. Relatório de Gestão. *Política Nacional de Museus*. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, Ministério da Cultura, 2003-2010, p. 26-27.

²⁸ HEYMANN, Luciana; ARRUTI, José Maurício, op. cit., p. 114.

²⁹ BRASIL. Relatório de Gestão, op. cit., p. 104.

³⁰ HEYMANN, Luciana; ARRUTI, José Maurício, op. cit., p. 115.

³¹ Idem.

³² Ibidem, p. 112.

³³ ABREU, Martha; MATTOS, Hebe; DANTAS, Carolina Vianna, op. cit., p. 24.

ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira³⁴ para o ensino fundamental e médio de todas as instituições do país, tendo como conteúdo programático “a História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil”³⁵. Além disso, determina como feriado escolar o Dia Nacional da Consciência Negra. Nesse sentido, cabe indicar o texto do Plano Nacional da Cultura, instituído pela Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. No capítulo II de seu Anexo, denominado Da Diversidade, destaco como estratégia e ação o desenvolvimento e ampliação de “programas dedicados a capacitação de profissionais para o ensino de história, arte e cultura africana, afro-brasileira, indígena e de outras comunidades não hegemônicas, bem como das diversas expressões culturais e linguagens artísticas”³⁶.

A educação, assim como o museu e o patrimônio, também constitui um campo de tensão e intenção. Para além de suas possíveis serventias políticas, esses três campos são instrumentos narrativos que fazem a mediação entre diferentes espaços, tempos, indivíduos, coletivos e culturas. Para Mario Chagas, é nesse sentido que se pode dizer que eles são pontes “que servem para comunicar e, portanto, para nos humanizar”³⁷. A apresentação de políticas culturais foi aqui relacionada com as lutas sociais das populações negras com o objetivo de demonstrar a importância desse dispositivo para dar voz a diferentes memórias e garantir aos diversos grupos o direito de narrar suas próprias histórias e construir seus próprios patrimônios.

Patrimônio, história da escravidão e o pensamento pós-abissal

A questão envolvendo o nome de Rui Barbosa e a destruição dos arquivos da escravidão não é hoje assunto de discussões. O ato teria por finalidade a eliminação dos “comprovantes de natureza fiscal que pudessem ser utilizados pelos ex-senhores de escravos para pleitear a indenização junto ao governo da República”³⁸, já que a Lei da Abolição extinguiu a escravidão, “sem reconhecer o direito de propriedade servil”³⁹. Na década de 1980, a proximidade das comemorações do centenário da Lei de 13 de maio, no entanto, reacendeu a acusação de que o antigo Ministro da Fazenda desejava apagar o

³⁴ A Lei nº 11.645, de março de 2008, alterou a Lei nº 10.639, estabelecendo a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

³⁵ BRASIL. *Lei nº 10.639*. Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, DF, 9 de janeiro de 2003.

³⁶ BRASIL. *Lei nº 12.343*. Institui o Plano Nacional de Cultura – PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC e dá outras providências. Brasília, DF, 2 de dezembro de 2010, p. 18.

³⁷ CHAGAS, Mario, *Educação...*, op. cit., p. 5.

³⁸ BARBOSA, Francisco de Assis. Apresentação. In: LACOMBE, Américo Jacobina; SILVA, Eduardo; BARBOSA, Francisco de Assis. *Rui Barbosa e a queima dos arquivos*. Edição I, Brasília: Ministério da Justiça; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988, p. 11.

³⁹ Idem.

passado escravista, transformando-o em “inimigo da raça negra”⁴⁰. Na apresentação ao livro Rui Barbosa e a queima dos arquivos, Francisco de Assis Barbosa analisa o contexto em que o ato foi executado, além de apresentar o político como defensor do Abolicionismo. Deixando as disputas por essa memória de lado e, considerando a impossibilidade de se verificar os danos ocasionados por esse ato, o fato é que “há muita coisa a ser pesquisada nos arquivos e nos cartórios”⁴¹ e esses documentos vêm possibilitando inúmeros estudos acerca da história da escravidão no Brasil.

Diferentes interpretações e revisões históricas são produzidas ao longo do tempo, resultado de lutas políticas e de outras mudanças, como a da própria pesquisa histórica⁴². Nesse sentido, é relevante apresentar as principais questões historiográficas sobre o tema. A produção acadêmica dos anos 1960 e 1970 demoliu o mito da democracia racial e do caráter benevolente ou não violento da escravidão no Brasil. Mas foi no final da década de 1980, com a comemoração do centenário da Abolição e o desenvolvimento da pós-graduação no país, que houve um aumento considerável nas pesquisas sobre o assunto, dentre as quais podemos citar o trabalho de Sidney Chalhoub. Para o autor, “a constatação da violência na escravidão é um ponto de partida importante”⁴³, mas a crença de que isso é tudo o que importa acabou gerando mitos e imobilismos na produção historiográfica como, por exemplo, a ideia da “coisificação do escravo”.

A teoria do escravo-coisa está correta do ponto de vista legal, no entanto, costuma vir acompanhada da noção de que “os negros seriam incapazes de produzir valores e normas próprias que orientassem sua conduta social”⁴⁴. Frequentemente, esse conceito tem “como contrapartida a ideia do escravo rebelde”⁴⁵. Dessa maneira, os atos de inconformismo seriam “a única forma de os escravos negociarem sua coisificação racial e afirmarem sua dignidade humana”⁴⁶. Por isso, os negros oscilariam então entre a passividade e a rebeldia. Chalhoub aponta o mérito dessa teoria em inspirar estudos sérios sobre “rebeldia negra em décadas de sufoco e repressão política”, durante a ditadura civil-militar, e reconhece que a ideia da suposta “reificação” dos escravos foi importante no sentido de “denunciar e desmontar o mito da democracia racial no Brasil”⁴⁷.

Essa dicotomia que tem, de um lado, a figura de Zumbi dos Palmares, representando “a ira sagrada, o treme-terra”, e de outro, “Pai João, a submissão

⁴⁰ Ibidem, p. 12.

⁴¹ Ibidem, p. 20.

⁴² JELIN, Elizabeth. Los trabajos de la memoria. *Colección Memorias de la represión*, v. 1. Madrid: Siglo XXI editores, 2002, p. 41.

⁴³ CHALHOUB, Sidney. Negócios da escravidão. In: _____. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. Edição I, São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 36.

⁴⁴ Ibidem, p. 38.

⁴⁵ Ibidem, p. 41.

⁴⁶ Ibidem, p. 42.

⁴⁷ Idem.

conformada⁴⁸, continua presente em nossa mentalidade coletiva. Os estudos publicados a partir da década de 1980, entretanto, mostraram que aqui e em outras partes, “os escravos negociaram mais do que lutaram abertamente contra o sistema”⁴⁹. Para Reis e Silva, tanto escravos quanto senhores manipulavam e transigiam, cada qual com as suas finalidades, recursos e estratégias, buscando obter a colaboração um do outro⁵⁰. A capacidade de criar ou preservar espaços dentro do sistema, a família escrava, as manumissões, a especialização do trabalho, as festas, a conservação de antigos costumes, o trabalho e a situação de afro-descendentes livres são algumas das questões estudadas que permitem a percepção do negro como ator e sujeito da história. Para os autores,

(...) já não é possível pensar os escravos como meros instrumentos sobre os quais operam as assim chamadas forças transformadoras da história. Não podemos, tampouco, pensá-los como um bloco homogêneo apenas por serem escravos. As rivalidades africanas, as diferenças de origem, língua e religião – tudo o que os dividia não podia ser apagado pelo simples fato de viverem um calvário comum.⁵¹

Retornando às questões principais dessa segunda parte do ensaio, pergunto: como os efeitos das políticas culturais, implementadas no Brasil após a promulgação da Constituição de 1988, podem contribuir para a divulgação do conhecimento produzido no meio acadêmico? E como o patrimônio que visa valorizar e promover a diversidade étnico-social do país, mais especificamente as populações negras, pode ser utilizado para o ensino de história da escravidão, apresentando o negro como sujeito de suas próprias escolhas e reconhecendo suas diferentes práticas sociais?

Boaventura de Sousa Santos nos propõe a ideia de pensamento pós-abissal, mas antes de apresentar esse conceito, é importante conhecer o que ele chama de pensamento abissal. De acordo com o autor, sua característica fundamental é a impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha, fazendo com que o “outro lado da linha” desapareça enquanto realidade⁵². O direito e a ciência moderna são apontados como as manifestações desse pensamento, pois se colocam como universais⁵³. A partir de meados do século XVI, “o debate jurídico e político entre os estados europeus a propósito do Novo Mundo concentra-se na linha global”. Santos explica que “o colonial é o estado de natureza onde as instituições da sociedade civil não têm lugar”⁵⁴. Ele elucida seu pensamento com as teorias

⁴⁸ SILVA, Eduardo. Barões e escravidão, p. 27 apud REIS, João José e SILVA, Eduardo. Entre Zumbi e Pai João, o escravo que negocia. In: _____. *Negociação e conflito – a resistência negra no Brasil escravista*. Edição I, São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 13.

⁴⁹ REIS, João José; SILVA, Eduardo, op. cit., p. 14.

⁵⁰ Ibidem, p. 16.

⁵¹ Ibidem, p. 20.

⁵² SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa & MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. Edição I, São Paulo: Cortez, 2010, p. 32.

⁵³ Ibidem, p. 33.

⁵⁴ Ibidem, p. 36.

do contrato social, no qual os homens metropolitanos entram e abandonam o estado de natureza para formarem a sociedade civil e, ao mesmo tempo, é criada uma vasta região do mundo em estado de natureza. O outro exemplo indicado são as modernas concepções de conhecimento cuja estranheza por práticas consideradas incompreensíveis, mágicas ou idolátricas conduziu à negação humana dos seus agentes⁵⁵. Para ele, “essa realidade é tão verdadeira hoje como era no período colonial. O pensamento moderno ocidental continua a operar mediante linhas abissais que dividem o mundo humano do sub-humano (...)”⁵⁶, embora elas tenham sofrido modificações. Santos relaciona a injustiça social global com uma injustiça cognitiva global, afirmando a necessidade de um novo pensamento para essa luta:

O pensamento pós-abissal confronta a monocultura da ciência moderna com uma ecologia de saberes. É uma ecologia, porque se baseia no reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos (sendo um deles a ciência moderna) e em interações sustentáveis e dinâmicas entre eles sem comprometer a sua autonomia. A ecologia de saberes baseia-se na ideia de que o conhecimento é interconhecimento.⁵⁷

Santos deixa, para os profissionais da educação, a pergunta “qual seria o impacto de uma concepção pós-abissal de conhecimento (como uma ecologia de saberes) sobre as instituições educativas e centros de investigação?”⁵⁸. Eu elaboro a minha questão a partir do conceito do autor e a reformulo: como o patrimônio que busca valorizar as populações negras pode contribuir não só para o ensino de história da escravidão, na qual o negro não é visto apenas como Zumbi ou Pai João, mas também para um caminho em direção ao pensamento pós-abissal? Qual seria o potencial de fonte histórica desse patrimônio, no sentido de colaborar para a pesquisa sobre o tema, e sua relação com uma ecologia de saberes?

Na cidade do Rio de Janeiro, temos várias possibilidades de ensino da história da escravidão utilizando o patrimônio cultural como instrumento, como nos casos do Cais do Valongo, Cemitério dos Pretos Novos, Pedra do Sal, Museu do Negro, pertencente à Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, a exposição Kumbukumbu: África, memória e patrimônio do Museu Nacional/UFRJ, o acervo exposto na exibição permanente do Museu Histórico Nacional e o Grupo Cultural Jongo da Serrinha. Isso para citar alguns dos patrimônios reconhecidos como tal. Se quisermos estender para os que ainda não são reconhecidos ou para aqueles cuja presença negra não é tão evidente como, por exemplo, as obras artísticas do Mestre Valentim, ou as musicais do Padre José Mauricio Nunes Garcia, ou as do engenheiro André Rebouças, as alternativas são ainda maiores.

Elegi como objeto de análise, o acervo exposto na mostra permanente do Museu Histórico Nacional, mais especificamente nas seções “Portugueses no Mundo” e “A construção da Nação”. O objetivo é explorar a história da escravidão através de uma

⁵⁵ Ibidem, p. 37.

⁵⁶ Ibidem, p. 39.

⁵⁷ Ibidem, p. 53.

⁵⁸ Ibidem, p. 66.

perspectiva diferente daquela apresentada pela instituição. Assim como um professor não deve ficar restrito à narrativa do livro didático, o historiador ou qualquer profissional ligado à educação, que faça uso de exposições museológicas como instrumento de ensino, não precisa reproduzir o mesmo discurso. Uma exposição, um livro didático ou outra forma de narrativa que priorize o rigor histórico deve ser apresentada como uma maneira possível de se contar uma história, mas enfatizando que um mesmo tema pode ser abordado sob diversos aspectos, até mesmo divergentes, representando várias verdades complementares ou concorrentes. A partir dessa ressalva, justifico minha escolha pelo Museu Histórico Nacional, criado em 1922. Foi o primeiro museu de “história da nação” e apresenta na mostra não só seu patrimônio musealizado, mas também faz referência, através de fotos, ao patrimônio imaterial das populações negras.

A instituição abriga algumas exposições de longa duração, sendo a principal aquela que busca contar a história nacional. De acordo com o texto apresentado na entrada da mostra,

O Museu Histórico Nacional convida o público a conhecer seu circuito de longa duração sobre a história do Brasil. Essa exposição propõe uma relação entre as esferas políticas, sociais e econômicas da nossa trajetória, a partir de recortes temporais e temáticos. A organização das salas estimula a realização de um dinâmico diálogo entre o passado e o presente.⁵⁹

O circuito foi reformulado e inaugurado nos anos de 2009 e 2010⁶⁰. Dividido em quatro módulos que remetem “à tradicional divisão política da história do Brasil”⁶¹, propõe as seguintes seções: “Oreretama” (período pré-cabralino), “Portugueses no mundo” (1415 a 1822), “A construção da nação” (1822 a 1889) e “A cidadania em construção” (1889 à atualidade). A atuação das populações negras está presente no segundo e terceiro módulos.

As referências na parte colonial são, principalmente, em relação ao tráfico negreiro e ao trabalho escravo nos engenhos de açúcar, a partir de uma reprodução de engenho em madeira, e à resistência quilombola, na qual indica o Quilombo dos Palmares e Zumbi. Há uma explicação em relação à diferença do conceito presente na legislação colonial e imperial e aquele sobre o qual a Constituição de 1988 dispõe.

Com esses três pontos, podemos romper com a noção do continente africano como bloco homogêneo, indicando que a divisão geopolítica atual não existia e apresentando algumas das diversas etnias que vieram para o Brasil, as suas rivalidades, diferenças de origem, língua e religião. É importante explicar a questão da especialização dos cativos na

⁵⁹ apud ALBERTI, Verena. Pedacos de narrativa nacional na exposição permanente do Museu Histórico Nacional. *XXVII Simpósio Nacional de História*, Anpuh, Natal, 2013, p. 1.

⁶⁰ As informações sobre o Projeto de Revitalização do Circuito de Exposições de Longa Duração, última etapa do Projeto de Restauração e Modernização do Museu Histórico Nacional, iniciado em 2003, estão disponíveis no site da instituição, sob o título “Museu Histórico Nacional – 2003-2010”. Disponível em: www.museuhistoriconacional.com.br/mh-ob-1.htm. Acesso em 26 nov 2016.

⁶¹ ALBERTI, Verena, op. cit., p. 4.

manufatura de açúcar; o conceito de “brecha camponesa” e a existência de uma “economia interna da escravidão”, proporcionando “certa autonomia ao escravo dentro dos limites da escravatura”⁶²; sua hierarquia interna; e indicar a existência de outros quilombos e sua organização. As referências indiretas são feitas na atuação nas Batalhas dos Guararapes, na resistência à catequese, na atuação de importantes artistas do Barroco, os mestiços Mestre Valentim e Aleijadinho, e na obra de Mestre Ataíde.

Na passagem dos espaços relativos ao período colonial e a transformação da Colônia em Metrópole, foi preparada uma sala dedicada à cultura afro-brasileira cujo destaque é o altar todo branco a Oxalá, elaborado “especialmente para a exposição”⁶³ por Emanuel Araújo⁶⁴. Na entrada do espaço, há um trecho de Casa-Grande & Senzala, de Gilberto Freyre: “Na ternura, na mímica excessiva, no catolicismo em que se deliciam nossos sentidos, na música, no andar, na fala, no canto de ninar menino pequeno, em tudo que é expressão sincera de vida, trazemos quase todos a marca da influência negra”. Há também “um grande tronco de madeira, na horizontal, com os locais para prender cabeças, tornozelos e pulsos; quadros representando a venda de escravos e um desenho em silhueta de um escravo apanhando de chicote e outros aguardando sua vez”⁶⁵. Foram expostas quatro pequenas esculturas em madeira de negros e outras quatro de negras de ganho, carregando diferentes produtos; duas esculturas de Mestre Valentim, elaboradas para ocuparem os nichos da fachada principal da Igreja Santa Cruz dos Militares; objetos relacionados às religiões afro-brasileiras como, por exemplo, os balangandãs e seus amuletos; e fotos de manifestações culturais como o jongo, as rodas de capoeira e rituais de Candomblé. Símbolos reconhecidos como patrimônios imateriais ou espaços que foram tombados, no caso dos terreiros, a fim de proteger as práticas religiosas.

A miscigenação foi a interpretação soberana no que se refere à constituição da nossa narrativa de identidade nacional. Longe do pressuposto no conceito de democracia racial, de igualdade dos elementos que a compõem, o branco, na verdade, foi sempre tomado como padrão. Nas décadas de 1930 e 1940, “quando a ideia da mistura passou a ser difundida como aquela que dava conta da identidade nacional, era comum falar-se da “contribuição” do negro e do índio à cultura nacional, como se o cerne da nação fosse o branco”⁶⁶. A obra de Gilberto Freyre é um exemplo disso. Para Verena Alberti, a citação de Casa Grande & Senzala na exposição enfatiza a miscigenação, diluindo a percepção das reais

⁶² SCHWARTZ, Stuart. Trabalho e cultura: vida nos engenhos, vida dos escravos. In: _____. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Edição I, Bauru: EDUSC, 2001, p. 99.

⁶³ ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. *Boletim Informativo*. Ano VI, n. 34, abril 2011, p. 2.

⁶⁴ Emanuel Araújo é idealizador e diretor-curador do Museu Afro-Brasil, em São Paulo. Foi curador de algumas exposições temporárias recebidas pelo Museu Histórico Nacional como, por exemplo, “Para nunca esquecer – negras memórias e memórias de negros”, em 2001, “Elos da Lusofonia”, em 2010, “O Benim, ancestralidade e contemporaneidade”, em 2011 e “Espírito da África – os reis africanos”, em 2015. Na mesma instituição, em 2010, a mostra “Emanuel Araújo, Autobiografia do Gesto/Cosmogonia dos Símbolos” apresentou sua trajetória artística.

⁶⁵ ALBERTI, Verena, op. cit., p. 7.

⁶⁶ *Ibidem*, p. 6.

diferenças. A autora propõe a introdução da “história das identidades de raça e cor sendo constituídas, em grande parte em decorrência de teorias raciais, mas também como reação ao racismo”⁶⁷ para que os visitantes se perguntem por que as populações negras e indígenas não foram vistas como “normais”, ou essencialmente diversas, assim como os brancos. Esse discurso contribuiu para que o caráter violento da escravidão fosse de certa maneira ignorado, o reconhecimento dessa brutalidade foi o primeiro passo em direção a outros conhecimentos sobre o período.

O acervo da sala pode ser utilizado para falar sobre as atividades do escravo de ganho que permitiam o recebimento de parte do lucro, que poderia ser usado para comprar a própria liberdade ou a de outrem e garantia ao cativo uma maior mobilidade entre diferentes espaços, favorecendo a realização de outras práticas sem o conhecimento do senhor e a ampliação de sua rede de relações. Apresentar a atuação de Mestre Valentim, um grande exemplo de que nem todo negro ou mestiço era escravo, e citar outros casos e possibilidades de trabalho livre, pode ser um bom exemplo de tal situação.

O reconhecimento das atuais manifestações culturais afro-brasileiras deve ser compreendido como o resultado das lutas dos movimentos negros, que representam um sentido de identidade e continuidade. E, por isso, devem ser interpretados como expressões maiores que festas e esporte, pois nelas se transmitem e se reiteram práticas e valores. Além disso, nos mostram que existiam outras formas de resistência distintas dos quilombos:

O caminho para a liberdade muitas vezes começava exatamente aí: na construção de uma rede de relações pessoais as quais o cativo “pertencesse”. (...) Esse processo de recriação das raízes era essencial para a superação da condição escrava. É de grande relevância o estudo da formação da família, da reconstrução dos laços étnicos e de outras formas de associação dos cativos, inclusive as de cunho religioso e cultural. Ao se inserir num grupo humano ao qual “pertencia”, o escravo dava um passo fundamental em direção a liberdade. A sua humanidade natural ele nunca perdera, mas ao pertencer a um grupo, readquiria a sua humanidade social – um passo largo, ou até mesmo um pré-requisito para andar em direção a liberdade.⁶⁸

Em “A construção da nação”, seção sobre o período imperial, a presença do negro se dá através dos instrumentos utilizados na punição de cativos. Assim, constrói-se uma crítica à propriedade escravista como herança colonial, que propiciou a formação e o fortalecimento de uma elite influente junto ao poder local e imperial, interessada em manter a escravidão como base de produção de riquezas. A outra referência é encontrada na linha do tempo da Abolição, na qual está exposta a escultura de um menino negro livre das correntes, “executada a mando de membros do movimento abolicionista”; um busto de

⁶⁷ Ibidem, p. 7.

⁶⁸ CARVALHO, Marcus. Liberdade, liberdades, alforria. In: _____. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850*. Edição I, Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998, p. 219-220.

Joaquim Nabuco; uma pintura de André Rebouças; a placa comemorativa da Abolição no Ceará em 1884; e uma pintura de Barão de Cotegipe, autor da lei dos Sexagenários de 1885.

Nesse módulo da mostra, a única indicação de atuação do negro é a referência à figura de André Rebouças que, além de renomado engenheiro, participou ativamente do movimento abolicionista. No entanto, com base no acervo apresentado e analisado, podemos questionar se faz sentido a ideia de liberdade consentida e o significado da suposta liberdade para as populações negras. O desaparecimento do negro na continuação do circuito deve ser problematizado.

A exposição constrói sua narrativa de história nacional a partir de uma perspectiva eurocêntrica. Ao mesmo tempo, busca apresentar diferentes formas de atuação e resistência dos negros através do material exposto. Entretanto, quando não problematiza a exclusão da população negra dos mais elementares direitos de cidadão, sem relacionar os problemas sociais e a desigualdade racial, sem indicar a heterogeneidade de grupos étnicos e suas lutas ao longo dos séculos XX e XXI, a exposição parece aceitar o discurso da miscigenação e da democracia racial.

Para Verena Alberti, “a ênfase na diversidade, ou na “deshomogeneização”⁶⁹, é um viés importante” e vem sendo muito debatido em nosso país, entre aqueles que se preocupam com a implementação efetiva das Leis nº 10.639 e 11.645. A autora questiona a maneira como esse circuito lida com a questão racial, importante na formação da nação e, num contexto de debates frequentes em torno das exigências das leis citadas, para a sociedade atual⁷⁰. Desde 2010, a instituição vem, paralelamente, recebendo exposições temporárias cuja temática explora as relações entre África e Brasil, no passado e no presente⁷¹. Mas no que se refere a questões sensíveis como a racial, o museu parece preservar a “ética do silêncio”⁷².

A ênfase na miscigenação, através dos textos na sala dedicada à cultura afro-brasileira, e a ausência da problematização de relações étnico-raciais ao longo da exposição dissolve a percepção das reais diferenças e favorece uma compreensão do negro como “contribuidor” e não como ator da história. No entanto, o acervo apresentado durante o percurso, possibilita uma interpretação da pluralidade de experiências, do reconhecimento de práticas sociais e do negro como sujeito de suas próprias escolhas. No mais, à saída da

⁶⁹ ALBERTI, Verena, op. cit., p. 7.

⁷⁰ Ibidem, p. 4.

⁷¹ Ver nota 63.

⁷² Hebe Mattos, uma das primeiras historiadoras a apontar a presença de afrodescendentes entre a população livre e entre senhores de escravos, “considera que tal presença esteve longe de conseguir diminuir ou combater o racismo no país”. De acordo com a autora, “no máximo, ela teria engendrado uma espécie de ética do silêncio em relação à cor da população livre em situação formal de igualdade, mas que continuava estigmatizando todo aquele não branco que se aventurasse fora das suas redes de relação pessoal”. Para Mattos, “se hoje se tenta quebrar essa ética do silêncio, nascida no contexto da sociedade escravista, o objetivo é transformar o quadro de desigualdade racial que “o silêncio não conseguiu reverter””. (MATTOS, Hebe, 2006 apud ABREU, Martha; MATTOS, Hebe; DANTAS, Carolina Vianna, op. cit., p. 33-34)

mostra, ao fim dos quatro módulos, o visitante encontra a frase “a história é você quem faz”, ou seja, o museu conclui o circuito afirmando que o cidadão comum é ator e sujeito da história. A exibição permite, portanto, duas interpretações distintas da narrativa construída.

Acredito que o destaque às múltiplas vivências e alternativas das populações negras ao longo da nossa história, como por exemplo, através do patrimônio cultural e de exposições museológicas, contribuiria para a divulgação de um conhecimento atual, fruto de pesquisas acadêmicas recentes sobre o tema. Esse seria um caminho em direção ao pensamento pós-abissal.

Não compartilho a visão de que o negro deixa de ser vítima do sistema escravista por ser ator e sujeito da história, mas esse é um ponto de tensão entre historiadores. De acordo com Martha Abreu, Hebe Mattos e Carolina Dantas, “o engenho e arte dos escravos”, a mestiçagem, a presença marcante de afrodescendentes livres e, principalmente, o alto número de afrodescendentes proprietários de escravos são os principais argumentos históricos levantados por especialistas para “deslegitimar as políticas afirmativas e atuar nas disputas pelo enquadramento da memória da escravidão no país”⁷³. Para as autoras, apesar da pluralidade que marcou a experiência de cativos e de afrodescendentes livres no Brasil, e dos “intercâmbios positivos produzidos pela mestiçagem”, é “politicamente necessário falar em direitos de reparação”⁷⁴.

O ensino de história da África, de afro-brasileiros e sua cultura nas escolas, determinado pela Lei nº 10.639, não propõe a substituição do etnocentrismo europeu por um africano. Ele está ancorado em um “projeto de afirmação do Brasil como uma sociedade multicultural e de reconhecimento do importante papel dos negros na formação da sociedade brasileira, em todos os aspectos, muito além da escravidão ou da submissão”⁷⁵.

Nesse sentido, Martha Abreu, Hebe Mattos e Carolina Dantas sublinham que “essa afirmação e esse reconhecimento são frutos das ações dos movimentos negros que vão se fortalecendo à medida que ampliam suas conquistas”⁷⁶. Portanto, seria importante que as exposições museológicas ao abordarem a temática da escravidão, tivessem esse projeto como diretriz. Tal abordagem poderia colaborar para romper com as “ideias de um país mestiço, marcado por relações raciais democráticas singulares no mundo ocidental”⁷⁷, e para a maior visibilidade da pluralidade de experiências das populações negras, antes e após a diáspora. Além disso, poderia levar para os museus questões sensíveis como as relações étnico-raciais e as discussões sobre o direito à reparação.

Como citado anteriormente, Boaventura de Sousa Santos explica que, a partir de meados do século XVI, o conhecimento moderno e sua estranheza por práticas consideradas incompreensíveis, mágicas ou idolátricas conduziram à negação humana de seus agentes,

⁷³ ABREU, Martha; MATTOS, Hebe; DANTAS, Carolina Vianna, op. cit., p. 31.

⁷⁴ Ibidem, p. 32. Ver nota 71.

⁷⁵ Ibidem, p. 35.

⁷⁶ Idem.

⁷⁷ Ibidem, p. 36.

constituindo uma linha abissal epistemológica⁷⁸. Admitir como verdadeiros outros conhecimentos e suas formas de transmissão, expressões, práticas, representações e técnicas, através, principalmente, do patrimônio imaterial, é um grande passo no sentido de reconhecer a existência passada e presente de diferentes grupos como produtores de cultura, de memória e como agentes de suas histórias.

Desse modo, aprender a analisar o bem cultural como fonte histórica é aceitar a co-presença da diversidade. O historiador que continua privilegiando as fontes escritas como único documento válido está, de certa maneira, excluindo a participação de muitos grupos cujos vestígios foram deixados de outras formas, mantendo-os à margem da história. Sobre a escravidão no Brasil,

(...) a documentação diretamente produzida por escravos parece ter sido, realmente, muito pequena. Aqui menos de um em cada mil escravos sabia ler e escrever. Por isso, a questão das fontes não parece ser tanto quantitativa, mas qualitativa. O pouco que temos deve ser adequadamente explorado. Qualquer indício que revele a capacidade dos escravos, de conquistar espaços ou de ampliá-los segundo seus interesses, deve ser valorizado. Mesmo os aspectos mais ocultos (pela ausência de discursos) podem ser apreendidos através das ações. Tantas vezes considerados como simples feixes de músculos, os escravos falam, frequentemente, através deles. Suas atitudes de vida parecem indicar, em cada momento histórico, o que eles consideravam um direito, uma possibilidade ou uma exorbitância inaceitável.⁷⁹

Embora o conceito de patrimônio cultural esteja muito mais ligado ao de memória do que ao de história, ele pode e deve ser utilizado como documento. Cada bem possui uma história. Por isso, aprender a fazer as perguntas que fazemos a qualquer tipo de fonte e saber “ler nas entrelinhas” é fundamental para essa análise. Quem fez, quem mandou fazer, no caso do patrimônio material, como surgiu, no caso do imaterial, quando, com que objetivo, o que representa ou significa, se sofreu e quais foram as modificações, por que está sendo preservado, quais os diferentes discursos construídos a partir dele e outras perguntas que vão surgindo ao longo da pesquisa. Isso para demonstrar o potencial de fonte histórica do patrimônio.

Em relação ao profissional da educação e ao mediador da exposição, longe de entendê-los como agentes neutros, eles podem e devem problematizar a mostra, o bem ou a manifestação cultural com os participantes. Mesmo que não saiba as respostas das perguntas acima, pode ele mesmo elaborar um discurso a partir de seu conhecimento e dos objetos musealizados, por exemplo, diferente daquele construído pela instituição e assim trabalhar da melhor maneira possível esse material como instrumento de ensino. O objetivo

⁷⁸ SANTOS, Boaventura de Sousa, op. cit., p. 37.

⁷⁹ REIS, João José e SILVA, Eduardo, op. cit., p. 15.

do contato dos estudantes com essas fontes históricas e, por sua vez, a missão dos intermediários é provocar a reflexão.

Admitir o patrimônio como documento histórico e como instrumento de educação é, portanto, relevante para a produção de conhecimento acadêmico, a divulgação da pluralidade de saberes heterogêneos, o reconhecimento de grupos historicamente submetidos e silenciados e o empoderamento dessas populações, respaldando suas lutas por direitos.

Considerações finais

À título de conclusão, apontamos que “(...) todo ato de preservação de patrimônios culturais traz consigo a ideia de que é preciso salvar algo que está em perigo de desaparecimento ou se quer tirar do silêncio e do esquecimento”⁸⁰ e, por isso, busquei relacionar as políticas culturais no Brasil, implementadas após a promulgação da Constituição de 1988, com as lutas das populações negras por reconhecimento e por seus direitos.

As ações que emergiram da valorização da heterogeneidade étnica e cultural e da denúncia de uma situação de desigualdade e exclusão, buscavam, sobretudo, inclusão social. Através dessas políticas que procuram reconhecer, valorizar, proteger e promover a diversidade, esses grupos conquistaram uma reparação simbólica, pois garantiram o direito de narrar suas próprias histórias e construir seus próprios patrimônios.

Busquei também realizar uma breve reflexão sobre a contribuição do uso do patrimônio cultural como fonte histórica e como instrumento de ensino, principalmente, no que se refere à história da escravidão e da cultura afro-brasileira. Enfatizei a necessidade da análise de outras fontes além da escrita como requisito para a aceitação de outros conhecimentos, suas formas de transmissão, e a co-presença da pluralidade.

Dizer-se negro é, ainda hoje, “basicamente identificar-se com a memória da escravização, inscritas em práticas culturais e na pele de milhões de brasileiros”⁸¹. Para Hebe Mattos e Martha Abreu, são frutos distintos da presença difusa do racismo na nossa sociedade, em suas complexas relações com a memória do cativo, “tanto o silêncio sobre a cor como ética social, quanto à reivindicação da cor, hoje, como bandeira de luta”⁸². Não

⁸⁰ MATTOS, Hebe & ABREU, Martha. Remanescentes das comunidades dos quilombos: Memória do cativo, patrimônio cultural e direito à reparação, *Habitus*, vol. 7, n. 1/2 Goiânia, jan/dez 2009, p. 279.

⁸¹ *Ibidem*, p. 283.

⁸² *Idem*.

esquecendo que patrimônio e educação são campos de tensão e intenção, suas funções principais devem ser sempre as de pontes que comuniquem e nos humanizem⁸³.

Artigo recebido em 14 dez. 2016

Artigo aprovado para publicação em 16 mar. 2017

Referências

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe; DANTAS, Carolina Vianna. Em torno do passado escravista: as ações afirmativas e os historiadores, *Antíteses*, vol. 3, n. 5, jan-jun 2010, p. 21-37. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>. Acesso em 23 fev 2017.

ALBERTI, Verena. Pedacos de narrativa nacional na exposição permanente do Museu Histórico Nacional. *XXVII Simpósio Nacional de História*, Anpuh, Natal, 2013, p. 1-9.

ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. *Boletim Informativo*. Ano VI, n. 34, abril 2011, p. 2.

BARBOSA, Francisco de Assis. Apresentação. In: LACOMBE, Américo Jacobina; SILVA, Eduardo; BARBOSA, Francisco de Assis. *Rui Barbosa e a queima dos arquivos*. Edição I, Brasília: Ministério da Justiça; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988, p. 11-26.

BARBOSA, Frederico. Direitos humanos, patrimônio cultural e políticas públicas. In: SOARES, Inês Virgínia Prado & CUREAU, Sandra (org). *Bens culturais e direitos humanos*. Edição I, São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015, p. 73-104.

BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

⁸³ CHAGAS, Mario, Educação..., op. cit., p. 5.

BRASIL. *Decreto nº 3.551*. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Brasília, DF, 4 de agosto de 2000.

BRASIL. *Decreto nº 5.753*. Promulga a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, adotada em Paris, em 17 de outubro de 2003, e assinada em 3 de novembro de 2003. Brasília, DF, 12 de abril de 2006.

BRASIL. *Lei nº 10.639*. Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, DF, 9 de janeiro de 2003.

BRASIL. *Lei nº 12.343*. Institui o Plano Nacional de Cultura – PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC e dá outras providências. Brasília, DF, 2 de dezembro de 2010.

BRASIL. Relatório de Gestão. *Política Nacional de Museus*. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, Ministério da Cultura, 2003-2010.

CARVALHO, Marcus. Liberdade, liberdades, alforria. In: _____. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850*. Edição I, Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998, p. 213-236.

CHAGAS, Mario. Educação, Museu e Patrimônio: tensão, devoração e adjetivação. *Patrimônio*: Revista Eletrônica do Iphan, n. 4, Rio de Janeiro, 2006, p. 1-7.

CHAGAS, Mario. Há uma gota de sangue em cada museu: preparando o terreno. *Cadernos de SocioMuseologia*, n.13, 1999, p. 19-26.

CHAGAS, Mario. *Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade*. Edição II, Chapecó: Argos, 2015.

CHALHOUB, Sidney. Negócios da escravidão. In: _____. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. Edição I, São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 29-94.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. *Políticas Sociais - acompanhamento e análise*, n. 2, Brasília, IPEA, 2001, p. 111-120.

HEYMANN, Luciana & ARRUTI, José Mauricio. Memória e reconhecimento: notas sobre as disputas contemporâneas pela gestão da memória na França e no Brasil. In: GONÇALVES, Márcia de Almeida *et al* (orgs.). *Qual o valor da história hoje?* Edição I, Rio de Janeiro: FGV, 2012, p. 96-119.

HUYSEN, Andreas. Resistência à Memória: os usos e abusos do esquecimento público, *Intercom*, Porto Alegre, 31 agosto 2004.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Bens tombados e processos de tombamento em andamento*. Brasília, DF, 25 de novembro de 2016. Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arguivos/2016-11-25_Lista_Bens_Tombados.pdf. Acesso em 29 nov 2016.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Dia da Consciência Negra. Preservando a identidade afro-brasileira*. Brasília, DF, 14 de novembro de 2016. Disponível em: www.portal.iphan.gov.br. Acesso em 29 nov 2016.

JELIN, Elizabeth. Los trabajos de la memoria. *Colección Memorias de la represión*, v. 1. Madrid: Siglo XXI editores, 2002.

MATTOS, Hebe & ABREU, Martha. Remanescentes das comunidades dos quilombos: Memória do cativo, patrimônio cultural e direito à reparação, *Habitus*, vol. 7, n. 1/2, Goiânia, jan/dez 2009, p. 265-288.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. *Museu Histórico Nacional – 2003-2010*. Disponível em: www.museuhistoriconacional.com.br/mh-ob-1.htm. Acesso em 26 nov 2016.

PINTO, Helena. Usos del Patrimonio en la didáctica de la historia: perspectivas de alumnos y profesores portugueses relativas a identidad y conciencia histórica, *Educatio siglo XXI*, vol. 31, n. 1, 2013, p. 61-88.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social, *Estudos Históricas*, vol. 5, n. 10, Rio de Janeiro, 1992, p. 200-212. Disponível em:

http://www.reviravoltadesign.com/080929_raiaviva/info/wp-gz/wp-content/uploads/2006/12/memoria_e_identidadesocial.pdf. Acesso em 20 nov. 2016.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio, *Estudos Históricas*, vol. 2, n. 3, Rio de Janeiro, 1989, p. 3-15. Disponível em:

<http://www.cholonautas.edu.pe/memoria/pollak.pdf>. Acesso em 20 nov 2016.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. Entre Zumbi e Pai João, o escravo que negocia. *In: _____*. *Negociação e conflito – a resistência negra no Brasil escravista*. Edição I, São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 13-21.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *In: SANTOS, Boaventura de Sousa & MENESES, Maria Paula (orgs.)*. *Epistemologias do Sul*. Edição I, São Paulo: Cortez, 2010, p. 31-83.

SCHWARTZ, Stuart. Trabalho e cultura: vida nos engenhos, vida dos escravos. *In: _____*. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Edição I, Bauru: EDUSC, 2001, p. 83-115.

VAZ, Beatriz Accioly. Os grillhões do patrimônio: reflexões sobre as práticas do Iphan relacionadas aos quilombos, *Revista CPC*, n. 17, São Paulo, nov 2013/abr 2014, p. 35-46.

VIANA, Rodrigo. Tombamento de terreiros protege práticas religiosas. *Desafios do Desenvolvimento*, edição 82, Brasília, DF, IPEA, 31 de dezembro de 2014. Disponível em: www.ipea.gov.br. Acesso em 29 nov 2016.



O que é o Preserve/fe ? E como se constituiu o Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio Grande do Sul na década de 1980?

Cinara Isolde Koch
Lewinski ¹

¹ Mestranda em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos no Rio Grande do Sul. Bolsista/ taxa pela CAPES/PROSUP. Historiógrafa no Museu do Trem-SL. E-mail: cinarakoch@gmail.com

What is Preserve / fe? How
was the Center for the
Preservation of Railway
History of Rio Grande do
Sul constituted in the
1980s?

DOI: 10.12660/rm.v8n12.2017.65462

Resumo:

Este artigo tem o objetivo de explicar como surgiu o Preserve/fe e demonstrar que a constituição do Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio Grande do Sul na década de 1980 estava inserida num projeto nacional. Para desenvolver o assunto, utilizou-se o Museu do Trem de São Leopoldo-RS para ser o objeto de pesquisa, pois, abrigou o Centro de Preservação da História Ferroviária no Rio Grande do Sul. Deste modo, o tema será estudado com embasamento teórico na história cultural para entender a constituição da instituição referida pelo programa preservacionista do governo federal na década de 1980.

Palavras-chave: Preserve, Patrimônio ferroviário, Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio Grande do Sul.

Abstract:

This article aims to explain how the Preserve / fe and to demonstrate that the formation of the Rio Grande do Sul Railway History Preservation Center in the 1980s was part of a national project. In order to develop the subject, the São Leopoldo Train Museum in RS was used to be the object this research, because it housed the Center of Preservation of the Railway History in Rio Grande do Sul. In this way, the theme will be studied with theoretical foundation in cultural history to understand the constitution of the institution referred to by the preservationist program from the federal government in the 1980s.

Keywords: Preserve, Preservation of Railway Heritage, Center for the Preservation of Railway History of Rio Grande do Sul.

Introdução

[...] armadilha consiste em induzir a existência de uma memória partilhada a partir da constatação de atos memoriais: coletivos, constatação facilitada na presença de numerosos dados empíricos: comemorações, construção de museus, mitos, narrativas, visita familiar a um túmulo no cemitério, etc. Mas, estes não são suficientes para atestar aqueles. (CANDAU, 2011, p.86).

Este artigo pretende explicar como surgiu o Preserve/fe e demonstrar que a constituição do Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio Grande do Sul na década de 1980 estava inserida num projeto nacional.

Para entender melhor o assunto, é necessário compreender que houve mudanças² na concepção do que era considerado patrimônio histórico no séc. XX. No Brasil, devido a vários fatores, dentre eles as medidas da Carta de Veneza (1964) e da Declaração de Amsterdã (1975), o governo federal passou a ajustar as suas decisões com uma definição de patrimônio ampliada pautando-se nos “referenciais culturais dos povos, pela percepção dos bens culturais nas dimensões testemunhais do cotidiano” (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p.32). Dessa forma, “essa abertura temática permitiu que construções menos prestigiadas ou mais populares, como moinhos, mercados públicos ou estações de trem, fosse reconhecidos como patrimônio” (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p.32). As transformações da perspectiva positivista de história³ por pesquisas históricas ressaltando as construções e apropriações cotidianas de fenômenos sociais alargaram os bens compreendidos como patrimônio, os quais passaram a vincularem-se a sujeitos comuns e demais objetos do cotidiano. Então, com a incorporação de novas concepções nas práticas de tombamento através da democratização da cultura, o patrimônio da ferrovia no Brasil passou a pertencer ao inventário dos bens a serem preservados. Assim sendo, a ferrovia que por mais de um século era símbolo de modernidade e progresso estava sendo ressignificada como patrimônio cultural⁴, onde grupos sociais passaram a buscar uma representação de sua memória coletiva⁵.

² Este artigo não pretende discorrer sobre as políticas federais de preservação em marcha no país desde a década de 1930, mesmo sabendo que existem conexões com experiências anteriores exercidas principalmente pelo MinC e pelo SPHAN/ IPHAN que influenciaram no surgimento do Preserve/fe.

³ Concepção que se desenvolvia em torno das grandes narrativas que destacavam fatos liderados pelas elites da nação e de seus heróis.

⁴ Atualmente, a Constituição Federal do Brasil, de acordo com o art. 216. “[...] considera patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico”. (BRASIL, 1988a).

⁵ “A memória coletiva é frequentemente o produto de um empilhamento de estratos memoriais muito diversos, podendo essas camadas sedimentares ser alteradas aquando das perturbações de memória. Dessa forma, se podemos admitir que *Les lieux de mémoire*, [...], nos falam realmente de algumas modalidades de memória coletiva (memória real, memória-Estado, memória-nação, memória-cidadão, memória-patrimônio),

No entanto, começou-se a pensar efetivamente numa política patrimonial sobre os bens ferroviários no Brasil a partir do momento em que a RFFSA⁶ foi incluída no Programa Nacional de Desestatização⁷. Logo, todo o patrimônio ferroviário não operacional constituído a partir de meados do séc. XIX, no Brasil, passou a ser responsabilidade do IPHAN⁸, ganhando destaque no Patrimônio Cultural Brasileiro devido à sua importância socioeconômica para a sociedade. Porém, no desdobramento deste processo vários museus ferroviários foram criados no Brasil durante a execução dos projetos do Preserve/fe⁹, entre a década de 1980 e início dos anos 1990, ou seja, antes do IPHAN assumir a responsabilidade pela salvaguarda do acervo desse modal. Então, o governo federal conduziu a patrimonialização¹⁰ do acervo ferroviário através do Preserve/fe, um Programa federal com organização, normas e diretrizes próprias, que determinou os critérios de seleção dos objetos que deveriam ser salvaguardados e também se preocupou em inventariar os acervos ferroviários, que outrora eram bens ativos operacionais. O Preserve/fe implantou núcleos e centros de preservação da história dos transportes em vários estados do país e através deles divulgou um discurso construído a partir do espólio da ferrovia. Sendo assim, os centros de preservação constituídos pelo programa federal que conservaram o patrimônio ferroviário conceberam valores e sentidos que deixaram marcas profundas na concepção desse acervo. Sendo assim, adotando a história cultural como embasamento teórico e metodológico se buscou as representações que o governo federal produziu com a patrimonialização do acervo da estrada de ferro brasileira, principalmente o acervo ferroviário gaúcho. Deste modo, perseguindo as ideias de Chartier (1990) de que as representações do mundo “são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam” (CHARTIER, 1990, p. 17) e de Le Goff (1994) de que “É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos”. (LE GOFF, 1994, p. 549) se buscou entender as condições de produção do Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio Grande do Sul, averiguando de forma abrangente o que foi o Preserve/fe e de que forma a instituição mencionada estava inserida

os lugares são na maior parte das vezes a condensação de memórias plurais mais ou menos antigas, frequentemente conflituosas e interagindo umas com as outras” (CANDAU, 2011, p. 91-92, grifo do autor).

⁶ Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima.

⁷ A partir da leitura da lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, sobre o Programa Nacional de Desestatização (PND) podemos perceber que promoveu várias mudanças para tornar as malhas ferroviárias atrativas para as concessionárias. Dentre as ações governamentais implantadas pelo referido plano estava a destinação dos bens operacionais para o DNIT e dos bens não operacionais para diversos órgãos ou entidades, como o IPHAN.

⁸ Art. 9º Caberá ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN receber e administrar os bens móveis e imóveis de valor artístico, histórico e cultural, oriundos da extinta RFFSA, bem como zelar pela sua guarda e manutenção. (BRASIL, 2007).

⁹ Como Matos (2015), seguiremos a mesma estratégia utilizando o termo Preserve/fe sempre que citarmos o programa, pois o Preserve foi criado em 1980, pelo Ministério dos Transportes, mas a partir de 1986, deixou de ser ministerial e passou a ser denominado como Preserfe, atuando somente na preservação do patrimônio ferroviário, através da RFFSA.

¹⁰ Segundo Chuva, o ato de patrimonialização consiste em selecionar um bem cultural (objetos e práticas) através da atribuição de valor de referência cultural para um grupo de identidade. Então, uma nova trajetória se impõe aos bens instituídos como patrimônio que passam a ser submetidos a uma nova ordem jurídico-legal, bem como a condições de existência diferenciadas, marcadas por essa singularidade. (CHUVA, 2012, p. 73-74)

no programa governamental, através da documentação administrativa e da bibliografia do programa preservacionista publicada na década de oitenta¹¹.

O Programa de Preservação do Patrimônio Histórico no Brasil

Tão relevante quanto construir estradas, portos, operar ferrovias e manter as vias fluviais de um imenso país como o Brasil, é o ato de preservar os registros desse grande desafio.

Dirigentes e técnicos do Ministério dos Transportes, desde 1980, vêm com incentivo e exemplo, o acervo que o Programa de Preservação do Patrimônio Histórico reuniu e organizou, nos diversos centros e núcleos instalados em diversos pontos do território nacional.

Mais importante que o testemunho material constituído, pelas máquinas, equipamentos, documentos textuais e fotográficos, é sem dúvida, o legado que nos deixaram os homens de envergadura, de Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, Cristiano Benedicto Ottoni, Francisco Pereira Passos, Mariano Procópio Ferreira Lage, Paulo de Frontin, André e Antonio Rebouças.

Divulgar a obra desses brasileiros, que se dedicaram à implantação e melhoria dos meios de transportes no Brasil, é uma das tarefas que o Preserve cumpre, com o objetivo de informar e formar a atual e as futuras gerações.

A administração do MT vem apoiando o Programa, que tem caráter permanente, e documenta, de maneira imparcial, a história deste Ministério e a atuação dos seus dirigentes e técnicos, como parte integrante da evolução dos meios de transportes no país¹². (BRASIL, 1988, p. 11).

Ao ler este discurso escrito por José Reynaldo Tavares, Ministro dos Transportes, se percebe as representações e as ideologias que estão presentes no ato de preservar o acervo ferroviário através do Preserve/fe. Apesar de se declarar a imparcialidade do programa preservacionista, o fato é que o projeto não possuía nenhuma neutralidade. Os centros e núcleos de preservação foram uma maneira encontrada pelo governo federal de salvaguardar aquilo que ele próprio tornou obsoleto e para justificar os novos planos de modernização para o país, dos quais estava inclusa a privatização dos trechos da ferrovia

¹¹ A documentação administrativa encontrada no Museu do Trem-SL nas pastas “Normas e diretrizes do Preserve” e “Normas e diretrizes do Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio Grande do Sul” foram analisadas para a pesquisa e os catálogos do Preserve/fe produzidos na década de oitenta foram utilizados como fontes.

¹² Discurso de José Reynaldo Tavares, Ministro dos Transportes, retirado do Catálogo produzido pelo Preserve/fe em 1988.

comercialmente mais rentáveis e o desmantelamento das linhas consideradas onerosas¹³. Dessa forma, o relato do Ministro dos Transportes evidencia muito bem a ideia de Chartier (1990) de que é preciso “para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.” (CHARTIER, 1990, p. 17). Nesse sentido, o discurso construído pelo Preserve/fe foi proferido pelo maior agente do programa preservacionista, através de publicações e outras documentações produzidas pelo governo federal.

De acordo com o catálogo produzido pelo Preserve/fe em 1988, o Programa foi criado perante as críticas que o governo federal recebia a respeito do abandono e da “deterioração de documentos, prédios e peças que representam a história dos transportes no Brasil, com a agravante de parte desse material ser destinado à sucata sem nenhum estudo prévio” (BRASIL, 1988, p. 15). O Programa de Preservação do Patrimônio Histórico do Ministério dos Transportes instituiu através da Portaria nº 292, de 24 de abril de 1980, da Secretaria Geral, um projeto com o objetivo de preservar a história dos transportes. Inicialmente, a proposta era conhecer o material histórico do Ministério supracitado, reunir em local adequado, preservar e restaurar, com o intuito de documentar a evolução tecnológica de todos os modais. Mais tarde, o projeto transformou-se em programa e buscou preservar a memória do desenvolvimento de todos os meios de transportes no Brasil, por meio da salvaguarda de bens avaliados históricos e representativos de cada modal. Destes bens, conforme os dados levantados no catálogo em 1988, sob a coordenação de Maria Elisa Carrazzoni¹⁴, foram construídos 16 centros e núcleos de preservação em oito anos de Preserve/fe:

Centros de Preservação da História Ferroviária e os Núcleos da História Portuária	Estados contemplados
Museu do Porto de Manaus	AM
Núcleo da História Portuária de Belém	PA
Núcleo da História Portuária do Rio de Janeiro	RJ
Núcleo da História Portuária de Belém	PA
Núcleo da História Portuária de Pernambuco	PE
Museu Ferroviário de São João Del Rey	MG
Museu do Trem de Recife	PE
Centro de Preservação da História Ferroviária do Ceará	CE
Núcleo da História Ferroviária de Juiz de Fora	MG
Centro de Preservação da História Ferroviária do Paraná e Santa Catarina	PR
Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio Grande do Sul	RS
Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio de Janeiro	RJ
Núcleo de Preservação da História Ferroviária de Paranapiacaba	SP
Núcleo Histórico Ferroviário de Miguel Pereira	RJ
Museu do Porto e da cidade de Imbituba	SC

¹³ O processo de privatização de empresas ferroviárias públicas ocorreu no mesmo período em vários países da América Latina, como na Argentina e no Brasil, ou seja, a patrimonialização do acervo ferroviário brasileiro não foi um caso isolado, porém o Preserve/fe atuou somente no Brasil.

¹⁴ Em 1979, convocada pelo Ministério dos Transportes para organizar o trabalho de preservação do patrimônio histórico daquela pasta, sugeriu a criação do Programa de Preservação do Patrimônio Histórico do Ministério dos Transportes, Preserve. (CARRAZZONI, 2001, p.186).

Núcleo Histórico da Divisão Operacional- Campos	RJ
---	----

Quadro nº 1- Os núcleos e os centros de preservação inaugurados pelo Preserve/fe (1980-1988). Fonte: (BRASIL, 1988)

A partir do quadro nº 1, se evidencia a predominância pela preservação dos bens ferroviários, demonstrando a disposição que o programa seguiria mais adiante. Segundo o governo federal, a continuidade do processo de patrimonialização do acervo ferroviário foi possível graças ao material que ainda estava disponível e dos quais alguns ainda faziam parte de bens ativos operacionais da RFFSA¹⁵. Desse modo, essa justificativa faz refletir sobre o que Chartier (1990) diz a respeito das escolhas:

As percepções do social não são de forma alguma, discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. (CHARTIER, 1990, P.17).

Essa mudança de orientação também trouxe transformações estruturais no programa governamental. Em 1986, o Preserve deixou de ser ministerial e passou a ser administrado pela RFFSA¹⁶, que adotando as bases das diretrizes instituídas no programa inicial, desenvolveu o Setor de Preservação do Patrimônio Histórico Ferroviário- Preserfe¹⁷, assumindo a responsabilidade pela manutenção e orientação dos trabalhos referentes à preservação na empresa. Com esse intuito, o Preserfe se engajou na busca de preservar o patrimônio histórico da ferrovia e assim, propiciou a ressignificação dos objetos que outrora representavam modernidade e evolução que com as mudanças nas estruturas políticas, sociais e econômicas passaram a se tornar obsoletas.

Os bens não operacionais da RFFSA selecionados para serem ressignificados como patrimônio foram utilizados para compor as exposições e para fazer parte da reserva técnica nos espaços organizados pelo programa de preservação. Com o desígnio de divulgar a história e edificar uma cultura da preservação ferroviária, o Preserve/fe deliberou sobre a escolha e a conservação desses objetos e símbolos do passado, construindo um discurso que ficou materializado nos centros e núcleos de preservação. Então, o programa preservacionista fortemente influenciado por questões políticas e ideológicas definiu o que seria ressignificado como patrimônio e, portanto, não deu atenção patrimonial a todos os bens ferroviários. Segundo os dados quantitativos levantados pela Secretaria do Patrimônio da União foram transferidos à União cerca de 52 mil unidades cadastrais correspondentes a terrenos e edificações não-operacionais da extinta RFFSA, distribuídos em 19 Estados em mais de 1000 municípios em todo o país, sendo que a região Sudeste e Sul possuíam o maior

¹⁵ Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima.

¹⁶ Sendo uma das entidades participantes junto ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, a Petrobrás e Empresas vinculadas. Foi uma das pioneiras no desenvolvimento do Projeto, considerando o seu grande número de material histórico e a sensibilidade do ferroviário para com a sua história. (REDE FEDERAL FERROVIÁRIA S.A., São Leopoldo, [198-]).

¹⁷ Setor de Preservação do Patrimônio Histórico Ferroviário ligado a Superintendência de Patrimônio e mais tarde transformado em Gerência.

número do patrimônio ferroviário. Do total das unidades cadastrais, o Rio Grande do Sul correspondia a 5,08 % dos edifícios e a 6,12% dos terrenos cadastrados no Brasil.

UF	Nº de registros cadastrais/edificações	Nº de registros cadastrais/terrenos	Total de registros cadastrais
AL	264	245	509
BA	941	641	1 582
CE	479	427	906
MA	154	128	282
PB	152	144	296
PE	667	508	1 175
PI	224	265	489
SE	82	58	140
RN	224	243	467
ES	254	83	337
MG	2 750	2 775	5 525
RJ	7 431	3 003	10 434
SP	4 601	6 263	10 864
PR	2 121	1 259	3 380
RS	1 271	1 696	2 967
SC	1 729	917	2 648
DF	12	24	36
GO	125	194	319
MS	832	1 185	2 017
Sem informação	708	7 657	8 365
Total	25 021	27 715	52 736

Tabela nº 1- Unidades cadastrais correspondentes a terrenos e edificações não operacionais da extinta RFFSA. Fonte: (BRASIL, 2009, p. 8).¹⁸

Porém, antes desse levantamento, o governo federal já tinha uma ideia da dimensão do patrimônio e, conforme o trecho retirado do documento administrativo do Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio Grande do Sul, se tornou a justificativa pela forma como se organizou o Programa:

Devido ao numeroso acervo que deveria ser preservado em todas as superintendências regionais, optou-se pela criação dos Centros de Preservação a nível de Estados e núcleos históricos a nível de cidades.¹⁹

¹⁸ Nesta tabela está se quantificando algumas informações, pois se pretende dar uma visão ampla do patrimônio ferroviário contabilizado até o ano de 2007, e dessa forma, entender com maior clareza a proposta deste trabalho. Neste sentido, conforme, Jean Yves Grenier (1998), “Se ela não pode validar por si mesma, pode conferir uma plausibilidade variável às afirmações propostas”. (Grenier, 1992, 1998).

Como se pode observar no quadro 2, percebe-se claramente a preferência por antigas construções ferroviárias com características de influência europeia para serem restauradas e adaptadas para receber os vários centros de preservação da história ferroviária no Brasil. Sendo assim, a arquitetura das edificações era o foco de maior preocupação no projeto elaborado pelo Preserve/fe. Riegl (2014) no início do século XX, já teria percebido que o valor de antiguidade seria o principal critério “[...] em virtude da imediatez com qual se apresenta a todos, da facilidade com que se oferece à apropriação das massas e da sedução fácil exercida por ele” (RIEGL, 2014, p. 14).

Ano da inauguração	Centros e Núcleos de Preservação da História Ferroviária	Ano da inauguração do(s) prédio(s)	Edificações salvaguardadas pelo Preserve/fe
1981	Centro de Preservação da História Ferroviária de Minas Gerais (São João Del Rey - MG)	1881	Conjunto da Estação de São João Del Rey, exemplo da arquitetura do final séc. XIX
1982	Centro de Preservação da História Ferroviária do Ceará (Fortaleza-CE)	Início do séc. XX	Antigo prédio da administração das Oficinas de Demósthene Rockert
1982	Centro de Preservação da História Ferroviária do Paraná e Santa Catarina- Curitiba (PR)	1885	Antiga Estação Central Ferroviária de Curitiba
1982	Centro de Preservação da História Ferroviária de Pernambuco (Recife - PE)	1888	Estação central de Recife com influências europeias na arquitetura
1984	Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro - RJ)	1907	Antigo galpão de pintura de carros de passageiros das oficinas de locomoção da E. F. C.B.
1985	Núcleo Histórico Ferroviário de Campos (Rio de Janeiro - RJ)	-	-
1985	Núcleo Histórico Ferroviário de Juiz de Fora (MG)	Possivelmente construída em 1910	Antigo prédio da estação Leopoldina
1985	Centro de Preservação da História Ferroviária de São Leopoldo (RS)	1874	Estação pré-fabricada vinda da Inglaterra e armazém de São Leopoldo
1986	Centro de Preservação da História Ferroviária de São Paulo (Paranapiacaba - SP)	Os prédios datam do séc. XIX e	Conjunto Urbano Vila Ferroviária de Paranapiacaba que

¹⁹ Trecho retirado do documento ‘Rede Ferroviária Federal S.A conta a sua história através do Museu do Trem-SL’. [Documento administrativo]. São Leopoldo, [198-].

		início do séc. XX	arquitetonicamente segue o estilo inglês. A exposição do acervo foi instalada no Castelinho (antiga moradia do engenheiro-chefe)
1987	Núcleo Histórico Ferroviário de Miguel Pereira (Rio de Janeiro - RJ)	1898	Antiga estação de Estiva
1989	Museu Ferroviário Regional de Bauru (São Paulo – SP)	Início do séc. XX	Antigo escritório da Diretoria Administrativa da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil
1989	Núcleo Histórico Ferroviário de Belo Horizonte (MG)	Por volta de 1896	Antiga residência do Conde de Santa Marinha
1990	Centro Ferroviário de Cultura de Além Paraíba e de Volta Grande (PROFAC / CEPEC) (Rio de Janeiro- RJ)	-	-
1992	Centro Ferroviário de Cultura de Barbacena (PROFAC / CEPEC) (MG)	15/11/1931	Estação Ferroviária de Barbacena

Quadro nº 2- Edificações salvaguardadas pelo PresERVE/fe. Fonte: (BRASIL, 1985)

Então, as antigas construções ferroviárias, com a predominância da influência europeia, foram restauradas e adaptadas para receber os vários centros e núcleos de preservação da história da ferrovia no Brasil. Sendo assim, a arquitetura das edificações era o foco de maior preocupação no projeto elaborado para o Brasil. Por sua importância na construção de memórias individuais²⁰ e coletivas²¹, os recintos ferroviários foram considerados de grande valor histórico pelos agentes do Programa, ou seja, foram atribuídas as antigas estações um grande valor histórico, consideradas como referências pelas comunidades. Muitas cidades se desenvolveram e outras surgiram em torno das estações e trilhos da ferrovia, portanto, ganharam status como sendo o símbolo²² do desenvolvimento urbano. Desta forma, a estação de São Leopoldo-RS foi um desses espaços eleitos por ser considerada “[...] um dos lugares, dotados de carga simbólica que os diferencia e identifica [...]” (PESAVENTO, 2008, p. 5) para abrigar a história da ferrovia no Rio Grande do Sul. Fica evidente no relato, encontrado no catálogo do Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio Grande do Sul, do engenheiro Antonio Carrion Vidal de Oliveira, Superintendente Regional – Porto Alegre, a importância de se preservar a antiga edificação ferroviária de São

²⁰ Por mais individuais que sejam as nossas memórias, “a memória individual tem sempre uma dimensão coletiva, sendo a significação dos acontecimentos memorizados pelo sujeito sempre medida pelo diapasão da sua própria cultura.” (CANDAUI, 2011, p. 97).

²¹ Segundo Monastirsky, o valor simbólico que é conferido aos objetos provém da importância que lhes impõe a memória coletiva que conduz a ver o passado em relação ao presente e a inventar o patrimônio dentro dos limites possíveis.

²² Para Le Goff, o termo “símbolo” não é mais uma “noção”, mas sim um “conceito” que pode ser utilizado quando o objeto analisado é remetido para um sistema de valores subjacente, histórico ou ideal. (Barros, 2011, p. 53).

Leopoldo por ter o status de ser um dos símbolos do desenvolvimento tecnológico e econômico do Brasil:

As realizações, as experiências, as lutas e os legados dos que nos antecederam empregando outros métodos de trabalho e vivendo outro estágio tecnológico ainda não se apagaram e puderam ser resgatados a fim de que possamos transmiti-los às gerações que nos sucederem. E para isso, cria-se o CENTRO DE PRESERVAÇÃO DA HISTÓRIA DA FERROVIA DO RIO GRANDE DO SUL, que em São Leopoldo e em sua Estação Ferroviária pioneira abrigará a memória deste meio de transporte em solo gaúcho. (BRASIL, 1985, p. 12).

A partir da citação, podemos constatar que a antiga estação de São Leopoldo já fazia parte do âmbito do imaginário e por isso, pode ser caracterizado como um símbolo, ou seja, “[...] quando o objeto considerado é remetido para um sistema de valores subjacente, histórico ou ideal.” (LE GOFF, 1994 apud BARROS, 2011, p. 53). No entanto, percebemos a ferrovia como um exemplo de como os símbolos podem ser polivalentes (BARROS, 2011), pois outrora a estrada de ferro representava modernidade e desenvolvimento econômico e nas últimas décadas se transformou em patrimônio porque se tornou ultrapassada diante das novas tecnologias que a sociedade estava absorvendo. Então, o artigo seguirá ponderando sobre a patrimonialização desse acervo ferroviário analisando alguns aspectos relevantes da constituição do Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio Grande do Sul dentro de um programa federal para averiguar as condições de sua produção histórica.

O Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio Grande do Sul- Museu do Trem de São Leopoldo-RS²³

²³ No dia 26 de novembro de 1976, foi inaugurado o Museu do Trem, sendo estabelecido num convênio entre a R.F.F.S.A. (Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima) e o Museu Histórico Visconde de São Leopoldo. O Museu ficou instalado na Estação ferroviária de São Leopoldo, que ainda estava em funcionamento. O prédio tornou-se unicamente sede do Museu em 1980, quando a estação ferroviária foi desativada. Dois anos mais tarde, a R.F.F.S.A. inicia um longo processo de restauro a fim de recuperar o Museu, já bastante alterado, visando devolvê-lo a seus moldes originais.

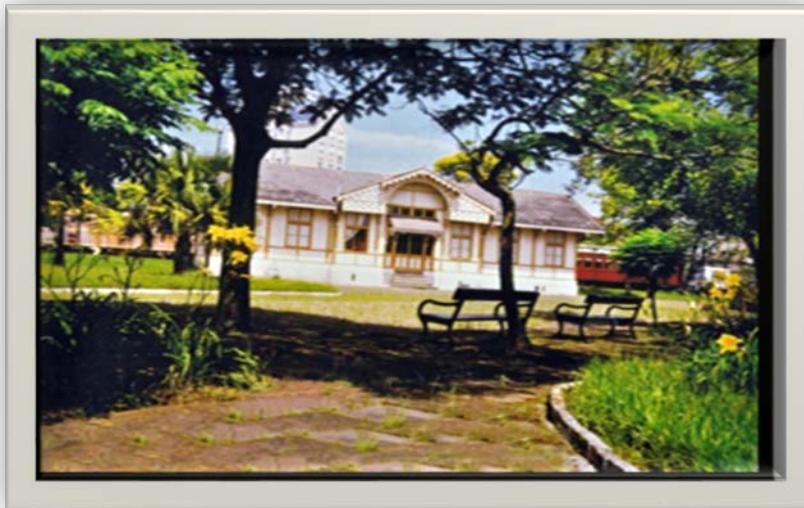


Figura 1 - Imagem do Museu do Trem de São Leopoldo na década de 1980.

Fonte: Arquivo do Museu do Trem-SL.

No Rio Grande do Sul, o Museu do Trem abrigou o sexto Centro de Preservação da História Ferroviária no Brasil. Durante a década de 1980, a antiga estação ferroviária e o armazém de São Leopoldo foram restaurados. O Sítio do Museu do Trem que está localizado em uma área de 77778,79 m² foi revitalizado. Nesse espaço²⁴ há um prédio, onde funcionava a antiga estação ferroviária de São Leopoldo, com seus 194,81 m² que foi totalmente reconstruída pelo Preserve/fe para acolher a exposição permanente. No sítio, ainda se encontra o antigo armazém que também foi restaurado, com seus 250,36 m² que passou a abrigar a reserva técnica, onde se preservou uma parte do acervo documental²⁵, audiovisual²⁶ e tridimensional²⁷ da Viação Férrea do Rio Grande do Sul²⁸/Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima²⁹. Com as intervenções nas edificações ferroviárias, o Preserve/fe conseguiu dar maior visibilidade na transformação do Museu do Trem de São Leopoldo em Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio Grande do Sul. Além disso, o processo de legitimação como lugar de memória da ferrovia gaúcha foi potencializado pelo programa preservacionista através do entrelaçamento com a história do primeiro trecho da estrada de ferro e da primeira estação ferroviária inaugurada no RS. Sendo assim, foram utilizadas as informações históricas sobre o prédio, que produz e veicula a lembrança dos tempos áureos e /ou o cotidiano da ferrovia determinados pelo programa, para difundir a marca de lugar de memória da estrada de ferro gaúcha. Então, se na

²⁴ As informações sobre o Sítio Histórico do Museu do Trem-SL foram retiradas do documento administrativo com a seguinte intitulação: Rede Ferroviária Federal S.A conta a sua história através do Museu do Trem-SL.

²⁵ Conforme Julio Aróstegui (2006), a documentação escrita corresponde a dois grandes campos: a documentação de arquivo; a documentação bibliográfica e hemerográfica.

²⁶ São fitas de vídeo, slides de retroprojeter, negativos de vidro e fotografias impressas. (BRASIL, 2008).

²⁷ Esse acervo é composto por objetos em metal, madeira, vidro, porcelana, têxteis, etc. (BRASIL, 2008).

²⁸ A estrada de ferro gaúcha era administrada por estrangeiros até o dia 29/03/1920 quando o Estado a encampou, criando a VFRGS. (BRASIL, 1985, p.78).

²⁹ A VFRGS foi revertida à União e no dia 30 de setembro de 1957, criou-se a RFFSA. (BRASIL, 1985, p.101).

inauguração do Museu do Trem em 1976, interessava apenas abrigar um museu na estação ferroviária de São Leopoldo pelo valor histórico que o prédio possuía, a partir do momento em que o Museu do Trem passa a abrigar o Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio Grande do Sul incide sobre a instituição a marca de lugar de memória, o que terá implicações nas representações que a mesma passará a construir e consagrar nos seus espaços.

O Museu do Trem foi reinaugurado como Centro de Preservação da História Ferroviária no Rio Grande do Sul em 1985. Como lugar de memória da estrada de ferro gaúcha sob a coordenação do Preserve/fe, a instituição ampliou o seu acervo através da seleção dos bens não operacionais da RFFSA pelo programa preservacionista. Com o intuito de divulgar a história ferroviária, o material histórico selecionado foi utilizado para a composição da reserva técnica e para a exposição ao público, estabelecidos com base nas técnicas e narrativas empregadas no campo da Museologia, coordenada por Maria Elisa Carrazzoni. O acervo ferroviário que passou a fazer parte da reserva técnica do Centro de Preservação da História Ferroviária no Rio Grande do Sul foi constituído no período que compreende entre 1985 e 1989, época que o Preserve/fe coordenou os projetos na instituição referida. Os bens não operacionais da ferrovia eram oriundos principalmente, de escritórios e outros recintos da RFFSA em Porto Alegre e das estações que estavam sendo desativadas no período que o centro de preservação estava arrecadando objetos, documentos e fotografias. Esse material histórico foi catalogado de acordo com as regras do programa preservacionista já implantadas nos centros de preservação constituídos anteriormente (ver quadro nº 2). No entanto, o acervo ferroviário constituído no museu possui características peculiares, pois, salvaguarda vestígios de muitos acontecimentos significativos da estrada de ferro gaúcha. Dentre eles, existem documentos e fotografias que reportam a importância da ferrovia no transporte de militares e de armamentos em fatos belicosos, como a revolução constitucionalista e a revolução de 1930. Também há documentos com registros de acontecimentos ocorridos nos espaços da ferrovia no período da ditadura e alguns desses objetos foram selecionados para a exposição, de acordo com a narrativa produzida pelos agentes do Preserve/fe.

O discurso produzido na primeira exposição do Centro de Preservação da História Ferroviária no Rio Grande do Sul

O discurso produzido na museografia³⁰ da instituição seguia os mesmos padrões de outros centros e núcleos, onde se cultivava a valorização de objetos e de personagens, com a finalidade de buscar elementos que os distinguissem no conjunto ferroviário e no campo do patrimônio. Sendo assim, cumpriam o objetivo de difundir a história dos transportes, mas também adquiriram a função de edificar uma cultura da preservação ferroviária, elegendo

³⁰ Segundo Almeida (ARNAUT; ALMEIDA, 1997), é a área voltada ao aperfeiçoamento do processo de comunicação nos museus, viabilizando a fruição dos bens culturais sob o ponto de vista de educação permanente.

referenciais significativos de acordo com a memória oficializada através de um complicado trabalho de seleção de objetos, monumentos e edificações, pois [...] sabe-se que o recurso à fetichização de objetos auxilia na edificação de tradições e memórias, o que era amplamente propagado pelo programa, com respaldo da Secretaria Executiva e da museóloga Maria Elisa Carrazzoni. (MATOS, 2015, p.119). Portanto, todos esses elementos remetiam a memória pela apropriação do território, ou seja, os vestígios escolhidos recordavam a ocupação do território, a evolução das cidades, o desenvolvimento tecnológico e a história nacional. Nesse sentido, o acervo selecionado no Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio Grande do Sul não fugia a regra estabelecida pelo Preserve/fe, mas chamou a atenção o seguinte fato: as peças da instituição eram oriundas de vários municípios do Estado, no entanto, na documentação do Museu do Trem-SL não consta essa informação. Nas fichas de catalogação³¹ havia uma orientação que deixava claro que não se tinha interesse em discriminar a origem física, porém se exigia a descrição da procedência histórica (VFRGS/RFFSA). Presume-se então, que a falta de identificação da origem física da maior parte das peças tenha ocorrido devido à ideia de representação de unidade que se pretendia transmitir no discurso produzido com a constituição do Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio Grande do Sul.

Com relação à procedência histórica das peças, é necessário indicar que o patrimônio ferroviário gaúcho passou a pertencer à RFFSA, em 1957. Da mesma forma, como outras empresas ferroviárias já existentes no Brasil, a VFRGS também passou pelo processo de estatização e conseqüentemente houve uma apropriação patrimonial. Porém, as reminiscências originais das ferrovias regionalizadas ainda eram muito significativas. Em nosso Estado, por exemplo, ainda estão muito presentes nas memórias coletivas o período em que a VFRGS atuava. Possivelmente, as lembranças afetivas das pessoas que vivenciaram o período se remetam mais a época anterior à década de 1950, devido ao vínculo direto da empresa com a sociedade, pois além de terem oferecido o serviço de transporte de cargas também embarcavam passageiros nesses trens, o que deixou de ocorrer gradativamente com a encampação da VFRGS pela RFFSA. Por isso, o Preserve/fe com a intenção de integrar os centros de preservação nas comunidades que os abrigavam, orientava os agentes do programa preservacionista a contemplar na exposição a história regional da ferrovia.

³¹ As regras para o preenchimento das fichas de catalogação estão na documentação administrativa, em uma pasta intitulada 'Técnicas e Normas do CPHFRGS'.



Figura 2- Farol Farroupilha, confeccionado nas oficinas da VFRGS em 1935, e instalado no 'Trem Farroupilha'.

Fonte: Arquivo do Museu do Museu do Trem-SL.

Conforme documentação administrativa do programa federal, o que diferenciava os centros de preservação era a divulgação do passado das ferrovias regionais, pois refletiria o desenvolvimento socioeconômico da região, revelaria as diversas origens do capital que financiou a criação das ferrovias, das quais se distinguiam pelos tipos de materiais importados que foram utilizados nesse modal, bem como nas características arquitetônicas das edificações ferroviárias³². Então, o Preserve/fe incentivava o uso do passado das ferrovias regionais, mas isso não quer dizer que o programa difundia uma narrativa heterogênea, ao contrário, o discurso construído manteve a “[...] focalização cultural e homogeneização parcial das representações do passado, processo que permite supor uma partilha da memória em proporções mais ou menos grandes” (CANDAU, 2011, p. 102). Assim, a história oficializada pelo programa federal negligenciou de alguma forma as memórias coletivas de ferroviários e principalmente de passageiros que não foram contempladas na sua narrativa.

No catálogo do Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio Grande do Sul produzido pelo Preserve/fe em 1985, ficou evidente que o trabalho de proteção ao acervo ferroviário dava ênfase ao legado histórico, econômico e social deixados pelas estradas de ferro do Rio Grande do Sul (BRASIL, 1985). A primeira exposição da instituição teve a maior parte do acervo exposto com datação anterior a 1957, pois relembra os tempos áureos desse modal. Com isso, a construção da história da ferrovia local dos tempos mais antigos anunciada pelo Preserve/fe tomou como história única e oficial a versão que destacou questões pontuais da ferrovia gaúcha, como as ideias de “Neutralizar a influência do Porto de Montevideu e as razões de ordem militar [...]” (BRASIL, 1985, p. 34) que influenciaram na maneira de ocupar os espaços, ligando a Capital do Estado às suas fronteiras. Sendo assim, a

³² Informações encontradas no documento ‘Técnicas e Normas do Preserve’. [Documento administrativo]. São Leopoldo, [198-].

primeira exposição do divulgada pelo Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio Grande do Sul difundiu uma história reverenciando os tempos gloriosos da estrada de ferro gaúcha, apresentando um perfil institucional que se assemelha a ideia de Madeira (1997) que se refere ao “[...] museu latino-americano, como filho obediente do museu europeu, [...] fazendo-se instituição voltada para o passado de maneira nostálgica [...]” (MADEIRA, 1997, p. 36). Além disso, ocultou seu caráter arbitrário e de combinação com a manutenção com os sistemas de poder, pois de maneira geral demonstrou que a estrada de ferro havia cumprido a sua função de dominar os espaços, ser socialmente apropriada e tornada parte da cotidianidade, mas ao mesmo tempo, evidenciou de maneira implícita a decadência dos Estados Nacionais e dos sistemas industriais exauridos, o arruinamento das suas fronteiras e os modos de vida singulares das localidades diante da globalização, homogeneização e massificação da cultura. Enfim, esse testemunho material ressignificado como patrimônio serviu como instrumento de conhecimento e de comunicação, desempenhando um poder estruturante de construir uma realidade que tinha a tendência de estabelecer uma ordem, em particular do mundo social que conjectura aquilo “[...] a que Durkheim chama o conformismo lógico, quer dizer, uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências [...]” (BOURDIEU, 1989, p. 9).

Conclusão

Os comentários citados acima demonstram a importância de se fazer uma análise mais aprofundada sobre a construção e as motivações que induziram a implantação dos Centros de Preservação da História Ferroviária em todo o Brasil com a atuação do Preserve/fe, e desse modo, ir além do que aparentemente foi exposto pelo programa federal. . Nesse sentido, este artigo tentou levantar algumas questões sobre o Preserve/fe e sobre a forma como o Museu do Trem foi transformado como um lugar de memória da estrada de ferro gaúcha. Além disso, apresentou através de descrições pontuais do discurso produzido na expografia do Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio Grande do Sul para demonstrar que pretendia transmitir aos visitantes os mesmos objetivos que os outros centros de preservação instituídos no Brasil, ou seja, o estudo de caso exposto neste artigo não foi confrontar com outras experiências análogas nacionais, mas evidenciar que está vinculado num programa nacional por possuir o mesmo escopo e, portanto, não foi visto de maneira autônoma, pois reconhecemos através da narrativa a sua inclusão no programa federal.

Conforme apresentado neste trabalho, os bens não operacionais da RFFSA foram selecionados para exposição ao público e para a composição da reserva técnica nos espaços organizados pelo Preserve/fe. Esse testemunho material ressignificado como patrimônio serviu para construir uma história ferroviária única, sobretudo quando diz respeito à atividade econômica desse modal. No entanto, o Preserve/fe não contemplou como patrimônio todos os bens não operacionais da estrada de ferro brasileira que se encontravam e se encontram pulverizados por todo o território nacional e da mesma

maneira, a história oficializada pelo Preserve/fe não abarcou várias interpretações sobre as memórias ferroviárias espalhadas por nosso país.

No Rio Grande do Sul, a estação ferroviária de São Leopoldo, inaugurada em 1874, foi eleita para abrigar o Centro de Preservação da História Ferroviária em nosso Estado porque o Preserve/ fe julgou ser de grande valor histórico e arquitetônico. No entanto, a história da ferrovia gaúcha não poderia ser representada somente pelo patrimônio material e, portanto, ficaram muitas lacunas na história desse modal de transporte, pois na década de oitenta quando o programa atuou ainda não havia muitos trabalhos voltados para o patrimônio ferroviário intangível. Portanto, este artigo tentou levantar algumas questões sobre a patrimonialização do acervo ferroviário gaúcho, porém as possibilidades de estudo sobre o assunto não se esgotaram neste texto.

Artigo recebido em 15 dez. 2016.

Artigo aprovado para publicação em 29 mar. 2017.

Referências

ARNAUT, Jurema Kopke Eis; Almeida, Cícero Antonio Fonseca de. *Museografia: a linguagem dos museus a serviço da sociedade e de seu patrimônio cultural*, Rio de Janeiro: IPHAN/OEA, 1997.

AROSTEGUI, Júlio. Métodos e técnicas na pesquisa história. In: _____. *A pesquisa histórica*. Bauru/SP: EDUSC, 2006, p. 513-559.

BARROS, José D'Assunção. *A nova história cultural – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos*. Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 12, n. 16, p. 38-63, 1º sem. 2011.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

BRASIL. Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997. Altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, revoga a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9491.htm. 1997>. Acesso em 14 ago. 2016.

BRASIL. Lei nº11483, de 31 de maio de 2007. Dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11483.htm. 2007>. Acesso em: 23 de ago. 2015.

BRASIL. Ministério do Planejamento. Secretaria do Patrimônio da União. *Programa de destinação do patrimônio da extinta RFFSA para apoio ao desenvolvimento local*. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <<http://www.rffsa.gov.br/principal/Destinacao%20do%20Patrimonio%20da%20RFFSA>. PDF Acesso em: 21 abr. 2016.

BRASIL. Ministério dos Transportes. *Documento Nº 1 1980-1982 (Preserve - Programa de Preservação do Patrimônio Histórico do Ministério dos Transportes)*. Brasília: PRESERVE, CCP, 1982.

BRASIL. Ministério dos Transportes. *Inventariança da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA*. Inventário de bens móveis de valor histórico, artístico e cultural do Museu do Trem São Leopoldo-RS. Porto Alegre: Unidade Regional Porto Alegre, 2008.

BRASIL. Ministério dos Transportes. *MT Preserve (Programa de Preservação do Patrimônio Histórico do Ministério dos Transportes/ 1980-1988)*. Brasília: PRESERVE, CCP, 1988.

BRASIL. Ministério dos Transportes. Rede Ferroviária Federal. Preserve. *Manual de preservação de edificações ferroviárias antigas*. 1. ed. Rio de Janeiro: Rede Ferroviária Federal, 1991.

BRASIL. Ministério dos Transportes/ Rede Ferroviária Federal S.A. – *Superintendência Regional de Porto Alegre*. Centro de Preservação da História da Ferrovia no Rio Grande do Sul. 1. Ed. Porto Alegre: Ed. Gráfica Metrópole, 1985.

BUZELIN, José Emílio de Castro H. *O Preserve/Preserfe*. [S.l.], 2010. Blog: Almanaque da RFFSA, v. 5, cap. 22-i. Disponível em: <<http://almanaquedarffsa.blogspot.com.br>>. Acesso em: 30 jul. 2016.

CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.

CARRAZZONI, Maria Elisa. *Anos 70: um Museu de Arte sob Regime Autoritário*. Rio de Janeiro: SENAI /RJ – CFP Artes Gráficas.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. 3ª ed. - São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

_____. *O patrimônio em questão: antologia para um combate*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2011.

CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. *Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2006.

FURTADO, José Geraldo Esquerdo. *História e memória entre ruínas: o patrimônio ferroviário de Além Paraíba*. 2015. Tese (Doutorado em Memória Social) -- Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

GINZBURG, Carlo. *Representação: a palavra, a ideia, a coisa*. In: _____. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso*. In: _____. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro, 2007. p. 139-158.

GRENER, Jean-Yves. *A história quantitativa ainda é necessária*. In: BOUTIER Jean e JULIA, Dominique (Org.). *Passados Recompuestos: Campos e Canteiros da História*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ /Ed. FGV, 1998, p. 193-182.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Iphan). *Patrimônio cultural*. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>. Acesso em: 15 de ago. 2015.

MADEIRA, Iara Valdetaro. *Os museus e seus acervos como agentes de educação e do desenvolvimento cultural*. In: ARNAUT, Jurema Kopke Eis; Almeida, Cícero Antonio Fonseca de. *Museografia: a linguagem dos museus a serviço da sociedade e de seu patrimônio cultural*, Rio de Janeiro: IPHAN/OEA, 1997, p.38-50.

MATOS, Lucina Ferreira. *Memória ferroviária: da mobilização social à política pública de patrimônio*. 2015. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) -- Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2015.

NORA, Pierre. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 07-28, dez. 1993

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História, memória e centralidade urbana*. *Rev. Mosaico*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 3-12, jan./jun. 2008.

POSSAMAI, Zita Rosane. *Nos bastidores do museu: patrimônio e passado da cidade de Porto Alegre*. Porto Alegre: EST Edições, 2001.

REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S.A. Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio Grande do Sul com a denominação: *Rede Ferroviária Federal S.A conta a sua história através do Museu do Trem-SL*. [Documento administrativo]. São Leopoldo, [198-].

REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S.A. *Técnicas e Normas do CPHFRGS*. [Documento administrativo]. São Leopoldo, [198-].

REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S.A. *Técnicas e Normas do Preserve*. [Documento administrativo]. São Leopoldo, [198-].

RESTAURAÇÃO do Museu do Trem termina nesta semana. *Jornal VS*, São Leopoldo, n. 1942, p. 6, 31 jan. 1985.

RIEGL, Alöis. *O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem*. São Paulo: Perspectiva, 2014.



A comunicação museológica e as pedagogias culturais: por um museu educativo em movimento

Adriano Barreto Vieira¹

Museological communication and the cultural pedagogies: for a educational museum in movement

DOI: 10.12660/rm.v8n12.2017.65759

¹Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS/Mast) pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). E-mail: vieira.adriano@gmail.com

Resumo:

Este artigo desenvolve, a partir da contribuição de teóricos dos campos da Museologia e Patrimônio, Estudos Culturais e Educação, uma análise sobre as mudanças conceituais e amplas que ocorreram na Museologia a partir dos anos de 1970, a Nova Museologia, com destaque para a função social dos museus que estão no cerne deste trabalho cujo binômio Educação em museus/Pedagogias Culturais na contemporaneidade possui o conceito de baliza. Com esse intuito é que faremos algumas considerações procurando tecer relações entre a Museologia, Pedagogias Culturais e Educação a partir de conceitos chave como Musealização e Educação em Museus. Fornecer pistas para entender os processos educativos museológicos. Estabelecermos nexos entre o processo museológico e a educação virá a partir de uma dialética de ausências e presenças conceituais, mas a possibilidade de movimentos ressignificantes que perpassam os Museus e também este artigo.

Palavras-chave: Museu, Museologia, Educação em museus, Pedagogias culturais.

Abstract:

This abstract is developed having contributions of theoreticians in the fields of Museology and Assets, Cultural Studies and Education, an analysis about the conceptual changes which have taken place in Museology since the 1970's, the "New Museology", putting in evidence the social role of museums which are in the inner part of this piece of work having in the binominal Education in Museum/ Cultural Pedagogies and Education from key concepts like Musealization and Education in Museums. Providing clues in order to understand the museological educational process and Education will come up from conceptual dialectics of absences and presences, but the possibility of ressignificance of movements which go beyond museums and this abstract as well.

Keywords: Museum, Museology, Museum education, Cultural pedagogies.

Apontar possibilidades não hermenêuticas e não metafísicas de conhecimento sobre o museu educativo e suas ações, foco principal neste artigo, importar as condições materiais que possibilitam a emergência do sentido dos museus para a sociedade, me fez lembrar Eucanaã Ferraz (2005), que afirma no livro *Veneno Antimonotonia: os melhores poemas e canções contra o tédio* que todo poema é, por princípio, um veneno antimonotonia. Nele, o uso contínuo, repetitivo e mecânico da língua torna-a enfadonha, rotineira enquanto o poema, ao fazer-se por deslocamentos da língua e acarreta no seu ponto ideal uma ruptura da monotonia em vários campos da realidade como: arte, política, subjetividade, gosto ou moral. Neste sentido, indagamos: Poderiam os museus estar para a educação assim como a poesia está para a linguagem? Um veneno antimonotonia? Compartilhando dessa utopia e desejoso dela, partimos, então, para a multiplicidade de sentidos, ritmos e incertezas deste lugar museu. É consensual, hoje, no campo e até fora dele que existe uma dimensão educativa intrínseca aos museus. No entanto do que estamos a tratar quando nos referimos à educação no museu? Acreditamos que as mudanças conceituais que ocorreram na museologia a partir dos anos de 1970, a Nova Museologia, com destaque para a função social dos museus estão no cerne da relevância que o tema educação em museus adquiriu na contemporaneidade. Com esse intuito é que nesse artigo faremos algumas considerações procurando tecer relações entre a museologia e a educação considerando conceitos-chave como Musealização e Musealidade, Educação em Museus bem como as denominadas Pedagogias Culturais.

Acreditamos que esse estudo constitua uma produção no/para campo da Museologia na medida em que compreende o museu como um “microcosmo social” (Chagas, 2001) onde práticas, pensamentos, sentimentos, desejos e emoções afloram permanentemente em seu devir.

O sentido de Devir (do latim *devenire*, chegar) torna-se fundamental onde o conceito filosófico significa as mudanças pelas quais passam as coisas. Este conceito de “se tornar”, conduz para a premissa onde nada neste mundo é permanente, exceto a mudança e a transformação, é a procura dos deslimites. Tempo e silêncio são demonstrativos que se fazem presentes nas imagens, nos desafios de se pensar a correlação poética da educação em museus e a Pedagogia Cultural, onde o advento da imaginação explode a cada olhar. Nesse contexto, trata-se de focalizar (ou de tentar focalizar, na medida do possível) o significante (“as coisas do mundo”) independentemente de seus significados, num processo dialético de presenças e ausências de corpo físico e psíquico tudo que dá vida ao Museu, por vezes não é tangível ou físico, mas também sensorial e sentimental e esse processo de significação atinge ao visitante assim como a Educação e as Pedagogias Culturais ancoram e documentam ações em processo por meio do qual um estímulo, interno ou externo, causa uma reação (física ou emocional).

Chagas (2009) considera que o museu é processo e prática social em si mesmo e que conforma um cenário para o fato social, voltado à relação entre o homem e o bem cultural. Assim entendido, o museu aporta uma experiência de diversos sentidos devido as suas

múltiplas dimensões: poética, política, sociológica, pedagógica, institucional, assim como a relatividade destes conceitos. A partir dessa compreensão, Chagas (2011), nos apresenta uma concepção de museu em fluxo; uma instituição que contém em parte o saber e a memória de uma comunidade, mas também em contínuo desenvolvimento de sua *estrutura rizomática*, de crescimento horizontal e abertura às influências externas.

Pensar o museu como rizoma, no sentido atribuído por Deleuze e Guattari (2011), significa dizer que o museu é aberto, é conectável em todas as dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Esta idéia trata o museu não só no seu aspecto constituído como também constituinte, como gerador de conteúdo social e receptor de influências.

A concepção de Fazer Museológico e sua associação com a Educação aqui apresentada está impregnada com o pensamento de Santos (2008), considerando que o processo museológico constitui na sua integralidade uma ação educativa e de comunicação.

O fazer museológico é o resultado de ações integradas, portanto, em relação, sem privilegiar uma ação em detrimento da outra, enriquecidas no processo de comunicação. É ação dialógica, comprometida com a transformação. Daí afirmar que as ações de pesquisa, preservação e comunicação objetivam a construção de uma nova prática social, sendo, portanto, compreendidas como uma ação educativa (Santos, 2008, p. 118).

Santos (2008) propõe que a prática museológica tenha como produto a construção do conhecimento, que seja, portanto, educativa, sugerindo que para o museu atingir sua função pedagógica, “deverá ter uma capacidade de produção própria, com questionamento crítico e criativo sem contudo, deixar de interagir com outras áreas do conhecimento”. A autora ainda considera que é importante compreender que todas as ações museológicas devem ser pensadas e praticadas como ações educativas e de comunicação, porque sem essa concepção não passariam de técnicas que se esgotam em si mesmas e não teriam a contribuir para os projetos educativos que venham a ser desenvolvidos pelos museus.

O processo de musealização:

Começamos inicialmente com a preservação que trará ao cabo as demais questões museológicas e intelectuais que discutem as questões propostas neste artigo, de forma não definitiva, mas como estratégias possíveis que descortinem outros modos relacionais para além da perspectiva o binômio Educação em museus e Pedagogias Culturais.

Tradicionalmente e em sentido amplo, a preservação inclui o conjunto de ações voltadas para a manutenção de um determinado bem cultural, desde os instrumentos legais que o protegem até os mecanismos e as intervenções que colaboram para sua integridade, passando pelas ações de documentação, destinadas ao registro e à transferência de

informações. Ferrez (1994, p.64) destaca a extensão do conceito de preservação, que ultrapassa a conservação física. Para a autora, “a função básica de preservar, *latu sensu*, engloba as de coletar, adquirir, armazenar, conservar e restaurar aquelas evidências, bem como a de documentá-las”.

Como estratégia de preservação, a musealização aponta, assim, para essas duas direções, objetivando não apenas garantir a integridade física de uma seleção de objetos, mas também promover ações de pesquisa e documentação voltadas à produção, registro e disseminação das informações a eles relacionadas.

Rússio (1994, p.60-62) defende a musealização como uma das formas de preservação, vê o museu como um cenário institucionalizado, ressaltando que o ato de separar objetos e transferi-los para o museu reflete a compreensão de que estes “são testemunhos, são documentos e tem fidelidade”. Para Rússio, os documentos são considerados testemunhos fidedignos do homem e do meio ambiente. Assim a autora abre espaço para operar com “o ambiente físico natural”, com o “ambiente físico alterado pelo homem”, com as “criações do seu espírito, todo o seu ideário, seu imaginário”, as suas intervenções, atuações e percepções. A paisagem percebida pelo homem, segundo a autora, é para o museólogo também um dado cultural. Esse pensamento informa o seu conceito de cultura: “Então para o museólogo, cultura é essencialmente fazer e viver, ou seja, cultura é o resultado do trabalho do homem, seja ele um trabalho intelectual, seja ele um trabalho intelectual refletido materialmente na construção concreta”.

Essa linha argumentativa está na base da conceituação de bem cultural e de patrimônio cultural. O patrimônio cultural para Rússio não se separa de natureza, uma vez que ela própria é construção humana, e não pode ser descrito apenas como um conjunto de bens culturais. É preciso dizer também que o patrimônio cultural se constitui a partir de atribuição de valores, funções e significados aos elementos que o compõem. O reconhecimento de que o patrimônio cultural não é um dado, mas uma construção que resulta de um processo de atribuição de significados e sentidos permite avançar em direção à sua dimensão política, econômica e social; permite compreendê-lo como espaço de disputa, como campo discursivo sujeito aos mais diferentes usos e submetido aos mais diferentes interesses.

Para Rússio, trabalho é cultura, “é ação transformadora do homem sobre a natureza, sobre si próprio e sobre as relações entre os homens”; o trabalho gera bens a que se atribuem valores e significados, esses bens conformam o patrimônio cultural; o patrimônio pode ser criado, preservado e destruído. Para Rússio a ação preservacionista no campo dos patrimônios contribui para a constituição de identidades culturais, o que está articulado com uma questão muito séria que é a questão de soberania e de autodeterminação.

Chagas (2006), argumenta, dialogando com Rússio, que do ponto de vista museológico, preservar testemunhos materiais não é sinônimo de preservar memória. “A memória não está aprisionada nas coisas aguardando um herói libertador”, ela situa-se na relação entre o sujeito e o objeto de memorização. Segundo o autor, fidedignade, fidelidade

e autenticidade são valores atribuídos e não são critérios acima de qualquer suspeita na orientação de ações museais.

O que está em pauta em muitos museus não é o caráter fidedigno e autêntico dos objetos em exposição, não é uma possível verdade incorporada à coisa, mas a possibilidade de comunicação de idéias, sentimentos, sensações e intuições. Importa saber, segundo penso, que a preservação de representações de memória é apenas uma das funções museais e sequer se pode garantir que seja a principal ou mais importante (CHAGAS, 2006, p. 16).

Cury (1999, p.50) considera que a musealização é valorização de objetos, e que esta se dá em diferentes momentos de um processo que tem início com a seleção de um objeto para integrar uma coleção, etapa em que ocorreria uma “ação consciente de preservação”. O termo musealização nomeia, assim, “uma série de ações sobre os objetos, quais sejam: aquisição, pesquisa, conservação, documentação e comunicação”.

Desvallées e Mairesse (2010) definem musealização como “a operação destinada a extrair física e conceitualmente uma coisa de seu meio natural ou cultural de origem e a lhe dar um estatuto museal, transformá-lo em *musealium* ou museália, faze-la entrar no campo do museal”. Tal processo, segundo esses autores, não se resume a transferir um objeto para o museu, mas pressupõe uma mudança de contexto por meio da qual se opera uma transformação no estatuto do objeto que “de objeto de culto, objeto utilitário ou de encantamento, animal ou vegetal” torna-se “testemunho material e imaterial do homem e seu ambiente, fonte de estudo e exposição, adquirindo assim uma realidade cultural específica”. O “objeto portador de informação” ou “objeto-documento” estaria para os autores, “no cerne da atividade científica do museu, a qual visa explorar a realidade por meio da percepção sensível, através da experiência e estudo de seus fragmentos”.

Para Loureiro (2011), a musealização é vista simultaneamente como estratégia de preservação e como processo informacional. Trata-se de um processo integrado por um conjunto de práticas voltadas a uma forma específica de preservação que, em sua feição clássica, tem no museu seu caso exemplar. Toda ação musealizante implica, segundo a autora, a existência de uma lógica seletiva que define o que será preservado e o que está condenado à extinção. Objetos de museu distinguem-se “pelo valor cultural que lhe é agregado, o que equivale a valorizar o ato da seleção como o responsável por transformar uma parte do mundo em objeto de museu”.

Como informa Van Mensch (1992), os objetos são portadores de dados. O autor não apenas enfatiza o ato de seleção como também a separação do contexto original que caracteriza o processo de musealização. Para Van Mensch, objetos de museu são objetos separados de seu contexto original (primário) e transferidos para uma nova realidade (o museu) a fim de documentar a realidade da qual foram separados. Um objeto de museu não é só um objeto em um museu. Ele é um objeto coletado, classificado, conservado e documentado. Como tal, ele se torna fonte para a pesquisa ou elemento de uma exposição.

Ao analisar as relações entre Patrimônio Cultural e Musealização, Chagas (2009) considera que “só se preserva aquilo que está investido de algum poder de mediação”. Segundo o autor

O que sublinho é a precedência nem sempre nítida, do poder de mediação sobre o anelo preservacionista, particularmente naquilo que se refere ao universo dos museus. Por esse prisma, a principal característica da imaginação museal não seria a preservação, como se poderia supor quando o entendimento se deixa engabelar pelos véus da ilusão, mas sim a possibilidade de articulação de uma determinada narrativa por intermédio das coisas, levando em conta as injunções históricas, políticas e sociais envolventes. Essa determinada narrativa pode ser acionada não só por meio de objetos herdados de um passado qualquer, mas também por objetos novos e construídos especificamente com o objetivo de dar corpo a um processo de comunicação (CHAGAS, 2009, p. 219).

A musealização consiste, como informa Loureiro (2011), em um conjunto de processos seletivos de caráter info-comunicacional baseados na agregação de valores a coisas de diferentes naturezas às quais é atribuída a função de documento, e que por esse motivo tornam-se objeto de preservação e comunicação. Tais processos, que tem no museu seu caso privilegiado, exprimem na prática a crença na possibilidade de constituição de uma síntese a partir da seleção, ordenação e classificação de elementos que reunidos em um sistema coerente, representarão uma realidade necessariamente maior e mais complexa.

As pedagogias culturais

O conceito de Pedagogias Culturais advém de estudos desenvolvidos no âmbito dos Estudos Culturais. Segundo Nelson, Treichler & Grossberg (1992), uma série de esforços para definir e delinear o projeto dos estudos culturais ajuda a mapear a diversidade de posições e tradições que podem legitimamente reivindicar seu nome.

Conservando esses esforços em mente, podemos começar dizendo que os Estudos Culturais constituem um campo interdisciplinar, transdisciplinar e algumas vezes contra-disciplinar que atua na tensão entre suas tendências para abranger tanto uma concepção ampla, antropológica, de cultura, quanto uma concepção estreitamente humanística de cultura. Diferentemente da antropologia tradicional, entretanto, eles se desenvolveram a partir de análises das sociedades industriais modernas. Eles são tipicamente interpretativos e avaliativos em suas metodologias, mas diferentemente do humanismo tradicional, eles rejeitam a equação exclusiva de cultura com alta cultura e argumentam que todas as formas de produção cultural precisam ser estudadas em relação a outras práticas culturais e às estruturas sociais e históricas. Os Estudos Culturais estão, assim, comprometidos com o estudo de todas as artes, crenças, instituições e práticas comunicativas de uma sociedade (Nelson, Treichler & Grossberg,

1992, p.13).

Assim, segundo os autores citados, o impulso que motiva todas as tradições de Estudos Culturais seria identificar e articular as relações entre cultura e sociedade. A argumentação que apresentam é que “a ordem social constrange e oprime as pessoas, mas ao mesmo tempo lhes oferece recursos para lidar contra aqueles constrangimentos”. Nas tradições dos Estudos Culturais a cultura é entendida “tanto como uma forma de vida – compreendendo idéias, atitudes, linguagens, práticas, instituições e estruturas de poder – quanto toda uma gama de práticas culturais: formas, textos, cânones, arquitetura, mercadorias produzidas em massa”.

Podemos perceber, então, que as diferentes tradições de Estudos Culturais se desenvolveram a partir de esforços para compreender os processos que moldaram a sociedade e a cultura modernas como a industrialização, modernização, urbanização, o surgimento da comunicação de massa bem como o colapso dos impérios colonialistas ocidentais, a criação de uma economia global e a disseminação mundial da cultura de massa, a emergência de novas formas de migração, do nacionalismo e das hostilidades raciais e religiosas entre outras. Portanto, uma preocupação contínua nos Estudos Culturais seria a noção de transformação social e cultura radical e de como estudá-la.

Considerando as questões apresentadas, terminaremos essa breve apresentação dos Estudos Culturais com uma de suas características, que consideramos fundamental

Em virtualmente todas as tradições de Estudos Culturais, seus praticantes vêem os Estudos Culturais não simplesmente como uma crônica de mudança cultural, mas como uma intervenção nessa mudança e vêem a si próprios não simplesmente como *scholars* fornecendo um relato, mas como participantes politicamente engajados (Nelson, Treichler & Grossberg, 1992, p.23).

A partir das questões expostas, abordaremos mais especificamente as dimensões teóricas centrais da pedagogia, vista como uma política cultural e como uma prática cultural. Segundo informa Giroux (1995), existe uma luta constante em torno do próprio significado e propósito da pedagogia considerando que o seu conceito deve ser usado com muita cautela, pois

Além de existirem diferentes versões do que constitui pedagogia, não existe nenhuma definição genérica que possa ser aplicada ao termo. Por exemplo, tanto no discurso conservador quanto no progressista, a pedagogia é frequentemente tratada como um conjunto de estratégias e habilidades a serem empregadas para ensinar conteúdos pré-especificados. Neste contexto, a pedagogia torna-se sinônimo de ensino, visto como uma técnica ou como uma prática de uma habilidade artesanal. Qualquer noção viável de pedagogia crítica deve rejeitar esse tipo de definição, mesmo quando ela é apresentada como parte de um discurso ou projeto crítico (GIROUX, 1995, p.138).

Para Giroux (1995), a pedagogia, em seu sentido mais crítico, ilumina a relação entre conhecimento, autoridade e poder.

Ela chama a atenção para questões que dizem respeito a quem tem o controle sobre as condições para a produção do conhecimento. Ela também descreve a forma como o poder está implicado nos vários processos pelos quais o conhecimento, a identidade e a autoridade são construídos no interior de conjuntos particulares de relações sociais (GIROUX, 1995, p.154).

A expressão “pedagogias culturais” pode ser atribuída como informa Costa (2009), a Henry Giroux entre outros para designar produções da cultura e o seu efeito educativo. Segundo a autora “Embora este seja um conceito tautológico; uma vez que todas as pedagogias são indiscutivelmente culturais, ele tem sido uma designação útil para distinguir as pedagogias praticadas para além da escola”

Como informa Costa (2009), podem ser consideradas áreas pedagógicas todos os locais onde o poder é organizado e difundido.

Assim, quando artefatos culturais estão implicados tanto nas formas pelas quais as pessoas passam a entender a si e ao mundo que as cerca quanto nas escolhas que fazem e nas maneiras como organizam suas vidas, pedagogias estão sendo praticadas. Jornais, televisão, peças publicitárias, livros, filmes, revistas e muitos outros artefatos... bem como os próprios espaços urbanos e a vida nas cidades são analisados como espaços voltados para a formação de sujeitos, como pedagogias culturais (COSTA, 2009, p.20).

Nesse sentido a educação é concebida como um processo aberto, amplo e multifacetado que contempla as variadas formas como educamos e somos educados, como nos tornamos sujeitos de certo tipo em meio às pedagogias da cultura e de nosso tempo.

Entendemos a partir das questões expostas que o processo de musealização traz implícito uma informação educativa e que a educação em museus nesse sentido pode ser entendida como uma pedagogia cultural. Coloca-se a possibilidade de papel social que o museu pode desempenhar refletindo a razão das pessoas frequentarem estes espaços e percebendo a estrutura de trabalho que predispõe os museus.

Educar utilizando o museu como um local de potencialidades educativas e culturais tornou-se um desafio pelas mudanças que ocorrem o tempo todo e em qualquer lugar, portanto, na educação em museus não poderia ser diferente, por isso repensar as práticas educativas em museus é mais que necessário para todos.

Diferente da pedagogia tradicional a pedagogia cultural vai além dos espaços escolares e sociais em que saberes são constituídos, relações de poder são vividas, experiências são interpretadas, verdades são disputadas.

Cabe aos profissionais de museus a partir da pedagogia cultural analisar, diferenciar e multiplicar conhecimento caracterizando-a como uma prática que questiona para

compreender de que modo o funcionamento do poder o estabelecimento de privilégios e a sua constituição determinam a vida de uma sociedade e de seus membros. Emergindo das necessidades dos grupos que elegem o museu como local de poder e conhecimento a pedagogia cultural demanda que nos tornemos muito menos escolares e muito mais culturais permitindo-nos sermos críticos analistas e artistas-culturais.

Pensar pedagogicamente o museu significa considerar que eles, os museus, tem sido, por muito tempo, um dos locais nos quais vários grupos têm tentado constituir noções de autoridade cultural e regular a forma como as pessoas compreendem a si próprias, suas relações com as outras e seus ambientes sociais e físicos comuns.

O que está, então, em questão é a forma como responder as questões carregadas de valores como: a quais propósitos os museus devem servir? Qual conhecimento é mais valido? Quem deve ter acesso a quais formas de conhecimento? O que significa conhecer algo?

Entendemos que isso significa que qualquer construção de uma pedagogia da possibilidade nos museus que assuma seu caráter de insurgência deve ser seriamente capaz de compreender como essa prática se insere em uma tradição discursiva que podemos chamar de política cultural.

Acerca das relações entre educação, pedagogia cultural e museu

Faz silêncio nas salas e nos corredores do museu. Súbito, a austeridade e assepsia dos ambientes se quebram com o estardalhaço das visitas, sob as impurezas trazidas das ruas, remanescentes nas solas dos seus calçados. Crianças, jovens, professores.... Aonde vai toda essa gente? O que faz ali, em que emprega seu tempo ocioso, o que procura e por que logo ali? Qual visitante estava sendo esperado? Aliás, as expectativas de visitas modelam um visitante ideal? Que fazer com a visita inesperada? Eis o veneno antimonotonia: o visitante que quebra a rotina dos espaços; o fazer de um espaço que atravessa o fastio da vida comum... haverá em tudo isso uma educação e uma pedagogia que faça a mediação entre o museu e seu visitante?

Para enfatizar a correlação da educação com as outras funções do museu como a preservação, exposição e comunicação, a seguir apresentaremos alguns autores e documentos que abordam essas questões demonstrando o quanto vem sendo debatido pelo campo.

Chagas, no livro *Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade*, publicado em 2006, expõe a preocupação de Mário de Andrade com o atendimento do público durante as exposições, bem como com o educador de museu, onde dizia que as visitas deveriam ser “visitas vivas” e “acompanhadas de explicador inteligente”. Com as afirmações anteriores e com outro fragmento de documento citado por Chagas

(2006, p.92) no qual Andrade defende a organização de museus, mas de “museus à moda moderna, museus vivos, que sejam um ensinamento ativo”, entende-se a dimensão educativa do museu no pensamento do poeta modernista. Mário de Andrade defendia “o uso educativo do patrimônio cultural” por meio de ações que permitissem ao museu ser um agente transformador da sociedade, pois, segundo Chagas (2006, p.91), “O museu concebido por Mário não é apenas espaço de exposição, é *locus* de ação”. Em relação à participação ativa do público o autor expõe que para Mário de Andrade, o papel do museu não é só o de documentar, mas também o de denunciar, criticar e refletir. É a idéia de fórum de debates que ganharia corpo na década de 1970.

A função educativa dos museus também foi amplamente discutida no “Seminário Regional da UNESCO”, em 1958, na cidade do Rio de Janeiro, e que, conforme Araújo e Bruno (1995, p.7), “simboliza paradigmaticamente uma preocupação profissional com a problemática educacional dos museus”. Nesse seminário, segundo Toral (1995), o museu deveria desenclausurar-se não somente através de programas didáticos dirigidos à educação formal, como também da utilização de outros meios ao seu alcance como o rádio, o cinema, a televisão, para atingir assim camadas mais amplas da população e poder melhor difundir sua mensagem. A atribuição do museu como um agente educativo possibilitou um alargamento das práticas museológicas como também uma abertura para a discussão do papel do museu na sociedade contemporânea. Outros documentos fundamentais para compreender os avanços nas discussões sobre as práticas museológicas são como informam Araújo e Bruno (1995), a Declaração da Mesa-Redonda de Santiago do Chile de 1972, que introduziu o conceito de museu integral, abrindo novos caminhos para as práticas museológicas; a Declaração de Quebec de 1984, que sistematizou os princípios básicos da Nova Museologia e a Declaração de Caracas de 1992, que poderia ser interpretada como uma avaliação crítica de todo este percurso ao reafirmar o museu enquanto canal de comunicação.

Os referidos documentos consolidam a função educativa dos museus na contemporaneidade e servem de parâmetro para a construção de outros, como a “Política Nacional de Museus”, lançada no Brasil, em maio de 2003, que contou com contribuições da comunidade museológica e representantes de outros segmentos da sociedade envolvidos com as questões pertinentes ao campo museológico. O caráter educativo dos museus também é apresentado no decreto n. 5.264, de 5 de novembro de 2004, do governo brasileiro que institui o “Sistema Brasileiro de Museus”.

Diante das afirmações nos documentos citados, percebe-se o quanto as ações do museu devem estar voltadas para o acesso dos diferentes públicos a seu acervo e às suas potencialidades educativas, enfatizando de forma objetiva e sintetizada a valorização da diversidade e a construção de uma educação libertadora levando em consideração a importância da diversidade cultural na formação do cidadão. Além disso, constata-se que, desde o lançamento da Política Nacional de Museus em 2003, pelo governo brasileiro, muitas iniciativas têm-se consolidado a fim de garantir a construção de uma política pública na área museológica como, por exemplo, o processo em andamento de elaboração de um Programa Nacional de Educação Museal.

Na contemporaneidade, um dos papéis do museu é estar a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. Assim, a função social, atribuída ao museu, potencializa-o como um espaço de comunicação que, por sua vez, dinamiza suas ações educativas, que devem ser pensadas para envolver os diferentes públicos. Cury (2013), ao se referir à educação em museus considera que o museu é um meio de comunicação comprometido com a qualidade de comunicação, ou seja, com a capacidade de despertar a consciência, estimular questionamentos críticos. Segundo a autora, “Essa qualidade comunicacional é, entretanto, construída e a educação em museu tem papel destacado nesse processo”.

Analisando a obra de Ulpiano Meneses, Cury (2013), considera que a maior contribuição dos museus à educação é aquela que se faz pelo objeto, “educação pelo objeto”. Segundo informa a autora

O museu é uma instituição e sua função maior remete à consciência sobre a materialidade do mundo necessária para a nossa vida e reprodução como entes biológicos, psíquicos, sociais, intelectuais, morais. A sociedade precisa de lugares para que se façam compreender o papel dos objetos naturais ou culturais, estruturas, objetos ou instalações de arte, imagens etc. a especificidade do museu está precisamente naquilo que, ao lhe dar personalidade, distinguindo-o de outros instrumentos similares do campo simbólico, garante condições máximas de eficácia: o enfrentamento do universo das coisas materiais. Em síntese, diríamos que a problemática do museu é justamente a problemática da cultura material, mas em um lugar institucionalizado que se apoia em um acervo. Assim a lição é explorar a cultura material e não usar a materialidade presente no museu como ilustração de um discurso desvinculado dessa instituição ou mesmo supervalorizar certos objetos, impondo um valor patrimonial a eles (CURY, 2013, p.15).

Segundo Meneses (2000), Educação é ação revestida de criticidade. Para o autor

Pode haver educação que não tenha como eixo a formação crítica? Estou certo que não. A capacidade crítica é, precisamente, a capacidade de separar, distinguir, circunscrever, levantar diferenças e avaliá-las, situar e articular os inúmeros fenômenos que se entrelaçam na complexidade da vida de todos os dias e nas transformações mais profundas de tempo rápido ou lento. É com a formação crítica que os museus deveriam se comprometer a trabalhar (MENESES, 2000, p.94-95).

Meneses (2000) sugere que o museu deve ser crítico, da mesma forma que o projeto educacional e o educador, para que a ação educacional seja eficaz, para que o usuário do museu participe do processo museal criticamente. O autor considera a educação como “um caminho para que o público aprenda a usar museus, apreenda seus mecanismos de funcionamento, seu *modus operandi*, entenda sua dimensão política e conheça a museografia como processo que dá corpo às instituições”.

Pensar e executar ações educativas são, com efeito, tarefas do profissional de

museu, que precisa estar inteirado e afinado com os conceitos que permeiam esse espaço como também com as diretrizes estabelecidas pela “Política Nacional de Museus”, que em substancia propõe que os museus sejam espaços nos quais os cidadãos brasileiros sintam-se estimulados a frequentar e se apropriar de tudo o que eles possam oferecer.

Para provocar a reflexão e apropriação do conhecimento no espaço museológico, é necessário, então, que o museu exerça também sua função educativa. Essas condições dizem respeito a toda a estrutura museológica no exercício das diversas funções atribuídas ao museu, mas principalmente às políticas adotadas por ele, bem como a importância que é conferida, no seu cotidiano, ao caso educacional e investigativo, que é, por si só, uma política.

Durante muito tempo o museu manteve-se ocupado com o objeto, voltado para a pesquisa, a conservação e a documentação e trabalharam muito lentamente na construção de uma relação mais estreita com seus públicos. A ação educativa, embora presente teve sua relevância e legitimidade construídas paulatinamente e agora se apresenta como algo a ser superado rapidamente e em face dessa situação e tendo sido chamado a participar socialmente muitas vezes o museu acabou por ceder às pressões da escola, adaptando os seus objetivos, princípios e métodos educativos a ela. Portanto, escolarizando-se.

Reis (2011) empreende uma crítica radical a tudo que pode ser imposto como pano de fundo às reflexões que objetivam compreender parte do processo educativo que ao pedagogizar a prática educativa por meio da ênfase ao ensino ou a aprendizagem, escolariza tal prática, colocando-a a margem das culturas e, ao territorializá-la melhor se exerce como mediadora e reforçadora das práticas escolares convencionais.

Ao abordar a questão da educação me reporto a dicotomia que se trava em meio ao debate ensino e/ou aprendizagem como uma das funções do museu em contraponto às possibilidades de uma educação integral e libertadora como proposta para um museu efetivamente educativo e pelo qual e no qual está presente a dimensão social do patrimônio na qual se assentam de modo indissociado a diversidade cultural, a alteridade, o global e também o local (REIS, 2011, p.3).

Assim Reis (2011), aponta para a importância de descolarizar as práticas educativas efetuadas nos museus como capaz de escapar das limitações presentes nos discursos que defendem, ora o ensino como preponderante ora a aprendizagem, como se os mesmos não constituíssem uma mesma unidade, como se não fossem ambos parte indissolúveis de um mesmo processo.

Podemos argumentar que o museu tem há muito tempo o seu caráter educativo definido, mas apesar disso teve por séculos a sua ação mais ligada a pesquisa do que ao público como agente do processo educacional. Cury (2012) informa que o museu por muito tempo operou como instituição a partir da lógica das ciências que o abrigou

Um exemplo são as visitas guiadas, ações calcadas na informação científica

de uma exposição concebida por pesquisadores de coleções museológicas. O guia, nessa situação, tenta, quando pode e mesmo assim de forma limitada, decodificar a informação para o visitante. Quando não pode, porque lhe falta entendimento, repete algo para o outro, o visitante individual ou os visitantes organizados em grupo. Para o educador de museu, a saída foi sustentar-se nas práticas da escola, uma vez que essa já possuía um método para transpor o conhecimento para os educandos, ao passo que o museu não (CURY, 2012, p.24).

Com isso o museu acabou por perder visibilidade e espaço de participação e ainda mais, popularidade na medida em que faltou-lhe ação que atribuísse sentido para o público. Segundo Cury, “até hoje carregamos esse peso: ora de lugar chato, ora de lugar escolarizado. Ainda carregamos o peso da justificativa numérica, i. e., da dependência da visitação escolar para dar conta de índices de atendimento”.

Defendemos, aqui, que o museu é um espaço cultural e a educação realizada em seu ambiente deve se sustentar nos postulados da cultura material e da museologia. O alargamento do conceito de educação aproximando-o da cultura e da comunicação, nesse sentido, torna-se fundamental para alcançarmos este horizonte posto pela educação nos museus.

Artigo recebido em 17 jan. 2017

Aprovado para publicação em 29 mar. 2017

Referências

ARAÚJO, Marcelo; BRUNO, Maria Cristina (org.). *A memória do pensamento museológico contemporâneo: documentos e depoimentos*. Comitê Brasileiro do ICOM. São Paulo, 1995.

CHAGAS, Mário. *Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mario de Andrade*. Chapecó: Argos, 2006.

_____. *A imaginação Museal: Museu, Memória e poder* em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Minc/IBRAM, 2009.

_____. *Museus: Interseções e Caminhos*. In: *Seminários de Estudos Avançados em Museologia*, Lisboa, ULHT, 2011.

COSTA, Marisa Vorraber (org.). *A educação na cultura da mídia e do consumo*. Rio de Janeiro:

Lamparina, 2009.

CURY, Marília Xavier. Museu, filho de Orfeu, e musealização. In: *ENCUENTRO REGIONAL DO ICOFOM-LAM*, 8. Coro, Venezuela, 1999, Anais. P.50-51.

_____. *Exposição: concepção, montagem e avaliação*. São Paulo: Annablume, 2005.

DELEUSE, Gilles e GUATTARI, Felix. *Mil Platôs*. São Paulo, Ed. 34, 2011.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (dir.). *Concepts clés de la muséologie*. Paris: Armand Colin et ICOM, 2010.

FERRAZ, Eucanaã. *Veneno Antimonotonia: os melhores poemas e canções contra o tédio*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2005.

FERREZ, Helena. *Documentação Museológica: Teoria para uma boa prática*. In: IPHAN. *Estudos Museológicos*, Rio de Janeiro: IPHAN, 1994, p.65-74.

GIROUX, Henry A. Memória e Pedagogia no maravilhoso mundo da Disney. In: SILVA, Tomás Tadeu (org.). *Alienígenas na sala de aula: Uma introdução aos estudos culturais em educação*. Petrópolis: Vozes, 1995.

LOUREIRO, M. L. Preservação in situ X ex situ: reflexões sobre um falso dilema. In: *Seminário Iberoamericano de Investigación em Museología*, 3. Madrid, 2011.

MENESES, Ulpiano. *A exposição museológica: reflexões sobre pontos críticos na prática contemporânea*. Ciências em museus n.4, Belém: 2000, p. 103-120.

NELSON, Cary; TREICHLER, Paula; GROSSBERG, Lawrence. Estudos Culturais: Uma introdução. In: SILVA, Tomás Tadeu (org.). *Alienígenas na sala de aula: Uma introdução aos estudos culturais em educação*. Petrópolis: Vozes, 1995.

REIS, Maria Amélia. *A descolarização/descolonização dos museus: uma reflexão acerca da pedagogização da prática educativa museológica*. ICOFOM LAM, Petrópolis, 2011.

RÚSSIO, Waldisa. Cultura, Patrimônio e preservação, texto III. In: ARANTES, Antônio Augusto (org.). *Produzindo o passado*. São Paulo: Brasiliense/CONDEPHAAT, 1984. P. 59-64.

SANTOS, Maria Célia. *Encontros Museológicos – Reflexões sobre a Museologia, a Educação e o Museu*. (Coleção Museu, Memória e Cidadania, 4), Rio de Janeiro, 2008.

TORAL, Hernan Crespo. Seminário Regional da UNESCO sobre a função educativa dos museus, Rio de Janeiro – 1958. In: ARAÚJO, Marcelo; BRUNO, Maria Cristina (org.). *A memória do pensamento museológico contemporâneo: documentos e depoimentos*. Comitê Brasileiro do ICOM. São Paulo, 1995.

VAN MENSCH, Peter. *Towards a methodology of museology*. (PhD thesis). University of

Zagreb, 1992.



O museu como lugar de memória: o conceito em uma perspectiva histórica

Guilherme Lopes Vieira¹

The museum as *Les
Lieux de Mémoire*:
the concept in a
historical
perspective

DOI: 10.12660/rm.v8n12.2017.65900

¹Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da UNIFESP.
E-mail: guilopes@msn.com

Resumo:

Os museus históricos, pela definição moderna, possuem reminiscências do passado que estão expostas no presente. Nesse sentido, são fontes históricas que devem ser exploradas através de sua potencialidade discursiva de criar narrativas históricas que procuram dar sentido ao passado. O questionamento sobre esse objeto tem que ser problematizado na chave que posiciona o presente como um dos fatores de construção do passado, na medida em que os sujeitos do presente resgatam os eventos que aconteceram, através de suas expectativas no presente. São arenas de disputas e devido ao seu aspecto simbólico, promotor de memórias, é válido apontar que são: “lugares de memória”. Dessa forma, devemos pensar o conceito de forma a historicizá-lo.

Palavras-chave: Museu, Lugar de memória, Historiografia

Abstract:

Historical museums, by definition, have reminiscences of the past that are exposed in the present. In this sense, they are historical sources that must be explored through their discursive potentiality to create historical narratives that seek to give meaning to the past. The questioning about this object has to be discussed in the key that positions the present as one of the factors of construction of the past, as the subjects of the present rescue the events that happened through their expectations in the present. They are arenas of disputes and, due to their symbolic aspect, that promotes memories, it is valid to point out that they are *Lieux de Mémoire*. In this way, we must think of the concept in order to historicize it.

Keywords: Museum, *Les Lieux de Mémoire*, historiography

1. Considerações preliminares

O processo de musealização é apresentado, pelos teóricos da museologia, como o movimento dotado de reflexão¹ em que o produto humano (artefato ou mentefato), utilizado e expressado em suas diversas atividades, passa a fazer parte da coleção² de um espaço institucionalizado, que é denominado museu³. Para a museologia, este processo ressignifica o produto humano atribuindo-lhe um novo estatuto, tornando-o “objeto de museu” ou “musealia”⁴. Nesta condição, o item da cultura material, se torna único, eleito por sua condição simbólica⁵, como o representante de sua categoria. Através dele, seria possível reconstituir contextos sociais, econômicos, políticos, culturais, religiosos, etc.

Segundo o ICOM, os testemunhos materiais e imateriais são objetos de análise, investigação e comunicação, e o museu é o espaço permanente que explora essas potencialidades⁶. Para compreender o fenômeno museu, tem que se considerar a tendência museológica contemporânea que estabelece a origem do termo museu à ideia de “templo das Musas”, em decorrência do radical da palavra que a origina.

No que diz respeito à origem etimológica do termo, deve-se ter em vista sua “genealogia tradicional” decorrente da descrição de Pausânias, que “[...] em sua ‘Descrição da Grécia’, fala de um pórtico na ágora de Atenas que era uma espécie de museu ao ar livre, assim como da Pinacoteca dos Propilus, na Acrópole [...]”, identificada por Dominique Poulot⁷, como o seu mito de origem, relacionadoposteriormente à ideia de “templo das Musas”.

O vocábulo “Museu⁸” decorre da palavra grega *mouseion*⁹, adaptado para o latim

¹ Para Zbynek Stránský (1995 apud DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 57) “[...] Um objeto de museu não é somente um objeto em um museu”.

² Krzysztof Pomian (1987 apud Ibidem, p. 34) define coleção como: “[...] todo conjunto de objetos naturais ou artificiais, mantidos temporariamente ou definitivamente fora do circuito de atividades econômicas, submetido a uma proteção especial em um lugar fechado, mantido com este propósito, e exposto ao olhar”.

³ Segundo Desvallées e Mairesse, (Ibid., p. 57) “[...] De um ponto de vista mais estritamente museológico, a musealização é a operação de extração, física e conceitual, de uma coisa de seu meio natural ou cultural de origem, conferindo a ela um estatuto museal – isto é, transformando-a em musealium ou musealia, em um ‘objeto de museu’ que se integre no campo museal”.

⁴ Cf. DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 57.

⁵ Ibid. p. 34, “[...] Pomian define, assim, a coleção por seu valor simbólico, na medida em que o objeto perde a sua utilidade ou o valor de troca para se tornar portador de sentido (‘semióforo’ ou portador de sentido)”.

⁶ O International Council of Museums (ICOM), que é o órgão internacional que agrega profissionais de museus, propôs uma definição norteadora para as instituições que objetivam ser denominadas como museus. Para o órgão: “[...] O museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, preserva, estuda, expõe e transmite o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio, com fins de educação, estudo e deleite (ICOM, apud DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013).

⁷ Cf. POULOT, Dominique. *Museu e Museologia*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, p. 7, 2013.

⁸ Seu equivalente em língua francesa *musée*; em inglês: *museum*; em espanhol: *museo*; em alemão: *museum*; e em italiano: *museo*. (Cf. DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 64).

⁹ Cf. DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 64.

musæm, que se referia ao lugar onde as divindades gregas habitavam, em outras palavras, o “templo das Musas”¹⁰. Espaço, segundo a mitologia grega, em que as musas, filhas de Zeus com Mnemosine, divindade da memória, possuíam obras de arte expostas que auxiliariam, conjuntamente às suas danças, músicas e narrativas, os homens a se dedicarem às artes e às ciências, sobretudo ao saber filosófico¹¹. É importante ressaltar, que os museus modernos em comparação a essa composição inicial mitológica emprestam apenas a mesma denominação. A visão lírica acerca das origens dos museus pode ser identificada, por exemplo, no museólogo brasileiro Mário Chagas, ao tratar da questão.

A identificação da origem grega e mítica do termo museu não tem nada de novo. Múltiplos são os textos de museologia que trazem essa referência. Avançando um pouco pode-se reconhecer, ao lado de Pierre Nora (1984), que os museus vinculados às musas por via materna são “lugares de memória” (Mnemosine é a mãe das musas); mas por via paterna estão vinculados a Zeus, são estruturas e lugares de poder (CHAGAS, 1998, p. 19).

Baseado no museólogo croata Tomislav Šola¹², autor de *Conceito y naturaleza de la museologia*, Chagas reconhece que “[...] há uma veia poética pulsando nos museus”, na mesma medida que também distingue os museus “[...] como arena, como espaço de conflito, como campo de tradição e contradição”¹³.

Diante dessa perspectiva da museologia e tendo em vista as investigações históricas acerca do fenômeno museu, tais instituições devem ser entendidas como “lugares da memória”, assim como aponta Chagas ao se remeter ao historiador Pierre Nora¹⁴. Haja vista que os museus exercem um papel fundamental como ponto agregador da memória, em seu aspecto material, simbólico e funcional, como espaços dedicados à compreensão do esquecimento, em sua dinâmica com a experiência coletiva. Nesse sentido, se faz necessário historicizar o conceito de Nora a fim de identificar as premissas que o constituem.

2. Pierre Nora e os *Lieux de Memoire* na História: Conceito chave

Para a construção reflexiva a respeito da noção de Memória, aplicada ao conceito museu, basear-se-á no trabalho de Pierre Nora, intitulado “Entre memória e História: a

¹⁰ Cf. BITTENCOURT, J. N. Gabinetes de Curiosidades e Museus: sobre tradição e rompimento. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, v. 28, p. 8-19, 1996.

¹¹ Cf. SUANO, Marlene. *O que é museu*. São Paulo: Brasiliense, p. 10-11, 1986.

¹² Segundo Šola (apud CHAGAS, 1998, p. 12), “[...] La auténtica comunicación através de los museos ha engendrado siempre una forma de experiencia poética que es al mismo tiempo el único fundamento de todas las consecuencias esperadas de esta comunicación”.

¹³ CHAGAS, M. Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade. In: *Cadernos de Sociomuseologia*. Centro de Estudos de Sociomuseologia, n. 13, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, p. 12, 1998.

¹⁴ Cf. NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. In: *Projeto História*. São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

problemática dos lugares”, evidenciando a noção de “lugar de memória¹⁵”. Este conceito está inserido nas discussões acerca de um novo método de análise para a questão nacional francesa, a partir do início dos anos 1970¹⁶ e decorrer dos anos 1980, que passou a valorizar novos objetos, até então ignorados pelos estudos históricos. A nova metodologia pretendia explorar minuciosamente as reminiscências que tratavam da questão nacional francesa, assim como suas tradições permeadas pela história e, principalmente, pela memória¹⁷.

Nesse momento, Pierre Nora atuava como historiador, juntamente a função de editor dos trabalhos produzidos pelas Edições Gallimard, em Paris. Por meio dessa Editora, o historiador, anteriormente, em meados dos anos 1960, já havia reunido os textos das coleções *Faire de l’Histoire*¹⁸, *La Bibliothèque des Histoires* e *La Bibliothèque des Sciences Humaines*, que se propunham a discutir os problemas teóricos e epistemológicos da disciplina História¹⁹.

Em destaque, *Faire de l’Histoire* refletia a conjuntura das mudanças internas dos *Annales*, no que diz respeito a uma nova abertura acerca da tendência clássica do grupo, centralizada na história econômica e social e o início da história das mentalidades. A virada interna se evidencia, principalmente, quando se tem em vista o artigo de Nora sobre a coação do presente, como inquiridor, sobre os questionamentos acerca do passado e, sem dúvida, a questão acerca do “retorno do fato”²⁰.

Este que tem como problemática central a questão da mundialização, atrelada à democratização, a massificação e a mediatização²¹. A mundialização é compreendida como o fenômeno que trata da percepção do mundo como unidade; quando o mundo se torna um só. Movimento facilitado pelo acesso e difusão dos meios de comunicação, que exercem uma espécie de alteração do tempo; uma aceleração, em que o tempo fica mais rápido, por conta da duração do fato, que é temporária, efêmera.

Em “Entre memória e história”, a expressão utilizada é: “aceleração da história²²”. O apego ao passado é a forma de retardar a perda de identidade que está intimamente associada à noção de passado, diante do presente mais “alongado”. Nesse sentido, para Nora, a percepção histórica dilatou-se “[...] substituindo uma memória voltada para a

¹⁵ NORA, 1993, p. 23.

¹⁶ De acordo com a historiadora Ana Cláudia Brefe, a partir de uma entrevista realizada, em 1999, com Pierre Nora, há uma reviravolta acerca da forma de se analisar as tradições francesas, no que diz respeito ao sentimento nacional. Diante desse contexto, iniciado a partir de 1970, Nora teria se interessado pelo estudo da memória. Cf. BREFE, A. C. F. *Pierre Nora, ou o historiador da memória* [entrevista]. *História Social*, Campinas, n.6, p.13-33, 1999.

¹⁷ NORA apud BREFE, 1999, p. 14.

¹⁸ Traduzida em português, em 1976, sob o título “História, novos problemas, novas abordagens, novos objetos”.

¹⁹ Segundo Nora (apud BREFE, 1999, p. 15), tais questões, não eram discutidas desde *L’apologie pour l’Histoire*, de Marc Bloch e *De La connaissance historique*, de Henri Marrou.

²⁰ NORA apud BREFE, 1999, p. 16.

²¹ NORA, 1993, p. 8.

²² Cf. *Ibid.*.p.7.

herança e sua própria intimidade pela película efêmera da atualidade”²³.

A questão da memória como problema histórico²⁴ estava marcado pelos estudos da história contemporânea, pouco vinculados à história econômica e social²⁵ dos anos 1950 e 1960. Nora indica que em meados dos anos 1970, na França, há um conjunto de eventos, aparentemente dissonantes, que convergem para o estabelecimento de um contexto desfavorável, no que concerne à noção de pertencimento e continuidade da sociedade francesa e sua relação com passado. E, conseqüentemente, há o estabelecimento de um ambiente favorável para as lembranças.

Para o autor, podia-se pressentir o desaparecimento da antiga França, o que levava a sociedade, em geral, ao apego aos resquícios do passado²⁶. O historiador indica, por exemplo, o reflexo acarretado a partir do início da crise econômica, relacionada à alavancada dos preços do petróleo em escala global. Em conjunto, em uma perspectiva mais particular, ocorreu o decréscimo da sociedade rural francesa e refletiu no estabelecimento de uma “consciência da perda”, por conta do:

[...] desaparecimento dos antigos costumes, das antigas tradições, das antigas paisagens, dos antigos sítios, das antigas culinárias, dos antigos tipos de sociedades, dos antigos artesanatos que ainda restavam, da antiga classe operária sobre a qual o Partido Comunista Francês foi fundado²⁷.

Na mesma medida, a memória “envergonhada”²⁸ da França de Vichy e a ressignificação do “gaullismo” como prática política, atrelada a percepção da transformação da imagem do general De Gaulle, ora visto como autoritário, anti-europeu, e em seguida, como “homem da unidade” e “homem da República”, indicavam as adaptações que a sociedade do presente, fazia sobre as interpretações de seu passado. Nesse sentido, Nora alerta “[...] Fazer a historiografia da Revolução Francesa, reconstituir seus mitos e suas interpretações, significa que nós não nos identificamos mais completamente com sua herança”²⁹.

Dessa forma, havia um questionamento tanto da ideia da França resistente e jacobina, como da contrarrevolucionária; o que explicitava o desejo pela história e a necessidade de certa reconciliação da história da França republicana com a França

²³ Cf. Ibid. p. 8.

²⁴ Para Nora (apud BREFE, 1999, p. 17-18) após *Faire de l'Histoire*, com *La Nouvelle Histoire* de Jacques Le Goff e Jacques Revel, inaugura-se a terceira geração dos *Annales*. Para esse compêndio, Le Goff solicita os artigos “Memória coletiva” e “Tempo presente” a Nora.

²⁵ Nora (apud BREFE, 1999, p. 18), indica que a *École des Hautes Études* só passou a tratar das questões que o associavam, como por exemplo o problema acerca da memória, após a saída de Fernand Braudel, com a entrada na presidência de Jacques Le Goff e François Furet.

²⁶ Cf. NORA apud BREFE, 1999, 20-23.

²⁷ Cf. Ibid. p. 20.

²⁸ Cf. POLLAK, M. Memória, esquecimento e silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.2, n.3, CPDOC, 1989, p. 7.

²⁹ Cf. NORA, 1993, p. 10.

monárquica³⁰. Nora sugere que esses movimentos de memória, apresentam, para a sociedade francesa, “[...] uma mudança de atitude muito profunda tanto em relação ao futuro como em relação ao passado”³¹, uma necessidade identitária, uma busca pelos traços, que tem lugar específico,

[...] É uma espécie de aumento progressivo do culto do patrimônio que ocorre e tudo isso explica de forma clara a transformação que os historiadores repercutiram sobre um plano que, talvez, possamos dizer, o meu mérito foi de sentir, centralizar ou de orquestrar para se lançarem nessa empresa de sete volumes dos *Lieux de mémoire*, que eu intelectualmente comecei entre 1978 e 1980 (Nora apud Brefe, 1999, p. 23).

É importante frisar que a conceitualização “lugar de memória” foi elaborado após a aplicação prática da pesquisa, de forma empírica. O conceito surgiu após a análise dos objetos³². Em 1978, integrando a *École des Hautes Études*, Nora se propôs a investigar a questão “nacional” em uma dimensão simbólica, que na época, seria diferente de algo como “história do sentimento nacional” ou a “história do patriotismo”. Esta é a chave para o entendimento do conceito.

O estudo, que resultou na conceitualização, tratou de analisar os “objetos portadores” da expressão do sentimento nacional, ou seja, o que já estava estabelecido, e, então, “[...] investigá-los, esmiuçá-los, analisá-los por dentro, estudar sua anatomia, dissecá-los”³³. O mesmo trouxe à tona, para o historiador, o questionamento sobre qual “nação” ou o que era “nação”, que se estava elaborando entre a psicologia coletiva e a memória coletiva da sociedade francesa³⁴.

Entre 1978 e 1979, Nora coordenou uma série de pesquisas em espaços pouco explorados, do ponto de vista de uma pesquisa histórica aprofundada, como: o *Panteão*, o cemitério *Père Lachaise*, museus, monumentos e bibliotecas, que visivelmente, ou melhor, dizendo, concretamente, eram entendidos como lugares por conta da dimensão da sua materialidade. Mas o autor, também havia se proposto a explicitar lugares menos evidentes, como por exemplo, a bandeira francesa, um manual como o *Le Tour de France par deux* ou a festa de 14 de julho³⁵.

[...] Eu acredito que um dos efeitos dos Lugares de memória não foi somente de inventar temas, mas de lhes dar um brilho, uma centralidade que nunca tivera. [...] Foi assim que eu me tornei uma espécie de maestro pela força das coisas, sendo levado progressivamente a me colocar

³⁰Cf. NORA apud BREFE, 1999, p. 21-22.

³¹ Cf. Ibid. p. 23.

³² Cf. Ibid. p. 24.

³³ Cf. Ibid. p. 23.

³⁴ Cf. Ibid. p. 24-25.

³⁵ Cf. NORA apud BREFE, 1999, p. 24.

problemas teóricos e a fazer a teoria da empresa [os volumes]. Eu levei muito tempo para fazê-la e ela evoluiu muito lentamente, porque se eu me precipitei sobre a expressão os lugares de memória, que me pareceu se impor desde o princípio para abranger objetos tão diferentes uns dos outros, essa noção em si mesma, quando quisemos defini-la, cerca-la intelectualmente, tivemos muitos problemas para fazê-lo. Assim, eu levei bastante tempo para elaborá-la, e ela, progressivamente, se transformou (NORA apud BREFE, 1999, p. 25-26).

O conceito “lugares de memória” foi reelaborado diversas vezes³⁶, em torno do mapeamento de três eixos da história francesa: República, Nação e França. As características dos “lugares” foram apresentadas no texto introdutório da coleção *Les lieux de mémoire*. É importante salientar que a conceitualização foi elaborada por Nora após a conclusão dos estudos de caso, estes que foram realizados por uma série de outros pesquisadores, mas sob a orientação pessoal de Nora³⁷.

A primeira publicação da série *Les lieux de mémoire*, foi publicada em 1984, com o recorte *La République*, seguido de três volumes, em 1986, destinado a *La Nation*. A nação é pensada através da *Héritages, historiographie, paysages* (vol.1), *Le territoire, l'Etat, Le patrimoine* (vol.2) e *La gloire, les mots* (vol. 3). E, finalizada em 1993, com *Les France*, dividida em *Conflits et partages* (vol. 1), *Traditions*(vol. 2) e *De l'archive à l'emblème* (vol. 3)³⁸.

Segundo o organizador dos estudos, os pesquisadores não tinham uma noção conjunta da proposta final, pois trabalhavam seu tema de forma individualizada, com exceção de Le Goff, Ozouf, Gauchet, Pomian e Revel. Que, por possuírem uma relação mais aproximada com Nora, estabeleceram um maior intercâmbio intelectual com os propósitos da obra³⁹.

Como pôde ser visto até aqui, o *Les lieux de mémoire* é uma obra coletiva⁴⁰, que foi produzida ao longo de dez anos⁴¹, sobre a memória nacional francesa, reflexo também dos

³⁶ Ao comentar sobre o processo de elaboração do conceito, Nora (apud BREFE, 1999, p. 26) disse “[...] eu o reescrevi ao menos umas dez vezes. É um texto que, de início, tinha cerca de 200 a 250 páginas. Eu tinha pensado em publicá-lo separadamente da coleção, como um livro. Foi refletindo um pouco que eu pensei que isso teria um ar pedante, como se eu dissesse ‘eis aqui a teoria, as aplicações teóricas não são meu problema’. Pensei que seria necessário ligar os dois e que assim seria mais enriquecedor”.

³⁷ Cf. NORA apud BREFE, 1999, p. 26-27.

³⁸ Cf. ENDERS, A. *Lês Lieux de Mémoire, dez anos depois. Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v.6, n.11, 1993, p. 137.

³⁹ Cf. NORA apud BREFE, 1999, p. 27.

⁴⁰ Diversos grupos contribuíram com pesquisas, evidenciando diversos panoramas de abordagens. Segundo Enders (1993, p. 132), “[...] participaram na construção desse ‘jogo de armar gigantesco’ cerca de 130 historiadores oriundos dos mais diferentes planetas da galáxia institucional que alimenta a pesquisa histórica na França: Collège de France, universidades, École des Hautes Études em Sciences Sociales (E.H.E.S.S.). Institutos de estudos políticos, Centre National de la Recherche Scientifique (C.N.R.S.) e museus nacionais associaram suas competências para dar à luz uma obra que desde o lançamento foi considerada capital pelos círculos intelectuais franceses”.

debates acerca da noção política do que seria a nação, numa dimensão simbólica. Nesse contexto, há também as reflexões de Benedict Anderson, Ernest Gellner e Eric Hobsbawn⁴², mas que apresentam um caráter metodológico diferenciado, quando comparados à proposta de Nora.

[...] Acredito que o método intelectual é radicalmente diferente [em relação aos autores citados acima] e que se parece, sobretudo, com uma abordagem mais interior do fenômeno de memória. Sobre as relações entre memória e história [...] são relações íntimas ao problema tradicional da história. Você não pode fazer a história da memória da mesma forma que faria a de qualquer outro tema de história, porque há entre memória e história uma relação de antiguidade e de intimidade que faz com que a abordagem ou o desejo de abordagem coloquem em questão – e eu diria, profundamente – as abordagens tradicionais da história. Assim, e eu insisto, você não pode tratar do problema da memória como trataria qualquer outro tema de história. Fazer a história da memória significa subverter radicalmente os métodos tradicionais da história (NORA apud BREFE, 1999, p. 28).

A problemática entre história e memória é uma questão particular para o saber histórico, na medida em que contrapõe o vivido e a operacionalização intelectual. Esta que, de certa forma, também se tornou uma memória. Assim, a própria história cria memória. É nesse movimento de reflexão que a necessidade de se fazer a história da história se explicita⁴³. Dessa forma, devemos pensar o conceito de forma a historicizá-lo. Segundo Nora, “[...] a memória é um absoluto e a história só conhece o relativo⁴⁴”. Tratá-lo em sua dimensão histórica, levando em consideração os usos e as ressignificações no passar do tempo⁴⁵.

Nesse sentido, para Nora, o ano de 1986⁴⁶ é o marco referencial de propagação do conceito. Mais especificamente, ao tratar do caso da disputa preservacionista do restaurante *Fouquet's*, de Paris, que passou a ser protegido pela política de tombamento, devido a seu caráter memorialístico. Até aquele momento, a lei de proteção do patrimônio francês, datada de 1913, restringia a proteção apenas aos bens de interesse histórico ou artístico. Com Jack Lang, na oportunidade, ligado ao Ministério da Cultura da França, o apelo mnemônico passou a ser considerado em diversos outros casos, como por exemplo, casas de

⁴¹ Cf. ENDERS, 1993. p. 133.

⁴² Cf. NORA apud BREFE, 1999, p. 27.

⁴³ Cf. NORA apud BREFE, 1999, p. 29.

⁴⁴ Cf. NORA, 1993, p. 9.

⁴⁵ Nora (1993, p. 14) indica que “[...] Tudo o que é chamado hoje de memória não é, portanto, memória, mas já história. Tudo o que é chamado de clarão de memória é a finalização de seu desaparecimento no fogo da história. A necessidade de memória é uma necessidade de história”.

⁴⁶ Em 1988, Jack Lang incluiu a categoria “lugar de memória” na política de preservação do Patrimônio Nacional francês. (Cf. Enders 1993, p. 133).

artistas ou o *Hôtel Du Nord*⁴⁷. Diante dessa perspectiva, que tentava ampliar a expressão, o que se viu foi certo esvaziando da potencialidade “problematizadora” do conceito⁴⁸.

A princípio, Nora acreditava que o conceito só poderia ser operacionalizado no contexto francês, a partir do que entendia como especificidade francesa, lidar com o passado e o apego a certas memórias afetivas, como é o caso da Revolução Francesa⁴⁹. Mas o próprio autor reconheceu, posteriormente, a potencialidade do conceito em contextos diversificados, como os *luoghi della memoria*, na Itália, os lugares de memória franquista, com historiadores de Salamanca, na Espanha, em Israel e na Alemanha com *Erinnerungsorte*⁵⁰.

Para que o conceito não seja transportado a outros contextos de forma a desvirtuá-lo, Nora adverte que os “Lugares de memória” expressam, primeiramente, uma dimensão simbólica dos objetos nos estudos históricos. Nesse sentido, para o autor a “história simbólica”,

[...] é um aspecto de um modelo mais geral que revaloriza a história do presente, a história comparativa e a história política, estando as três ligadas. Desses três aspectos a palavra político é provavelmente a mais importante. Se a história simbólica evolui, é porque provavelmente percebemos que a palavra simbólico é a última dimensão do universo político e que o meio de renovar a história tradicional, clássica, contra a qual toda a história dos Annales lutou, é revalorizar aquilo que há de profundamente simbólico no político (NORA apud BREFE, 1999, p. 32-33).

A questão do “fato histórico” para a sociedade contemporânea, segundo Nora, é, de certa forma, banalizada na medida em que até pequenos acontecimentos vividos em meio à mundialização, já são revestidos por uma dimensão memorável ou histórica⁵¹. Faz-se necessário, evidenciar a noção acerca de “história contemporânea” utilizada pelo autor. Nora, não faz a delimitação das “fases” da história, principalmente, o período pós-Revolução Francesa ou pós-Segunda Guerra Mundial através da delimitação cronológica. A fase do período contemporâneo, seria mais adequada se definida como “[...] segundo uma linha que separa a História hoje vivida da História hoje morta”, ou, mais explicitamente, como o estudo histórico do mundo contemporâneo, portanto, História do Presente⁵².

Ainda na questão simbólica da história, Nora adverte,

[...] Acredito que aquilo que agita mais profundamente esta transformação atual da história, eu diria como sempre, um passo a mais no sentido da

⁴⁷ Cf. NORA apud BREFE, 1999, p. 29-30.

⁴⁸ Cf. ENDERS, 1993, p. 133.

⁴⁹ Cf. NORA apud BREFE, 1999, p. 30.

⁵⁰ Cf. Id., p. 31.

⁵¹ Cf. NORA, Pierre. O acontecimento e o historiador do presente. In: LE GOFF, J; LE ROY LADURIE, E.; DUBY, G. et al. *A Nova História*. 5. ed. Lisboa: Edições 70, p. 48, 1991.

⁵² Cf. NORA, 1991, p. 52.

percepção da totalidade. Acreditávamos tê-la atingido com a história econômica e social, mas hoje em dia nos reencaminhamos em direção ao sentimento de que o ponto de vista mais totalizador sobre estar em conjunto e, no sentido mais amplo do termo, ao olhar político – na condição, é claro, de fazer explodir essa noção –, vai em direção a uma antropologia global das sociedades e não à vida política de tais sociedades. Assim o simbólico, o nacional, o político, o comparativo, o contemporâneo formam essa constelação de questões que movimenta a história hoje e no interior da qual o problema da memória se inscreve (Nora apud Brefe, 1999, p. 32-33).

Deve-se ter em vista que a memória opera a partir de um processo seletivo e totalizador⁵³. Que o caracteriza como absoluta. Portanto, são essas interações da memória que, quando manifestadas através de um museu, possibilitam a caracterização desse espaço como “lugar de memória” e, conseqüentemente, habilitam o historiador a questioná-lo.

Nesse sentido, o que tem que se ter em vista é a trajetória dos espaços identificados como museus ao longo dos anos e interrogara origem mitológica, que nada tem a ver com as experiências museológicas contemporâneas. O historiador deve identificar os museus como campos de tensão acerca das narrativas históricas como percebemos, por exemplo, nos museus do século XIX, durante as tentativas de resgate do passado e seus laços com os nacionalismos, como será tratado adiante.

3. Museu: trajetória de um conceito

O historiador José Neves Bittencourt reconhece uma tensão discordante⁵⁴ acerca da origem do conceito “museu”, ao problematizar o surgimento desses espaços em períodos temporais mais remotos, como por exemplo, na Biblioteca de Alexandria. Perspectiva diferente a da arqueóloga Marlene Suano, que entende que as coleções museológicas estão ligadas ao *mouseion* antigo, exemplificada através da coleção organizada em Alexandria, pela dinastia dos Ptolomeus, no Egito do século II a.C. Para Suano,

O mouseion de Alexandria possuía, além de estátuas e obras de arte, instrumentos cirúrgicos e astronômicos, peles de animais raros, presas de elefantes, pedras e minérios trazidos de terras distantes, etc., e dispunha de biblioteca, anfiteatro, observatório, salas de trabalho, refeitório, jardim botânico e zoológico. E entre os grandes trabalhos por ele abordado figuravam um dicionário de mitos, um sumário do pensamento filosófico e um detalhado levantamento sobre todo o conhecimento geográfico de

⁵³ Cf. NORA, 1993, p. 9.

⁵⁴ Cf. BITTENCOURT, J. N. Museus e coleções extraordinários, seminários indispensáveis. In: MAGALHÃES, A. M; BEZERRA, R. Z (Org.). *Coleções e colecionadores: a polissemia das práticas*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, p. 290-309, 2012.

então (1986, p. 10-11).

Bittencourt reconhece que o termo é recorrentemente associado à Biblioteca de Alexandria, que possuiria coleções diversas expostas em seus espaços, mas segundo o historiador, não há documentação alguma que legitime essa tradição, acerca da presença de um museu na referida Biblioteca. Da mesma forma, que durante a Idade Média, o termo não era utilizado e nem associado aos lugares que recolhiam artefatos colecionados. O mesmo reapareceu somente por volta do século XV, quando identificado com o grande número de “gabinetes de curiosidades” e “coleções científicas”⁵⁵.

As diversas perspectivas acerca da origem dos museus encontram ao menos um ponto de intersecção comum às suas definições. Mesmo em perspectivas discordantes, a presença de uma “coleção” compõe a ideia do que deve ser um museu. E, nesse sentido, o colecionismo, entendido como prática humana⁵⁶, teria impulsionado o estabelecimento dos gabinetes de curiosidades, que desde o Renascimento reuniam lado a lado, “[...] coisas estranhas, engenhosas, singulares, oportunas, viventes ou não”⁵⁷, reflexo do ambiente intelectual do Humanismo⁵⁸. Como exemplo, pode ser indicado uma das salas do Palazzo Gravina, em Nápoles, onde morava o colecionador Ferrante Imperato (1550-1631), reproduzida no livro de estudos naturalistas *Dell'istoria naturale libri XXVIII*, de 1599⁵⁹.

Esses locais, ora designados como gabinetes de curiosidades, ora Câmaras das Artes e das Maravilhas, eram representativos pela sua potencialidade em reunir fisicamente os itens de interesse dos estudiosos. Em 1655, com o, também, naturalista Ole Worm, da Dinamarca, há outro exemplo do colecionismo enciclopédico de “curiosidades”. O catálogo *Museu Wormianum. Seu Historia rerum Rariorum, tam Naturalium, quam Artificialium, tam Domesticarum quam Exoticarum* reunia, em torno de mil e quinhentos artefatos e espécimes naturais agrupados num compêndio com as informações e as classificações dos itens.

É importante destacar que a utilização do termo “museu” não se referia ao espaço que abrigava a coleção, mas ao catálogo e à reunião de informações que ele representava⁶⁰. Portanto, apesar da manutenção do vocábulo “museu” no decorrer do tempo em diversas oportunidades, o sentido atual destinado a essa palavra não encontra continuidade linear nessas manifestações colecionistas.

Um ponto comum entre esses colecionadores é o processo de descrição,

⁵⁵ Segundo Bittencourt (1996, p. 15), “[...] não existe nenhum documento que mostre ter tido a Biblioteca de Alexandria alguma relação com o Museu. Os cronistas ora falam dele, ora não. Um dos escritores mais confiáveis, dos que estiveram em Alexandria, sequer o situa na planta da cidade”.

⁵⁶ Cf. GUIMARÃES, L. M. P. Colecionismo e lugares de memória. In: MAGALHÃES, A. M.; BEZERRA, R. Z (Org.). *Coleções e colecionadores: a polissemia das práticas*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, p. 228-233, 2012.

⁵⁷ Cf. BITTENCOURT, 1996, p. 16.

⁵⁸ Cf. Id. 2012, p. 293.

⁵⁹ Cf. SUANO, 1986, p. 17.

⁶⁰ Cf. BITTENCOURT, 1996, p. 8-9.

ordenamento e conseqüente sistematização das coleções, tanto espacialmente nas salas que às abrigavam, como em catálogos com informações, como os de Imperato e Worm. Outros exemplos de destaque são os médicos von Quiecheberg, da Antuérpia (atual Bélgica), e John Kentmann, inglês, residente em Torgau (Alemanha), que organizaram compêndios de suas coleções naturais⁶¹.

Esses espaços associados à erudição, reflexão e, principalmente, ao colecionismo, eram denominados eventualmente como “museus”, mas também como *theatrum* ou *philotheca*. A *Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers pour une société de Gens de Lettres* organizada por Diderot e D’Alembert, por volta de 1751, este que possivelmente pode ter sido a fonte para a tradição que vê na Biblioteca de Alexandria a origem dos museus, possuía um verbete denominado *Musée*, que define esses espaços como:

Lugar na cidade de Alexandria, no Egito, onde se reuniam, às expensas do público, um certo número de homens de letras, distintos por seus méritos, como se reuniam em Atenas, no Pritane, as pessoas que haviam prestado serviços importantes à república. O nome das Musas, deusas e protetoras das Belas Artes, foi, incontestavelmente, a fonte desse museu (DIDEROT; D’ALEMBERT apud BITTENCOURT, 1996, p. 16).

O rompimento da forma de colecionar preciosidades, exclusivas para os estudiosos, e o espaço de deleite e troca de informação acessível a um público maior, como os museus são entendidos atualmente, só passou a acontecer no final do século XVIII e, por volta do início, do século XIX, com as primeiras histórias nacionais⁶². Reconhece-se que os museus modernos estão associados aos processos de consolidação dos estados nacionais. Em um contexto no qual se buscava as raízes da nação e suas continuidades históricas, numa perspectiva de passado único e coerente, os museus podiam articular e agregar, em seus conjuntos simbólicos, narrativas que os transformavam em recintos de homenagem e celebração de um mesmo culto, que enalteciam o passado nacional⁶³.

Nesse ínterim, a noção de monumento histórico teria surgido a partir da descoberta das antiguidades como elemento artístico desvinculado dos paradigmas da religião cristã. Os antiquários seriam espaços em sua essência universalistas, destinados às trocas de informações realizadas a partir de viagens⁶⁴. Dessa forma, não foi o amor à arte e o saber histórico que teriam impulsionado as práticas preservacionistas. Estas medidas foram necessárias devido às ameaças concretas para a preservação desses bens, casos como o da Revolução Francesa⁶⁵.

⁶¹ Cf. Id. p. 9-10.

⁶² Cf. Id. p. 17.

⁶³ Cf. GUIMARÃES, 2012, p. 230; BITTENCOURT, 1996, p. 16-17.

⁶⁴ Cf. CHASTEL, A. La notion de patrimoine. In: Nora, Pierre, ed. *Les lieux de mémoire* - t.II, Paris, v.2 (La nation), Gallimard, p. 405-408, 1986.

⁶⁵ Françoise Choay (2001, p. 145), argumenta que a institucionalização do patrimônio histórico, terminologia

O apogeu das novas instalações, exclusivas para a exibição das coleções, acompanharam o movimento científico da escrita da história e o estabelecimento de monumentos de lembrança⁶⁶ em museus públicos e nacionais, como é o caso do Louvre, na França, em 1773 e do Museu do Prado, na Espanha, em 1783. Ao longo do século XIX, o movimento da história comemorativa se acelera e uma série de novos museus surgem, como são os casos franceses dos Museus de Versaille (1833), Cluny e de Saint-Germain (ambos de 1862); assim como o alemão de Antiguidades Nacionais de Berlim (1830) e o Nacional de Bargello (1859), em Florença, criado pela Casa de Savóia⁶⁷.

No Brasil, nos anos finais do século XIX, surgem as primeiras instalações que formariam os museus nacionais⁶⁸. Com Emílio Goeldi, em 1885, surge o Museu Paraense. Em 1893, o cientista alemão Hermann VonIhering, dirige o Museu Paulista, em São Paulo, e o Museu Nacional, em 1818, destaca-se com a administração de Batista Lacerda, entre 1895 e 1915⁶⁹. Nesses contextos, “[...] A perspectiva enciclopédica, evolutiva, comparativa e classificatória marcou essas instituições”⁷⁰.

Em 1911, o pesquisador e museólogo Gustavo Barroso, indicou a necessidade da criação de um museu que lidasse com o passado, em especial, com seus personagens que sintetizavam a história nacional⁷¹,

O Brasil precisa de um Museu onde se guardem objetos gloriosos, mudos companheiros dos nossos guerreiros e dos nossos heróis. [...] ainda era tempo dum ação salvadora, de se realizar a fundação dum verdadeiro Museu Histórico no qual se pudesse reunir para ensinar o povo a amar o passado, os objetos de toda a sorte que ele representa (BARROSO, 1911 apud ABREU, 1996, p. 38).

Ao final da Exposição Comemorativa do Centenário da Independência, o então

aplicada no ponto de vista de classificação do monumento histórico, ocorreu durante o final do século XVIII. A partir das transformações incentivadas pelos acontecimentos pós-Revolução Francesa, quando surge à intenção de se preservar os remanescentes do passado e as cidades são entendidas como testemunho da ação do homem, das escolhas e seleções do tempo. Esse conjunto de circunstâncias agrupadas são elementos de constituição de identidades coletivas resguardadas a partir da criação de uma legislação que protegia esses remanescentes.

⁶⁶ Cf. POMMIER, É. Naissance des musées de province. In: NORA, P. ed. *Les lieux de mémoire* - t.II, v.2 (La nation). Paris: Gallimard, 1986. p. 472

⁶⁷ Cf. SCHWARCZ, L. O nascimento dos museus brasileiro: 1870-1910. In: MICELI, Sérgio. *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo, Vértice/IDESP, 1989. (p. 29-90). p. 30-31.

⁶⁸ Cf. Id. A Era dos Museus de Etnografia no Brasil: o Museu Paulista, o Museu Nacional e o Museu Paraense em finais do XIX. In: *Museus: dos gabinetes de curiosidade à museologia moderna/ Organização: Betânia Gonçalves, Diana Gonçalves Vidal*. - Belo Horizonte. MG: Argvmentvm; Brasília, DF: CNPq, 2005. (p. 113-136), p. 122

⁶⁹ Cf. SCHWARCZ, 1989, p. 37.

⁷⁰ Cf. ABREU, R. Memória, História e Coleção. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, v. 28, p. 37-64, 1996.

⁷¹ Cf. Id. p. 59.

presidente Epitácio Pessoa, criou em 1922, na cidade do Rio de Janeiro, o Museu Histórico Nacional, que passaria a ser administrado por Gustavo Barroso⁷². Na história dos museus brasileiros, o Museu Histórico do Rio demarcou a mudança de perspectiva funcional desses espaços. Os museus enciclopédicos, como o Paulista de Von Ihering, que buscava reunir todo o conhecimento humano, enquanto local de ensino e de produção científica, foi substituído por espaços vinculados às temáticas da brasilidade⁷³.

O mesmo aconteceu com o Museu Paulista, criado a partir da ideia de se erigir um monumento em homenagem à Independência Nacional, logo após as comemorações de 7 de setembro de 1824, na região do sítio do Ypiranga⁷⁴. Após a direção do cientista alemão, que durou entre os anos de 1893 a 1916, o Museu Paulista passou a ser dirigido pelo pesquisador Affonso D'Escragnolle Taunay⁷⁵, que logo em seu primeiro ano montou uma sala de exposições reservada exclusivamente à história de São Paulo⁷⁶. Taunay, mesmo não sendo historiador de formação⁷⁷, como membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em seus discursos na agremiação, exaltava a participação paulista na história do Brasil, exemplificada através da expansão das fronteiras que seriam fruto da epopeia bandeirante⁷⁸.

No Museu Paulista, a importância das bandeiras e a consequente narrativa sobre a história nacional, passou a ser descrita sob a ótica de São Paulo. Seu argumento expositivo tratava da possibilidade de haver uma nacionalidade brasileira iniciada já no período colonial, estabelecida no território expandido e refletida posteriormente na proclamação da Independência, em solo paulista, não como uma casualidade, mas como sucessão histórica inevitável⁷⁹.

Em São Paulo, por volta do final da década de 1940, atrelados ao caráter estético das artes visuais e aos seus mecenas, destacou-se a abertura do Museu de Arte de São Paulo (MASP), em 1947, por iniciativa do empresário Assis Chateaubriand. Outros destaques formam os Museus de Arte Moderna (MAM), em todo o Brasil, com destaque ao MAM paulista, criador em 1948, através da coleção de Francisco Matarazzo Sobrinho, conhecido como Cicillo Matarazzo⁸⁰. Nesses espaços, a noção contemporânea de museu pode ser percebida nos arranjos expográficos que constituem uma narrativa da arte. Através de

⁷² Cf. ABREU, 1996, p. 41.

⁷³ Cf. Id. p. 43.

⁷⁴ Sendo que o monumento só foi concluído em 1890.

⁷⁵ Cf. SCHWARCZ, 1989, p. 52-59.

⁷⁶ Cf. BREFE, A. C. F. *O Museu Paulista: Affonso de Taunay e a memória nacional 1917-1945*. São Paulo: Editora UNESP: Museu Paulista, 2005 (p. 336). p. 53

⁷⁷ Formado em Engenharia, lecionava química, física experimental e história natural, entre 1899 e 1917, na Escola Politécnica de São Paulo. Com o romance histórico "Crônica do tempo dos Felipes", de 1910, passa a fazer parte do quadro de pesquisadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1911, e posteriormente no IHGSP. Cf. BREFE, 2005, p. 60.

⁷⁸ Cf. BREFE, 2005, p. 65.

⁷⁹ Cf. Id. p. 64; p. 81.

⁸⁰ Cf. LOURENÇO, M. C. F. *Museus acolhem o moderno*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

produções artísticas individuais, como pinturas e esculturas, o discurso expositivo passou a articular os trabalhos artísticos à história da arte e propostas temáticas escolhidas através de uma curadoria⁸¹.

Por fim, destaca-se também outra movimentação relacionada ao engajamento político na montagem de museus públicos de História, em São Paulo. Durante os anos da gestão do Governador arenista Roberto Abreu Sodré, entre 1967 e 1971, pode-se perceber um intenso incentivo do poder público em ações culturais ligadas à criação de museus estaduais. Diante dessa tendência capitaneada pelo poder público, dois agentes emergem em todas as relações estabelecidas. Tratam-se do agente político, o então secretário da Fazenda, o Sr. Luís Arrobas Martins e de sua agente técnica, a Sra. Waldisa Pinto Rússio, que atuava na equipe de Martins, no planejamento do Governo do Estado⁸².

Por iniciativa de Arrobas Martins, em 1970, diversos museus públicos foram inaugurados a partir de sua gestão. Tratam-se dos: Museu de Arte Sacra de São Paulo, o Museu da Imagem e do Som (MIS) e o Museu do Mobiliário Artístico e Histórico Brasileiro⁸³, posteriormente denominado Museu da Casa Brasileira, além do destoante caso do museu-casa em homenagem ao escritor Guilherme de Almeida, ao privilegiar o caráter biográfico da instituição, em oposição à tendência pelos temas clássicos da história da arte. A montagem de um museu público dessa natureza opta pela sacralização do sujeito, retratando-o como um dos heróis do passado, abdicando a possibilidade de pensá-lo como sujeito histórico, ou seja, ocultando certas ambiguidades e contradições inerentes da trajetória do homenageado pela musealização.

Esse espaço, organizado na esfera pública, funda um lugar de memória em sua dimensão simbólica, respeitando características de um museu-casa que através de sua filosofia curatorial propicia a reconstrução dos locais de vivência de seus antigos moradores. Como espaço museológico visa, através de práticas culturais, difundir a obra e a vida do homenageado.

Nesse sentido, atua em dois movimentos: o primeiro, refletindo a trajetória do escritor de forma particular, evidenciando feitos considerados relevantes. O segundo, que encaixa essa trajetória individual em uma perspectiva ampliada, apresenta a história considerada positivista, baseada nos grandes eventos de valorização de São Paulo, tais como o bandeirantismo, orgulho cívico, as reivindicadas vanguardas paulistas, como a Semana de Arte Moderna em 1922 e a Revolução Constitucionalista de 1932, organizada contra o governo Vargas.

O museu Casa Guilherme de Almeida exerce um papel relevante como ponto agregador da memória do poeta no montante material e, principalmente, simbólico de um

⁸¹ Cf. DUNCAN, C. O museu de arte como ritual. In: *Poiésis*: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Arte, Universidade Federal Fluminense, n. 11, p. 117-134, nov. 2007.

⁸² Cf. Folha de S. Paulo, 3 jul. 1990. Cidades, C-3.

⁸³ Cf. Estado de S. Paulo, 22 out. 1970. Geral, p. 22.

espaço que acabou se tornando depositário da rememoração dos vividos da produção intelectual do poeta e, em certa medida, reflete também a história “comemorativa” de São Paulo, típicas de um “lugar de memória⁸⁴”.

Durante a década de 1970, a adequação técnica do museu Casa Guilherme de Almeida, foi realizada pela museóloga Waldisa Rússio Camargo Guarnieri. É importante frisar que, para a reconstrução da trajetória do conceito de “museu” no contexto paulista, deve-se destacar a participação de Guarnieri de forma individualizada. Haja vista que a museóloga em destaque, participou ativamente da montagem dos museus paulistas, citados acima, tanto nas tratativas administrativas, enquanto membro da equipe do Secretário da Fazenda⁸⁵, como museóloga responsável pelas adequações teóricas das musealizações.

Nesse sentido, é importante salientar que Rússio participou ativamente, ao longo da década de 1970, das discussões teorizantes que ficaram conhecidas como “Nova Museologia”, refletidas inclusive nas temáticas museais em todo o mundo, desde então⁸⁶. Como reflexo do movimento de delineamento das práticas museológicas no Brasil pode-se destacar que em 1978, em São Paulo, Waldisa criou o curso de pós-graduação em Museologia⁸⁷, objetivando à profissionalização da área museológica. Advogada de formação,⁸⁸ iniciou sua contribuição na organização no Conselho Estadual de Cultura, em 1968, auxiliando posteriormente o Museu de Arte Sacra de São Paulo, em 1969, e o Museu da Casa Brasileira, em 1970, atuando nas diversas atividades jurídicas e administrativas para a criação desses espaços⁸⁹.

No que consiste a sua formação acadêmica, realizada entre 1977⁹⁰ e 1980⁹¹, na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP)⁹², destacam-se suas pesquisas, que além de tratarem de temas voltados à museologia, foram compostas no mesmo período em que exerceu a função de Diretora Técnica do Museu da Casa Brasileira

⁸⁴ Segundo Nora (1993, p. 21-23), [...] Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque estas operações não são naturais [...]. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento de história, mas que lhe são devolvidos.

⁸⁵ Rússio atuava na equipe do Secretário da Fazenda, o Sr. Luís Martins, no planejamento do Governo do Estado, durante a gestão do Governador Roberto Abreu Sodré. Cf. Folha de S. Paulo, 3 jul. 1990. Cidades, C-3.

⁸⁶ Cf. CANDIDO, M.M.D. *Conceitos e proposições presentes em Vagues, a antologia da Nova Museologia*. Ciências e Letras, Porto Alegre, n. 31, Patrimônio e Educação, jan./ jun. 2002.

⁸⁷ Curso ligado a Escola Pós-graduação de Ciências Sociais da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP). (Cf. Folha de S. Paulo, 3 jul. 1990. Cidades, C-3).

⁸⁸ Graduada em Direito, pela Universidade de São Paulo, em 1959. (Cf. Id.).

⁸⁹ Cf. Id.

⁹⁰ Em 1977, defendeu a dissertação "Museu: um aspecto das organizações culturais num país em desenvolvimento".

⁹¹ Em 1980, defendeu sua tese de doutoramento intitulada "Um museu da Indústria na Cidade de São Paulo".

⁹² No Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

(1970-75) e Assistente Técnica para museus, ligada à Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, do Estado de São Paulo (1975 e 1980)⁹³.

Entre 1976 e 1977, foi coordenadora do Grupo Técnicos de Museu⁹⁴, mesmo período em que atuou na organização do museu Casa Guilherme de Almeida. Neste sentido, tratou do projeto curatorial que adequou o imóvel, realizando a musealização do espaço, na medida em que estabeleceu como a premissa norteadora dessa instituição, a pautada síntese entre a construção - antigamente habitada pelo escritor - e a trajetória de vida de Guilherme de Almeida - que se articularia aos artefatos que compunham a domesticidade de sua família:

Em 1977, diz ela [Rússia], coordenei um grupo técnico incumbido de fazer um levantamento sistemático da situação de todos os museus do Estado de São Paulo, centralizando-se naqueles subordinados a Secretaria de Cultura. Com base nesse levantamento, que considera válido até hoje [1980], foi idealizada uma política cultural, contendo várias propostas e sugestões, que também até hoje, ficaram apenas no papel [a Casa Guilherme de Almeida, foi uma das únicas propostas que foram efetivadas] (Folha de S. Paulo, 25 abr. 1980. Ilustrada, p. 43, comentário nosso).

Arelado à sua atuação profissional, ligada tanto à gestão pública como docente em museologia, Rússia desenvolveu a conceituação denominada “fato museal”, ou “fato museológico”, este que é entendido como:

[...] a relação profunda entre o homem - sujeito conhecedor -, e o objeto, parte da realidade sobre a qual o homem igualmente atua e pode agir. Essa relação comporta vários níveis de consciência e o homem pode aprender o objeto por intermédio de seus sentidos: visão, audição, olfato, etc. Essa relação supõe, em primeiro lugar e etimologicamente falando, que o homem “admira o objeto”. [...] Entre o homem e objeto, dentro do recinto do museu, a relação profunda depende não somente da comunicação das evidências do objeto, mas também do recinto do museu como agente da troca museológica (RÚSSIO [1981], 2010, p. 123-124).

Em seguida, após a musealização da Casa Guilherme de Almeida, entre 1981⁹⁵ e 1985⁹⁶, esta definição recebeu um aditivo, que ampliou a noção acerca do que seria o “museu”, entendido como um facilitador e agente de troca, na medida em que se pensava que o fato museal se “processa” no museu, que é um “cenário institucionalizado”. Sendo assim, a musealização permitirá ao “Homem a leitura do Mundo”, tendo em vista que esse movimento de valoração explicitaria “os testemunhos do homem” percebidos como portadores de significados.

⁹³ Cf. Folha de S. Paulo, 3 jul. 1990. Cidades, C-3.

⁹⁴ Cf. Id.

⁹⁵ Artigos “A interdisciplinaridade em Museologia” ([1981] 2010) e “Interdisciplinarity in museology” (1981).

⁹⁶ Artigo intitulado “Alguns aspectos do patrimônio cultural: o patrimônio industrial” (RÚSSIO, [1983/1985] 2010).

Refere-se, assim, à experiência estabelecida através da relação entre o “objeto de museu” e o espectador, vivenciada em um ambiente musealizado, conhecido como museu. Este que é entendido, na teoria de Rússio, através de sua função educativa e social, portando, capaz de incentivar o espectador a realizar uma transformação efetiva da realidade, cuja qual ele faz parte⁹⁷.

É preciso deixar claro, diz ela [Rússio], que um museu é considerado hoje como um organismo social, para preencher uma função também social. E um microsistema dentro de um sistema maior. Deve haver uma interação entre museu e sociedade e quando ela não existe, o museu permanece estanque e não corresponde às necessidades de uma sociedade democrática. Deve-se lutar por uma abertura maior dos museus a toda a população e não a uma parcela mínima, como ocorre atualmente, pois esse elitismo é um ranço cultural da pior espécie (Folha de S. Paulo, 25 abr. 1980. Ilustrada, p. 43).

Deve-se ter em vista que pensar o museu e sua função social, faz parte do contexto museológico global daquele período, o que justifica a similaridade do “fato museal” de Rússio e as demais conceptualizações dos demais teóricos da museologia. Faz-se necessário destacar que Rússio era integrante do Comitê Internacional para a Museologia (ICOFOM)⁹⁸ e transitava nas primeiras elaborações do movimento denominado “Nova Museologia”⁹⁹. No debate acerca da tentativa de sua legitimação, como disciplina do saber e de certo estatuto de ciência, explorava o fato museológico, pautando-o pela necessidade da interdisciplinaridade com os outros ramos do conhecimento, como história, filosofia, geografia, química, etc., em busca de uma teoria própria¹⁰⁰.

4. Considerações finais

A palavra “museu” derivada do vocábulo “mouseion”, originário na Grécia Antiga, permanece sendo utilizado atualmente para designar espaços que possuem coleções abertas ao público, apesar de indicar manifestações colecionistas de natureza distinta. O museu

⁹⁷ Cf. Folha de S. Paulo, 3 jul. 1990. Cidades, C-3.

⁹⁸ Comitê vinculado ao Conselho Internacional de Museus (ICOM), pertencente à UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura).

⁹⁹ Segundo Cordovil, ao citar Rivard. “[...] A Nova Museologia tem essencialmente por missão favorecer por todos os meios, o desenvolvimento da cultura crítica no indivíduo e o seu desenvolvimento em todas as camadas da sociedade como melhor remédio para a desculturização, a massificação ou a falsa cultura [...] Dependendo do tipo de instituição na qual opera, a Nova Museologia, utiliza, então as culturas etnológicas e as culturas eruditas para proporcionar o desenvolvimento desta cultura crítica que permite adquirir o sentido da qualidade, libertar-se dos estereótipos e portanto, assegurar ao maior número uma estratégia de vida individual e coletiva do mesmo modo que uma identidade mais forte (RIVARD, 1987 apud CORDOVIL, 1993, p. 13).

¹⁰⁰ Cf. SCHEINER, T. C. *Repensando o Museu Integral: do conceito às práticas*. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 7, n. 1, p. 15-30, jan-abr. 2012. p. 16.

contemporâneo está associado, de certa forma, ao colecionismo, típico dos gabinetes de curiosidades, manifestados também nos primeiros museus de história natural.

No contexto museológico brasileiro, os museus passaram a expor narrativas acerca da história nacional e, posteriormente, através das coleções de mecenas expuseram coleções de arte, inicialmente, moderna. O que pode ser apontado, como ponto de intersecção, ao longo do tempo, refere-se às práticas colecionistas e suas especificidades, norteadas pelos teóricos e instituições de classe museológica alinhadas às propostas internacionais, que começaram a delinear as práticas em museus.

Nesse sentido, o conceito de “museu” reflete uma expectativa contemporânea acerca desse espaço, o que significa dizer que nos museus espera-se que sua coleção propicie a fruição estética e a troca de conhecimento através de suas exposições. A função dos museus, neste prisma, é reflexo da problematização dos anos 1970 com a Nova Museologia.

A partir desse marco, os museus tornaram-se instituições a serviço da sociedade, ligados às intenções de preservar, salvaguardar e difundir o patrimônio cultural, através de suas funções educativas, com a finalidade de facilitar o contato do público visitante com o conhecimento presente nos museus. Esta necessidade apareceu com a chegada da “aceleração da história”, quando as perdas dos remanescentes do passado se fizeram notar¹⁰¹, com a noção de perda coletiva de referências da sociedade diante das transformações do presente.

Reconhecendo a historicidade característica dos museus, que podem operar tanto as dimensões de espaço como as de tempo¹⁰², em última instância, deve-se ter uma visão crítica acerca dos museus. Já que tais instituições por meio da musealização transformam seus acervos em documentos históricos¹⁰³, portanto, passíveis de investigação e questionamentos.

Para o entendimento da história dos museus se faz necessário, ter em vista que há diferentes interpretações epistemológicas a respeito dessa matéria. O museu para o

¹⁰¹ François Hartog (2006, p. 261) fornece indícios sobre as transformações ocorridas no final do séc. XX e os aspectos correlatos à retomada do debate acerca da preservação dos remanescentes da memória. O tema na dimensão social do contexto europeu é fruto da redefinição do que se era entendido por memória e os mecanismos para sua preservação dentro do novo “regime de historicidade” instaurado após a Queda do Muro de Berlim, em 1989. O fenômeno do presentíssimo descrito pelo autor apresenta um problema do pensamento contemporâneo sobre o preservacionismo.

¹⁰² Cf. MENESES, U. T. B. Do Teatro da Memória ao Laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. In: *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 2, p. 9-42, jan./dez. 1994.

¹⁰³ Nesse sentido, vale a advertência do historiador Ulpiano Meneses de Bezerra (1992, p. 4) ao indicar que os “[...] objetos que assumem como papel principal o de fornecer informação, ainda que, para isso, tenham que perder a serventia para a qual foram concebidos ou que definiu sua trajetória. É por isso que um relógio, numa coleção, deixa de ser um artefato que marca a hora: ninguém coleciona relógios para cronometrar o tempo com maior precisão. Numa coleção (e na coleção institucionalizada do museu), o relógio, ainda que funcione, passa a ser um artefato que fornece informação sobre os artefatos que marcam a hora”.

museólogo não é o mesmo museu do historiador. Os estudos de museus sob a perspectiva da metodologia museológica apresentam-se de forma desarmônica quando temos como referência os estudos históricos, ou melhor, a metodologia histórica¹⁰⁴.

Os museus¹⁰⁵, por definição, possuem remanescentes do passado, expostos no presente e, possivelmente, preservados para o futuro. Nesse sentido, os museus como fonte histórica devem ser pensados através de sua potencialidade na construção discursiva de suas narrativas históricas, que procuram dar sentido aos eventos do passado. Portanto, é papel do historiador reconhecer que há tensões latentes entre história e memória nas construções de discursos nos museus.

Artigo recebido em 31 jan. 2017

Aprovado para publicação em 28 mar. 2017

Referências

ABREU, R. Memória, História e Coleção. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, v. 28, p. 37-64, 1999.

BITTENCOURT, J. N. Gabinetes de Curiosidades e Museus: sobre tradição e rompimento. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, v. 28, p. 8-19, 1996.

_____. Museus e coleções extraordinários, seminários indispensáveis. In: MAGALHÃES, A. M., BEZERRA, R. Z. (Org.). *Coleções e colecionadores: a polissemia das práticas*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, p. 290-309, 2012.

¹⁰⁴ Segundo o historiador Ulpiano Meneses (1992, p. 5) ao questionar os museus, em especial, os históricos, deve se ter em vista os problemas históricos: “[...] Por isso, conviria conceber um museu histórico, não como a instituição voltada para os objetos históricos mas para os problemas históricos. Assim, em última instância, seriam históricos os objetos, de qualquer natureza ou categoria, capazes de permitir a formulação e o encaminhamento de problemas históricos (e por problemas históricos se deveriam entender aquelas propostas de articulação de fenômenos que permitem conhecer a estruturação funcionamento e, sobretudo, a mudança de uma sociedade).”

¹⁰⁵ Segundo Meneses (1994, p. 14), “[...] Rigorosamente, todos os museus são históricos, é claro. Dito de outra forma, o museu tanto pode operar as dimensões de espaço como de tempo. No entanto, do tempo jamais poderá escapar, ao menos na sua ação característica, a exposição”.

BREFE, A. C. F. *O Museu Paulista: Affonso de Taunay e a memória nacional 1917-1945*. São Paulo: Editora UNESP: Museu Paulista, 2005. 336 p.

_____. *Pierre Nora, ou o historiador da memória* [entrevista]. *História Social*, Campinas, n.6, 1999, p.13-33.

CANDIDO, M.M.D. Conceitos e proposições presentes em Vagues, a antologia da Nova Museologia. *Ciências e Letras*, Porto Alegre, n. 31, jan./jun. 2002.

CERÁVOLO, S.M. *Em nome do céu, o que é Museologia?* Perspectivas de Museologia através de publicações. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n.14, p. 311-343, 2004.

CHAGAS, M. Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade. In: *Cadernos de Sociomuseologia*. Centro de Estudos de Sociomuseologia, n. 13, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1998.

CHASTEL, A. La notion de patrimoine. In: Nora, P. (Org.). *Les lieux de mémoire* - t.II, Paris, v.2 (La nation), Gallimard, p. 405-450, 2012.

CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*; tradução de Luciano Vieira Machado. 3.ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006. 288p.

CORDOVIL, M. M. Novos museus novos perfis profissionais. In: *Cadernos de Sociomuseologia*. Centro de Estudos de Sociomuseologia, n. 1, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1993.

DESVALLÉES, A.; MAIRESSE, F. *Conceitos-chave de Museologia*. Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Sec. de Estado da Cultura, 2013.

DUNCAN, C. O museu de arte como ritual. In: *Poiésis: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Arte*, Universidade Federal Fluminense, n. 11, p. 117-134, nov. 2007.

ENDERS, A. Le lieux de mémoire, dez anos depois. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, n.11, p.132-137, 1993.

ESTADO DE S. PAULO, São Paulo, 22 out. 1970. *Geral*, p. 22.

FOLHA DE S. PAULO, São Paulo, 25 abr. 1980. *Ilustrada*, p. 43.

_____, São Paulo, 3 de jul. 1990. *Cidades*, C-3.

GUIMARÃES, L. M. P. Colecionismo e lugares de memória. In: MAGALHÃES, A. M.; BEZERRA, R. Z. (Org.). *Coleções e colecionadores: a polissemia das práticas*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, p. 228-233, 2012.

HARTOG, F. Tempo e patrimônio. In: *Varia hist.*, vol.22, n. 36, p.261-273, dez. 2006

LOURENÇO, M. C. F. *Museus acolhem o moderno*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

MENESES, U. T. B. Do Teatro da Memória ao Laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. In: *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 2, p. 9-42, jan./dez. 1994.

_____. Para que serve um museu histórico? In: Museu Paulista - USP. (Org.). *Como explorar um museu histórico (material didático)*. São Paulo: Museu Paulista - USP, 1992.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

_____. O acontecimento e o historiador do presente. In: Le Goff, Jacques; Le Roy Ladurie, Emmanuel; Duby, George et al. *A Nova História*. 5. ed. Lisboa, Edições 70, 1991.

POLLAK, M. Memória, esquecimento e silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.2, n. 3, CPDOC, p.3-15. 1989.

POULOT, D. *Museu e Museologia*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

POMMIER, É. Naissance des musées de province. In: Nora, P. *Les lieux de mémoire* - t.II, Paris, v.2 (La nation), Gallimard, p. 451-495, 1986.

RÚSSIO, W. A interdisciplinaridade em Museologia. In BRUNO, M. C. O. (Org.). *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, v.1. p.123-126, 2006.

_____. Alguns aspectos do patrimônio cultural: o patrimônio industrial (1983/1985). In: BRUNO, M. C. O. (org.). *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. v.1. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado de Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, p.147-159, 2010^a.

_____. Interdisciplinarity in museology. *Museological Working Papers* - MuWoP 2, p. 56-58, 1981.

SCHEINER, T. C. Repensando o Museu Integral: do conceito às práticas. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, v. 7, n. 1, p. 15-30, jan./abr. 2012.

SCHWARCZ, L.A Era dos Museus de Etnografia no Brasil: o Museu Paulista, o Museu Nacional e o Museu Paraense em finais do XIX. In: GONÇALVES, B; VIDAL, D. G. *Museus: dos gabinetes de curiosidade à museologia moderna*. Belo Horizonte: Argvmentvm; Brasília: CNPq, 2005.

_____. O nascimento dos museus brasileiro: 1870-1910. In: MICELI, Sérgio. *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo, Vértice/IDESP, p. 29-90, 1989.

SUANO, Marlene. *O que é museu*. São Paulo: Brasiliense, 1986.



A museologia social na prática comunitária: o caso da Casa da Memória Viva de Ceilândia, DF

Vinicius Carvalho
Pereira¹

¹ Mestrando em Ciências da Informação pela Universidade de Brasília (UNB). Bolsista CNPq. E-mail: viniciuscarvalho@yahoo.com.br

The social
museology in the
community practice:
the case of Casa da
Memória Viva de
Ceilândia, DF

DOI: [10.12660/rm.v8n12.2017.65909](https://doi.org/10.12660/rm.v8n12.2017.65909)

Resumo:

O artigo apresenta as ações desenvolvidas pela Casa da Memória Viva de Ceilândia junto à comunidade escolar, desta que é a mais populosa região administrativa do Distrito Federal. As atividades têm como foco a valorização da cultura e história locais, e principalmente da memória dos candangos, trabalhadores que participaram da construção de Brasília, que por vezes são deixadas de lado pela história oficial. Este museu comunitário os define como memória viva, que seriam pessoas portadoras de uma memória coletiva. Por meio de entrevistas com os colaboradores da instituição e a revisão bibliográfica especialmente da Nova Museologia, procuramos mostrar como esse museu desenvolveu desde a sua fundação trabalhos em conjunto com a comunidade local.

Palavras-chave: Patrimônio, Memória, Ceilândia-DF, Candangos, Museologia

Abstract:

The article presents the actions taken by the Casa da Memória Viva de Ceilândia by the school community, in this wich is the largest Administrative Region of Distrito Federal. The activities are focused on the appreciation of local culture and history, and especially the memory of the candangos, workers who participated in the construction of Brasilia, which are sometimes left aside by the official history. They are defined by this community museum as living memory, that would be people with a collective memory. Through interviews with the collaborators of the institution and the bibliographical revision especially of the New Museology, we showed how this museum has developed from its foundation works in conjunction with the local community

Keywords: Heritage, Memory, Ceilândia-DF, Candangos, Museology

De nordestinos a candangos

A Região Administrativa IX (RA)¹, mais conhecida como Ceilândia, tem sua origem ligada à remoção dos candangos², os trabalhadores construtores de Brasília, dos arredores da nova capital federal após a sua inauguração, em 1960. A grande oferta de empregos e as promessas por melhores condições de vida atraíram principalmente os trabalhadores da Região Nordeste do país, pois na década de 1950 a região sofria com uma das piores secas da história. Mais especificamente em 1958, as pessoas residentes na região perderam as esperanças de que a chuva chegasse e o grande êxodo dessa década teve início. Nas palavras de Juscelino Kubistchek, presidente do Brasil, no período da construção da cidade, a chegada desses trabalhadores se dava da seguinte forma:

Quem visse aquela multidão em movimento teria a impressão de um quadro bíblico. Reproduzia-se, em pleno século XX, a fuga do povo de Israel que deixava o Egito, ao longo do deserto. A mesma multidão esfarrapada. A mesma poeira a envolver as pessoas e a toldar o céu (OLIVEIRA, 2000, p.166).

Dada à inauguração de Brasília, era previsto pelo governo local que pelo menos um terço dos candangos retornassem aos seus estados de origem. Mas os trabalhadores acabaram se instalando em moradias provisórias – as chamadas vilas operárias – sendo as mais conhecidas a Vila do IAPI, Morro do Querosene e Placa das Mercedes (RESENDE, 1985, p.16). Essas moradias eram construídas com restos de madeira, papelão ou zinco, e seriam apenas provisórias, mas logo se tornaram verdadeiras cidades. Em 1970 a população total dessas áreas chegava a 70.128 habitantes (AMMANN, 1987, p.22).

Com a justificativa de que a área ocupada pelas vilas operárias estaria localizada no chamado anel sanitário, o governo criou a Campanha de Erradicação de Invasões (C.E.I) e removeu a população das vilas para um local a aproximadamente 35 quilômetros de Brasília, com a promessa de melhores moradias. E, mesmo contra a vontade da maioria dos candangos, as remoções tiveram início no dia 27 de março de 1971.

Muitos eram os fatores para que os moradores das vilas operárias fossem contra as

¹ O Distrito Federal é composto por Regiões Administrativas e não cidades ou municípios. O DF possui um governador, mas não prefeitos e vereadores, pois as RAs não possuem autonomia. Existem então os administradores regionais, escolhidos pelo próprio governo distrital. No DF ainda existe grande confusão entre a nomenclatura adotada para se referir às RAs. Por muito tempo, até mesmo pela política oficial as RAs eram chamadas de “cidades-satélites”. Por meio do Decreto nº 19.040, de 18 de fevereiro de 1998, o governo proibiu a utilização da palavra “satélite” para se referir às RAs pelos documentos oficiais, por ter um tom pejorativo. Mas o próprio decreto se refere às RAs como cidades, o que é um equívoco e contribui para essa incerteza da população.

² Segundo Roque de Barros Laraia, “candango” foi o termo utilizado para se referir aos que trabalharam na construção de Brasília, chegando a ser sinônimo de pioneiro. No entanto, a elite preferiu adotar o termo pioneiro para se auto definir, assim se separando dos chamados candangos, também chamados pelos pioneiros de “piotários” (1996, p.03).

remoções. Os candangos continuaram a trabalhar em Brasília, então ao invés de ir a pé para o trabalho ou de bicicleta, eles deveriam a partir daquele momento utilizar o transporte público, que na época era muito precário, além de ser pago e ter viagens muito demoradas (TAVARES, 1981, p.42). As moradias tinham as mesmas estruturas das encontradas nas vilas operárias, os abrigos improvisados foram apenas transportados para os lotes vazios de Ceilândia, que ainda deveriam ser pagos. A RA não tinha saneamento básico, iluminação pública e água encanada, sendo este último um dos problemas que mais demorou a ser resolvido. Esta situação se tornou uma cruel ironia para esses trabalhadores, que chegaram ao Planalto Central em busca de empregos e ao mesmo tempo fugindo da seca que afligia a Região Nordeste, para vivenciar uma realidade pior tão próximos da capital federal.

Com o passar do tempo houve significativas melhoras no padrão habitacional da RA, muito por conta da própria mobilização dos moradores, como a construção de casas de alvenaria em mutirões comunitários e a emblemática conquista do direito à posse das moradias por valores justos conseguido na forma de diversas associações, sendo a principal o movimento dos Incansáveis Moradores de Ceilândia (AMMANN, 1987, p.27).

Atualmente a Ceilândia é a mais populosa RA do Distrito Federal (DF), com aproximadamente 489.351 habitantes (GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, 2015). Com base na publicação “Guia de Museus Brasileiros”, do Instituto Brasileiro de Museus, o DF possui 61 museus em seu território, e apenas dois deles estão situados em Ceilândia: o Museu da Limpeza Urbana, também conhecido como Museu da Sucata, e o museu Casa da Memória Viva de Ceilândia (IBRAM, 2011, p.509).

A memória viva

A Casa da Memória Viva da Ceilândia (CMVC) têm suas origens ligadas à vontade de resgatar a história dos candangos e iniciou-se com Manoel Jevan Gomes de Olinda, professor da rede pública de ensino do Distrito Federal, criador e principal gestor do espaço.

A primeira iniciativa do Professor Jevan que acabou culminando na criação da CMVC, foi o chamado “Questionário comunitário”, que era aplicado no primeiro dia de todo o ano letivo. Essa atividade consistia na entrega de uma ficha com algumas perguntas em que os alunos deveriam entrevistar um familiar ou conhecido, que tivesse participado da construção de Brasília ou que tivesse presenciado as mudanças ocorridas na cidade. Junto a essas respostas era solicitado que os estudantes entregassem um material anexo, que fizesse referência aos tempos da inauguração de Brasília e da construção de Ceilândia, como revistas, recortes de jornais, fotografias, livros, discos, entre outros.

Com esse material recolhido em sala de aula, o professor Jevan percebeu que tinha em mãos um importante acervo para pesquisa e para a reformulação do conteúdo didático

das suas aulas de história. Uma de suas principais queixas, que se tornou motivação para lecionar foi a omissão por parte da história oficial do DF, quanto a participação e importância dos candangos na construção de Brasília. Nos livros didáticos pouco se aprendia sobre a história da Ceilândia, que ainda era mostrada de forma pejorativa, e nos eventos oficiais da capital, como o 21 de abril, dia da inauguração de Brasília, as figuras que eram lembradas pela imprensa e pelo governo eram apenas os “patronos”, como o ex-presidente Juscelino Kubistchek, o arquiteto Oscar Niemeyer e o urbanista Lúcio Costa.

Esse acervo doado pelos estudantes criou a demanda de um espaço para que o mesmo fosse disponibilizado para pesquisas, e dessa forma em 1995, foi aberto o Arquivo Público Comunitário. Por falta de apoio, o arquivo funcionava na residência do professor, mas em pouco tempo se tornou referência para pesquisadores interessados em temáticas locais. Segundo o professor, também o arquivo foi criado, pois o Arquivo Público do Distrito Federal era de difícil acesso pela distância das RAs, pelo preço que deveria ser pago pelas cópias de documentos e também não continha as informações como as que foram reunidas pelos alunos e seus familiares, que faziam um contraponto à história oficial.

Entre 1995 e 1997, houve a ampliação e diversificação do acervo, por meio do projeto “Não jogue a história do P-Sul³ no lixo”, que na essência era aplicado da mesma forma que o questionário comunitário, mas de forma ampliada, pois nesse período o professor era coordenador de história da Regional de Ensino de Ceilândia. O professor também fazia ampla utilização do acervo e o disponibilizava para que os alunos produzissem trabalhos sobre a história de Ceilândia. Em 1997, foram reunidos 107 cartazes que, segundo o professor, contavam uma história atualizada da Ceilândia. Surgiu então a ideia de publicar um livro a partir do conteúdo destes cartazes, mas o valor cobrado para a impressão dos mesmos era muito elevado, já que o próprio professor Jevan arcaria com os custos.

Ao invés de publicar o livro, o professor decidiu fazer da sua própria casa um livro aberto para a comunidade, então foi criada a Casa da Memória Viva de Ceilândia. A denominação do espaço como museu, segundo Jevan, curiosamente era uma provocação aos demais espaços museais de Brasília, que não contam a história dos candangos e da própria cidade. Neste sentido, mesmo sem conhecimento sobre a existência da Museologia Social, o professor Jevan e os demais colaboradores do Museu praticavam seus princípios junto à comunidade.

O contato com as novas teorias e perspectivas do campo museológico foram de

³ Inicialmente, Ceilândia fazia parte da RA de Taguatinga. Isso influenciou a forma como as quadras da RA são organizadas e nomeadas. Em Taguatinga as quadras da parte norte recebem o prefixo “QN”, que significa Quadra Norte, e em seguida é acrescida uma letra correspondente a quadra, que em Taguatinga vão de A a M. As quadras da Ceilândia receberam o prefixo QN, pois a RA fica próxima à parte norte de Taguatinga. As quadras da RA vão da letra M a R. Alguns setores da Ceilândia têm seu nome vinculado à letra específica de sua quadra, como o P-Norte (QNP, quadras ímpares), o P-Sul (QNP, quadras pares) e o Setor “O” (QNO). Existem ainda setores que não utilizam o prefixo QN, como o Setor Privê e os condomínios em fase de regularização, como o Pôr do sol e Sol Nascente.

difícil acesso no Brasil durante o período da Ditadura Militar (1964-1985), até mesmo para os estudantes de Museologia nas universidades nacionais. A museóloga Maria Célia Santos, relata que as ideias propostas na Mesa Redonda de Santiago do Chile, em 1972, só chegaram na íntegra para os estudantes da Universidade Federal da Bahia na década de 1980 (SANTOS, 2002, p.107).

Com a abertura do Museu dentro do espaço residencial, os cômodos da casa do professor foram batizados com nomes de candangos e pessoas importantes para a história da RA. Antes de todos os eventos, a bandeira de Ceilândia era hasteada na chamada “Lixeira Patriótica” e o hino da RA era cantado por todos os presentes. O nome da rua era uma homenagem à Nair Rosa, costureira e pioneira da RA que produzia as bandeiras utilizadas.



Figura 1 – A Bandeira patriótica
Fonte: Arquivo Público Comunitário

As visitas ao Museu começavam pela garagem da casa, chamada Foyer Mestre Vladimir Carvalho, em homenagem ao cineasta e professor da Universidade de Brasília. Vladimir Carvalho foi um dos maiores apoiadores dos eventos da CMVC e recebeu outras homenagens como a denominação da Sala de Projeções e o título de Cidadão Ceilandense, no evento ocorrido no Centro de Educação para o Trabalho de Ceilândia, chamado “Ceilândia Conta sua História”. No foyer estavam algumas pinturas nas paredes, principalmente de

poemas sobre a RA, como o de Carlos Drummond de Andrade, chamado *Confronto*, sobre Brasília e a RA de Ceilândia. Na garagem também se localizava a BiblioCei Antônio Garcia Muralha, que reunia trabalhos de escritores e artistas ceilandenses e de outros locais, mas que faziam referência à Ceilândia e ao Distrito Federal. O nome da biblioteca era uma homenagem ao poeta Muralha, que era morador de Ceilândia e que tinha uma produção muito rica sobre a mesma.

No corredor que ligava a garagem ao quintal da casa ficava o Beco da Cultura Nativa UVINB Chácara Dona Terezinha. Esse espaço era uma homenagem à Dona Terezinha, proprietária de uma chácara em uma área entre Ceilândia, Taguatinga e Samambaia, onde existe o Sítio Arqueológico do P-Sul. Por iniciativa do professor Jevan, de Marcos Terena, um líder indígena, e de Niède Guidon, renomada arqueóloga brasileira, foi criado o projeto Universidade Virtual dos Idiomas Nativos Brasileiros, que pretendia fornecer cursos à distância de línguas indígenas. O projeto visava também construir um memorial sobre os povos indígenas, transformando o sítio arqueológico do P-Sul em museu a céu aberto, mas o projeto nunca se concretizou.

Segundo o professor Jevan, era na sala de estar da CMVC que se localizava a menor galeria do mundo, pois tinha apenas uma obra, a pintura produzida por Sidiney Breguêdo, um conhecido artista plástico de Ceilândia. Essa pintura retrata três momentos da história dos candangos em Brasília: o primeiro era o tempo da construção, onde os candangos são mostrados como heróis, empunhando duas lanças; o segundo é o tempo da exclusão, quando eles foram colocados de lado após a construção da cidade; o terceiro tempo é o da remoção, quando os candangos já não tinham mais valor para o governo e foram removidos para as RAs, sendo o principal exemplo a Ceilândia.



Figura 2 – “Os candangos de Breguêdo”

Fonte: Arquivo Público Comunitário

Nos fundos da casa ficava o Palco da Música Popular Candanga Ariosto Lopes (MPC), em que vários artistas locais, de diferentes gêneros musicais, se apresentavam. Também eram realizadas sessões de filmes sobre a história de Brasília e no espaço eram dispostas quarenta e cinco cadeiras, uma crítica feita às salas de aula superlotadas das escolas públicas do DF.

A casa do professor Jevan tornou-se então um museu aberto a comunidade, mas o mesmo só funciona dessa forma por falta de apoio do governo e das instituições locais. Por funcionar em um espaço residencial, a CMVC era aberta em datas comemorativas ou com agendamento prévio para atendimento de pesquisadores. Antes mesmo da criação da CMVC, o professor e os demais colaboradores, que na sua maioria também lecionam em Ceilândia, almejavam a criação de um museu que contasse a história da RA e fosse um lugar para a celebração da memória dos trabalhadores que a fundaram. Esse sonho esteve perto de se concretizar algumas vezes entre os mais de vinte anos de iniciativas comunitárias realizadas, mas por motivos na maioria das vezes políticos, o acervo sempre voltava para a residência do professor.

Apesar disso, os gestores da CMVC não definem o Museu pelo local em que ele se encontra, na verdade, a maioria das iniciativas tomam as ruas e locais históricos da RA. O acervo físico também é secundário, segundo o professor Jevan o patrimônio do museu é a “memória viva”, definida por ele como “pessoas portadoras de uma memória coletiva”. Podemos identificar como o conceito de memória viva do professor se assemelha com o de

memória coletiva de pensadores importantes como Pierre Nora, Maurice Halbwachs e Gérard Noiriel. Nora define a memória coletiva como “o que fica do passado no vivido dos grupos, ou o que os grupos fizeram do passado” (LE GOFF, 1990, p.472). Já Halbwachs diferencia a memória coletiva e a histórica, já que para o sociólogo a memória histórica se restringe aos acontecimentos registrados, não interessando se os mesmos ainda são vivenciados ou fazem parte do cotidiano da sociedade. A definição do autor afirma que a memória coletiva é:

O processo social de reconstrução do passado vivido e experimentado por um determinado grupo, comunidade ou sociedade. Este passado vivido é distinto da história, a qual se refere mais a fatos e eventos registrados, como dados e feitos, independentemente destes terem sido sentidos e experimentados por alguém (HALBWACHS, 1991, p.02).

Por último, Noiriel diferencia os três níveis da memória e define que a memória coletiva é constituída de experiências vivenciadas por pessoas que formam um grupo. Nas palavras do autor:

[...] a memória coletiva, que se constrói, por sua vez, das lembranças comuns a todos os indivíduos de um grupo, que conheceram os mesmos acontecimentos e guardaram os rastros deixados por estes acontecimentos (no espaço, nas instituições, nos arquivos escritos ou nos relatos relativos a esse passado) [...] (NOIRIEL, 1998).

Essas definições podem ser empregadas ao que o professor denomina como memória viva, valorizando o registro das memórias de cada pioneiro, que são representativas de experiências vividas de modo semelhante e também por mostrarem um contraponto a história oficial do Distrito Federal. Dessa forma as histórias dos candangos compõem a essência do acervo da CMVC sendo esse o patrimônio a ser preservado e comunicado nos diversos eventos. Apresentaremos então algumas das principais atividades desenvolvidas pela CMVC, que sempre tiveram como foco a educação e a valorização da cultura local.

Um museu sem muros

No dia 11 de outubro, é celebrado o “Tributo a Renato Russo”, data em que faleceu esse cantor e compositor. São organizadas exposições com trabalhos temáticos dos alunos de escolas públicas locais e tocadas músicas da Legião Urbana, por vezes com o apoio de uma banda cover. A edição de 2007 contou com a participação da Dona Carmem Manfredini, mãe do artista.



Figura 3 – Dona Carmem Manfredini e professor Jevan

Fonte: Arquivo Público Comunitário

O Forró Comunitário talvez seja o evento de maior destaque da CMVC. Essa comemoração é uma celebração do evento homônimo, realizado pela primeira vez na década de 1970. A CMVC organizava sete noites de festa, em referência aos sete estados da Região Nordeste. Cada noite um grupo musical de um estado diferente tocava. Esse evento acontecia na rua da CMVC, e os próprios alunos, gestores e seus responsáveis ajudavam na divulgação e organização do evento.

Um dos eventos mais recentes, a “Caminhada Pré-histórica” ressalta a importância da educação patrimonial para os estudantes de Ceilândia, pois a maioria dos residentes da RA não tem conhecimento de que existe um sítio arqueológico nos arredores. As atividades começam pela manhã com uma aula ministrada pelo professor Jevan na sede da CMVC. Em seguida é realizado o “Piquenique comunitário”, um lanche em que “cada participante leva uma fruta graúda ou uma dúzia de frutas pequenas” para juntar com as demais. O sítio arqueológico fica a apenas três quilômetros de distância da CMVC e o caminho é feito a pé com pessoas da comunidade que auxiliam no trajeto e contam mais curiosidades sobre o local.



Figura 4 – A caminhada pré-histórica

Fonte: Arquivo Público Comunitário

O Cei City Tour, foi um projeto organizado pela CMVC, com o patrocínio de uma rede de supermercados local, realizado pela primeira vez em 2003. Nessa atividade os alunos das escolas públicas são levados para conhecerem a CMVC e lá assistirem filmes sobre a história do DF. De lá eles vão de “trenzinho”, o chamado “SuperCeilândia”, para conhecer os pontos turísticos de Ceilândia, acompanhados de um artista local ou um candango, que conta suas experiências durante a viagem. Chegou a ser desenvolvida uma rádio itinerante dentro do “trenzinho”, onde os alunos faziam perguntas para o artista ou candango presente e eram tocadas músicas.

O “Dia de Reis”, realizado em janeiro na data religiosa homônima, e que simbolicamente homenageia um pioneiro de Ceilândia chamado Reis Moura. Nesse dia são realizadas cantorias regionais, rodas de memória com candangos, pesquisadores e músicos de Ceilândia, para discutir e lembrar de acontecimentos marcantes na história da RA.



Figura 5 – Roda de memória no Dia de Reis

Fonte: Arquivo Público Comunitário

Destacamos por fim, a comemoração no dia 13 de dezembro, o “Natal dos pioneiros”. Esse evento é destinado a celebrar a memória dos candangos, quando são convidados artistas locais, principalmente sanfoneiros para tocarem e dessa forma é organizada a “Orquestra Sanfônica”. Os candangos homenageados geralmente são onze, selecionados durante o ano letivo por meio do questionário comunitário, e recebem essa homenagem no final do ano. O professor seleciona esse número de convidados especiais em uma referência a um time titular de futebol, que é composto por onze atletas.

Além dos diversos eventos promovidos, a CMVC participou efetivamente da criação de grupo culturais de Ceilândia. A primeira dessas organizações foi a Sociedade dos Pioneiros e Pesquisadores da Ceilândia (SPPCe), que consiste na reunião de pais e alunos das escolas públicas de Ceilândia, e dos diversos pesquisadores da história e cultura da RA, sendo a maioria estudantes de nível superior. Em todo o início de ano letivo a SPPCe ganha novos participantes por meio principalmente do questionário comunitário, que sempre leva novas pessoas a ter contato com o Museu. A SPPCe é a principal organização colaboradora das atividades da CMVC, que engloba as pessoas que são o foco das ações do museu: os candangos e os estudantes.

O livro de visitas do Museu também serve como instrumento agregador de

voluntários para o espaço. Por meio da Fundação de Apoio aos Candangos Excluídos (FACE), os visitantes da CMVC se comprometem em ajudar na construção de um espaço definitivo para as atividades funcionarem. A sigla FACE tem origem no poema *Confronto*, de Carlos Drummond de Andrade, citado anteriormente.

A suntuosa Brasília,
E a esquilada Ceilândia contemplam-se.
Qual delas falará primeiro?
Que tem a dizer ou a esconder uma em face da outra?
Que mágoas, que ressentimentos prestes a saltar da goela coletiva e não se exprimem?
Por que Ceilândia fere o majestoso orgulho da flórea Capital?
Por que Brasília resplandece ante a pobreza exposta dos casebres de Ceilândia, filhos da majestade de Brasília?
E pensam-se, remiram-se em silêncio as gêmeas criações do gênio brasileiro.

Em 2006, por iniciativa do professor Jevan e de 34 escritores da Ceilândia e 35 escritores de outras RAs do DF foi criada a Academia Ceilandense de Letras e Artes Populares (ACLAP), que tem o objetivo de valorizar as produções locais e de fazer uma academia de letras diferente das tradicionais, que não necessita de apoio político para funcionar. Além disso a ACLAP engloba artistas plásticos, músicos e escritores, alfabetizados ou não. O nome ACLAP faz referência à palavra de origem inglesa *clap*, que significa aplauso, que segundo o professor Jevan, era o que esses artistas precisavam. O livro “Coletânea Candanga” foi o primeiro a ser publicado pela ACLAP e deu oportunidade a escritores como a Dona Percília, que trabalha como cantineira em uma escola pública de Ceilândia, de divulgar o seu trabalho.

A CMVC e a museologia social

Com o breve histórico da CMVC e a descrição de algumas atividades organizadas pelos gestores do espaço, identificamos que ao contrário do que o professor Jevan pensava, a CMVC é um Museu de fato. Para justificar essa classificação podemos recorrer a definição de museu proposta pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM), em 2007:

Instituição sem fins lucrativos, permanente, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberto ao público, que adquire, conserva, pesquisa, comunica e exhibe o patrimônio tangível e intangível da humanidade e seu ambiente para fins de educação, estudo e diversão (ICOM, 2012).

A CMVC se enquadra no conceito de museu do ICOM, pois as práticas museológicas definidas são abrangentes às mais diversas manifestações culturais e práticas comunitárias. Essa abertura do ICOM para práticas museológicas não-institucionalizadas, foi contemporânea à legislação brasileira, como o Decreto nº 8124, de 2013, que regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus.

Essa abertura para iniciativas comunitárias foi reflexo no Brasil de alguns programas e prêmios do governo federal. Um dos mais notórios é o prêmio “Pontos de memória”, do Instituto Brasileiro de Museus, que “tem como objetivo apoiar ações e iniciativas de reconhecimento e valorização da memória social” (IBRAM). No DF já existem duas iniciativas premiadas, o Ponto de Memória da Estrutural e a Associação dos Amigos do Centro Histórico de Planaltina.

É importante salientar, que até o ano de 2013 a CMVC não tinha contato com profissionais e estudantes de Museologia, que hoje oferecem suporte para a organização dos eventos e gestão do espaço. Ficou claro que a ideia que os gestores tinham da Museologia era o que é chamado na literatura da área como “Museologia tradicional”, quando muitas vezes as instituições estão distanciadas das comunidades que deveriam servir. A partir disso, apresentamos um quadro que compara as duas concepções de museu da Nova Museologia e da Museologia Tradicional.

Museologia Tradicional	Nova Museologia
Edifícios	Território
Coleções	Patrimônio
Público determinado	Comunidade participativa

Quadro 1 – Museologia Tradicional e Nova Museologia

Fonte: CÂNDIDO, 2003, p. 54.

Santiago do Chile em 1972, e retomadas vinte anos depois na Declaração de Caracas são norteadoras do pensamento dessa vertente museológica. Resgatamos o que foi discutido no seminário “A Missão do Museu na América Latina hoje: novos desafios”, por ser contemporâneo às primeiras iniciativas que culminaram na criação da CMVC. Foram duas as principais mudanças em relação a Declaração de Santiago do Chile: a comunidade passaria a participar efetivamente da gestão dos museus, dessa forma o museu não ditaria o desenvolvimento da sociedade, mas faria parte dele; e o museu integral passaria a ser o museu integrado, sem a ambição de englobar todo o patrimônio, mas viabilizar essa integração (CÂNDIDO, 2003, p.12). Essas definições exemplificam como a CMVC estava ligada ao que se pensou para os museus no final da década de 1990. A participação da comunidade na CMVC foi imprescindível, pois sem a mesma, nada do que já foi relatado teria acontecido.

Os eventos passavam pela organização da comunidade principalmente a partir das escolas públicas. Para o professor Jevan, o poder que as instituições escolares possuem não se compara a de nenhuma outra presente na RA. Nas palavras dele “para cada duas quadras na Ceilândia existe uma escola, dessa forma é possível abraçar toda a RA através das escolas, sem a necessidade de apoio político ou publicação em jornais”. E foi com essas ideias que trabalhou, desde 1993 com as fichas da SPPCeí, com a abertura do Arquivo Público Comunitário e posteriormente da CMVC.

Identificamos que a CMVC se encaixa no conceito de museu comunitário, um dos vários criados a partir do reconhecimento da função social como primordial nos museus. O museu comunitário, busca a união da comunidade que divide um território comum, para promover o seu desenvolvimento. O museu pertence a toda comunidade e é ela quem decide como são as atividades e exposições realizadas. O estado não intervém nas decisões realizadas, pois o museu não é filiado à nenhuma instância do poder (LERSCH e OCAMPO, 2010, p.140).

Os trabalhos para a integração da comunidade sempre foram primordiais na CMVC. Todos os eventos e exposições organizadas procuraram mostrar a importância de Ceilândia e de seus moradores na construção da história do DF. Apesar de não ter um espaço para funcionar regularmente, a CMVC nunca deixou de funcionar por essa carência: parte dos eventos organizados e promovidos não aconteceram na “casa sede”. A Casa do Cantador, as escolas públicas, o Museu da Sucata e as ruas da RA serviam de palco para as manifestações culturais. Quanto as relações de poder, este nunca foi o motor para o funcionamento da CMVC. Independentemente da localização do acervo ou do local de realização das atividades, as mesmas aconteceriam com ou sem o apoio do governo.

Quanto ao que pensam alguns dos principais autores da Nova Museologia, o que foi praticado na CMVC é a ideia contrária do que algumas pessoas pensam sobre essa instituição, segundo Mário de Souza Chagas, como “a função de guardar coisas velhas”, que permeia o imaginário sobre essas instituições. Essa ideia nunca foi disseminada na CMVC e como já foi dito, o espaço não era importante porque tinha objetos de valor inestimável, era porque a história e a identidade dos moradores da Ceilândia estavam retratadas no local. Segundo Chagas, os museus exercem pelo menos três funções: preservação, comunicação e investigação. Essas funções não precisam ser aquelas desenvolvidas no chamado “museu tradicional”, por exemplo quanto à preservação do acervo ele diz: “Os museus funcionam como casas de preservação, mas o que eles preservam vai além das coisas. Se, por um lado, eles preservam coisas; por outro, eles utilizam as coisas preservadas com determinados objetivos” (CHAGAS, 2005, 59). Fica constatada a imaterialidade como fator primordial para a própria existência de um museu comunitário, e Hughes de Varine vai além, quando define que “o patrimônio preservado nos museus comunitários é o próprio museu, um local de representações e debates” (VARINE, 2012, p.192).

Para Scheiner, o museu deve se adaptar às mudanças sofridas pela sociedade em

que ele se encontra (SCHEINER, 2012, p.18). Uma das melhores formas desse processo acontecer é a comunidade participar das tomadas de decisões dessas instituições, mostrando todas essas transformações da sociedade nas suas exposições. As exposições da CMVC eram sempre temáticas, pertinentes a temas para a realidade local como os aniversários de Ceilândia e de Brasília, as festas tradicionais nordestinas, entre outros. A comunidade, composta por candangos, estudantes e pesquisadores, é a própria gestora do museu, com as ressalvas de que o mesmo se encontra em um espaço residencial, os temas de encontros, festividades, exposições e o conteúdo dos mesmos são discutidos e atualmente utilizam as redes sociais para a mobilização de cada vez mais colaboradores.

Considerações Finais

A CMVC continua a funcionar dentro da casa do professor Jevan, em um endereço diferente do que foi indicado no presente artigo. Agora apenas dois cômodos são destinados as exposições, festividades e guarda do acervo. Esses dois cômodos são separados do resto da casa e têm uma entrada própria, assim os visitantes do espaço interferem menos na privacidade da família do professor. A conquista de um local para funcionamento definitivo continua a ser um sonho para os organizadores do Museu, que é o principal espaço para pesquisas sobre a história e cultura em Ceilândia.



Figura 6 – O novo endereço da CMVC
Fonte: Arquivo Público Comunitário

Por ainda não ter um espaço para o funcionamento apenas do Museu, o foco da CMVC hoje está na tentativa de construção de um espaço virtual para a disponibilização de todo o seu acervo e das memórias que foram recolhidas durante todo esse tempo. A necessidade de construção desse espaço tem ainda outra motivação: a carência que os pesquisadores e interessados pela história da Ceilândia encontram de localizar materiais significativos em outros locais. Uma parte dos materiais encontrados hoje, inclusive utilizados nesse artigo, tem suas fontes ligadas aos materiais encontrados na CMVC, como as fotografias do Arquivo Público Comunitário e publicações disponíveis na BiblioCeil.

Hoje os gestores do espaço utilizam a palavra museu para designar o espaço, não mais de forma irônica como era feito no início dos trabalhos, mas agora com a consciência de que com todas essas realizações e feitos, a CMVC tornou-se o que mais deseja preservar em Ceilândia: o patrimônio vivo, fruto de uma construção comunitária.

Artigo recebido em 31 de jan.2017

Aprovado para publicação em 01 de abr. 2017

Referências

AMMANN, Safira Bezerra. *Os incansáveis: Movimento popular de Brasília*. Brasília, Cortez Editora, 1987.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. *Ondas do pensamento museológico brasileiro*. Cadernos de Sociomuseologia, v. 20, n. 20, Lisboa, 2003, p. 1-216.

CERAVOLO, Suely Moraes. *Delineamentos para uma teoria da Museologia*. Anais do Museu Paulista. N. Sér., v. 12, jan./dez, São Paulo, 2004, p. 237-268.

CHAGAS, Mário de Souza. Pesquisa Museológica. In: GRANATO, M.; SANTOS, C. Penha dos.

(Coord.). *Museus: instituições de pesquisa*. Rio de Janeiro: MAST, 2005, p. 51-64.

CUESTA, Josefina Bustillo. *La Odisea de la Memoria*. Alianza Editorial, S. A., Madrid, 2008.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. *Pesquisa Distrital por amostra de domicílios 2015*. Disponível em <<http://www.codeplan.df.gov.br/component/content/article/261-pesquisas-socioeconomicas/319-pdad-2015.html>>. Acesso em 11 jan 2017.

HALBWACHS, Maurice. Fragmentos da la memoria colectiva. Seleção e tradução: Miguel Angel Aguilar D. (texto em espanhol). *Revista de Cultura Psicológica*, ano 1, n. 1, México, 1991.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS (ICOM). *Development of the Museum Definition according to ICOM Statutes: 2007-1946*. 2012. Disponível em:<http://archives.icom.museum/hist_def_eng.html>. Acesso em: 20jan 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). *Guia dos Museus Brasileiros*. Brasília, 2011.

LARAIA, Roque de Barros. "Candangos e pioneiros". *Série Antropologia*, 203, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 1996.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, Unicamp 1990.

OLIVEIRA, Juscelino Kubistchek de. *Porque construí Brasília*. Brasília. Senado Federal, 2000.

RESENDE, Mara L S. *Ceilândia em movimento*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 1985.

SANTOS, Maria Célia T. Moura. *Reflexões sobre a nova museologia*. Cadernos de Sociomuseologia, v. 18, n. 18, Lisboa, 2002, p.93-139.

SCHEINER, Tereza Cristina. *Repensando o museu integral: do conceito às práticas*. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, v. 7, n. 1, jan. /abr, 2012, p. 15-30.

TAVARES, Nadir. *Ceilândia, ontem, hoje... e amanhã?* Brasília: [s.n.], 1981.

VARINE, Hughes de. *As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local*. Trad. Maria de Lourdes Parreiras Horta. Porto Alegre: Mesianiz, 2012.



**A decoração interna
do palácio Nova
Friburgo:
reapropriações do
passado
monárquico na
nova casa da
República**

**Isabella do Amaral
Mendes¹**

**The internal decoration
of the Nova Friburgo
Palace:
reappropriations of the
monarchical past in the
new house of the
Republic**

DOI: 10.12660/rm.v8n12.2017.65491

¹ Mestranda em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ. E-mail: isbellamend@gmail.com

Resumo:

Este artigo apresenta uma investigação preliminar acerca da decoração interna do Palácio Nova Friburgo, onde funciona desde 1960 o Museu da República, na cidade do Rio de Janeiro. Identificamos a possibilidade de, por meio da análise da decoração interna do palácio - pertencente ao acervo do museu - discutir como se resolveu a disputa simbólica sobre o imaginário coletivo iniciada pelos republicanos à época da transição de governos. Os ambientes do palácio apresentam a sobrevivência de quase todos os elementos decorativos remanescente do segundo reinado, mas, simultaneamente, tentam passar a ideia de superação com o passado a partir do acréscimo de símbolos republicanos. Teremos como enfoque a análise da sobrevivência estética destes símbolos, a fim de problematizarmos a ocupação deste espaço pelos republicanos.

Palavras-chave: Museu, Imaginário, Iconografia

Abstract:

This article presents a preliminary investigation about the internal decoration of Nova Friburgo palace, where the Museum of the Republic has been operating since 1960 in the city of Rio de Janeiro. This research is willing to discuss how the symbolic dispute over the collective imaginary, initiated by the republicans at the time of the transition of governments, was resolved by analyzing the interior decoration of the palace. The ambiance of the palace shows the survival of almost all monarchical symbols but, at the same time, tries to make an idea of overcoming with the past by adding Republican symbols made of stucco. We will focus on the survival of these symbols, to problematize the occupation of this space by the republicans.

Keywords: Museum, Imaginary, Iconography

1. Introdução

O palácio Nova Friburgo foi construído entre os anos de 1858 e 1867 para ser a residência do português Antônio Clemente Pinto, um dos mais prósperos fazendeiros do Império, cuja relevância para a elite brasileira lhe rendeu o título de barão de Nova Friburgo das mãos do Imperador no ano de 1854. O projeto arquitetônico foi assinado pelo engenheiro alemão Carl Friedrich Gustav Waehnelde¹ e tornou-se símbolo de luxo, riqueza e poder para a corte brasileira de meados do século XIX, período marcado pela substituição dos antigos sobrados coloniais por palacetes urbanos. Tanto cuidado para impressionar tinha o objetivo de afirmar a posição social e o sucesso econômico de seu proprietário. As ornamentações de interiores, como característica principal da arquitetura, respondiam aos interesses da elite brasileira desta época, que buscava expressar seu *status* por meio dos elementos decorativos aplicados em suas edificações. A decoração de interiores enriquecia e agregava significado a cada ambiente de acordo com sua função específica.

Em 1896, alguns anos após a proclamação da República no Brasil, durante o mandato de Prudente de Morais (1894-1898), o palácio Nova Friburgo foi escolhido para abrigar a sede do poder executivo. O edifício foi inaugurado em 24 de fevereiro de 1897 e a reforma para adaptá-lo às novas funções foi executada pelo arquiteto mineiro Aarão Reis de Carvalho², que procurou restaurar e preservar ao máximo o aspecto e a decoração original do prédio. É interessante notar que, em todas as salas do segundo pavimento, símbolos republicanos – aplicados durante a reforma de 1896 - e imperiais – legados da época do barão -, passaram a conviver de forma paradoxal neste mesmo espaço. Há ainda ambientes que foram integralmente restaurados em relação à sua decoração original – como por exemplo, o salão Mourisco, a Capela - e, nestes casos, não houve qualquer aplicação de imagens que remetesse ao novo regime.

Este fenômeno iconográfico observado no interior do palácio Nova Friburgo trouxe à tona diversos questionamentos sobre o caráter da instituição republicana no Brasil, tais como as peculiaridades de seu advento, e as sobrevivências e reapropriações de diversos elementos estéticos e imagéticos do passado político do país. Afinal, é possível discutirmos sobre “o que as imagens querem”?³ O que estas imagens têm em comum? E que República é esta?

¹ O arquiteto Waehnelde nasceu em 1830 na Prússia. Desembarcou no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, em 1852 e permaneceu até 1870. Além de assinar o projeto para o Palácio Nova Friburgo, foi vencedor do concurso para o Teatro Lírico do Rio de Janeiro em 1859 – obra que acabou não sendo executada – e autor de modificações arquitetônicas na igreja da Candelária. Para mais: ALMEIDA, Cícero Antônio F. Almeida. *Catete: Memórias de um palácio*. Rio de Janeiro: Museu da República, 1994. p.21.

² Arquiteto paraense (1853-1936), responsável pelo projeto de construção da capital Belo Horizonte.

³RANCIÉRE, Jacques. As imagens querem realmente viver?. In: ALLOA, Emmanuel. *Pensar a imagem*. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2015.

A partir do trabalho de Luciana Fagundes, compreendemos que o passado não está dado, tampouco se caracteriza como categoria imóvel ou imutável; o passado, assim como o presente e o futuro, é uma construção transitória cujo sentido está em constante transformação, cabendo, assim, uma relativização no tempo. Narrativas sobre o passado são construídas como uma representação do presente; os indivíduos costumam lembrar de determinados acontecimentos por si só, entretanto, cada memória individual se constitui a partir ponto de vista que integra a memória coletiva. Filtros e seleções costumam ser utilizados quando nos remetemos à apropriação de uma determinada memória; estes recursos expressam as multiplicidades da lembrança e a capacidade que a coletividade tem de homogeneizar as representações individuais do passado, ou em outras palavras, acabam por construir uma visão comum do passado. Os “usos políticos do passado”⁴ são expressões de memória coletiva, há uma vontade política por trás do uso de determinado passado; as reinterpretações, usos e sobrevivências do passado são incitadas pelas disputas do presente.

Em 15 de novembro de 1960, o palácio Nova Friburgo transformou-se em Museu da República a partir do decreto 47.833, assinado pelo presidente Juscelino Kubitschek, encerrando definitivamente a função de residência oficial da presidência da República. O Museu da República desdobra-se em dois espaços representativos muito importantes para o campo museológico e memorialístico do Brasil: o palácio, enquanto edifício, é um local da memória, que se confunde com a própria trajetória das elites que habitaram seus imponentes salões, desde os tempos do barão até os mais de sessenta e três anos enquanto residência oficial da presidência; enquanto museu, o palácio também se apresenta como um local de memória por ser uma agência de preservação e difusão da história republicana, por meio dos testemunhos abrigados em seu seio. Importante ressaltar também que o próprio palácio é o mais expressivo documento do acervo desta instituição, infelizmente não recebendo tantas atenções dos estudiosos quanto seria justo.

Apresentamos, então, como principal objeto de análise destes usos políticos do passado, a decoração interna do palácio Nova Friburgo – Museu da República. Os ambientes do palácio conservam a sobrevivência de quase todos os ornamentos decorativos e imagens escolhidas pelo barão de Nova Friburgo, mas, simultaneamente, tentam passar a ideia de superação com o passado imperial a partir do acréscimo de símbolos republicanos. Para além, discorreremos acerca da construção do imaginário social e republicano no Brasil, pois a aceitação ou rejeição dos símbolos propostos pelo novo governo é capaz de dar insumos para realçarmos quais eram as raízes republicanas pré-existentes.

⁴FAGUNDES, Luciana Pessanha. Do Exílio ao Panteão: D. Pedro II e seu reinado sob o (s) olhar (es) republicano (s). 2012. (Tese de doutoramento). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2012. P.42.

2. O Palácio Nova Friburgo: As loucuras em pedra e cal de um barão

Nos primeiros anos do século XIX, os núcleos de ocupação da cidade do Rio de Janeiro começaram a se expandir para o lado sul de seu território. Foi desta movimentação que se originaram as regiões hoje conhecidas como Lapa, Glória e Catete, que até então eram uma grande extensão de alagadiços e mato denso. O “caminho do Catete”, nome dado à abertura que se seguia paralela ao curso do rio Carioca, mais tarde ficou conhecido como Estrada do Catete e, posteriormente, como Rua do Catete.

Foi neste local rodeado de pequenas chácaras – inclusive, o famoso Barão de Mauá possuía uma propriedade na região – e sobrados de arquitetura colonial, que o português Antônio Clemente Pinto, em 1858, adquiriu a modesta casa de número 159 da Rua do Catete. Após a demolição desta casa original, foi reinaugurado o que seria um dos mais icônicos edifícios da cidade: o palácio Nova Friburgo.

Antônio Clemente Pinto, importante comerciante cafeicultor, foi um dos responsáveis pelo desenvolvimento da região serrana fluminense, viabilizado após a construção da Estrada de ferro do Cantagalo, iniciativa que possibilitou o descongestionamento do fluxo das safras de café na região. Em reconhecimento pelos seus feitos, o negociante de origem portuguesa recebeu, em março de 1854, o título de barão, sendo elevado posteriormente, em 1860, a barão com grandeza. O toponímico “Nova Friburgo” atrelado ao título de barão de Antônio Clemente Pinto refere-se às suas relações com a vila, fundada em 1818 por famílias oriundas do Cantão de Fribourg, na Suíça, e localizada no norte da região fluminense⁵.

A construção do palácio Nova Friburgo, de acordo com a documentação presente no Arquivo Histórico do Museu da República, iniciou-se em maio de 1858. A obra contou com a participação de um grande contingente de escravos, inclusive escravos alugados, além de operários e artesãos portugueses e brasileiros, alguns de renome, como o gravador e pintor alemão Emil Bauch⁶. Em 1860, este grandioso projeto arquitetônico foi premiado com a medalha de prata durante a Exposição Geral de Belas Artes, um importante reconhecimento de todo o investimento feito pelo barão de Nova Friburgo para transformar seu palácio urbano em um símbolo de todo o seu poder econômico e relevância no interior da elitizada sociedade carioca do segundo reinado.

Não era apenas o barão de Nova Friburgo que demonstrava o seu poder por meio de seu palácio urbano, esta era uma prática bastante comum entre os membros da elite imperial. A partir da segunda metade do século XIX, o modo de vida da elite urbana no Brasil

⁵ALMEIDA, Cícero Antônio F. Almeida. *Catete: Memórias de um palácio*. Rio de Janeiro: Museu da República, 1994. p.14.

⁶(1824-1875) Pintor, litógrafo e professor alemão.

tomou nova forma, estabelecendo programas de habitação que priorizassem exigências de higiene, conforto e, especificamente, uma decoração interna muito elaborada e luxuosa. Foi então que as obsoletas construções coloniais foram sendo substituídas aos poucos pelos palacetes urbanos, tipos de moradias caracterizadas por suas grandes dimensões e, principalmente, por sua decoração interna exuberante. A partir desta movimentação, almejava-se construir uma nova imagem “civilizatória” do jovem Império brasileiro, em oposição à anterior, de precariedade e atraso, muito difundida por meio de relatos de viajantes europeus a partir de 1821.

A casa passou a ter o compromisso de aparentar um novo *status* econômico e cultural, para além da posse da terra e da mão de obra escrava produtiva. Ela se cercava de luxo, de um luxo de gosto burguês. Termos como “bom gosto”, “aprazível”, “bem-estar” começaram a fazer parte do vocabulário da população de posses residente no Rio de Janeiro.⁷

A partir de todo o esforço da elite brasileira para se encaixar nos padrões ditos “civilizados” da sociedade europeia, o palácio Nova Friburgo acabou se destacando para a arquitetura da cidade do Rio de Janeiro. Foi possível ter esta percepção a partir da leitura de relatos de viagens de estrangeiros como Johan Jakob von Tschudi, que documentou suas impressões acerca do edifício:

Um dos brasileiros mais ricos, o barão de Nova Friburgo, mandou construir recentemente, na mais bonita e mais larga rua da cidade nova, a Rua do Catete, a caminho de Botafogo, um palácio de cantaria, a custo muito elevado, projeto de um engenheiro alemão.⁸

A suntuosidade do edifício foi também descrita por Machado de Assis, que dedicou um capítulo em sua obra “Esaú e Jacob” ao palácio, como destacado no trecho a seguir:

Ao passar pelo Palácio Nova Friburgo, levantou os olhos para ele com o desejo de costume, uma cobiça de possuí-lo, sem prever os altos destinos que o palácio viria a ter na República [...] Para Santos a questão era só possuí-lo, dar ali grandes festas únicas, celebradas nas gazetas, narradas na cidade inteira entre amigos e inimigos, cheios de admiração, de rancor ou de inveja.⁹

Apesar de datar de 1904, a obra machadiana conseguiu destacar por meio do olhar

⁷ MALTA, Marize. Arte doméstica: modos de morar em fins do século XIX no Rio de Janeiro e a Casa de Rui Barbosa. In: MALTA, Marize e MENDONÇA, Isabel (Orgs.). *Casas senhoriais Rio-Lisboa e seus interiores*. Rio de Janeiro: PPGAV- EBA/UFRJ, 2013. P. 127.

⁸ TSCHUDI, Johan Jakob von. *Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1980.

⁹ ASSIS, Machado de. *Esaú e Jacó*. Rio de Janeiro: Garnier, 1988. P.39

do personagem Santos – que viveu durante o Segundo Reinado – o impacto que o palácio causava no cotidiano carioca. Outro relato importante sobre o interior do palácio e a euforia que causava aos seus frequentadores foi feito por Joaquim Nabuco em 1875:

Durante horas tive aí uma das ilusões mais completas da minha vida; (...) as paredes forradas em toda altura de espelhos que multiplicavam as velas sem número dos enormes lustres de cristal; (...) os móveis suntuosos, (...). Nas vilas de Roma eu não compreendi tão bem a vida do luxo, o prazer da nobreza de sentar-se à mesa carregada dos mais finos cristais, com um horizonte alargado pelos espelhos (...)¹⁰.

O palácio Nova Friburgo foi inspirado nos primeiros palácios urbanos da cidade de Florença e nos palácios à beira do Grande Canal de Veneza. O projeto apresentou algumas soluções típicas da arquitetura italiana, como o *Cortille*, uma espécie de pátio interno, que está localizado a seguir do *hall* de entrada, onde encontramos a majestosa escadaria principal. O edifício conta com três pavimentos: o primeiro é destinado aos serviços gerais e primeiras recepções mais informais; o segundo, conhecido por “piso nobre”, o mais luxuoso, colorido e exuberante dos demais, era destinado aos bailes e outros eventos sociais de grande visibilidade e o terceiro era destinado à intimidade da família Nova Friburgo, onde estavam abrigados os dormitórios. A decoração deste terceiro pavimento, à época do barão, não apresentava a mesma suntuosidade aplicada ao segundo, pois por não se tratar de uma área de circulação geral, não havia sentido se cercar de tantos detalhes.

A tão aclamada decoração interna do edifício contou com elementos encomendados da França, como os imensos lustres e todo o mobiliário original. Os mármoreos que recobrem a fachada externa são originários de Portugal. As pinturas decorativas – localizadas nas paredes e nos tetos - retratam temas alegóricos e algumas reproduzem obras de artistas renascentistas famosos como Rafael e Murillo. Já que não foi possível ao barão adquirir as obras originais, solicitou que cópias fossem reproduzidas e aplicadas sob medida nos espaços. Há até os dias de hoje uma indefinição acerca do estilo arquitetônico do palácio. O projeto tem coerência com os padrões renascentistas e apresenta influência do estilo neoclássico, porém, sua decoração interna aponta para o estilo eclético, principalmente por apresentar salas inspiradas em Pompéia e no palácio de Alhambra – influência islâmica.

Apesar do grande investimento, o barão de Nova Friburgo usufruiu por muito pouco tempo de seu majestoso palácio - o maior símbolo de sua riqueza - já que se mudou para o local em 1 de julho de 1866 e faleceu em 4 de outubro de 1869, deixando o prédio de herança ao seu primogênito, o conde de São Clemente¹¹. Em 1889, o imóvel encontrava-se completamente desocupado. Foi então que o Conde de São Clemente resolveu vendê-lo à Companhia do Grande Hotel Internacional, que pretendia transformá-lo em um hotel de

¹⁰ NABUCO, Joaquim. O Globo, Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1875.

¹¹ Antônio Clemente Pinto Filho (1830 – 1898).

grande porte. Esta ideia, entretanto, fracassou, e para sanar as dívidas da companhia, o Conselheiro Francisco de Paula Mayrink, um de seus acionistas, adquiriu a totalidade das ações, tornando-se o mais novo proprietário do palácio. Mayrink residiu no imóvel por aproximadamente três meses e, após esse período, utilizou o espaço apenas em situações esporádicas, emprestando a propriedade para o lazer de amigos e parentes com frequência. Devido a dificuldades financeiras, em 1896, Mayrink vendeu o palácio para o governo federal, incorporando-o, assim, ao patrimônio da União.

O legado do palácio Nova Friburgo não se limitou apenas aos filhos e netos da família do barão, mas contemplou toda a cidade do Rio de Janeiro e, conseqüentemente, tendo em vista os usos posteriores do espaço, todo o país.

3. A República e o Palácio Nova Friburgo: a reapropriação do passado monárquico

Quando a República foi proclamada em 15 de novembro de 1889, o governo provisório republicano tratou de emitir às pressas um decreto que bania o antigo imperador D. Pedro II e sua família do território brasileiro,

A permanência do imperador no país era percebida como ameaça significativa à nova República recém-proclamada, e a solução para que ocorresse realmente uma ruptura com a monarquia era tratar de retirá-lo logo do país, o que foi feito, na madrugada de 17 de novembro, longe dos olhares da população e a salvo de qualquer manifestação.¹²

O exílio da família real foi um evento de grande significado, pois configurava-se como a concretização da ruptura com o imperador, a monarquia, o passado político e encaminhava para um futuro promissor da nação. Mais uma vez, a maioria da população ficou ausente do processo – já não havia sido protagonista do advento republicano, evento liderado pelos militares – o que conferiu poder ao governo provisório, pois o cuidado para não enfrentar reações dos populares demonstrou que havia se instituído uma nova ordem no país.

O advento republicano no Brasil é classificado pela historiografia como inevitável, “nunca foi um projeto redutível ao interesse de alguma classe social específica”¹³. A alternativa republicana – organizada enquanto movimento político a partir de 1870 -, apesar de ter construído uma situação na qual a monarquia ficou indefesa, não se caracterizou como um movimento revolucionário ou reformista da propriedade, o que, inclusive, serviu como um tranquilizador para os interesses da classe dominante. A proclamação da República

¹²FAGUNDES, Luciana Pessanha. *Op. Cit.*, p 42.

¹³ LEMOS, Renato Luis do Couto Neto e. A alternativa republicana e o fim da monarquia. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*. v. III – 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.1

estava atrelada a um sentido de evolução rumo ao progresso, com o qual a monarquia era considerada incompatível. Entretanto, o progresso deveria ser feito de forma ordenada, como afirma Renato Lemos,

Os republicanos da cidade do Rio de Janeiro – em sua maioria, profissionais liberais da corte – preocupavam-se, portanto, com a ordem. Assustava-os, principalmente, o espectro de guerra civil (...) as correntes majoritárias dentro do partido convergiam para uma posição inspirada na experiência norte-americana, com ênfase na organização do poder, dessa maneira, descartava-se a vertente francesa do republicanismo, que privilegiava a participação popular na direção política.¹⁴

Até hoje, é possível encontrar debates acerca do tamanho da adesão popular ao advento republicano, há linhas revisionistas que não concordam com a tese de que o povo assistiu à proclamação “bestializada”, excluída do movimento – como afirmou o propagandista republicano Aristides Lobo -, e defendem o pressuposto de que “a população da corte não reage à proclamação, ela consente”¹⁵, se referindo à chegada de uma nova cultura política moderna à sociedade brasileira como explicação para este consentimento. Apesar das divergências teóricas, a percepção de que a República era entendida como uma esperança de maior participação popular nas decisões políticas do país, como modernidade e expansão democrática parece ser consenso na historiografia. Entretanto, tendo em vista os desdobramentos da proclamação e, principalmente, levando em consideração como se apresenta a República atualmente, em pleno século XXI, não é incoerente afirmar que o novo regime se consolidou da forma oposta ao que foi, em teoria, planejado. Este trabalho não se propõe a ser um debate acerca das conjunturas que propiciaram o advento republicano, tampouco de analisar os episódios políticos e as condutas posteriores a 1889, mas sim analisar as complexidades que caracterizaram as relações da República com a antiga monarquia. A primeira década republicana foi marcada por disputas memorialísticas e simbólicas que geraram algumas polêmicas e contradições acerca dos significados desse passado imperial, formando uma base propícia para (re) elaborações, (re) apropriações e sobrevivências de elementos anunciados como superados.

Logo após a proclamação, o governo provisório, encabeçado pelo Marechal Deodoro da Fonseca, elegeu o palácio do Itamaraty, localizado no centro da capital, como a nova sede do poder executivo. Inicialmente, foi cogitada a possibilidade de estabelecerem o Paço Imperial como sede, porém, esta escolha poderia ser problemática porque o edifício era “impregnado de tradição monárquica aos olhos do povo”¹⁶ por ter sido a residência oficial dos antigos imperadores. Durante o mandato de Prudente de Moraes (1894 – 1898), primeiro

¹⁴ LEMOS, Renato, *Op. Cit.*, p.16.

¹⁵ MELLO, Maria Tereza Cheves de. A modernidade republicana. *Revista Tempo UFF*. Rio de Janeiro: v.13, n. 26, pp. 13-31, 2009.

¹⁶ *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 20 Fev.1897, apud. ALMEIDA, Cícero Antônio F. *Op. Cit.*, p.34.

presidente civil da República, decidiu-se pela necessidade de transferir o poder executivo para um novo local. Foi a partir de então que elegeram o palácio Nova Friburgo para se tornar a nova sede e residência oficial da República. A justificativa para a transferência, de acordo com este trecho de jornal da época, discorre:

Que o Itamaraty não podia continuar a ser o palácio do governo da República é uma coisa tão fora de dúvidas que a compra do palácio Friburgo mereceu a aprovação de toda a gente e despertou mesmo o entusiasmo geral (...) o palácio Friburgo tem, contudo, aparência mil vezes superior à do chatíssimo palácio da rua Larga (Itamaraty)¹⁷.

A partir desta justificativa, foi a reforma do palácio, a fim de adaptá-lo às novas funções. O arquiteto Aarão Reis de Carvalho procurou restaurar e preservar ao máximo o aspecto da decoração original do prédio - além de reutilizar o mobiliário adquirido pelo barão - apenas substituindo ornamentações quando fosse impossível executar sua restauração patrimonial¹⁸, ou seja, todo o luxo que encantava a elite do segundo reinado estava novamente em evidência para a elite da república oligárquica.



Foto 1 - Ornamento da escadaria do palácio.

Fonte: Isabella Mendes.

Além de restaurar a decoração original, a reforma também trouxe algumas inovações ao palácio, como a instalação de iluminação elétrica nos aposentos, sendo um dos primeiros edifícios da cidade a contar com este tipo de tecnologia. Curiosamente, em quase

¹⁷ A Notícia. Rio de Janeiro, 23 Set. 1896, apud. ALMEIDA, Cícero Antônio F. Op. Cit., p. 35.

¹⁸ ALMEIDA, Cícero Antônio F. Op. Cit., 1994, p.45.

todas as salas do segundo pavimento do edifício, os novos símbolos republicanos – elaborados e aplicados nos ambientes com a intenção de representar o novo regime – passaram a conviver de forma paradoxal com os símbolos imperiais remanescentes a época da construção do palácio, oriundos de um tempo em quase havia a necessidade de representar e legitimar o imperador e o próprio barão de Nova Friburgo. Por exemplo, a imagem ao lado mostra um grande ornamento em bronze aplicado no alto da escadaria principal do palácio. Nele, está representada a cruz da ordem de Cristo, um dos símbolos presentes na antiga bandeira imperial, com as vinte estrelas (representam as províncias brasileiras à época da monarquia) ao redor. A cruz está sustentada pela figura de uma águia, o símbolo do baronato de Nova Friburgo. Logo à frente deste símbolo, no dossel da porta do luxuoso salão de baile, encontramos as armas republicanas, confeccionadas em estuque, aplicadas durante a reforma do edifício com a intenção de representar os novos habitantes daquele espaço.

Inicialmente, cogitou-se a possibilidade desta manutenção do aspecto original da decoração ter sido uma estratégia, por parte do governo, de se fazer economias com a reforma, afinal, os primeiros anos da República foram marcados pelo caos econômico, porém, de acordo com um trecho de reportagem do jornal *A Notícia*, de setembro de 1896, encontramos o indicativo de que provavelmente não houve esta intenção:

Felizmente, os reparos e consertos do palácio estão entregues à competência do doutor Aarão Reis, que não é homem para economias ridículas, quando se trata de dotar a República com um palácio digno de nele residir o chefe da nação.¹⁹

Mesmo se houvesse uma preocupação com a contenção de gastos para a reforma, de modo a inviabilizar a confecção de um símbolo republicano nas mesmas dimensões para substituir a cruz da ordem de Cristo, a manutenção deste elemento decorativo, tão permeado por ideologias tidas como superadas, acaba por incitar alguns questionamentos sobre os motivos desta “sobrevivência”.

A convivência paradoxal entre os elementos aplicados na decoração interna do palácio abriu espaço, nesta pesquisa, para a interpretação sobre uma nova apropriação dos símbolos, ornamentos decorativos e estética, legados da época do Império, pelos republicanos. Sobre este fenômeno, o historiador José Murilo de Carvalho discorre, “a República não produziu estética própria, nem buscou redefinir politicamente o uso da estética já existente”²⁰, nos levando a pressupor que, apesar de aparentemente ter se

¹⁹A *Notícia*, Rio de Janeiro, 29 Set.1896, apud. ALMEIDA, Cícero Antônio F. *Op. Cit.*, p.37.

²⁰ CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas O Imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.p.86.

proposto uma ruptura com o passado político monárquico, no campo simbólico, imagético, e, conseqüentemente, ideológico, isto não ocorreu.

Há pelo menos dois direcionamentos complementares possíveis para analisarmos esta suposição. Por ter sido a proclamação um evento de natureza peculiar - principalmente por não ter sido conduzida pelas classes populares e sim pela militar -, houve a necessidade de o governo provisório agir imediatamente para que o povo aceitasse e legitimasse sem contestação a forma de governo imposta. Porém, sendo a sociedade brasileira do final do século XIX composta majoritariamente por um público com baixa educação formal, o extravasamento das novas visões republicanas deveria ser feito mediante sinais mais universais, que permitissem a leitura fácil, como as imagens, símbolos e alegorias. A partir deste campo imagético e simbólico, houve a intenção de atingir o imaginário popular e recriá-lo dentro dos novos valores republicanos,

É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça, mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam o passado, presente e futuro.²¹



Foto 2: Salão nobre
Fonte: Isabella Mendes

²¹ CARVALHO, José Murilo de. *Op. Cit.*, p.10.



Foto 3: Bandeira Imperial de 1822 (acima).
Foto 4: Atual bandeira brasileira (pós-1992).

O imaginário social também pode ser entendido como uma “invenção”, um deslocamento no qual os símbolos previamente disponíveis ganham novos significados, sendo assim caracterizado como a construção de uma mentira. Para Castoriadis,

Todo simbolismo se edifica sobre as ruínas dos edifícios simbólicos precedentes, utilizando seus materiais – mesmo que seja só para preencher as fundações de novos templos, como o fizeram os atenienses após as guerras médicas²².

Entretanto, mesmo que a elaboração de símbolos advenha de um ato de vontade de determinada classe dominante, a aceitação deles, assim como sua eficácia política, vai depender de um terreno fértil pré-existente baseado na participação coletiva, o que não ocorreu durante o advento republicano no Brasil.

A exemplo disto, temos a reformulação, de autoria de facções militares positivistas, da bandeira e do brasão republicano após a proclamação, justamente os símbolos mais importantes de um governo. A bandeira republicana foi inspirada na antiga bandeira imperial, utilizando as mesmas cores e formas geométricas, apenas substituindo a esfera

²²CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1982.p.147

²² CASTORIADIS, Cornelius. *Op. Cit.*, p.148.

armilar – o mesmo símbolo presente na escadaria do palácio Nova Friburgo - ao centro pelo globo azul com a inscrição positivista “ordem e progresso”. Há um debate inconclusivo acerca dos possíveis significados para as escolhas das cores da bandeira, possivelmente sendo o verde a representação da Casa de Habsburgo, ligada à Dona Leopoldina²³, e amarelo para a Casa dos Bragança em homenagem a D. Pedro I. Existe outra linha interpretativa para as cores, as relacionando à riqueza de recursos naturais no Brasil, como matas (verde) e amarelo (ouro e demais minérios).



Foto 5: As armas republicanas – 1889.

O brasão republicano também foi inspirado na tradição monárquica, apresentando novamente as cores verde e amarela, além dos ramos de tabaco e café, símbolos econômicos do antigo governo e que também estavam representados na bandeira elaborada após a independência. É possível observar que os novos símbolos elaborados pelos republicanos repousaram sobre a antiga tradição imperial, sobreviveram à proclamação e foram reconfigurados para se adequarem à nova realidade. Uma das interpretações sobre este resultado afirma, “o esforço despendido não foi suficiente para quebrar a barreira criada pela ausência de envolvimento popular na implantação do novo regime. Sem raiz na vivência coletiva, a simbologia republicana caiu no vazio [...]”²⁴, mas podemos pensar sob outra perspectiva trazendo à luz o conceito warburgiano de *nachleben*²⁵.

Abraham Warburg, historiador da arte e da cultura alemã, defende a tese sobre o vislumbrar de uma etimologia comum entre imagens que continuam atuantes independente da época em voga. Esta pós-vida das imagens é garantida por elementos culturais de determinada época que podem ser transferidos para outra. Como colocou Fábio Henrique

²³Carolina Josefa Leopoldina de Habsburgo-Lorena (1797 – 1826), depois conhecida como Maria Leopoldina, foi a primeira esposa do imperador D. Pedro I e Imperatriz Consorte do Império do Brasil de 1822 até sua morte.

²⁴CARVALHO, José Murilo de. *Op. Cit.*, p.141

²⁵Do alemão, significa “sobrevivência”.

Cinquini, “O presente se tece de múltiplos passados”²⁶, ou em outras palavras, há uma espécie de etimologia rizomática²⁷ entre imagens. O autor segue afirmando,

Essa transmissão muitas vezes ocorre por uma mobilização inconsciente de forças emotivas, movimentos fósseis psíquicos imperceptíveis e ondas de memória. Esses movimentos migratórios de formas, *pathosformeln* são “movimentos cristalizados” (Michaud, 2013), aparecem de tempos em tempos, não obedecem quaisquer ordens cronológicas e, por meio de combinações múltiplas – inclusive contraditórias – agem morfologicamente.²⁸

Faz-se necessário, então, pensarmos em uma espécie de descascamento fenomenológico destas imagens da República, compreendê-las analiticamente de maneira arqueológica a fim de encontrarmos outros indícios que tenham contribuído para as suas pós-vidas.

Quando nos deparamos com uma imagem, estamos diante de um tempo anacrônico e muito complexo, trocando em miúdos, um tempo próprio. As imagens, de acordo com Warburg, apresentam camadas, étimos subterrâneos em comum; a sobrevivência desses elementos imagéticos é garantida por um mecanismo iconofágico - Conceito criado pelo cientista da comunicação e da cultura Dr. Norval Baitello Júnior do CISC (Centro Interdisciplinar de Semiótica da Cultura e da Mídia) - entre imagens e pessoas. Somos devoradores de imagem e estas nos devoram – e também por conta de componentes psíquicos, responsáveis pelas transmissões de mitos, crenças e símbolos.

Em complemento ao exposto anteriormente, é importante discorrermos sobre a relação da República com o seu passado monárquico, a fim de compreendermos a composição do aparato psíquico que contribui para a sobrevivência das imagens. De acordo com Luciana Fagundes,

Quanto ao Império e ao imperador, tornavam-se passado, um passado muito desgastado, mas ainda muito presente e que assustava a República recém-instaurada. O momento era de ruptura; o passado seria exilado e banido, para, aos poucos, retornar na forma de diferentes “refigurações” ao longo da primeira República.²⁹

²⁶DIDI-HUBERMAN, Georges. *A imagem sobrevivente: História da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013. P. 46.

²⁷ Modelo epistemológico na teoria filosófica de Gilles Deleuze que introduz a tese de que a estrutura do conhecimento não deriva, por meios lógicos, de um conjunto de princípios iniciais, mas sim elabora-se simultaneamente, a partir de todos os pontos sob a influência de diferentes observações e conceitualizações.

²⁸ CINQUINI, Fabio Henrique. *A pós-vida das imagens: etimologias visuais da Antiguidade na fotografia de moda*. Trabalho apresentado no 4 Congresso Internacional de Comunicação e Consumo, São Paulo, 2014. pp. 6

²⁹ FAGUNDES, Luciana Pessanha. *Op. Cit.*, p.21.

Inicialmente, a propaganda republicana trouxe à tona, com o intuito de fortalecer seus argumentos políticos, a assertiva de que a República significava progresso, ao passo que a monarquia era considerada como atraso. A temporalidade desta construção é bastante simples: o presente é representado pela crise do regime monárquico, o futuro é orientado pelo desejo de progresso e desenvolvimento social e, finalmente, o passado é filtrado pelos interesses do presente, tornando-se objeto de sua constante crítica. A apropriação de tradições e a leitura seletiva do passado estão diretamente ligadas às intenções de um determinado presente. A geração de 1870³⁰ - mais conhecida como o Partido Republicano da Cidade do Rio de Janeiro - não elaborava seus projetos de futuro sem “inventar” um passado que os legitimasse. Nesse sentido, este grupo procurou reconstruir a história brasileira por meio do diálogo com o mundo político e cultural da época do Império, justamente a tradição com a qual, em teoria, desejavam superar.

Esta movimentação contraditória é explicada por Fernando Catroga a partir da relação entre republicanismo e historicismo,

[...] o republicanismo se baseou numa concepção evolucionista, ou melhor, foi, a seu modo, um historicismo que, herdeiro da tradição iluminista (Condorcet), entendeu o tempo numa perspectiva cumulativa, linear e irreversível, fazendo a perfectibilidade humana e a ideia de progresso aos seus verdadeiros suportes.³¹

Justamente deste caráter historicista ocorre a necessidade de “refigurar”³² o passado, com o objetivo de demonstrar que o republicanismo tem uma tradição à qual se filiar. Esta movimentação é aquela que, acreditava-se, trazia a legitimidade do movimento republicano perante a sociedade:

Dessa forma, mantinha-se um diálogo com a tradição imperial, quer através de uma crítica mais ou menos radical a alguns de seus traços, quer com a preservação de outros, como o elitismo do Império, pois todos os grupos se colocavam contra uma reforma via revolução.³³

A partir destes dois direcionamentos interpretativos, o paradoxo simbólico e estético aplicado na decoração do palácio Nova Friburgo, a partir de 1896, dilui-se ao longo de sua exposição, solidificando em pedra e cal um belo exemplo dos valores republicanos

³⁰Cisão do Partido Liberal que em 3 de novembro de 1870 formou o Partido Republicano, além de outros movimentos, como a mocidade da Escola Militar e da Faculdade de Direito da cidade do Rio de Janeiro. Movimento complexo e que não se restringia apenas ao Partido Republicano.

³¹CATROGA, Fernando. *O Republicanismo em Portugal*. Da formação ao 5 de outubro de 1910. V. II. Coimbra: Faculdade de Letras, 1991.p. 195. Apud. FAGUNDES, Luciana Pessanha. *Op. Cit.*, P. 36.

³²RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

³³FAGUNDES, Luciana Pessanha. *Op. Cit.*, p.36.

elitistas, estabelecidos a partir da proclamação, e intensificados com o início do governo de Prudente de Moraes, primeiro presidente civil eleito através do voto. Abre espaço também para, por meio das imagens encontradas nesta decoração, ser feita uma leitura das questões políticas daquele presente, afinal, o republicanismo construiu sua própria tradição ao incorporar elementos do passado monárquico - principalmente o seu elitismo – o que poderia ser uma explicação para a necessidade da manutenção desta decoração tão suntuosa em sua residência oficial.

4. Conclusão

Logo no dia de sua posse, no palácio do Itamaraty, Prudente de Moraes decepcionou-se “o palácio se encontrava entregue ao povo, pois não havia nenhuma autoridade para manter a ordem. Para entrar no palácio, Prudente, já ungido pelo congresso, varou a multidão que se apinhava nos salões”³⁴. Em complemento a este episódio de afastamento da população dos espaços de circulação do poder republicano, citamos: “a localização do novo palácio presidencial em bairro residencial, de características aristocráticas, com terreno ligado ao mar, contrastava com o Itamaraty, situado no centro antigo da cidade, zona comercial e de casas populares”³⁵. Ao expulsar a multidão do interior da sede do governo, e posteriormente transferi-la para um bairro afastado do centro e de características nobres, é cabível interpretarmos que não havia espaço para representar a totalidade do povo brasileiro durante o mandato de Prudente de Moraes, ainda mais se elencarmos como exemplo palpável a escolha de restaurar toda a estética nobiliárquica presente no interior daquele edifício tão carregado de simbolismo para as elites. Não se tratava de uma decoração em um edifício qualquer: o suntuoso palácio, que outrora serviu para demarcar todo o poder econômico do barão de Nova Friburgo, em 1897 era comparado a um trono, símbolo máximo do poder centrado em um indivíduo: “Cá pela capital tivemos uma verdadeira surpresa em Quarta-feira de Cinzas: a inesperada volta do Sr. Prudente ao trono – digo, ao Palácio do governo”³⁶.

³⁴Revista D. Quixote, Rio de Janeiro, 3(81):3, 06 Mar. 1897, apud. LUSTOSA, Isabel. *História de presidentes A República no Catete*. Rio de Janeiro: Editora Vozes Fundação Casa de Rui Barbosa, 1989, p.17.

³⁵ALMEIDA, Cícero Antônio F. *Op. Cit.*, 1994, p.34.

³⁶Revista D. Quixote, Rio de Janeiro, 3(81):3, 06 Mar. 1897, apud. LUSTOSA, Isabel. *Histórias de Presidentes A República no Catete*. Rio de Janeiro: Editora Vozes Fundação Casa de Rui Barbosa, 1989, p. 20.



MANUEL LOPES RODRIGUES (1861-1917): *Alegoria da República*, 1896.
Óleo sobre tela, 230 x 120 cm.
Salvador, Museu de Arte da Bahia.

A comparação do poder Republicano sentado em um trono não foi feita apenas uma vez durante o mandato de Prudente de Moraes, inclusive, o próprio foi responsável pela elaboração de uma delas. Encomendada pelo novo presidente, *Alegoria da República* foi pintada em Paris pelo artista baiano Manuel Lopes Rodrigues em 1896. Nesta obra, podemos perceber que a figura da Marianne – personificação da República - foi representada sentada em um trono; ao mesmo tempo em que veste branco, a cor da paz, e apresenta expressão facial serena; sua mão direita repousa sob uma espada, símbolo de força, dando a impressão de poder usá-la caso seja necessário.

Há dois elementos que remetem ao passado monárquico nesta alegoria republicana: o trono e o manto sob os ombros da Marianne. Normalmente, os mantos reais eram confeccionados em veludo, material não representado pelo artista neste exemplo, porém, o trono não foge à insígnia de representação da realeza, principalmente este, que apresenta a figura da serpe³⁷ em seu apoio, o principal símbolo da dinastia dos Bragança. Visto sob este ponto de vista, a República estaria sentada no trono ocupado outrora pela monarquia, assumindo o seu próprio lugar de direito e prestígio.

No campo das artes visuais, a representação de ideias está diretamente ligada a um

³⁷A serpe é um réptil alado, semelhante a um dragão e muito presente na heráldica medieval – a figura apresenta duas patas dianteiras e, no lugar das traseiras, apresenta asas, sendo um híbrido entre dragão e ave. Fonte: MARTIN, George. R.R. *A fúria dos reis*. São Paulo: LeYa, 2011.

vínculo entre o artista e o observador da obra. A pintura, enquanto representação da República, não está inscrita em nenhuma finalidade didática, sendo neste sentido em que reside sua força enquanto veiculadora do campo simbólico: ela carrega significados que foram construídos socialmente e historicamente, passando a fazer parte do senso comum e do imaginário coletivo.

Em suma, a *Alegoria da República* é a imagem que o regime republicano de 1896 fez de si próprio, uma espécie de autorretrato de suas aspirações políticas, uma metáfora de sua atuação. Entretanto, o quadro de Manuel Rodrigues não obteve o alcance esperado de uma obra de arte que se destinava ao público, desta forma, não produziu legitimidade social. As imagens só conseguem ser lidas em determinada época, pois cada “agora” determina sua própria cognoscibilidade.

O palácio Nova Friburgo, ao longo de mais de meio século, foi palco dos principais acontecimentos políticos de nossa República, tendo abrigado em suas dependências mais de dezoito presidentes do país. Também foi testemunha de grandes articulações políticas e econômicas, além de ter sido palco de diversas manifestações cívicas trabalhistas e nacionalistas. O fato do palácio ter sido construído à beira da rua do Catete ao invés da beira do mar – há uma lenda que explica esta solução como desejo da baronesa do Nova Friburgo, mas sem comprovação documental – facilitou a interação da população com a vida política republicana, ainda que tenha causado alguns embaraços³⁸ aos presidentes. Desde 1960, enquanto Museu da República, apresenta a seus visitantes a representação mais sofisticada desta herança histórica da aristocracia cafeeicultora do Império brasileiro. O luxo e exuberância decorativa de seus três pavimentos despertam o encantamento dos visitantes que percorrem diariamente suas salas de exposição, tornando-se inegável a importância deste acervo e desta decoração interna para a cultura brasileira.

Artigo recebido em 17 dez. 2016.

Aprovado para publicação em 13 mar. 2017.

³⁸ Prudente de Moraes sofreu um atentado contra sua vida, facilitado pelo fato da janela dos aposentos presidenciais, à época, ser voltada para o lado da rua. De acordo com Isabel Lustosa, a ideia dos assassinos era alvejar o presidente pela manhã, quando este se postasse à janela do palacete para fumar um cigarro. Fonte: ALMEIDA, Cícero Antônio F. de. *Catete: Memórias de um Palácio*. Rio de Janeiro: Museu da República, 1994. P.50.

Referências

ALMEIDA, Cícero Antônio F. de. *Catete: Memórias de um Palácio*. Rio de Janeiro: Museu da República, 1994.

_____. 50 anos do Museu da República (con) tradições da memória republicana. *Musas Revista Brasileira de Museus e Museologia*. V.5, p.194-209, 2012.

_____. Os museus e o projeto republicano brasileiro. *Revista Brasileira de História da Ciência*, v.5, suplemento, p. 72-79, 2012.

ASSIS, Machado de. *Esau e Jacó*. Rio de Janeiro: Garnier, 1988.

BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social*. In: *Enciclopédia Einaudi. Vol.1. Memória e História*. Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1984, pp.296-331.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Edições 70, 2011.

BURKE, Peter. *Testemunha Ocular: História e Imagem*. Bauru: Edusc, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas O Imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. *Os Bestializados O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1982.

CAVALCANTI, Ana M. T.; DAZZI, Camila; VALLE, Arthur (org.). *Oitocentos Arte Brasileira do Império à Primeira República*. Rio de Janeiro: EBA-UFRJ, 2008.

DUCHER, Robert. *Características dos Estilos*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FAGUNDES, Luciana Pessanha. *Do Exílio ao Panteão: D. Pedro II e seu reinado sob o (s) olhar (es) republicano (s)*. 2012. (Tese de doutoramento). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2012.

JURT, J. O Brasil: Um Estado-Nação a ser construído. O Papel dos Símbolos Nacionais do Império à República. *Revista Mana*, Rio de Janeiro, v. 18, n.3, p.471-509, 2012.

KOCH, Wilfried. *Dicionário dos Estilos Arquitetônicos*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

LEMOS, Renato Luis do Couto Neto e. A alternativa republicana e o fim da monarquia. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*. v. III – 1870-1889. Rio de Janeiro:

Civilização Brasileira, 2009, p. 401-444.

LUSTOSA, Isabel. *História de presidentes A República no Catete*. Rio de Janeiro: Editora Vozes Fundação Casa de Rui Barbosa, 1989

MALTA, Marize; MENDONÇA, Isabel M. G. (org.). *Casas senhoriais Rio-Lisboa e seus interiores*. Rio de Janeiro: EBA-UFRJ, Lisboa: IHA-FSCH-UNL, 2013-2014.

PANOFSKY, Erwin. *Significado nas artes visuais*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: Editora 34, 2005.

TSCHUDI, Johan Jakob von. *Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1980.



**Genealogia da
derrota: A
reedição do livro
*O negro no
futebol brasileiro*
e a construção do
significado da
Copa do Mundo
de 1950 para o
Brasil**

**Bernardo Borges
Buarque de Hollanda¹**

¹Professor da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas e pesquisador do Centro de Documentação e Pesquisa de História Contemporânea do Brasil (CPDOC-FGV). Coordenador do MBA em Bens Culturais (FGV-SP). E-mail: bernardo.hollanda@fgv.br

The genealogy of a
defeat: The new
edition of the book
*O negro no futebol
brasileiro* and the
meaning of the
defeat in the 1950
World Cup to Brazil

DOI: [10.12660/rm.v8n12.2017.65728](https://doi.org/10.12660/rm.v8n12.2017.65728)

Resumo:

O artigo propõe um debate sobre a construção da memória coletiva no jornalismo esportivo, tendo por base os episódios relacionados à derrota da seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo de 1950, realizada no Brasil. O argumento proposto sustenta que a reedição da obra “clássica” de Mário Filho, *O negro no futebol brasileiro* (1947), ocorrida em 1964, foi condicionante do modo como o memorialismo esportivo passou a narrar e a valorar o desempenho do selecionado nacional em 1950. Inexistente na primeira edição, posto que prévia à realização do Mundial, não obstante motivada pelo evento para sua publicação, a eleição dos fatores explicativos da perda do título – de ordem racial, moral e política – balizou desde então a relação entre história e memória, entre lembrança e esquecimento, tanto na segunda edição do livro de Mario Filho quanto nas investigações jornalísticas que o sucederam. Estas, por seu turno, tiveram na realização de uma nova Copa do Mundo no Brasil, em 2014, significativo impulso editorial para reativar e para cristalizar essa representação de um evento histórico esportivo.

Palavras-chave: Futebol, Copa de 1950, Memorialismo esportivo, Mario Filho, *O negro no futebol brasileiro*

Abstract:

This article presents a debate on the construction of the collective memory in the sports journalism, based on episodes regarding the defeat of the Brazil national football team in the 1950 World Cup, in Brazil. The argument proposed is that the new edition of the “classic” book by Mário Filho, *O negro no futebol Brasileiro* (1947), published in 1964, was compelling to the way the memorialistic aspect of the sport began to narrate and value the performance of the team in 1950. Non-existing in the first edition, as it predicted the World Cup title, although inspired by the event for its publication, the election of the explanatory factors for the defeat – of racial, moral, and political nature – guided, since then, the relationship between history and memory, remembrance and oblivion, both in the second edition of the book and in the contemporary investigative journalism, which, during the last World Cup in Brazil, in 2014, had a significant editorial boost to reactivate and consolidate the representation of a historic sporting event.

Keywords: Football, 1950 World Cup, Memorialist aspect of sports, Mário Filho, *O negro no futebol brasileiro*

“...esquecer é uma tarefa mais difícil que lembrar”.
Cristóvão Tezza

Introdução

Para um estrangeiro, que vive fora do Brasil, pode parecer estranho, à primeira vista, a maneira pela qual a memória coletiva conservou certas informações e reproduziu nesse país determinadas lembranças da Copa do Mundo de futebol, em 1950. Por qual razão o país que mais conquistou títulos em Copas – 1958, 1962, 1970, 1994 e 2002 – interessa-se tanto em evocar o jogo do dia dezesseis de julho de 1950, quando o Uruguai sagrou-se campeão no Rio de Janeiro, ao derrotar o Brasil, de virada, por dois a um?

O interesse em explicar a derrota da Seleção Brasileira na quarta edição do torneio mundial organizado pela FIFA ocupa um lugar privilegiado – dir-se-ia, obsessivo – no meio esportivo brasileiro. Ele se repete sob a forma de reportagens televisivas, de materiais jornalísticos, de contos literários e até de filmes. Estes acionam o imaginário nacional a cada quatro anos, sempre que se reinicia o ciclo organizativo de uma nova competição internacional.

No ano de 2014, tal recorrência não fugiu à regra. Mais do que isso, ela intensificou-se porquanto o selecionado brasileiro, passadas mais de seis décadas, voltou a ser o país-sede do evento – hoje um megaevento de repercussão planetária – e experienciou nova e fragorosa derrota, desta feita, por sete a um, para a seleção da Alemanha¹.

Sabe-se que, com base nos estudos sobre mídia (JEANNENEY, 2003) e opinião pública (BECKER, 2003), a vitória em 2014 poderia ser um instrumento decisivo para redimir, quando não para expiar, o resultado de 1950; em contrapartida, no extremo oposto, a derrota implicou vivenciar mais uma vez um acontecimento classificado pelos meios de comunicação como “trágico”, “dramático”, “traumático”, “catastrófico”...²

O presente artigo pretende contribuir para uma historiografia das Copas do Mundo, que se tem robustecido por meio de especialistas (RINKE, SCHILLER, 2014) e de publicações regulares em periódicos, nacionais e internacionais (CONCHA, 2013), dedicados ao torneio, com um texto dedicado a apresentar a construção e a reconstrução da memória esportiva nacional.

A base, para tanto, são os testemunhos e os registros escritos legados pelos jornalistas, agentes mediadores, “especialistas” detentores de um papel crucial na atribuição de significado, na multiplicação de sentidos, na “construção simbólica da emoção”(TOLEDO,

¹ Estudos sobre a recepção e o significado do “7 a 1” no imaginário nacional vêm sendo desenvolvidas em âmbito de pós-graduação, conforme pode-se consultar na dissertação de Fábio Aguiar Lisboa. Cf. LISBOA, HELAL, 2016.

² A contundência da perda da Copa para os rivais platinos foi inclusive responsável por introduzir um vocábulo “acastanhelado”, o *maracanazzo*.

2002, p. 194) e na tradução do evento futebolístico a segmentos mais amplos que acompanham, consomem e legitimam a existência de um “campo esportivo” (BOURDIEU, 1990).

Para dar conta da questão em tela, a bibliografia é abundante e um recorte se faz necessário, de modo a captar o essencial e a selecionar o que de mais significativo foi publicado nesse terreno. Assim, o presente texto estrutura-se a seguir a partir da prévia seleção de uma extensa fortuna crítica existente no Brasil e alhures.

De início, recapitula-se o nível narrativo factual, com a súmula consagrada dos fatos mais marcantes da competição, baseada em uma descrição sumária e a mais objetiva possível dos preparativos, dos jogos e dos resultados do torneio. Na sequência, elege-se a obra do jornalista esportivo Mário Filho como a matriz que legou, em termos qualitativos e quantitativos, um dos testemunhos mais importantes na sistematização de informações sobre a Copa e, em particular, na interpretação e na apresentação de justificativas, esportivas e metaesportivas, para a perda do título pela Seleção Brasileira.

Ainda que presente em distintas temporalidades, busca-se na obra *O negro no futebol brasileiro* (RODRIGUES FILHO, 2003) a fonte matricial de onde muitos autores partiram para revisitar o temário da derrota. Do que se depreende daquele jornalista, os fundamentos interpretativos para entender “a tragédia de 16 de julho” relacionam-se a três fatores específicos, sendo eles o racial, o moral e o político. Estes direcionam o debate sobre a perda da Copa pela Seleção para um significado mais amplo sobre as deficiências de formação do caráter do povo e do Estado brasileiros.

Por fim, após essa interpretação subdividida em três partes, conclui-se com a indicação de outros autores e de novas gerações do jornalismo esportivo, que vêm renovando o interesse pelo fato nas últimas décadas, sem, no entanto, se diferenciar substantivamente dessa matriz.

O propósito é, assim, apresentar de maneira diacrônica a elaboração mnemônica daquele Mundial, consignada sob a forma de escritos e de livros reificadores de uma certa argumentação, a ser aqui explicitada e fundamentada. Acompanhar-se-á a formulação argumentativa em torno da derrota por parte da crônica especializada e procurar-se-á observar os passos de conversão do resultado esportivo em metáfora explicativa da constituição do caráter nacional.

Tal conversão vai buscar elementos não apenas técnico-táticos do jogo como também explicações de cunho social, político e psicológico em relação àquele que é tido por um “trauma” ou por uma “catástrofe”, como a ele se referia Nelson Rodrigues. Está-se aqui diante de um tema canônico para os historiadores – a relação história/memória (LE GOFF, 1990), também extensível e aplicável ao universo dos esportes. Nela interpela-se o modo pelo qual se articulam dialeticamente lembrança e esquecimento. No caso em questão, trata-se de entender por que o indesejado polo da “lembrança” da derrota sobressaiu a seu desejo de “esquecimento”.

As efemérides do torneio: recapitulação de uma cronologia

Sempre que se menciona a IV Taça do Mundo em 1950, no Brasil, evoca-se a circunstância de que a Copa esperou doze anos para ser realizada pela Federação Internacional de Futebol Associado (FIFA). A última edição ocorrera na França, no final da década de 1930, mas a Segunda Guerra Mundial interrompeu a continuidade de realização quadrienal do torneio, criando um hiato em um evento já difundido na Europa e na América do Sul, mas ainda em vias de afirmação e de expansão no recrutamento de países dos demais continentes.

A II Guerra desarticulou a comunicação entre as confederações desportivas europeias e sul-americanas. Esta então comumente se fazia por meio de cartas, de congressos e de telegramas, e era centralizada pelos países da Europa à testa da direção da entidade. Depois de 1939, os dirigentes desportivos não puderam mais comunicar-se, pois suas nações digladiavam entre si – por terra, água e ar –, no *front* do confronto bélico e daquele combate de proporção internacional.

Esse dado temporal costuma ser repetido com insistência pelos escribas do memorialismo esportivo, talvez por ter sido o único momento, em um total de vinte edições (1930-2014), em que a periodicidade do torneio foi suspensa. Durante o pós-guerra, o esforço de rearticulação dos representantes de confederações de cada país junto à FIFA foi lento e longo. Reiniciados em 1946 e alternados em países como Luxemburgo, França, Inglaterra e Suíça, os congressos da FIFA acabaram por deliberar afinal o Brasil como país-sede para retomar o evento, sob o princípio da rotatividade bilateral Europa-América do Sul.

Desde 1938, delegados da Confederação Brasileira de Desportos (CBD), como o jornalista Célio de Barros e o jurista João Lyra Filho, envidavam esforços diplomáticos que pleiteavam a candidatura do país para sediar os jogos, junto ao Comitê da Copa do Mundo. Para tanto, o Brasil contou com o apoio do presidente da FIFA, Jules Rimet, que visitou o país duas vezes antes da decisão. Prevista em princípio para o ano de 1949, a Copa afinal só aconteceu um ano depois, em razão das demandas preparatórias para o torneio.

Além de razões administrativas por parte da FIFA, como a organização das Eliminatórias em cada continente, um dos motivos para o adiamento da Copa dizia respeito à exigência de o país-sede apresentar um estádio de porte na capital da República. À maneira do que haviam feito os uruguaios com o Estádio Nacional de Montevideú, o Rio de Janeiro precisava construir uma praça de esportes à altura da magnitude da competição.

A construção daquele que viria a ser chamado popularmente de Maracanã participou do projeto ambicioso de soerguer o “maior estádio do mundo”. Construído pela prefeitura da cidade, com capacidade para receber um público oficial de cento e cinquenta e cinco mil espectadores, o estádio municipal levou dois anos para ser construído, graças à ação de quase dois mil operários e soldados do Exército. A obra seria um dos grandes ícones

da Copa. Doravante, além de receber o maior número de jogos, ele se tornaria um dos cartões postais da cidade.

Junto ao Estádio Municipal do Rio de Janeiro, outro equipamento esportivo público seria aproveitado. Em São Paulo, polo econômico-financeiro do país, o Pacaembu havia sido inaugurado pelo governo federal em 1940 e acolhia até setenta mil torcedores. Em Minas Gerais, o terceiro estado em importância político-econômica no país, também ocorreria a construção de um estádio especialmente para a Copa, tal como no Rio de Janeiro. Erguido em um bairro na zona central da capital mineira, ele passou em seguida à administração de um clube de Belo Horizonte, o Sete de Setembro, e passou-se a chamar Independência.

Com efeito, nas demais cidades-sedes escolhidas – as capitais dos estados de Pernambuco, do Paraná e do Rio Grande do Sul –, as praças de desportos seriam ampliadas e adaptadas a partir de estruturas preexistentes, com base nos campos dos clubes locais. Nenhum deles, porém, ultrapassava os vinte mil torcedores, sendo pelo menos sete vezes menor, portanto, que o Maracanã (GEHRINGER, 2010, p. 90).

Outro dado que distinguiu a Copa de 1950 com relação a outras edições do torneio foi o seu sistema de competição. Ao invés de uma fase classificatória seguida de embates eliminatórios entre os selecionados vencedores, até uma partida decisiva entre apenas duas seleções, a classificação dos primeiros colocados de cada um dos quatro grupos deu origem a um quadrangular final. O vencedor resultaria do selecionado com a maior pontuação na chave.

Esse fato não tinha precedentes na história do torneio e nunca voltaria a ser adotado posteriormente. Desta maneira, ao contrário do que se pensa, a partida entre Brasil e Uruguai, a dezesseis de julho de 1950, não foi a decisão da Copa, mas tão somente o último jogo escolhido por sorteio para a segunda fase do campeonato.

Um elemento que também pode ser visto com estranhamento na atualidade diz respeito à carência de times para disputar a Copa. Se o regulamento previa dezesseis equipes participantes, apenas trezes vagas foram ao final preenchidas, o que mostra certo grau de provisoriedade organizacional e de precariedade logística. Alguns países chegaram a ser classificados na fase preliminar de disputa em seus respectivos continentes, mas simplesmente desistiram da participação.

Entre as causas para a desistência, havia a distância, conforme ocorreu com a Escócia; a discordância quanto a determinadas regras, como no caso de França e Índia; a falta de condições financeiras, segundo as alegações de Peru e Equador; a simples recusa, tal qual procedeu a Turquia; a dissensão ideológica no limiar da Guerra Fria, a exemplo da Hungria; e mesmo o arrivismo contra os brasileiros, conforme deliberou a Argentina, rival sul-americano, contra quem o Brasil ficou dez anos sem jogar (1946-1956).

Os diferentes motivos não escondem o fato de que a Taça Jules Rimet podia então ser, se não dispensada, ao menos relegada ao segundo plano, no fim daquele decênio de

1940. Conclua-se com este relativismo histórico haja vista que, dos quarenta e nove países afiliados à FIFA em 1949, trinta e três participaram das Eliminatórias, mas apenas treze efetivamente estiveram no Brasil (ASSAF, NAPOLEÃO, 2004, p. 48).

Apesar das defecções, a novidade geopolítica seria a presença da Inglaterra, pela primeira vez em uma Copa, após a reintegração das Grã-Bretanha à FIFA, em 1946. Os ingleses, no entanto, após viajar trinta e uma horas até o Brasil – com escalas por Paris, Lisboa, Dakar e Recife – teriam uma atuação decepcionante no torneio.

A despeito do favoritismo e da presença do técnico Walter Winterbottom, o primeiro treinador de seleção a ser contratado em tempo integral, a Inglaterra teve de assistir à inesperada derrota de um a zero para a equipe semiamadora dos Estados Unidos, formada por filhos de imigrantes latinos, em um gol do haitiano Joe Jaetjens.

Apesar da escassez de seleções, o cartaz promocional do IV Campeonato Mundial de Futebol sugeria o contrário, ao ilustrar a perna de um jogador com uma meia multicolorida, estampada com o desenho de inúmeras microbandeiras dos mais diversos países do mundo. Enquanto no primeiro plano do pôster publicitário um futebolista usava sua chuteira para bater em uma bola de couro marrom, recortada por gomos retangulares, ao fundo da ilustração divisavam-se as linhas do Pão de Açúcar, famoso morro que figurava entre as marcas turísticas da então emergente zona sul do Rio de Janeiro.

Em dados descritivos gerais, a Copa teve duração de três semanas, assistiu à realização de um total de vinte e duas partidas e foi disputada entre os dias vinte e quatro de junho e dezesseis de julho de 1950, no período do inverno da América do Sul. Nos grupos 1 e 2, havia quatro seleções em disputa, ao passo que na chave 3 havia apenas três e no grupo 4, somente dois times.

A primeira chave teve Brasil, Iugoslávia, Suíça e México, enquanto a segunda foi composta por Espanha, Inglaterra, Chile e Estados Unidos. A chave três tinha Itália, Suécia e Paraguai, enquanto a quatro contou com Uruguai e Bolívia. Brasil, Espanha, Suécia e Uruguai classificaram-se à segunda fase. A taça caberia àquele que fizesse mais pontos corridos após o embate das quatro equipes entre si. Os jogos do quadrangular culminaram com uma última partida, que acabou por se afigurar decisiva, entre Brasil e Uruguai.

Após um empate preocupante contra os suíços no estádio do Pacaembu, em São Paulo, a Seleção Brasileira protagonizou uma performance contagiante e ascensional no Maracanã – dois a zero contra a Iugoslávia, sete a um na Suécia e seis a um sobre a Espanha. A sequência de vitórias fez o público pagante dobrar desde o início do torneio, quando oitenta mil torcedores haviam comparecido à estreia do Brasil contra o México, vencida por quatro a zero.

A goleada contra os espanhóis, então conhecidos pelo epíteto de *a fúria*, levou a torcida à euforia. Memorialistas como João Máximo se comprazem em repetir a anedota segundo a qual um coro coletivo de milhares de vozes entoou a marchinha carnavalesca

“Touradas em Madri” para ironizar a debacle da Espanha. Ao chegar ao último jogo, bastava o empate ao Brasil; ao Uruguai, apenas a supremacia em gols garantiria o título.

Brasil e Uruguai tinham seus plantéis formados nos dois clubes mais importantes de cada país à época, respectivamente Vasco da Gama e Peñarol. O trio de meias-atacantes do selecionado brasileiro – Zizinho, Ademir e Jair – parecia imbatível, praticando inicialmente o sistema tático de jogo denominado “diagonal”, uma variante mais flexível do WM europeu.

A chamada diagonal alinhava três jogadores em formato de um pêndulo. Conforme as circunstâncias, ofensivas ou defensivas, a linha média oscilava ora para a esquerda, ora para a direita, ora para a frente ora para atrás (FRANCO JR., 2007, p. 89). Passes curtos alternavam-se com bolas em profundidade.

O treinador brasileiro, Flávio Costa, fora formado pelo técnico húngaro Dori Kruschner. Este emigrara ao Brasil em 1937 e ensinara ao discípulo a aliança entre o voluntarismo individualista, considerado próprio do estilo sul-americano, e o treinamento metódico somado à utilização racional do tempo, que acreditava-se ser característico do estilo europeu.

“Como resistir?” indagava um jornalista italiano, diante dessa aliança técnico-tática. A “máquina esportiva” do técnico Flávio Costa equivalia, segundo um periodista chileno, a um monumento do Brasil moderno, ao lado do Cristo Redentor, inaugurado em 1931, e dos prédios do bairro de Copacabana, construídos nos anos 1940 (O’DONNELL, 2013).

As duas equipes sul-americanas se enfrentaram finalmente no dia dezesseis de julho, às quinze horas da tarde no Maracanã, praça de esportes situada na região central do Rio, então Distrito Federal. O detalhamento informativo reporta que o trio de arbitragem era composto por europeus indicados pela FIFA, sendo dois ingleses, George Reader, de Southampton, e Arthur Ellis, mais um sueco, Gunnar Ehler (HEIZER, 2001, p. 70).

Além de diversas autoridades políticas, como o presidente da República e o prefeito da cidade, houve cento e setenta e três mil oitocentos e cinquenta pagantes. Estima-se, entretanto, que duzentas mil pessoas estiveram presentes naquela tarde ensolarada e triste para a população brasileira. A estimativa de público equivalia a quase a dez por cento da população habitante da cidade (MOURA, 1998).

No mesmo ano em que a televisão era introduzida no Brasil, o primeiro país a receber esse aparelho eletrônico na América Latina (RIDENTI, 2012), coube às emissoras de rádio transmitir a partida para todo o território. Cinegrafistas e fotojornalistas também registraram a partida, além, evidentemente, da cobertura por parte da imprensa, noticiada no dia seguinte.

Segundo constam dos registros jornalísticos e radiofônicos, a cronologia do jogo assistiu a um primeiro tempo do jogo que terminou em zero a zero. No início da segunda etapa, passado apenas um minuto regulamentar, o Brasil abriu a contagem, com um chute

do centroavante Friaça. Aos vinte minutos do segundo tempo, Schiaffino empata para o Uruguai, abatendo o time e os torcedores brasileiros. Transcorridos trinta e três minutos da segunda etapa, mais um gol uruguaio, desta feita do ponteiro direito Ghiggia, sendo o gol considerado uma falha da defesa brasileira.

Durante o tempo restante da partida, o Brasil reage e tenta ainda empatar, sem sucesso. O jogo termina e o Uruguai é campeão. Jules Rimet desce a tribuna de honra, entra em campo e entrega aos uruguaios a taça que leva seu nome. Enquanto os platinos, de uniforme azul, comemoram com uma volta olímpica, o desespero toma conta dos jogadores brasileiros, alguns deles a chorar copiosamente. Milhares de torcedores, desolados, também choram. Das arquibancadas, ainda ouvem-se palmas em reconhecimento aos atletas uruguaios. O silêncio e a tristeza instauram-se à saída do estádio (PERDIGÃO, 2000).

A sedimentação da memória: Mario Filho e a republicação de *O negro no futebol brasileiro* na década de 1960

A seção acima contém uma descrição sumária e esquemática de alguns aspectos factuais que poderíamos elencar, entre tantos, acerca da organização e dos jogos da Copa de 1950. Está-se aqui frente à superfície dos acontecimentos, à “espuma” dos fatos, no nível da curta duração delimitada por Braudel, em seu projeto de escandir uma história estrutural, conjuntural e *événementielle* (BRAUDEL, 2011).

A questão de que partimos procura, sem embargo, ir além da factualidade do torneio e da sua reconstituição objetiva. Interessa-nos aqui compreender por que, às gerações subsequentes, aquele torneio “não só produziu um dos mais emocionantes climaxes, como também um dos mais duros choques que alguma Copa já produziu”, conforme as palavras de um correspondente inglês (GLANVILLE, 1973, p. 52).

Tal emoção e tal choque repercutiram na sociedade brasileira, em particular no jornalismo esportivo, ao longo das décadas. “Por que o Brasil perdeu?” Não foi uma pergunta episódica nem circunstancial. Mesmo depois da série de publicações e reportagens que se seguiram à semana do jogo, a derrota permaneceu como uma espécie de “enigma” nacional, no sentido wisnikiano (WISNIK, 2008, p. 288), a ser decifrado pela crônica nas décadas posteriores. Sendo assim, as mais diferentes razões foram buscadas.

Essa interrogação de uma causa, ou de um conjunto de justificativas, se tornou “o fio condutor das narrativas da derrota produzidas, principalmente, pela imprensa” (COSTA, 2008, p. 14). As justificativas têm também um duplo sentido, uma vez que, ao referir-se às contingências de uma partida futebolística com duração de noventa minutos, elas extravasaram seu alcance para uma análise metafórica, mais ampla e mais detalhada, do Brasil como nação e como povo.

Se a preparação da infraestrutura para uma Copa era um desafio e uma atribuição do Estado brasileiro, com vistas a mostrar aos demais países a sua força na engenharia

moderna, a sua capacidade civilizatória e o seu grau de desenvolvimento econômico-político, o resultado frustrante dentro de campo encaminhou a discussão também para outros alcances, de ordem interpretativa psicossocial.

Tais dimensões incorporaram elementos antropológicos, psicológicos e sociológicos acerca do etos do “povo brasileiro”. A derrota no futebol foi equiparada à condição de inferioridade do país frente às outras nações. Entre outros aspectos históricos, especulou-se que a perda derivava do complexo racial e da instabilidade psíquica, fruto de uma sociedade mestiça, marcada por séculos de escravidão³.

Conhecido em âmbito internacional pela mestiçagem, o Brasil era visto por seu peso colonial e por sua identidade multirracial. As ambivalências eram percebidas assim ora positiva, ora negativamente. O interesse mais abrangente nesses fatores psicossociais, quando não morais, do chamado caráter nacional (LEITE, 2002; MOTTA, 1990), permite assim examinar a seguir a obra de um escritor que se debruçou sobre o assunto, mais de uma década depois de perdida a Taça Jules Rimet pelo Brasil, em 1950.

Mesmo depois de anos transcorridos, a derrota em 1950 continuou a acender um caloroso debate identitário, reavivada a cada quatro anos, ainda que eclipsada com o ciclo virtuoso de conquistas em 1958, 1962 e 1970. Grosso modo, três fatores – o racial, o moral e o político – estão na base das interpretações jornalísticas sobre o fracasso brasileiro em campo. Começemos pela questão do racismo e seus reflexos na sociedade brasileira.

Para tanto, vale ressaltar que a fonte orientadora para a investigação é a obra de Mário Filho, jornalista esportivo e proprietário do periódico *Jornal dos Sports*, o mais importante do país entre as décadas de 1930 e 1980, à maneira do *L'Équipe* em Paris, da *Gazzeta dello Sport*, em Milão, e do *World Sports*, em Londres. Grande incentivador da Copa e da construção do Maracanã (LEITE LOPES, 1994), após o seu falecimento, uma lei municipal deu ao estádio o nome oficial de Mário Rodrigues Filho, em 1966.

O interesse na compreensão da realidade brasileira, e sua aplicação ao mundo do futebol, fez com que o autor publicasse em 1947 a primeira edição do livro *O negro no futebol brasileiro*. Com prefácio do sociólogo Gilberto Freyre, renomado autor da obra *Casa-Grande & senzala* (1933), ensaio sobre a formação patriarcal e a vida íntima durante o regime exportador escravocrata brasileiro, Mário Filho compilava suas crônicas de jornais escritas durante cinco anos, entre 1942 e 1946.

A obra apresentava um vasto repertório de crônicas romanceadas em que procurava reconstituir a ambiência da vida futebolística no Rio de Janeiro, através da narração de suas memórias pessoais e de histórias de vida relatadas por seus próprios agentes, sobretudo os mais antigos jogadores da fase amadora.

³ Como se sabe, vasta e volumosa literatura é consagrada ao regime escravagista, abolido no Brasil a treze de maio de 1888, sendo o país considerado, ao lado de Cuba, o último a abolir a escravidão no mundo. Cf. CHALHOUB, 2011; ALONSO, 2007.

Segundo a concepção narrativa do livro, o profissionalismo brasileiro do decênio de 1930 foi consubstanciado com a entrada dos negros e operários no futebol e correspondeu ao divisor de águas mais importante da história esportiva. No limite, ele possibilitou não só a emancipação do jogador de origem proletária como a democratização do jogo e a impressão de um caráter autêntico perante as formas de atuação padronizadas que vinham impingidas da Europa, em especial do modelo original britânico.

Para Mário Filho, a profissionalização desse esporte, lograda após acerbos confrontos entre “amadoristas” e “profissionalistas”, de 1933 a 1938, havia permitido ao negro um suposto duplo triunfo: o rompimento com o preconceito e com a segregação atávica que persistia desde o fim da escravidão no Brasil e a conquista de um eminente espaço simbólico no imaginário da sociedade brasileira.

Os atletas revestiam-se de uma idolatria e de uma aura heroica em eventos internacionais como a Copa do Mundo da França, em 1938, quando o jogador Leônidas da Silva, artilheiro da competição, foi enaltecido na chegada da delegação ao Brasil. Isto só havia sido possível, segundo o jornalista, graças à criatividade e à invenção *sui generis* de um estilo nacional que modificava os conspícuos princípios do esporte europeu mediante a revalorização da esfera lúdica e amadora do jogo, conforme sugere também o antropólogo Leite Lopes em seminal artigo dedicado a Garrincha (1992) e a seu estilo forjado no futebol de fábrica amador no interior do Rio de Janeiro.

A versão nativa do *homo ludens* equiparava, portanto, o futebol à dança, à arte, à brincadeira, à malandragem e à plasticidade corporal, que se acreditava ser sorvida das mais remotas tradições populares, sobretudo aquelas de inspiração agrária e rural. Agente de incorporação e de socialização, o sincrético futebol brasileiro facultou às classes subalternas uma ascensão e uma visibilidade social até então vedada em outras áreas da vida coletiva, argumento muito próximo ao que se aplica à tradição do samba e da música popular no país (VIANNA, 1995; NAPOLITANO, 2007).

A suposta redenção simbólica do negro brasileiro através do futebol teve, no entanto, de ser revista por Mário Filho, três anos depois do lançamento de seu livro. A derrota do Brasil na Copa do Mundo de 1950 colocara o desafio de pensar por que a acusação de erros nos lances decisivos contra o Uruguai recaía justamente sobre três jogadores de origem negra – o goleiro Barbosa, o zagueiro Juvenal e o lateral esquerdo Bigode (RISÉRIO, 2007).

A atribuição de responsabilidade, quando não de culpa, àqueles três jogadores, não seria esquecida nem resolvida com os títulos mundiais obtidos na Suécia, em 1958, e no Chile, em 1962. Para responder a esta inquietação que pairava sobre a derrota de 1950, Mário Filho teve então a iniciativa de reescrever a sua obra e de republicá-la em 1964, em uma segunda edição ampliada⁴, por meio de uma editora de maior circulação e de maior

⁴ Até o presente momento, mais duas edições foram lançadas: a terceira, em 1994, por ocasião da Copa nos

prestígio, conhecida também por seu engajamento político à esquerda e por sua atuação de destaque no âmbito da cultura, a *Civilização Brasileira* (FERREIRA, 2003).

Ao prefácio de Gilberto Freyre, constante da edição de 1947, publicada por sua vez pela Pongetti Editores, o jornalista Mario Filho acrescentou então mais uma nova apresentação, assinada pelo eminente folclorista baiano Edison Carneiro, reconhecido por estudos afro-brasileiros. No corpo do texto, mais dois capítulos inéditos foram acrescentados. Em princípio, estes dois cumpriam uma função revisionista e foram sugestivamente intitulados: “A provação do preto” e a “A vez do preto”.

Mas após lembrar as razões da derrota em 1950, o escritor procurava mostrar, em uma espécie de *happy end*, como o Brasil se reencontraria consigo mesmo e superaria finalmente o trauma. Neste adendo ao livro original, a experiência traumática seria superada com o arrebatamento do título mundial, em 1958, na Suécia, tendo à frente atletas negros e mestiços, como Pelé, Garrincha, Didi e Vavá.

A seguir, deter-nos-emos na maneira pela qual, nos dois capítulos assinalados acima, Mario Filho repisou a partida decisiva contra o Uruguai e levantou apontamentos que identificaram os três fatores explicativos para a “tragédia de 16 de julho”: o racial, o moral e o político.

O fator racial: em busca de um “bode expiatório”

A publicação de *O negro no futebol brasileiro*, quase quinze anos depois da derrota na final da Copa do Mundo de 1950 e cerca de vinte anos depois da primeira edição, permitiu a Mario Filho colocar o leitor da geração da década de 1960 no ambiente e no calor dos acontecimentos que se seguiram àquele jogo então distante no tempo. A narrativa atualizada baseia-se em suas próprias recordações de militante ativo do torneio e na repercussão da derrota na semana seguinte ao jogo.

O primeiro argumento presente nos jornais e na opinião pública referia-se à coincidência de que os três jogadores acusados de falha no sistema defensivo brasileiro eram de origem negra: Barbosa, goleiro do Vasco; Juvenal, zagueiro do Flamengo; e Bigode, lateral do Fluminense. A acusação consistia, para Mario Filho, em um sinal de prática e valores racistas ainda presentes na sociedade brasileira, o que se fazia extravasar sutilmente por intermédio de uma disputa futebolística:

O campeonato do mundo de 50, em vez de glorificar um novo ídolo do futebol brasileiro, que, segundo todas as probabilidades, seria outro mulato ou preto, à imagem e semelhança de Arthur Friedenreich e Leônidas da

Estados Unidos, com texto de apresentação de João Máximo (Editora Fumo), e a quarta, em 2003, com introdução do cientista político Luís Fernandes (UFF), publicada sob os auspícios da Faperj pela editora Mauad.

Silva, o que fez foi reavivar um racismo ainda não de todo extinto. O que o disfarçava era o entusiasmo pelos heróis mulatos e pretos do futebol e de quem dependiam milhares e milhares de torcedores de clubes e milhões e milhões de brasileiros. (RODRIGUES FILHO, 2003, p. 280)

A suposta debilidade biológica e fragilidade psicológica do mestiço e do negro, muito presente nas teorias eugênicas que no Brasil pregavam o branqueamento da população como única solução étnica para o país no final do século XIX, reaparecia no âmbito do futebol, em meados do século XX.

O racismo, de acordo com o texto de Mario Filho, já existia no futebol de clube, sendo ele apenas “disfarçado”. Nele, os torcedores camuflavam a discriminação ao defender os atletas negros de seu time, mas revelavam a persistência do preconceito ao valer-se das mesmas aparências fenotípicas para provocar os oponentes. O véu racista assim caía rapidamente, quando o objetivo era encontrar um pretexto para ofender e hostilizar os jogadores negros da equipe rival.

Esse expediente também já existia nos jogos internacionais da Seleção Brasileira, sobretudo nos confrontos sistemáticos com os países da América do Sul. Desde os anos 1920, os cronistas relatam os insultos aos atletas do Brasil em partidas contra os vizinhos, pelo Campeonato Sul-Americano.

Em uma dessas partidas, a categoria utilizada pela imprensa local foi a de “macaquitos”, conforme relata em sua tese Leonardo Pereira (2001). A forma ofensiva e pejorativa rebaixava os brasileiros na hierarquia animal e os associava, pelo fenótipo, à presença predominante de negros na sua população. Tal insulto remontava à Guerra do Paraguai (1864-1870), quando o Exército brasileiro enviou contingentes negros e ofereceu a alforria a escravos que fossem lutar na região da Bacia do Prata, contra as tropas do presidente paraguaio Solano López.

Segundo Mário Filho, o preconceito contra o tipo brasileiro voltava à tona por ocasião daquela derrota futebolística, em fins dos anos 1940. Desta feita, ainda que Mario Filho não precise suas fontes, o preconceito partia da sua própria população, ou ao menos de setores influentes da opinião pública, que faziam aquela acusação reverberar.

A reação da torcida e as circunstâncias da acusação são assim descritas pelo jornalista, logo após o final da partida:

E quando *Mr. Reader* deu o apito final, o Maracanã transformou-se no maior velório da face da Terra. Todo o mundo queria ir embora, desaparecer. Muitos não tinham mais força para um passo, para um gesto. Ouviam-se gritos de viúvas sicilianas. Poucos eram os que não choravam. Os que não choravam deixavam-se ficar numa cadeira numerada, num degrau da arquibancada, num canto da geral, a cabeça sobre o peito, largados. Ou então esbravejavam, batendo no

peito, apontando para o campo. Uns acusavam Flávio Costa. Mas quase todos se viraram era contra os pretos do escrete.

- O culpado foi Bigode!

- O culpado foi Barbosa! (...)

E vinham acusações do brasileiro contra os brasileiros. O brasileiro que acusava os brasileiros naturalmente desabafava para ficar de fora. Ou ver se ficava de fora.

- A verdade é que somos uma sub-raça.

Uma raça de mestiços. Uma raça inferior. Na hora de aguentar o pior, a gente se borrava todo. Como Barbosa quando estreava no escrete brasileiro. (RODRIGUES FILHO, 2003, p. 289-290)

O debate racial, naquele momento, continha um dado até certo ponto irônico, de acordo com o autor. Se o apontamento de “bodes expiatórios” para o insucesso do time nacional passava pela identificação de um ou mais responsáveis, que individualizavam uma perda em princípio coletiva, no caso dos vencedores tal tipo de personificação também acontecia.

Isso porque a imprensa afinal creditou a vitória à atuação do capitão Obdúlio Varela. Era este, segundo muitos, o comandante uruguaio da virada no segundo tempo. A ironia, para não dizer a incoerência, observada por Mario Filho, decorria do fato de o futebolista elevado à condição de herói ser igualmente mestiço:

Mas ao mesmo tempo que se observava esse recrudescimento do racismo, o brasileiro escolhia um ídolo às avessas: Obdúlio Varela, mulato uruguaio, de cabelo ruim.

Era o ídolo que queríamos para nós. O que lamentávamos era não ter um Obdúlio Varela, *El Grand Capitán*. Se Obdúlio Varela tivesse jogado pelo Brasil, o Brasil teria sido campeão do mundo.

E o brasileiro se esquecia, ou talvez não se esquecesse, pelo contrário, que Obdúlio Varela era mulato. (RODRIGUES FILHO, 2003, p. 290)

Dessa maneira, o debate sobre o racismo estava longe de ser superado pela visão positiva da mestiçagem forjada dos anos 1930 em diante (SCHWARCZ, 1993). Ele, aparentemente, mostrava-se até estranho para um país que desde o pós-guerra difundia ao mundo a imagem freyreana de uma “democracia racial”, laboratório de mistura e de convívio entre diferentes, o que passaria a ser valorizado por instituições como a Unesco, após a experiência da intolerância nazista e a busca por referências não-europeias.

As citações do jornalista, nesse sentido, inexistentes na versão original e acrescentadas à segunda edição do livro, tencionam à sua maneira problematizar a resolução da integração racial no Brasil, bem como a suposição da igualdade de valores vigentes entre brancos e negros no país. Em princípio dos anos 1960, mesmo com a Seleção brasileira a celebrar o bicampeonato mundial (1958-1962), Mario Filho não deixou de mostrar de que maneira o futebol era um terreno por intermédio do qual essas questões mais amplas se manifestavam.

O fator moral: fracasso, honra e vexame

A discussão sobre a composição étnica como suposto fator interveniente para a definição da sorte naquela partida vai ao encontro de um segundo elemento. A fragilidade da raça articulava-se, nas análises das reportagens jornalísticas legadas sobre a derrota, ao argumento da falta de qualidades morais ou sentimentais, sobretudo por meio de categorias denominadas como fibra, prudência e hombridade, evidenciadas dentro e fora de campo.

Na esteira da “tragédia de 16 de julho”, ponderou-se que o excesso de confiança generalizado contagiou o time, a delegação, as autoridades e a sociedade como um todo nos três dias que antecederam o último jogo. Interpretava-se que o otimismo instaurou-se desde a penúltima partida, a treze de julho, jogada contra os espanhóis. A goleada de seis a um, considerada espetacular pela maioria, fez com que se generalizasse a crença na conquista irreversível do título.

Após a última partida, considerou-se que a precipitação desse convencimento teria gerado uma espécie de soberba por parte dos torcedores. Conforme rememora Mário Filho:

A vitória contra a Espanha, porém, virou a cabeça do brasileiro. Não do jogador brasileiro: do brasileiro que ficava de fora e que já se sentia campeão do mundo. Ainda mais porque o Uruguai empatava com a Espanha no finzinho do jogo, um jogo perdido, ganhara da Suécia a duras penas.

Enquanto isso o Brasil goleava a Suécia e a Espanha. Que dúvida podia haver? As fábricas de flâmulas trataram de fazer centenas de milhares de flâmulas: ‘Brasil, campeão do mundo’. As tipografias imprimiram milhões de cartões-postais com o escrete brasileiro: ‘Brasil, campeão do mundo’. Os gabinetes fotográficos reproduziram em milhares de cópias uma pose do escrete brasileiro com letras gravadas em preto: ‘Brasil, campeão do mundo’. (RODRIGUES FILHO, 2003, p. 290).

A soberba contribuiu para, se não o menosprezo ao adversário, ao menos uma autoconfiança excessiva e perigosa do torcedor envolvido, então tido por tipo mediano mais comum, espécie de imagem refletida da totalidade do povo brasileiro, em suas diferenças e diversidades. Mario Filho comenta mais à frente que um vespertino carioca chegou à empáfia de estampar em sua manchete, na véspera da decisão: “Estes são os campeões do mundo”. Abaixo do dizer, uma foto perfilava os onze integrantes do time brasileiro.

A ausência de capacidade de “refreamento das emoções” de parte do brasileiro, um índice importante de aferição do grau de desenvolvimento do “processo civilizador”, acabou por tornar mais duro o revés sofrido pela equipe em campo. Ao orgulho da população com a realização da Copa; ao entusiasmo com a construção de um estádio de escala monumental; e ao delírio com a performance da equipe em campo, sucederam-se a decepção e a frustração.

À sensação de sucesso, passou-se, em um curto espaço de tempo, à experiência antagônica: o fracasso. Para alguns, em virtude das altas expectativas criadas, a certeza da vitória e o clima de euforia converteram a perda da Taça em um vexame.

Tal sentimento pode ser identificado na rememoração das contingências do jogo, tanto no primeiro quanto no segundo tempo. Elas expõem lances da partida que atribuem a derrota a determinadas atitudes morais, ou à falta delas, por parte do selecionado nacional. Elas também expressavam, *a posteriori*, as supostas falhas do caráter nacional. Vivenciado sob a forma do luto mortuário, sucedia a desonra, a humilhação e o desrespeito coletivos. (VOGEL, 1982).

A versão dos acontecimentos narrados por Mário Filho sugere um acerbo debate em torno da intimidação que acometeu os jogadores brasileiros durante a partida. Ao se apequenar perante o adversário, sem reagir à altura, o jogador brasileiro revelaria uma postura classificada por muitos de covarde. Em episódio polêmico, inexistente para muitos, Mario Filho relata que o capitão do Uruguai teria provocado, e quase agredido, o lateral esquerdo do Brasil. Este, orientado a não revidar pelo treinador da equipe, acabou por intimidar-se perante o ataque uruguaio.

Sua zona de campo, o flanco esquerdo, se revelou a mais vulnerável desde então. Estando a área desguarnecida, a dinâmica do jogo levou o Uruguai a fazer os dois gols de contra-ataque:

[...]Obdúlio Varela agarrou Bigode pelo pescoço. Não lhe meteu a mão na cara. Mas que o balançou em safanões, balançou.

Bigode, que era uma fera, ficou quieto, sem uma reação. Não houve ninguém no Maracanã que não compreendesse Bigode, a passividade de Bigode. Se Bigode reagisse seria expulso, o Brasil ficaria com dez. [...]

Bigode obedecia às ordens terminantes: não podia reagir. Bigode e todos os jogadores brasileiros. *Remember 38*⁵. Se levássemos um bofetão, tínhamos era de oferecer a outra face. Mas quem se lembrou que um jogador como Bigode, valente, explosivo, dando sempre mais que levando, não ia aguentar lá por dentro, que por fora aguentara, que remédio, uns safanões diante de duzentos e vinte mil brasileiros?

E foi o que aconteceu: com as faces ardendo de vergonha, contendo-se, Bigode não dominou mais Gigghia. Os dois gols uruguaio saíram dos pés de Gigghia. Bigode sempre recuando, não se atrevendo mais a dar o bote de cobra com os pés juntos. (RODRIGUES FILHO, 2003, p. 287-288).

Além de um sentimento de inferioridade racial, emergia nas circunstâncias do jogo o viés psicologizante da incapacidade de autocontrole emocional. Incapaz de lidar com as provocações, nem com as estratégias de desestabilização do oponente, o atleta brasileiro abatia-se, permitindo que o rival se impusesse a partir de gritos e de ameaças gestuais

⁵ Nota do autor: o jornalista refere-se ao jogo do Brasil contra a Itália na Copa do Mundo de 1938.

dentro de campo. Tal elemento desbancava outro mito nacional. Este relacionava-se ao virtuosismo técnico, supostamente congênito ao jogador da Seleção. Se a qualidade e a categoria dos virtuosos brasileiros pareciam indubitáveis, concluía-se com o resultado de que elas não bastavam por si só.

Necessitava-se de uma postura imponente em campo, capaz de controlar os nervos, de precaver os instintos, de saber administrar as emoções e de não se inferiorizar perante atos provocativos e intimidatórios dos rivais. Nas palavras de um crítico, a “ambição de grandeza” cedeu lugar à “impotência infantilizada de um povo periférico” (WISNIK, 2008, p. 246).

Assim, no reino moral do futebol, a soberba da sociedade brasileira representou um pecado cometido antes do jogo. A prepotência acabou punida e castigada com a derrota inesperada, dentro de seu próprio território. Durante a partida, a intimidação dos uruguaios teria assim influenciado, para Mário Filho e para muitos, na perda da Copa. Eis, pois, a “lição” legada pelo Mundial de 1950: de um lado, a covardia dos brasileiros; de outro, a garra dos uruguaios.

Os fatores extracampo: a política no banco dos réus

Os dois primeiros fatores estruturais eleitos por Mario Filho, e submetidos aqui para exame, relacionam-se mais diretamente às vicissitudes dos noventa minutos do jogo. Ainda que a suposição de uma inferioridade biológica e psicológica remeta a questão para além das quatro linhas, foram erros individuais e posturas de grupo durante o tempo regulamentar da partida que levaram o Brasil ao suposto vexame.

O terceiro elemento, no entanto, foi bastante enfatizado pela crônica da época e tem repercussões até os dias de hoje, quando se fala da Copa do Mundo de 1950. Este fator refere-se à prejudicial interveniência política que antecedeu os preparativos daquela data considerada fatídica.

Todo o esforço de organização da Copa havia dependido financeiramente do apoio do Estado brasileiro, como a construção do Maracanã com verbas da prefeitura da cidade do Rio, após a doação de um terreno do Exército pelo governo federal. Em contrapartida, parecia compreensível que a visibilidade do evento estimulasse as autoridades a marcar sua presença nas cerimônias de inauguração e nas próprias partidas, em busca de promoção pessoal.

Ademais, 1950 era um ano eleitoral no país. A disputa majoritária estava prevista para o dia três de outubro, menos de três meses depois da Copa. No mesmo dia em que o Brasil estreava contra o México, o nome de Getúlio Vargas, que governara o país por quinze anos (1930-1945), metade dos quais de forma ditatorial, era homologado para concorrer às

eleições para a presidência da República⁶.

Com efeito, uma das decisões mais controvertidas nos dias que antecederam a última partida do Brasil foi a mudança do local da concentração. Se até a partida contra a Espanha, o time brasileiro concentrava-se em uma região isolada do Rio de Janeiro, o bairro de São Conrado, numa mansão emprestada por um banqueiro à delegação da CBD, houve a decisão dos dirigentes da entidade de colocar os jogadores mais perto da população e mais próximo do palco em que seria realizada a partida.

O novo lugar era o movimentado estádio do Vasco da Gama, situado na zona norte do Rio, nas adjacências do Maracanã. Esse fato, registrado e repetido por vários periodistas, foi interpretado como uma tentativa simbólica de aproximar a Seleção do “povo”. De maneira sub-reptícia, sabia-se que o alcance era outro, pois permitiria a políticos e a candidatos que ali estavam para tirar proveito e beneficiar-se da exposição pública, a posar para fotos ao lado dos ídolos nacionais.

A escolha do Vasco da Gama como nova base para a concentração justificava-se pela familiaridade, pois boa parte do time, com oito atletas no elenco, e seu treinador, Flávio Costa, que comandava também o selecionado brasileiro, atuava no clube cruzmaltino. Diz-se inclusive que a Flávio Costa fora prometido, nesse contexto, uma vaga à vereança da cidade no pleito daquele ano, pelo mesmo partido de Getúlio Vargas, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Afora os dirigentes esportivos da CBD, conhecidos na crônica brasileira pelo apelido pejorativo de “cartolas”, o que em linguagem ordinária conota pessoas da alta sociedade, com um acento esnobe, aristocrático e/ou conspiratório, Cristiano Machado, candidato à presidência pelo Partido Social Democrático (PSD), compareceu e discursou aos jogadores. O mesmo se deu com o governador de São Paulo, Adhemar de Barros, candidato ao Senado⁷.

Nas palavras de Mário Filho,

No sábado 15 de julho, à tardinha, os jogadores do escrete brasileiro estavam despreocupados e alegres, relaxados, vendo na quadra da curva de São Januário, vendo na quadra de São Januário um treino de volêi de moças. Foi quando veio a ordem: todos ao salão nobre.

É que tinha chegado tudo quanto era candidato a vereador, a deputado, a senador, para cumprimentar os jogadores que no dia seguinte iam ser

⁶ Getúlio Vargas elegeu-se com 48% dos votos válidos. Seu governo não chegou ao fim do mandato. Após intensas campanhas de oposição, que alegavam denúncias e escândalos de corrupção, mas que se motivavam também de posturas ideológicas varguistas, lutas por poder e de retaliação à implantação de políticas de cunho nacionalista, Vargas suicidou-se no dia 24 de agosto de 1954, para consternação geral seguida de grande comoção popular. Cf. FERREIRA, 1994.

⁷ No dia da partida, antes do início do jogo, o prefeito do Rio de Janeiro discursou em um alto-falante do Maracanã: “O governo municipal cumpriu o seu dever, construindo o estádio que aí está. Agora, jogadores do Brasil, cumpri o vosso!”.

campeões do mundo. Flávio Costa podia estar errado: estava, porém, de pernas e braços amarrados, pois era também candidato a vereador. Com a vitória do Brasil a eleição dele era mais do que certa.

Como candidato não podia cercear a liberdade dos outros candidatos. E durante duas horas, de pé, os jogadores do escrete brasileiro ouviram discursos inflamados. Cada candidato queria demonstrar mais confiança no escrete. Assim, os jogadores brasileiros recebiam, de cara, o tratamento de campeões do mundo.

Mal se podia respirar no salão nobre do Vasco, aquela massa incalculável de candidatos queimando carbono, sacudindo os braços, gritando. Os jogadores brasileiros cercados, aprisionados em abraços de candidatos.

- Me assine um autógrafo aqui. (RODRIGUES FILHO, 2003, p. 283).

Sendo assim, o espaço reservado aos preparativos dos atletas transformou-se em uma concentração às avessas. O clube carioca foi tomado por políticos, curiosos, fãs, jornalistas e multidão de interessados no assédio aos jogadores.

Com a agitação vivida na véspera, entra em consideração até que ponto essa mudança de endereço teria influído no resultado que ocorreria no dia seguinte. Agregava-se, por conseguinte, mais um elemento causal e estrutural às hipóteses sobre a derrota. Depois de Mario Filho, estes repetiriam e rememorariam o incidente como um dado extracampo que contribuiu para o resultado negativo inesperado.

À guisa de conclusão

A obra do jornalista Mario Rodrigues Filho tem sido alvo de intensos questionamentos acadêmicos nos últimos anos, repercutindo em polêmicas historiográficas desenroladas em periódicos como a revista *Estudos Históricas* (Dossiê Esporte e Lazer, 1998). Um dos pontos centrais da discussão reside na validade da utilização de seus escritos como fontes para a pesquisa histórica e no modo reiterativo, para não dizer acrítico, pelo qual cientistas sociais o empregaram desde o início da década de 1990 (HELAL; SOARES; LOVISOLO, 2001).

Conforme procurou-se apontar nesse artigo, parte expressiva das crônicas de Mario Filho, publicadas originalmente nos anos 1940 e reescritas na década de 1960, retratou a história do futebol brasileiro, com base em sua memória de jornalista e em sua escrita romanesca. Esta, é sabido, procurava dar tonalidades ficcionais à experiência colhida em entrevistas com jogadores do passado, em recortes de imprensa guardados do período amador e nas próprias recordações pessoais do jornalista, como é o caso da Copa de 1950 (SILVA, 2014).

Sem entrar no mérito da validade da utilização ou não de *O negro no futebol brasileiro* no meio universitário, convém enfatizar a sua importância na compreensão e na reconstrução factual dos elementos explicativos para a decifração da chamada “tragédia de

16 de julho” e para a Copa do Mundo de 1950 como um todo. Na medida em que não se tratou aqui de averiguar a existência de uma suposta “verdade” ou de uma fonte fidedigna contida no relato, mas de observar a estratégia discursiva quando da publicação da segunda edição, o livro permite examinar o modo como tais interpretações se consagraram no imaginário nacional a partir dele. Neste sentido, a utilidade do livro continua viva e incontornável à compreensão do memorialismo esportivo na contemporaneidade.

Os textos desse cronista esportivo permanecem referenciais na reprodução da memória coletiva no que diz respeito a fatos e a episódios associados a uma história do futebol no Brasil. No tema aqui em tela, suas referências ao Mundial de 1950 são relevantes, porquanto contêm passagens que seriam retomadas e esmiuçadas por outros jornalistas nas décadas seguintes.

No último decênio, desde o anúncio do Brasil como país-sede da Copa de 2014, chega a impressionar o número de livros publicados que tratam da temática da derrota. Trata-se de obras de testemunho ou de novas reportagens jornalísticas dedicadas a personagens e incidentes daquela tarde de julho de 1950. Forçoso é reconhecer que se está em face de um interesse por assim dizer monotemático, a ponto de pouco se saber sobre os demais jogos da competição, afora os da Seleção Brasileira⁸.

Seria oportuno, portanto, levantar a pergunta do início do artigo: por que a obsessão nacional com o vice-campeonato de 1950? Por que lembrá-la com tanta insistência, depois de sucessivas conquistas e de um reconhecimento internacional da supremacia técnica do estilo de jogo nacional?

Se não é possível responder a essa questão, que remete à sedução da memória (HUYSEN, 2000) no período contemporâneo, cabe, no entanto, destacá-la como um índice relevante do modo de narrar do memorialismo esportivo. Sendo constitutivo da nacionalidade, é cabível encerrar com a menção aos volumes mais recentes dedicados à temática, que dão continuidade às indagações formuladas por Mario Filho nos idos de 1960.

O mais obsessivo e exaustivo de todos é o ensaio *Anatomia de uma derrota*, do jornalista Paulo Perdigão, publicado originalmente em 1986 e revisado e ampliado em 2000, quando a “tragédia” completou meio século. O autor estivera presente ao jogo, com apenas onze anos de idade e o impacto daquela lembrança levou-o a uma imersão ensaística na reconstituição dos mais minuciosos acontecimentos sobre aquele torneio. A locução radiofônica completa do jogo, inclusive, é apensa ao livro, sendo transcrita e comentada nos mínimos detalhes, graças ao acesso do autor aos arquivos da Rádio Nacional.

Também em 2000, ao completar cinquenta anos do jogo Brasil/Uruguai, uma leva de livros foi lançada, com revisitação do tema. Enquanto o jornalista Geneton Moraes Neto publicava o livro *Dossiê 50*, com a adaptação dos relatos das entrevistas dos onze jogadores

⁸ Uma exceção é o estudo do historiador André Capraro sobre as partidas realizadas no estádio Durval de Brito, no Paraná, estado da região sul do Brasil. Cf. CAPRARO, 2010.

envolvidos na partida, outro companheiro de profissão, Roberto Muylaert, dedicava-se estritamente àquele que ficou marcado como o grande vilão da derrota: Barbosa.

Na obra *Um gol faz cinquenta anos*, ele reporta vinte horas de conversa com o jogador, no final dos anos 1990. Dentro do relativo boom editorial a que assistiu o futebol, o trabalho foi reeditado às vésperas da Copa de 2014, com um novo nome no subtítulo: *um gol silencia o Brasil*. Por fim, o jornalista Teixeira Heizer, na mesma linha investigativa dos anteriores, a reiterar os interesses enunciados e investigados por Mário Filho em 1964, lança *Maracanazo: tragédias e epepeias de um estádio com alma*, para dissecar a efeméride de meio século da Copa.

Esses são, pois, apenas alguns dos exemplos de um episódio ainda longe de se exaurir no contexto brasileiro, dado o próprio caráter cíclico com que se organiza a temporalidade do megaevento internacional. Tanto como curiosidade quanto como intriga histórica, permanece a pergunta: por que perdemos?

Artigo recebido em 14 jan. 2017

Artigo aprovado para publicação em 26 abr. 2017

Referências

ALONSO, Ângela. *Joaquim Nabuco: os salões e as ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

ASSAF, Roberto; NAPOLEÃO, Antônio Carlos. *Seleção brasileira – 90 anos (1914-2004)*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

BECKER, Jean-Jacques. “A opinião pública”. In: *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

BOURDIEU, Pierre. “Programa para uma sociologia do esporte”. In: *Coisas ditas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

BRAUDEL, Ferdinand. “História e ciências sociais: a longa duração”. In: NOVAIS, Fernando Antônio; SILVA, Rogério F. da. (Orgs.). *Nova história em perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

CAPRARO, André. "Copa do Mundo de 1950: a imprensa e os jogos realizados em Curitiba". In: *Revista Esporte e Sociedade*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2010, n. 14.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CONCHAS, Miguel. "Research possibilities for the 2014 FIFA World Cup in Brazil". In: *Soccer & society*. Londres: 18 novembro de 2013, p. 167-174.

COSTA, Leda Maria da. *A trajetória da queda: as narrativas da derrota e os principais vilões da seleção brasileira em Copas do Mundo*. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em Letras/ UERJ, 2008.

FERREIRA, Jerusa Pires. *Editando o editor: Ênio Silveira*. São Paulo: EDUSP, 2003.

FERREIRA, Jorge. "O carnaval da tristeza: os motins urbanos do 24 de agosto". In: GOMES, Ângela de Castro (Org.) *Vargas e a crise dos anos 1950*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1994.

FRANCO JR., Hilário. *A dança dos deuses: futebol, sociedade, cultura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GEHRINGER, Max. *Almanaque dos Mundiais*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2010.

HEIZER, Teixeira. *O jogo bruto das Copas do Mundo*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

_____. *Maracanazo: tragédias e epopeias de um estádio com alma*. Rio de Janeiro: Mauad, 2010.

HELAL, Ronaldo; SOARES, Antônio; LOVISOLO, Hugo. *A invenção do país do futebol: mídia, raça e idolatria*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

JEANNENEY, Jean-Noël. "A mídia". In: *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1990.

LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

LEITE LOPES, José Sérgio; MARESCA, Sylvain. "A morte da 'alegria do povo'". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: ANPOCS, 1992, n. 20.

_____. *A vitória do futebol que incorporou a pelada: a invenção do jornalismo esportivo e a entrada dos negros no futebol brasileiro*. In: Revista USP. São Paulo: n. 22, 1994.

LISBOA, Fábio Aguiar; HELAL, Ronaldo. “Do Maracanazo ao Mineiraten: um estudo da memória a partir das narrativas da imprensa na Copa de 2014”. In: *Revista Logos*. Vol. 23, n. 01, 1ª semestre de 2016.

MOTTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

MOURA, Gisella de Araújo. *O Rio corre para o Maracanã*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

MUYLAERT, Roberto. *Barbosa: um gol silencia o Brasil*. São Paulo: Bússola, 2013.

NAPOLITANO, Marcos. *A síncope das ideias: a questão da tradição na música popular brasileira*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

O’DONNELL, Julia. *A invenção de Copacabana: culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2013.

PERDIGÃO, Paulo. *Anatomia de uma derrota*. Porto Alegre: LP&M, 2000.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro (1902-1938)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

RIDENTI, Marcelo. “Indústria cultural: da era do rádio à era da informática no Brasil”. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; BOTELHO, André (Orgs.) *Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

RINKE, Stephan; SCHILLER, Kay (Orgs.). *The FIFA World Cups, 1930-2010: politics, commerce, spectacle and identities*. Göttingen: WallsteinVerlag, 2014.

RISÉRIO, Antônio. “A escola brasileira de futebol”. In: *A utopia brasileira e os movimentos negros*. São Paulo: Editora 34, 2007.

RODRIGUES FILHO, Mario. *O negro no futebol brasileiro*. Rio de Janeiro: Mauad; Faperj, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Marcelino Rodrigues da. *Quem desloca tem preferência: ensaios sobre futebol, literatura e jornalismo*. Belo Horizonte: Relicário, 2014.

TOLEDO, Luiz Henrique de. *Lógicas no futebol*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2002.

VIANNA, Hermano. *O mistério do samba*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1995.

VOGEL, Arno. "O momento feliz: reflexões sobre o futebol e o ethos nacional". In: DAMATTA, Roberto (Org.). *Universo do futebol*. Rio de Janeiro: Edições Pinakoteque, 1982.

WISNIK. *Veneno remédio: o futebol e o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

A historiografia da Guerra de 1932 e a sua amplitude

Felipe Castanho Ribeiro¹

¹Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO. E-mail: fe.castanho@gmail.com

The 1932 civil
war
historiography
and its amplitude

Resumo:

O artigo propõe-se a analisar trabalhos historiográficos envolvendo a Guerra de 1932, mais conhecida como “Revolução Constitucionalista”. Procura-se observar quais foram as principais hipóteses para o advento do conflito, assim como algumas das perguntas que nortearam os trabalhos que versam sobre o tema. A literatura sobre o tema é vasta, no entanto, acredita-se que ainda existem pontos inexplorados pelos historiadores ou que necessitam de um aprofundamento.

Palavras-chave: Historiografia, Revolução Constitucionalista de 32, Guerra de 1932, Guerra Nacional.

Abstract:

The article is proposed to analyze historiographical works involving the war of 1932, better known as "Constitutional Revolution". Search-if you look at what were the major hypotheses for the advent of the conflict, as well as some of the questions that guided the work which focused on the topic. The literature on the topic is vast, however, it is believed that there are still unexplored by historians or points that need further elaboration.

Keywords: Historiography, Constitutionalist Revolution of 32, War of 1932, National War.

A historiografia da Guerra de 1932 e a sua amplitude

Em 9 de julho de 1932, o Brasil entrou numa sangrenta guerra civil. A Guerra de 1932, mais conhecida como “revolução constitucionalista de 32”, se estenderia até o dia 2 de outubro do mesmo ano, perfazendo um total de 85 dias de conflito¹. É vasta a literatura que compreende a Guerra de 1932. Contudo, é digno de nota que boa parte destas obras se resume a memorialistas, fruto das reminiscências e dos ideais de ex-combatentes ou participantes do conflito. Além disso, as obras sobre o tema possuem como principal delimitação espacial o estado de São Paulo. Não obstante, o presente artigo pretende analisar alguns dos principais trabalhos que versam sobre a Guerra de 1932 e que nos ajudam a desvelar diferentes aspectos do conflito.

A primeira produção acadêmica sobre a Guerra de 1932 foi um artigo publicado pela Revista do Arquivo Municipal de São Paulo. Trata-se de um trabalho publicado em 1949, pelo sociólogo Florestan Fernandes, intitulado *A Revolução Constitucionalista e o estudo sociológico da guerra*². É interessante notar que o primeiro trabalho acadêmico sobre o conflito tenha ocorrido após dezessete anos do seu acontecimento e quatro anos após o fim do Estado Novo. Este artigo foi escrito com base no diário de um ex-combatente da Guerra de 1932, intitulado *Palmares pelo avesso* pelo seu autor Paulo Duarte. O texto de Fernandes procura explorar as relações sociais entre os soldados no campo de batalha, o que o caracteriza como uma obra voltada para o campo da Sociologia.

É de 1966 a primeira obra que adquiriu certa notoriedade diante da academia e que procura narrar os acontecimentos de 1932. Trata-se de *1932 – a guerra paulista* escrito por Hélio Silva, livro que faz parte de sua coleção *O ciclo de Vargas*³. Apesar de Hélio Silva não ser um historiador de ofício, o seu trabalho ganharia notoriedade no meio acadêmico por coletar e apresentar inúmeras fontes, o que não se restringia apenas à Guerra de 1932, mas a todo o período de 1930⁴. A contribuição documental de Silva fica evidente ao longo das 398 páginas que compõem o livro. Nele o leitor se depara com uma miríade de telegramas,

¹ O nome do movimento eclodido em 1932 no Estado de São Paulo pode variar de acordo com o posicionamento historiográfico dos autores que se debruçam sobre o tema. Acreditamos que a nomenclatura mais correta seja a de guerra civil, não apenas por conta da projeção do conflito como pela própria definição do termo que, segundo o *Dicionário de Política* é a guerra conduzida quando conduzida por cidadãos de um mesmo Estado. Para Saint-Pierre a guerra civil se desenvolve em uma unidade decisória, como manifestação extrema de uma pluralidade política. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000, p. 572 e SAINT-PIERRE, Héctor Luis. *A política armada: Fundamentos da guerra revolucionária*. São Paulo: Editora Unesp, 2000, p. 34. No presente artigo iremos nos referir ao conflito como Guerra de 1932.

² Este artigo está publicado também em FERNANDES, Florestan. *Florestan Fernandes: leituras & legados*. São Paulo: Global, 2010.

³ Os títulos dos livros que compõem esta coleção são: 1922 – Sangue na areia de Copacabana; 1926 – A grande marcha; 1930 – A revolução traída; e 1931 – Os tenentes no poder.

⁴ Se levados em consideração todos os livros da coleção. ABREU, Marcelo Santos de. *Os Mártires da Causa Paulista: culto aos mortos e usos políticos da Revolução Constitucionalista de 1932 (1932-1957)*. 2010. 312 F. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, p. 39.

cartas, convenções militares, anteprojeto do programa do Partido Democrático (PD), manifestos e até a publicação dos exilados que se encontravam em Lisboa após o fim da guerra⁵.

A obra de Silva, apesar de contribuir consideravelmente para a Guerra de 1932 com a compilação de fontes realizadas por ele, do ponto de vista historiográfico, é extremamente marcado por uma visão factual do processo. O próprio autor faz questão de frisar na introdução do seu livro que não “poderia jamais escrever um livro contra São Paulo. Seria agir contra mim mesmo, porque estava unido aos paulistas, como tanta gente desta boa terra carioca. Dei-lhes o que de mim tinha de melhor”⁶.

A narrativa de *1932 – a guerra paulista* se concentra basicamente na transcrição da documentação e praticamente não há análise do autor em cima dos fatos apresentados pelas fontes. Segundo o historiador Marcelo Santos de Abreu, o que Hélio Silva pretendia era:

[...] fixar a verdade dos acontecimentos a partir do confronto de falas dissonantes: as vozes dos antagonistas da cena política aparecem em seu texto na infinidade de documentos transcritos pelo autor. Hélio Silva, entretanto, desloca a interpretação para o leitor no futuro. E preocupa-se em se ater aos fatos por dois motivos. Em primeiro lugar, Silva defendia essa concepção de história por oposição a outras possibilidades de escritura vigentes em seu tempo. Afirmava que a história era o fato, o documento e a política, distanciando-se, por exemplo, dos marxistas que supunham o acontecimento como fenômeno das mudanças socio-econômicas. O segundo motivo que levava Hélio Silva a narrar os acontecimentos consubstanciava-se no fato de que o autor, passados 34 anos, sentia-se comprometido com a “causa paulista”.⁷

Dessa forma, tanto a inspiração memorialística de Hélio Silva, quanto a sua própria concepção de História marcaram a sua obra. Ainda assim, para Abreu, “com todas as críticas que se podem fazer sobre sua intenção quase memorialística, o rigor do método assegura a sua validade como material de referência sobre os acontecimentos de 1932”⁸.

Em 1980, é publicado o livro *Regionalismo e centralização política: Partidos e Constituinte nos anos 30*, sendo esta obra o resultado de um projeto desenvolvido no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. O livro coordenado pela historiadora Angela Maria de Castro Gomes, tem ainda a contribuição dos historiadores Rodrigo Bellingrodt Marques Coelho, Dulce Chaves Pandolfi, Maria Helena de Magalhães

⁵ Ver as páginas 261-264 para a lista dos proscritos. Para além das fontes que encontrarmos no decorrer do livro, Silva compilou boa parte destas no anexo do livro que vai da página 267 à 385. SILVA, Helio. *1932: a guerra paulista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

⁶ *Ibidem*, p. 26.

⁷ ABREU, Marcelo Santos de. *Op. cit.*, p. 43.

⁸ *Ibidem*, p. 43.

Castro, Helena Maria Bousquet Bomeny e Lúcia Lahmeyer Lobo. Nesta obra encontramos, grosso modo, uma análise sobre a década de 1930, mais precisamente os anos que vão de 1930 a 1937, onde são pontuados os diferentes embates e projetos políticos que disputaram o poder no período. No entanto, para a análise aqui proposta nos atemos ao capítulo intitulado *Revolução e restauração: a experiência paulista no período da constitucionalização*, redigido por Angela Maria de Castro Gomes, Lúcia Lobo e Rodrigo Coelho.

No capítulo supracitado, os historiadores se dedicam principalmente a análise do “caso” paulista no momento posterior a Guerra de 1932, até um segundo momento assinalado pela promulgação da Constituição de 1934. Não obstante, o texto também aborda o conflito de 1932, expondo o debate político que levou o país a uma guerra civil. Neste sentido, o trabalho contribuiu de uma maneira sem precedentes para a historiografia, isto porque analisa o conflito de 1932 como uma “guerra civil”, resultado de uma disputa política mais ampla que o estado de São Paulo. Para os autores, desde a revolução de 1930⁹ havia um intenso debate sobre a centralização e a descentralização do poder político no país, esta discussão colocou em lados opostos dois setores básicos que apoiaram o movimento de 1930, marcadamente o tenentismo¹⁰ e as oligarquias regionais dissidentes¹¹. Em São Paulo, esta disputa foi mais acentuada e “tal confronto assumiria contornos especiais, quer pela

⁹ Existe uma ampla discussão na academia a respeito da terminologia correta para o movimento iniciado em 3 de outubro de 1930. Isto se deve as diferentes explicações sobre a natureza do movimento. Consideramos que as três principais perspectivas são: 1930 como um golpe no movimento da classe operária que vinha em ascensão vertiginosa, principalmente na década de 1920; 1930 como uma revolução, podendo ser da classe média ou da burguesia industrial; por fim, 1930 como um movimento realizado para reafirmar o pacto oligárquico da República Velha que havia sido rompido no governo de Washington Luís. Não faz parte do presente trabalho a discussão sobre o caráter do movimento de 1930, contudo, optamos pela utilização do termo revolução de 1930 por acreditarmos que se trata do termo mais corrente e consagrado na historiografia para o referido movimento, do mesmo modo que o historiador Boris Fausto utilizou o termo. Não obstante para compreender algumas das diferentes perspectivas historiográficas sobre a revolução de 1930 indicamos a obra de Boris Fausto. *A revolução de 1930: História e historiografia*. São Paulo: Companhia das letras, 1997. Já para a perspectiva que aborda revolução de 1930 como um golpe na classe operária indicamos o trabalho de Edgar de Decca *1930: o silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 2004 e sobre o viés da restauração do pacto oligárquico recomendamos VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da política do “café com leite”*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

¹⁰ O movimento que ficou conhecido como tenentismo apenas na década de 1930 surgiu em julho de 1922. Possuía relação com o impulso dado a oficiais brasileiros que tiveram a instrução francesa no Exército, por conta desta, certos oficiais se tornaram atores políticos. Para Frank D. MacCann os tenentes almejavam a reforma militar e também queriam mudar a sociedade brasileira, segundo este autor: “... ambas as reformas fundiam-se. Embora os detalhes sejam vagos, eles preferiam um Estado menos liberal e mais autoritário que interviesse na economia de modo a produzir uma distribuição mais justa da riqueza. O movimento era mais negativo do que positivo, e em seus aspectos práticos, operacionais, era mais uma luta pelo controle do Exército do que pela reforma da sociedade. Sua confusão e rápido colapso, depois de brevemente ter tido o poder ao seu alcance em 1930, mostra sua imaturidade.” MACCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: História do exército brasileiro 1889-1937*. São Paulo: Companhia das Letras, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009, pp. 339-340.

¹¹ GOMES, Angela de Castro (Coordenação). *Regionalismo e centralização política: Partidos e Constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 239-240.

incisiva intervenção do tenentismo amparado pelo Governo Provisório, quer pela radical reação das forças políticas paulistas”¹².

Para os autores, a política nacional de centralização, implementada pelo Governo Provisório no estado paulista através dos tenentes foi o principal fator que levou a Guerra de 1932. Os embates entre o interventor João Alberto, “estrangeiro”¹³ e tenente, com a oligarquia paulista representou a discussão centralização/descentralização. Sendo assim, a Guerra de 1932 foi uma reação dos paulistas ao declínio político do estado, afastado “dos centros de decisão da política nacional e até mesmo da política regional”¹⁴. Nesta razão, os autores concluem que o “caso” paulista foi emblemático e que “constitui, no que se refere a todo este confronto entre tenentismo e oligarquias, um laboratório por excelência”¹⁵.

É de 1981 o livro *O Movimento de 1932: a causa paulista*, escrito pela historiadora Maria Helena Capelato. Sua obra foi publicada às vésperas do aniversário de meio século da guerra. Nesta, a autora aborda os principais acontecimentos políticos que levaram ao desgaste da relação entre o Governo Federal e elite política paulista. A principal insatisfação de São Paulo seria com a influência que o grupo tenentista exercia no estado e com o desgaste deles com os membros do PD.

Segundo a autora, a questão da constitucionalização ficava em segundo plano e os próprios:

[...] diretores do PD sempre tinham sido de opinião de que a Constituinte poderia ser protelada se o Governo do Estado fosse entregue ao partido. O que se pretendia efetivamente era a nomeação, para a Interventoria, de um paulista, civil e membro do Partido. Não se contestava, pois, o caráter da Interventoria. Essa luta pelo poder revestiu-se de uma conotação legalista expressa no movimento pró-constitucionalização do país.¹⁶

A própria política do Governo Provisório procurava atender as eventuais demandas do estado paulista. Esta constatação ficou clara com a decisão do Tesouro Federal, diante da crise econômica que atingia a economia cafeeicultora, de comprar todo o estoque de café retido¹⁷.

O trabalho de Capelato se destaca ainda pela inserção de um terceiro elemento na Guerra de 1932, a classe operária. Sobre este aspecto, afirma que 1932 fora o ano em que mais ocorreram greves na década de 30 e que essa perturbação da ordem incomodava a classe dominante paulista.

¹² Idem.

¹³ Pois se tratava de um pernambucano.

¹⁴ GOMES, Angela de Castro (Coordenação). Op. cit., p. 239.

¹⁵ Ibidem, p. 241.

¹⁶ CAPELATO, Maria Helena. *O movimento de 1932: a causa paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 48.

¹⁷ Ibidem, p. 21.

A interferência contínua do Governo Provisório no mundo do trabalho, sobretudo a partir das promulgações das leis sociais que procuravam atender determinadas reivindicações do movimento operário, incomodavam a elite paulista. Na cidade pairavam os ideais comunistas, através da ação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), e anarquistas, por meio dos anarco-sindicalistas¹⁸.

Para Capelato, a questão operária estava presente e o seu elemento não poderia ser desprezado pelos historiadores. Em suas palavras, conclui que “o conflito de classes, embora ausente no ideário do Movimento de 32, nele esteve presente e fundamentou a luta pela *Ordem*”¹⁹. Ainda que aborde a questão operária, o livro trata do assunto de uma maneira secundária, delegando para outros historiadores a tarefa de explorar mais o assunto, o que não demoraria.

Sete anos depois da publicação de Capelato, é editado o livro do historiador Holien Gonçalves de Bezerra intitulado *O jogo do poder: Revolução paulista de 32*. Nesta obra o autor se dedica a estudar a participação das diferentes classes no movimento de 32, levando em consideração o papel dos trabalhadores - urbanos e rurais -, da classe média e da classe dominante.

Na visão do autor, o trabalhador paulista não se sensibilizou com a guerra por entender que a causa do conflito não fazia parte dos seus interesses, mas sim da classe dominante. Esta última, por sua vez, conseguiu cooptar a classe média, pois segundo Bezerra:

É um traço característico da classe média sua postura mais conservadora do que revolucionária [...] Os integrantes desta classe acumularam certo capital, seja em bens seja em conhecimentos e habilidades profissionais. Sentem-se injustiçados se uma nova sociedade vier anular os frutos de seus esforços, nivelando a todos aquilo que foi conseguido com extremo sacrifício somente por alguns.²⁰

Dessa maneira, para Bezerra, a classe média seria uma “massa de manobra”, termo utilizado pelo autor, para a classe dominante, reproduzindo os seus valores com o afã de algum dia ascender ao nível da burguesia paulista.

Como podemos perceber, o trabalho de Bezerra é fortemente inspirado na historiografia marxista corrente nos anos de 1970, carregado de termos como *luta de classes*, *ideologia*, *classe dominante* e *cooptação*. Logo no início do livro, o autor afirma conceber o processo político de 1932 como um “momento privilegiado do processo das relações de classe no Brasil, onde aparecem com bastante clareza os mecanismos de dominação de uma

¹⁸ CAPELATO, Maria Helena. Op. cit., pp. 65-69.

¹⁹ Ibidem, p. 65.

²⁰ BEZERRA, Holien Gonçalves. *O Jogo do Poder: Revolução Paulista de 32*. São Paulo: Moderna, 1988, p. 71.

classe sobre o conjunto da sociedade”²¹. Ainda sobre o trabalho de Bezerra, o autor também defende a ideia de que a causa que levaria a burguesia paulista ao conflito não era a reconstitucionalização do país e não passavam de pretextos para a reconquista do poder.

A respeito do fim do Governo discricionário e retorno ao regime constitucional, o autor crítica que “poucos autores fazem referência ao fato de que, desde inícios de 1932, Getúlio Vargas já havia prefixado a data das eleições (para a constituinte)”²².

O livro *1932: A Guerra Civil Brasileira* publicado em 1982, é uma das obras mais completas sobre o movimento de 1932. Ao todo são 14 capítulos que, entre outros aspectos, abordam as origens da guerra; a sua fase de conspiração; as suas inúmeras tramas que a permeiam; o conflito e suas consequências *fora* de São Paulo; os desdobramentos do conflito; e a reconciliação do Governo Provisório com os paulistas²³. Para o autor, o conflito atingiu proporções nacionais e demonstra ao longo do seu livro, ainda que pontualmente, a participação das diferentes regiões do país. Justifica-se assim o subtítulo da sua obra, *A guerra civil brasileira*.

Hilton também considera a reconstitucionalização do país um pretexto por parte do de São Paulo, que ocultava a sua verdadeira intenção: a reconquista da autonomia política do estado. O retorno do país à ordem constitucionalista seria uma forma de reconquistar o poder político do estado por vias legais e de maneira duradoura. O *status quo* anterior a revolução de 1930 era o objetivo²⁴.

Ao contrário das obras mencionadas anteriormente, o autor prioriza uma abordagem mais política do movimento em detrimento do componente social. A constelação de personagens do livro remete a homens proeminentes do cenário político que se envolveram no conflito. Destacam-se, assim, Getúlio Vargas, João Alberto, Pedro de Toledo, o general Bertholdo Klinger, general Góes Monteiro e o coronel Euclides Figueiredo. O livro se dedica também a algumas questões específicas bem interessantes. Como exemplo, vale citar o capítulo IX, intitulado *Guerra no ar*, no qual Hilton se dedica ao estudo da aviação durante a guerra²⁵.

Na obra de Hilton, também destacamos o capítulo denominado *A quinta coluna*

²¹ BEZERRA, Holien Goncalves. Op. cit., p. 26.

²² Ibidem, p. 76.

²³ O livro começa ainda de uma maneira bem peculiar com uma narrativa criada pelo autor em que a guerra civil teria sido vencida pelos paulistas, o que pode surpreender aos mais desavisados. Conjecturamos que esta iniciativa de Hilton procura demonstrar a seriedade do conflito e, que poderia ter mudado os rumos políticos do país. HILTON, Stanley. *A guerra civil brasileira: história da Revolução Constitucionalista de 1932*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, pp. 09-15.

²⁴ HILTON, Stanley. Op. cit., p. 21.

²⁵ De modo geral, na visão do autor, o emprego da Força Aérea, pelos dois lados, fora bastante valorizado. Entretanto, sua valorização muita das vezes não se dava tanto pela possibilidade de estrago dos aviões, mas principalmente pelo efeito moral que ocasionava nas tropas inimigas, sobretudo porque as técnicas e os aviões ainda eram *rústicos*.

constitucionalista. Nele, o autor elenca uma série de fatos ocorridos fora de São Paulo de características pró-constitucionalista. Demonstra, dessa forma, a conspiração contra o Governo Provisório em outras regiões como o Rio Grande do Sul, Minas Gerais e o próprio Distrito Federal:

[...] onde uma pequena rede de dedicados ativistas trabalhava assiduamente organizando um sistema de fuga para militares que desejassem seguir para São Paulo, remetendo informações político-militares ao alto comando constitucionalista via uma estação rádio-emissora clandestina e articulando levantes em Minas Gerais e no próprio Rio de Janeiro.²⁶

Outro trabalho que estuda o movimento de 32 é o livro *Tenentismo e Revolução Brasileira* de Vavy Pacheco Borges, publicado no ano de 1992, fruto de sua tese de doutorado. Nesta obra, a historiadora não tem como foco apenas o ano de 1932, mas sim a conjuntura de 1930 a 1932. A autora estuda a dinâmica e tensões no estado de São Paulo envolvendo a Legião Revolucionária, o líder tenentista Miguel Costa, e a elite política paulista. Para a observação desse período, Borges utiliza a imprensa como a sua principal fonte²⁷. Com base na análise das fontes, afirma que o principal motivo de insatisfação de São Paulo foi a perda de autonomia para o Governo Provisório, o que levou o conflito político às vias de fato²⁸. Para a autora, o estado de São Paulo é alvo de uma acirrada disputa pelo poder que:

[...] entre outubro de 30 e julho de 32, uma intensa luta pelo exercício do poder estadual, entre aqueles que nele se encontram e os que dele estão mais próximos; essa luta – na qual vejo duas fases – chega até a extrema violência de ataques mortais a partidos e de uma guerra civil.²⁹

As duas fases a que Borges se refere são o período da interventoria de João Alberto no estado paulista e o que se segue após a sua demissão, em 15 de julho de 1931. Em ambos os períodos, a disputa pelo poder político era acirrada e tinha como principais personagens os tenentes, o PD e o PRP. Foi do embate entre essas forças que gerou-se a tensão política que redundou na Guerra de 1932.

Em 1998, o historiador Jeziel de Paula publica sua dissertação de mestrado através do livro intitulado *1932: Imagens construindo a História*. No seu trabalho, De Paula analisa o movimento através das inúmeras imagens e fotografias produzidas no contexto e sobre a guerra. O autor considera que as imagens se constituem importantes fontes primárias e que

²⁶ HILTON, Stanley. Op. cit., p. 299.

²⁷ A autora analisou cinco jornais ao todo: *O tempo* e o *Correio da Tarde*, órgãos da LR; *Diário Nacional*, *Diário Carioca* e o *Estado de S. Paulo* representando o que Borges chamou de a “imprensa democrática”.

²⁸ BORGES, Vavy Pacheco. *Tenentismo e Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992, p. 185.

²⁹ *Ibidem*, p. 32.

auxiliam a compreensão do fato histórico. Representam uma parte do real, do acontecido, e são, nessa perspectiva, “um índice, como uma pegada indicando a passagem de alguém”³⁰.

Para o autor, a versão dos vencidos predomina na vasta literatura sobre o tema, isto porque a literatura que versa sobre o tema, com cerca de 270 livros, foi escrita pelos memorialistas, na sua grande maioria composto por ex-combatentes e participantes do movimento. Para De Paula, essas memórias foram redigidas às pressas, ainda em combate ou logo após o fim do conflito e “contam uma história que fala mais de seus ideais, seus sonhos e suas paixões do que da realidade que os gerou”³¹. Ainda que, na perspectiva deste, a Guerra de 1932, em parte, teria ocorrido “pelos inevitáveis desdobramentos do amálgama de interesses que fundia momentaneamente os múltiplos e contraditórios projetos da revolução liberal de outubro de 1930”³².

Em função dos 85 dias de conflito, da amplitude do movimento e do alto número de mortos, De Paula acredita que a melhor terminologia para o evento seja guerra civil, em detrimento de revolução, pois este termo sempre fora utilizado na história brasileira para designar qualquer tipo de movimento armado³³.

Para a questão da participação dos trabalhadores de São Paulo na guerra, De Paula infere que estes participaram sim do conflito. O autor chega a identificar, tanto nos jornais quanto em memórias publicadas após o conflito, que alguns operários chegavam a doar os seus salários para a causa paulista. Além disso, nota que boa parte dos batalhões voluntários civis foram formados em bairros operários como o Brás, Água Branca, Mooca, Lapa, Vila Mariana e Penha³⁴. Esta análise de De Paula seria alvo de críticas bem consistentes por parte do historiador Marcelo Santos de Abreu. Segundo este, De Paula não teria levado em consideração as circunstâncias que ocasionaram o engajamento do operariado na causa, que poderia ter ocorrido por conta do “desemprego, achatamento salarial e forte repressão ao movimento operário”³⁵.

Ainda sobre o livro, De Paula se esforça para mostrar a brasilidade do movimento, se opondo àqueles que atribuem ao movimento um caráter regionalista. Entretanto, ao nosso olhar, essa afirmação é desfocada, tendo em vista que o movimento poderia até não ser regionalista, mas que, quando entendido em diálogo com uma conjuntura nacional, possui claros interesses regionalistas – como a autonomia política do estado de São Paulo³⁶. O autor constrói boa parte dessa hipótese através das inúmeras imagens que denotam um caráter mais nacional do que paulista.

³⁰ DE PAULA, Jeziel. *1932: imagens construindo a história*. Campinas/Piracicaba: Editora da UNICAMP/Editora UNIMEP, 1988, p. 22.

³¹ *Ibidem*, p. 29.

³² *Ibidem*, p.30.

³³ *Ibidem*, p. 30.

³⁴ DE PAULA, Jeziel. *Op. cit.*, 118.

³⁵ ABREU, Marcelo Santos de. *Op. cit.*, p. 81.

³⁶ É o caso da já mencionada obra de BEZERRA, Holien Goncalves. *Op. cit.*, ver principalmente a página 86.

A obra de Jeziel De Paula procura demonstrar que os motivos que levaram São Paulo à guerra são desdobramentos do intrincado contexto político do país e que atingiam o estado paulista de maneira mais acentuada. Ainda assim, a causa paulista, segundo o autor, era repleta de brasilidade.

No ano de 2002 a Guerra de 1932 completava 70 anos. Em comemoração à efeméride, foi lançado o livro *1932: História da Revolução de 32*, de Hernâni Donato. A obra, de caráter laudatório, defende a ideia de um movimento mais a favor da constituição e contra a ditadura do que pela autonomia política administrativa de São Paulo.

Donato se refere ao movimento como sendo cívico-político e militar e, ao longo da obra, tece argumentos que tentam demonstrar que São Paulo estava contra a ditadura, deixando a questão da disputa pelo poder político do estado em segundo plano. Quando do discurso realizado em 25 de janeiro de 1932, em um dos comícios políticos que antecederam o conflito e mobilizavam o povo para o combate, na visão do autor as duas diretrizes que norteariam o movimento se esclarecem. Dessa forma, a causa mor de 1932 era a luta contra a ditadura, e a ideia de separatismo, se presente, era mínima:

Oposição ao regime ditatorial; clamor pelo fim da segregação imposta ao Estado na comunhão nacional. Que ele pudesse, como podiam todos os demais Estados, escolher o seu secretariado, as autoridades. Observar que nem nesse comício nem nas manifestações seguintes, mesmo depois da guerra, os adversários nunca foram tachados de brasileiros, ou cariocas, baianos, mineiros etc., mas sim de ditatoriais.³⁷

Uma das obras mais recentes sobre 1932 é *A revolução de 1932: constituição e cidadania* lançada em 2010 pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo e escrita por Marco Antonio Villa. Para Villa, a Guerra de 1932 é motivada por dois grandes elementos que justificam a queda de popularidade de Getúlio Vargas em São Paulo: a autonomia política do estado e a realização de uma nova Constituição, já que este fora ovacionado no estado dois anos antes na revolução de 1930. Nas palavras de Villa:

A questão central, que pode justificar essa mudança, é a da autonomia do estado: ao assumir o Governo Provisório, Getúlio nomeou para São Paulo um interventor que, além de não ser paulista, atendia aos interesses dele e não aos dos cafeicultores. Os paulistas também exigiam uma nova Assembleia Nacional Constituinte e eleições para presidente, já que consideravam o governo de Getúlio ilegal.³⁸

O autor afirma que mesmo com as trocas na interventoria de São Paulo, as mudanças

³⁷ DONATO, Hernani. *História da Revolução de 1932*. São Paulo: IBRASA, 2002, p. 39.

³⁸ VILLA, Marco Antonio. *A Revolução de 1932: Constituição e Cidadania*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010, p. 21.

não atenderam ao perfil desejado pelos paulistas³⁹, criando, assim, um embate entre a elite paulista e o chefe do Governo Provisório. Por isso, Getúlio Vargas passa a ser *persona non grata* no estado. Somente em 7 de março de 1932 os paulistas tiveram a sua demanda atendida, com a escolha do embaixador Pedro de Toledo para o cargo de interventor. Ainda assim, se tratava de uma escolha polêmica, já que o embaixador estava distante da política paulista e possuía 72 anos.

Villa lembra ainda que o desgaste político na relação entre o Governo Federal e São Paulo foi estimulado pelo movimento tenentista. Politicamente presente desde o início da revolução de 1930 no estado, os tenentes eram os principais opositores do PD e também do enfraquecido PRP. Os tenentes, segundo esse autor, não só se tornaram um obstáculo ao projeto político do PD de assumir a interventoria de São Paulo, como procuravam adiar a eleição para a Constituinte, porque sabiam que uma Constituição e um Congresso em pleno funcionamento retirariam o poder político do eclético grupo, que não tinha um projeto claro para o país.

Como os tenentes eram uma das principais bases de apoio político ao seu governo, Getúlio Vargas precisava atender as suas demandas, ou parte delas. O autor conclui, então, “que o maior obstáculo para a efetivação da redemocratização, exigida por São Paulo, não era o Chefe do Governo Provisório, ou seja, não era Getúlio Vargas, mas sim uma parcela considerável da sua base de sustentação política”⁴⁰.

Notamos que a questão da autonomia política do estado paulista não é deixada de lado pelo autor. Contudo, ressalta que havia um interesse dos paulistas pela reconstitucionalização do país e que, de certa forma, não possuía vínculo com o objetivo precípua do movimento.

A questão da autonomia política do estado paulista realmente parece ter sido a causa paulista. Como vimos, mesmo que indiretamente, tanto os trabalhos que apontam para este caminho, como o livro da Capelato, intitulado *O movimento de 1932 – a causa paulista*, quanto os trabalhos que pontuam São Paulo como a vanguarda política que lutava pela reconstitucionalização do país, a questão da independência administrativa do estado, cerceada desde a revolução de 1930, se faz presente. De certo modo, é a única questão efetivamente presente em todos os trabalhos analisados.

Um ponto de inflexão

Conseguimos perceber que a historiografia sobre a Guerra de 1932 também procurou

³⁹ De que o interventor fosse paulista e civil.

⁴⁰ VILLA, Marco Antonio. Op. cit., p. 25.

se debruçar sobre outros elementos, como: o nível de adesão da população paulista a guerra; o envolvimento ou não dos trabalhadores à causa paulista; se o movimento realmente possuía cunho separatista; o papel dos diferentes atores políticos no conflito; o *front* de guerra tais como as dificuldades enfrentadas por ambos os lados; o uso bélico de aviões pela primeira vez na História do país; o significado do evento, ou seja, se era uma revolução, revolta ou guerra civil, e tanto outros.

Os diferentes elementos abordados pela historiografia do tema contribuem consideravelmente para uma reconstrução histórica do evento. Acreditamos que a memória construída sobre a guerra, que a tratou quase sempre como um conflito essencialmente regionalista, acabou influenciando decisivamente a produção acadêmica. O estabelecimento dessa memória provavelmente acabou desestimulando historiadores de outras regiões do país a se interessar pelo tema. Defendemos a ideia de que o movimento de 1932 foi efetivamente uma guerra civil. Ele envolveu diferentes setores da sociedade e regiões do país, como, inclusive, algumas obras historiográficas já pontuaram, mesmo que timidamente. Desse modo, recentemente foram elaborados trabalhos que caminham nesta direção, alargando a compreensão sobre o conflito bem para além das fronteiras paulistas.

Podemos assim inferir, até aqui, que as obras analisadas giraram em torno das seguintes perguntas: Que motivos levaram São Paulo à guerra? Que grupos sociais participaram do movimento? Qual foi a amplitude da guerra?

Também conseguimos identificar que, nos trabalhos analisados, a preocupação maior se concentra nas respostas das duas primeiras perguntas, ficando a questão da amplitude da guerra – ou seja, seus desdobramentos, suas ligações com os outros estados e com a conjuntura política nacional – em segundo plano. Em alguns casos, essa questão é pouco analisada. Já em outros, procurava se demonstrar pontualmente a amplitude do movimento para demonstrar que São Paulo não foi o único estado insatisfeito com o governo discricionário de Vargas⁴¹.

Esse posicionamento da historiografia também faz parte da *luta pelo enquadramento da memória do evento*, como apontado por Abreu⁴². O autor chama a atenção para o fato da maior parte da produção bibliográfica sobre 1932 se concentrar em terras bandeirantes, o que por sua vez acaba impactando também na perspectiva que estes livros abordam. Percebe-se, assim, que a maior parte das publicações retratavam a perspectiva paulista em detrimento da ditatorial⁴³. Para o autor, trata-se de uma verdadeira

⁴¹ Com certeza das obras mencionadas neste artigo a que mais se dedica a análise da Guerra de 1932 fora de São Paulo é o livro de Stanley Hilton *1932: A Guerra civil Brasileira*, sobretudo no capítulo nomeado como *Quinta coluna constitucionalista*.

⁴² ABREU, Marcelo Santos de. Op. cit., pp. 85-94.

⁴³ Termo utilizado pela bibliografia pró São Paulo numa tentativa de desqualificar o Governo Provisório. Capelato observa essa denominação para a Legião Revolucionária de São Paulo que foi taxada como extremista e ditatorial, ver CAPELATO, Maria Helena. Op.cit., pp. 59-60. Abreu confirma essa hipótese através do trabalho de Vavy Pacheco Borges, *Tenentismo e Revolução Brasileira*. Para o autor trata-se de uma “designação

luta pelo *enquadramento da memória do evento*, que explicaria o porquê de predominar na historiografia sobre o tema que a Guerra de 1932 pertence a São Paulo, com poucos trabalhos se dedicando a outros espaços.

Se, em um primeiro momento, a concentração de publicações bibliográficas no estado de São Paulo levou a crer que o movimento sedicioso fora apenas um conflito local, ao mesmo tempo dão a entender que o restante do país se encontrava em normalidade e que o Governo Provisório não possuía oposições significativas fora do estado paulista.

A política e a composição do Governo Provisório – como o caso dos tenentes – levaram a insatisfações, criando setores oposicionistas que não se contentaram apenas em assistir, mas que procuraram, de alguma forma, apoiar os paulistas, seja conspirando ou se rebelando contra o Governo Federal. O que afirmamos é que, apesar do *front* de batalhas se encontrar em São Paulo, o estado bandeirante não estava sozinho na sua insatisfação e outros elementos se mobilizaram, a favor de São Paulo, fora do estado.

É interessante notar que a própria historiografia sobre 1932 já apontava para um caminho em que a mobilização pró São Paulo em outros estados era significativa. Ainda que algumas dessas obras abordem muito rapidamente esses conflitos, elas apontam indícios da verdadeira proporção que a guerra atingiu.

O próprio livro *1932 – A guerra paulista* de Hélio Silva, já pontuava movimentos dissidentes do governo discricionário fora de São Paulo e que chegaram a pegar em armas contra as tropas legalistas. Segundo Silva, fazia parte dos planos dos paulistas que a Capital da República se sublevasse contra o Governo de Vargas, o que seria o remate à sublevação do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais⁴⁴. Para o autor estava claro que:

A insurreição paulista era, politicamente, um movimento articulado pelas frentes únicas do Rio Grande e de São Paulo a que estavam tacitamente ligados aos perremistas mineiros, ameaçados pelos camisas pardas de Francisco Campos e Olegário Maciel.⁴⁵

O principal articulador no Rio Grande contra o Governo Provisório era Borges de Medeiros. Sua influência se alastrava pelas Brigadas Militares do estado sulista. O Exército do Sul comandando pelo general Valdomiro de Lima dava sinais da infiltração de elementos leais a Medeiros de modo que alguns elementos das Brigadas chegaram a afirmar que não avançariam mais contra os paulistas em obediência ao seu chefe gaúcho. O general Lima

pejorativa atribuída pelos constitucionalistas aos “outubristas” que defendiam a prorrogação do regime de exceção a fim de extinguir todas as resistências ao processo revolucionário iniciado em 1930”, ver ABREU, Marcelo Santos de. Op. cit., p. 89.

⁴⁴ SILVA, Helio. Op. cit., p. 144.

⁴⁵ Ibidem, p, 149.

contava com a força policial pernambucana para conter a insubordinação das tropas⁴⁶.

Junto a outros políticos proeminentes da Frente Única Riograndense e de seus adeptos, Borges de Medeiros, com o intuito de aliviar os paulistas ao manter parte da tropa do Rio Grande no estado, chegou a realizar um movimento contra o Governo do interventor Flores da Cunha, mas foi derrotado em Cerro Alegre no dia 20 de setembro. Mais ao norte do país, em Minas Gerais, outro estado que chegara a organizar uma Frente Única contra o Governo Provisório, o ex-presidente Artur Bernardes também organizou um movimento contra o Governo, mas também não obteve sucesso. Bernardes acabou sendo capturado no dia 23 de setembro, três dias após a captura de Medeiros no Rio Grande⁴⁷.

Maria Helena Capelato observou a insatisfação desses dois estados contra o governo de Vargas, mas não abordou detalhadamente a sublevação parcial deles contra o Governo Provisório, dedicando-se somente a uma rápida análise das frentes únicas desses estados. Capelato também afirma que havia uma estreita relação entre São Paulo, Rio Grande e Minas. Contudo, após a eclosão do movimento, os interventores do Rio Grande e de Minas Gerais permaneceram ao lado do Governo Federal⁴⁸.

Sem aprofundar muito a questão, Hernâni Donato também observou que havia apoio a São Paulo no Distrito Federal:

No Rio, a polícia comandada por João Alberto prendia os suspeitos de simpatia pela causa constitucionalista e por São Paulo. Vargas e João Alberto sabiam igualmente que o general João Gomes e o coronel Brazílio Tarborda chefiariam o provável levante e a tomada do governo. E cercaram-nos de vigias. O navio *Pedro I*, presiganga na Baía de Guanabara, enchia-se com presos.⁴⁹

O trabalho do historiador brasileiro Stanley Hilton contempla também a guerra fora de São Paulo. Em *1932 – a guerra civil brasileira*, Hilton aborda a intrincada negociação entre as frentes únicas para o levante militar e como, na última hora, as negociações falharam, ficando os interventores de Minas e Rio Grande a favor do Governo Provisório⁵⁰.

Como vimos anteriormente, Stanley Hilton percebeu que havia uma rede de conspiração contra o Governo Provisório no próprio Distrito Federal. Mais ainda, segundo Hilton, era importante que os militares da Capital aderissem ao movimento e por isso os

⁴⁶ Ibidem, p, 166.

⁴⁷ Segundo o *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* (DHBB) produzido pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), doravante citado como DHBB/CPDOC. In verbetes: Borges de Medeiros e Artur Bernardes, DHBB/CPDOC.

⁴⁸ CAPELATO, Maria Helena. Op. cit., pp. 17-19.

⁴⁹ DONATO, Hernani. Op. cit., p. 64.

⁵⁰ HILTON, Stanley. Op. cit., p. 100.

conspiradores chegaram a entrar em contato com o general João Gomes⁵¹, o coronel Euclides Figueiredo e o também coronel Basílio Taborda⁵², todos servindo no Distrito Federal. Gomes não concretizou o seu apoio à causa paulista, mas Figueiredo chegou a comandar as tropas paulistas no Vale do Paraíba ao lado de Taborda. Este último, havia inclusive prometido sublevar a Vila Militar na Capital, no entanto, não obteve sucesso⁵³.

O livro de Hilton é repleto de casos em que demonstra o apoio de civis e militares à causa paulista, mas nos parece que existe uma centralidade da Capital no que diz respeito a movimentos pró São Paulo. Basta uma rápida lida no capítulo XII do livro para percebermos a atenção dada pelo autor ao apoio não só de elementos militares, mas políticos e civis também. Esta atenção dada pelo autor ao movimento pró São Paulo no Distrito Federal em detrimento de outras regiões seria alvo de críticas por parte de Raimundo Helio Lopes que na sua tese de doutorado publicada em 2014 defende que as ações conspiratórias no Norte do país:

[...] podem ser pensadas a partir de dois ângulos distintos. No primeiro deles, se abordadas caso a caso, podem ser minimizadas, posto não terem uma efetivação concreta, sendo seus promotores desqualificados nas comunicações oficiais enviadas a Vargas. Tal avaliação foi feita por Hilton, que cita esses movimentos e conclui que “toda a boa vontade, energia e auto-sacrifício de elementos constitucionalistas no Norte e Nordeste não resolveriam o problema militar de São Paulo” (Hilton, 1982:308-310). Mas, se pensados coletivamente, atentando aos elos e padrões que os une – como as datas, os personagens envolvidos, o *modus operandi* e os objetivos comuns –, fica claro que a ação constitucionalista no Norte, a despeito de todas as dificuldades, conseguiu alguns resultados, considerados preocupantes.⁵⁴

⁵¹ João Gomes Ribeiro Filho nasceu em Maceió no dia 9 de março de 1871. Em 1889 entrou para a Escola Militar da Praia Vermelha. Como segundo-tenente combateu a Revolta da Armada e já como general-de brigada combateu a Coluna Prestes na cidade de Fortaleza (CE). Segundo o coronel Euclides Figueiredo, João Gomes havia se comprometido a levantar a Vila Militar em nome de São Paulo, onde era comandante da 1ª Brigada de Infantaria. João Gomes não aderiu ao movimento e logo após o fim da Guerra de 1932 foi promovido a general-de-divisão. In: Verbete João Gomes, DHBB/CPDOC.

⁵² Basílio Taborda nasceu no Paraná no dia 20 de maio de 1877. Ingressou na carreira militar em novembro de 1894. Em outubro de 1931 foi promovido a coronel, ficando adido ao Estado Maior do Exército, nessa função recrutou adeptos para o movimento constitucionalista que se iniciava em São Paulo. Em julho de 1932, com a eclosão da guerra, viajou para São Paulo para se incorporar aos rebeldes, sendo em consequência considerado desertor e reformado administrativamente em agosto de 1932. Voltaria a ativa em 1934 com a anistia política concedida pelo governo. Encerrou a sua carreira como general-de-divisão em 1939. Faleceu em 2 de agosto de 1973. In verbete: Basílio Taborda, DHBB/CPDOC.

⁵³ No final das contas, seria criado na Vila Militar o Centro de Instrução de Voluntários para a guerra. Ver HILTON, Stanley. Op. cit., p. 174.

⁵⁴ LOPES, Raimundo Helio. *Um Vice-Reinado na República do Pós-30: Juarez Távora*. 2014. 321 f. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais). Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro. O termo Norte utilizado pelo autor é uma denominação de divisão geopolítica que compreende os seguintes estados: Território federal do Acre, Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Espírito Santo. Lopes justifica a utilização deste termo através do primeiro capítulo intitulado *O Norte do pós-30: os revolucionários, seu herói e suas lutas* da tese.

A tese de doutorado de Lopes se insere numa perspectiva historiográfica que analisa a Guerra de 1932 sobre um prisma mais amplo. Da mesma forma que o autor trabalhou na sua dissertação de mestrado. Lopes identifica uma guerra nacional e não local, que se insere numa perspectiva muito mais ampla que a do seu ano de acontecimento. Segundo Lopes a Guerra de 1932:

“[...] sendo mensurada em 85 dias, iniciou-se em 9 de julho e terminou em 2 de outubro do mesmo ano, ela teve complexas ligações com outros eventos mais longos, como a chamada “Revolução de 1930”, sua política administrativa, as diversas interventorias estaduais, os projetos de República e constituições que se confrontavam [...]”⁵⁵

São duas as dissertações que apontam para o que consideramos uma nova abordagem sobre a Guerra de 1932: o mencionado trabalho de Raimundo Helio Lopes, intitulado *Os Batalhões Provisórios: Legitimação, mobilização e alistamento para uma guerra nacional (Ceará, 1932)*, e a pesquisa de Walter Pinto de Oliveira denominada *Memórias de uma Revolta esquecida: O baixo Amazonas na Revolução Constitucionalista de 1932*. Em ambas as dissertações, a guerra seria estudada fora de São Paulo, mas, dessa vez, não seria como nas obras analisadas anteriormente, de maneira transversal. Ela agora seria o objeto principal de análise, nos estados do Ceará e Pará, respectivamente.

Estes estudos se dedicam a demonstrar a grande amplitude da guerra em outros estados. É o que nos mostra o historiador Raimundo Helio Lopes com a sua dissertação defendida no ano de 2009. Lopes enfatiza que a Guerra de 1932 representou mais do que um simples confronto regional; e o que estava em jogo eram as diferentes propostas de governo. Uma representando o Brasil antes da revolução de 1930 – favorável ao estado de São Paulo -, e a outra, o modelo político centralizador adotado pelo governo federal desde então. Dessa forma, nos discursos oficiais da Interventoria e da imprensa, o estado do Ceará se envolveu no conflito a favor do governo de Vargas, pois o ideal que ascendera com os revolucionários de 1930 é o de que todos os estados receberiam a devida atenção, favorecendo o Norte que até então era preterido pelos estados do Sul.

Apesar do posicionamento do estado do Ceará, Lopes observou que havia, também dissenso no Ceará e, por meio dos periódicos, o autor nota que havia movimentos favoráveis a reconstitucionalização do país no estado e conclui que:

[...] indícios levam a crer que no Ceará a oposição ao Governo, por mais que reprimida e silenciada, possuía certa organização e procurava enfraquecer o apoio que o Governo Provisório tinha no Estado, utilizando para isso outros meios, como panfletos. Até mesmo seus inimigos políticos ressaltavam a difusão de suas

⁵⁵ LOPES, Raimundo Helio. *Os batalhões provisórios: Legitimação, mobilização e alistamento para uma guerra nacional (CEARÁ, 1932)*. 2009. 213 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará – Fortaleza, p. 17.

palavras, mostrando certo temor na adesão de pessoas a esta causa.⁵⁶

Ainda assim, a mobilização do estado manteve-se favorável ao Governo Federal, e girava em torno do eixo central de que a luta era contra os responsáveis pela política que até 1930 desfavorecia o Ceará:

Nessa construção, a Primeira República surgia como um período negro para a nação, em que o federalismo que a marcou favorecia exacerbadamente São Paulo, tornando-o a “locomotiva nacional”, enquanto o restante do país sofria com a falta de atenção por parte dos poderes públicos.⁵⁷

Em 2012, Walter Pinto Oliveira defendeu o trabalho *Memórias de uma revolta esquecida: O Baixo-Amazonas na Revolução Constitucionalista de 1932*. Na dissertação defendida por Oliveira na Universidade Federal do Pará, o autor se dedica ao estudo da revolta de uma unidade do Exército, que rebentou na noite de 6 para 7 de setembro, ocorrida na cidade de Óbidos, localizada no Pará.

O autor observa que também ocorreram manifestações pró-constituinte no estado, sobretudo a partir da criação do Partido Constitucional do Pará em maio de 1932. O levante se declarou sob os comandos do general Bertholdo Klinger em São Paulo. Os motivos que levaram ao levante do Forte de Óbidos foram heterogêneos, e envolviam desde questões como a insatisfação de sargentos geradas pelo não comissionamento dos mesmos até a postura autoritária do interventor Magalhães Barata.

No entanto, o autor descreve o seu trabalho como “uma tentativa de apreender as condições que levaram à irrupção da primeira reação armada ao movimento tenentista na Amazônia”⁵⁸. Além disso, a revolta do Forte de Óbidos se insere numa conjuntura maior, de apoio a São Paulo, e visava à promoção de distúrbios nos estados do Norte, com o intuito de dispersar a atenção das forças militares nortistas, enfraquecendo o esforço de guerra voltado para o *front* paulista. Sendo assim:

A adesão de um grupo de militares inferiores e civis da distante cidade de Óbidos à causa constitucionalista não pode ser interpretada como um ato isolado desprovido de nexos com o movimento mais amplo liderado por São Paulo, tendo como único significado a queda do interventor paraense, como faz supor um autor que escreveu sobre o tema. Trata-se, sim, de uma estratégia dos líderes do Sul com vista a enfraquecer as forças do Exército contra as quais lutavam os paulistas naquele momento.⁵⁹

⁵⁶ LOPES, Raimundo Helio. Op. cit., 2009, p. 54.

⁵⁷ LOPES, Raimundo Helio. Op. cit., 2009, p. 38.

⁵⁸ OLIVEIRA, Walter Pinto. *Memórias de uma Revolta esquecida: O baixo Amazonas na Revolução Constitucionalista de 1932*. 2012. 180 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Pará – Belém do Pará, p. 169.

⁵⁹ OLIVEIRA, Walter Pinto. Op. cit., 169.

Considerações finais

Pelo o que aqui foi exposto, fica evidente que alguns trabalhos historiográficos apontam para uma guerra de proporção nacional, com mobilizações a favor ou contra o Governo Provisório. A própria Capital do país, de fundamental importância para a manutenção do Governo Provisório, foi palco de tensões e conflitos. Neste sentido, a Guerra de 1932 somente pode ser entendida em sua complexidade se analisada a partir de uma perspectiva maior. O conflito vai bem além do ano de seu acontecimento e do estado de São Paulo como atores únicos no complexo cenário político que marca os anos de 1930-37, sobretudo, os dois primeiros anos desse período. Nas palavras de Angela Maria de Castro Gomes, Lúcia Lobo e Rodrigo Coelho:

Na história política brasileira, o período que vai de outubro de 1930 a outubro de 1932 é dos mais complexos para análise, já que a sua marca essencial é a instabilidade, fruto das disputas pelo poder entre orientações e grupos políticos distintos.⁶⁰

O texto *Os anos de 1930: as incertezas do regime*, escrito pela historiadora Dulce Chaves Pandolfi também elencou a complexidade do período e inseriu a Guerra de 1932 numa conjuntura mais ampla. Ao analisar o “tumultuado” período político que compreende a década de 1930, Pandolfi percebeu que os anos de 1930 a 1937 foram marcados por ambiguidades e que diversos projetos disputaram o poder político. A autora lembra que durante este período o país passou por inúmeras mudanças sociais, políticas e econômicas e que as disputas políticas foram constantes, envolvendo os tenentes, oligarquias dissidentes, patrões e empregados. Alguns dados elencados pela autora demonstram os diferentes embates políticos, de modo que: foram mais de 50 movimentos militares entre 1930-1934; somente durante os anos de 1930 a 1935 governaram os estados mais o Distrito Federal 94 interventores; a Guerra de 1932; e o levante comunista de 1935⁶¹.

Sendo assim, para Dulce Pandolfi, a pior “guerra civil vivida pelo país” se insere num período histórico mais amplo que os 85 dias de duração do conflito. Para a autora, foi um importante evento político da década de 1930, e que este sem dúvida “provocou uma reorganização no cenário político nacional e representou um marco no processo de depuração das elites civis e militares”⁶². Outrossim, a Guerra de 1932 é um momento importante do período 1930-37 e que, segundo Pandolfi, ajuda a demonstrar que o “Estado

⁶⁰ GOMES, Angela de Castro (Coordenação). Op. cit., p. 239.

⁶¹ PANDOLFI, Dulce. *Os anos 1930: as incertezas do regime*. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano II – O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Livro II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, cf. as páginas 18, 22, 25, 26 e 32.

⁶² PANDOLFI, Dulce. Op. cit., p. 26.

Novo esteve longe de ser um desdobramento natural da Revolução de 30. Foi um dos resultados possíveis das lutas e encontros diversos travados durante a incerta e tumultuada década de 1930⁶³.

Por fim, podemos inferir que a historiografia envolvendo a Guerra de 1932 é extensa e aborda o conflito sobre diferentes prismas. Além disso, também notamos que a perspectiva do conflito como um evento de proporção nacional e inserido num contexto mais amplo que o ano de 1932, amplia as possibilidades de abordagens sobre o evento, o que acaba contribuindo para a compreensão da complexidade política do período.

Artigo recebido em 19 dez. 2016

Artigo aprovado para publicação em 27 de abr. 2017

Referências

ABREU, Marcelo Santos de. *Os Mártires da Causa Paulista: culto aos mortos e usos políticos da Revolução Constitucionalista de 1932 (1932-1957)*. 2010. 312 F. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro.

BEZERRA, Holien Gonçalves. *O Jogo do Poder: Revolução Paulista de 32*. São Paulo: Moderna, 1988.

BORGES, Vavy Pacheco. *Tenentismo e Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

CAPELATO, Maria Helena. *O movimento de 1932: a causa paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

DECCA, Edgar de. *1930: o silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DE PAULA, Jeziel. *1932: imagens construindo a história*. Campinas/Piracicaba: Editora da UNICAMP/Editora UNIMEP, 1988.

⁶³ Ibidem, p. 35.

DONATO, Hernani. *História da Revolução de 1932*. São Paulo: IBRASA, 2002.

FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: História e historiografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. *Getúlio Vargas: O poder e o sorriso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FERNANDES, Florestan. *Florestan Fernandes: leituras & legados*. São Paulo: Global, 2010.

GOMES, Angela de Castro (Coordenação). *Regionalismo e centralização política: Partidos e Constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

HILTON, Stanley. *A guerra civil brasileira: história da Revolução Constitucionalista de 1932*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

LEVINE, Robert M. *Pai dos Pobres?: O Brasil e a era Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LOPES, Raimundo Helio. *Os batalhões provisórios: Legitimação, mobilização e alistamento para uma guerra nacional (CEARÁ, 1932)*. 2009. 213 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará – Fortaleza.

_____. A Cidade e A Guerra: a campanha de mobilização e o cotidiano de Fortaleza durante a Guerra de 1932. *Mosaico*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, dez. 2009. ISSN 2176-8943. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/mosaico/article/view/62782/61918>>. Acesso em: 11 Fev. 2017.

_____. *Um vice-reinado na República do pós-30: Juarez Távora, as interventorias do Norte e a Guerra de 1932*. 2014. 321 f. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais). Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro.

MACCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: História do exército brasileiro 1889-1937*. São Paulo: Companhia das Letras, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009.

OLIVEIRA, Walter Pinto. *Memórias de uma Revolta esquecida: O baixo Amazonas na Revolução Constitucionalista de 1932*. 2012. 180 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade federal do Pará – Belém do Pará.

NETO, Lira. *Getúlio: dos anos de formação à conquista do poder (1882-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

PANDOLFI, Dulce. Os anos 1930: as incertezas do regime. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano II – O tempo do nacional-estatismo: do início*

da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Livro II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. *A política armada: Fundamentos da guerra revolucionária*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

SILVA, Helio. *1932: a guerra paulista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

VILLA, Marco Antonio. *A Revolução de 1932: Constituição e Cidadania*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.



A (In)visibilidade do patrimônio histórico e cultural: um estudo sobre o patrimônio do município de Rio Grande

Rafael Branco da
Silveira¹

Vivian da Silva
Paulitsch²

¹Graduado em Artes Visuais pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

E-mail: rafa_brancors@hotmail.com

²Professora adjunta da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Doutora em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: vpaulitsch@gmail.com

Nota de Pesquisa

The (In) visibility
of historical and
cultural heritage: a
study on the
patrimony of the
municipality of Rio
Grande

DOI: 10.12660/rm.v8n12.2017.65917

Resumo:

O presente trabalho objetiva investigar a invisibilidade do patrimônio histórico e cultural do município de Rio Grande, estado do Rio Grande do Sul, mais especificamente o edifício da Delegacia da Polícia Federal, analisando e elencando os fatores responsáveis pelo seu desconhecimento. Com base numa pesquisa de cunho histórico, arquitetônico, cultural e social propõe-se uma mediação cultural a ser realizada no edifício cuja finalidade é despertar um olhar atento acerca do patrimônio, instigando o sentimento de pertencimento na comunidade riograndina.

Palavras-chave: Patrimônio, Mediação cultural, Educação patrimonial.

Abstract:

The present work aims to investigate the invisibility of the historical and cultural patrimony of the municipality of Rio Grande, state of Rio Grande do Sul, more specifically the Federal Police Station building, analyzing and listing the factors responsible for its ignorance. Based on a research of historical, architectural, cultural and social nature, a cultural mediation is proposed to be carried out in the building whose purpose is to awaken a careful look at heritage, instigating the feeling of belonging in the community of Rio Grande.

Keywords: Patrimony, Cultural mediation, Patrimonial education.

Introdução

Localizado no centro histórico do município do Rio Grande³, estado do Rio Grande do Sul, o edifício da Delegacia da Polícia Federal, tombado pelo Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), suscita uma invisibilidade que transcende o seu aspecto físico/material, mas, sobretudo, permanece insipiente mesmo após o tombamento para a comunidade riograndina, de ordem histórica, arquitetônica, artística, cultural e sociológica. Nesta perspectiva, a pesquisa visa investigar a historicidade da edificação e suas contribuições na construção e formação da história, da cultura, da memória e da identidade do município. Ademais, objetiva estudar e analisar os fatores que justificam o desconhecimento da população acerca deste imponente edifício, propondo por intermédio da mediação cultural e da educação patrimonial dar visibilidade a edificação. Ressalta-se que a pesquisa acerca deste patrimônio está na sua primeira etapa, contemplando um período de seis meses. Neste período, promoveu-se a coleta de dados históricos e arquitetônico, bem como entrevistas com funcionários que atuaram na edificação.

O Edifício: um estudo do patrimônio histórico e cultural

Construído em estilo Historicista⁴, o edifício (Figura 1), no qual hoje atua a Delegacia da Polícia Federal, pertencia a Delfino Lorena de Souza, engenheiro e presidente da câmara de comércio da cidade do Rio Grande nos anos de 1851 e 1852. A autoria do engenheiro responsável pela construção deste prédio ainda é desconhecida, em função da escassez de fontes e documentos. No entanto, devido à grande complexidade da construção, da minuciosidade de seus detalhes e do período em que fora erguida, pressupõe-se que sua autoria seja atribuída a Theo Wiederspahn, arquiteto responsável pela construção de importantes edificações na vila operária da Fábrica têxtil *Rheingantz*⁵.

³ O município do Rio Grande está localizado na planície costeira atlântica do Rio Grande do Sul, junto ao ecossistema oceânico costeiro lacustre e lagunar-estuariano, sendo este formado pela Lagoa Mirim e zona estuarina da Lagoa dos Patos. O território do município compreende uma faixa de terras baixas, na restinga do Rio Grande, a sudoeste da desembocadura da Laguna dos Patos. Está situado ao sul do Trópico de Capricórnio, sujeito a condições climáticas temperadas brandas, com forte influência oceânica. Limita-se ao norte com o município de Pelotas e Laguna dos Patos. Fonte: PAULITSCH, Vivian S. *Rheingantz: uma vila operária em Rio Grande*. 1ed, Rio Grande: ed. da FURG, 2009.

⁴ Para a análise arquitetônica da edificação, a pesquisa debruçou-se na perspectiva do arquiteto brasileiro Günter Weimer, o qual conceitua o Historicismo como um estilo arquitetônico predominantemente empregado durante o século XIX e a primeira metade do século XX e que se caracteriza pelo uso de uma linguagem extraída de realizações pretéritas. Fonte: WEIMER, Günter. *A vida cultural e a arquitetura na República Velha Rio-grandense 1889-1945*. 1ed, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

⁵ Fábrica têxtil fundada em 1873 no município de Rio Grande, estado do Rio Grande do Sul, por Carlos Guilherme Rheingantz, em sociedade com Miguel Tito Sá e Herman Vater. A Fábrica *Rheingantz*, ou União Fabril



Figura 1 – Edifício da Delegacia da Polícia Federal do município de Rio Grande, RS
Fonte: <https://ssl.panoramio.com/>

A edificação revela uma íntima relação com a formação portuária da cidade do Rio Grande, uma vez que foi a primeira sede da secretaria do porto do município. Em 20 de dezembro de 1890, o Governo Provisório, sob o comando do Marechal Deodoro da Fonseca, decretou que a administração portuária do país fosse dividida em seis distritos marítimos ao longo do litoral brasileiro, criando em cada um, uma inspetoria encarregada de inspecionar e promover serviços de melhoramentos dos respectivos portos e canais, além de controlar a entrada e saída de embarcações no país. Configuravam os seis distritos marítimos: 1º Distrito: Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí e Ceará; 2º Distrito: Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Pernambuco; 3º Distrito: Sergipe e Bahia; 4º Distrito: Espírito Santo, Rio de Janeiro e Capital Federal; 5º Distrito: São Paulo, Paraná e Santa Catarina; 6º Distrito: Rio Grande do Sul. (ALVES, 2008, p. 251). Dessa forma, o sexto distrito, referente ao estado do Rio Grande do Sul, tinha sede no município de Rio Grande.

Em 1891, o edifício, o qual pertencia ao engenheiro Delfino Lorena de Souza, é vendido à Fazenda Nacional, representada pelo Dr. Ernesto de Otero, engenheiro chefe da Comissão de Obras da Barra e do Porto do Rio Grande do Sul. Juntamente com o prédio, foi adquirido um terreno contíguo, cuja área corresponde a 400 m². Conforme o jornal Diário do Rio Grande⁶, na edição do dia 3 de janeiro de 1891, o edifício fora adquirido pela União com a intenção única de sediar a administração portuária da cidade, ao noticiar:

como também era conhecida, impulsionou o processo de industrialização e urbanização na cidade a partir do século XIX. As edificações pertencentes à fábrica foram sendo construídas após 1884 constituindo uma vila operária ao lado da fábrica.

⁶ JORNAL DIÁRIO DE RIO GRANDE. Rio Grande, 3 de janeiro de 1891.

(...) pela Comissão das Obras da Barra e do Porto de Rio Grande foi effectuada a compra da casa e o terreno contíguo, situados à rua General Ozório e pertencentes a Exma. Sr.^a D. Maria Antônia Lorena, pela quantia de 42:000\$000.

Ressalta-se que neste período, Rio Grande, cidade-berço do estado do Rio Grande do Sul, vivenciava um intenso processo de urbanização e industrialização com a construção das estradas de ferro e dos molhes da Barra⁷, além da formação do porto e do setor industrial. Esse desenvolvimento urbano e industrial se intensificou nos primeiros anos de 1900, com a chegada da Compagnie Française du Port de Rio Grande, companhia francesa responsável pelas obras públicas no município. Além de sediar a secretaria da Intendência do VI Distrito portuário, o edifício também abrigou o setor administrativo da empresa francesa. O contrato entre o governo brasileiro e a Compagnie Française du Port de Rio Grande compreendia, num primeiro momento, um período de dez anos, sendo estendido posteriormente.

No terreno contíguo ao edifício, adquirido pela Fazenda Nacional durante a compra do prédio, foi construído um torreão, no qual se instalaram as oficinas. Nestas eram realizadas as observações e previsões meteorológicas a fim de auxiliar a entrada e saída das embarcações na costa riograndina.

Após o término das obras, na década de 20, a Compagnie Française du Port de Rio Grande extingue-se e no edifício instala-se o Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis (DNPVN), órgão integrado ao Ministério do Trabalho, responsável por fiscalizar o funcionamento do porto e da costa marítima do município, no que se refere à entrada e saída das navegações. Neste período, além de sediar a secretaria e o setor administrativo do departamento, o prédio também foi residência para os diretores gerais e suas famílias, servindo, neste caso, como uma edificação mista, ou seja, de ordem administrativa e residencial.

O Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis – DNPVN – atuou na gestão portuária do país até 1975, sendo substituído neste ano pela empresa pública brasileira Portobrás (Empresa de Portos do Brasil S.A), a qual assumiria a administração e a política portuária brasileira.

Em decorrência desta substituição, em 1975 o edifício assume a sede administrativa da Portobrás, servindo concomitantemente como residência para os diretores e engenheiros

⁷ Os molhes da barra (quebra-mares) são duas barreiras que adentram no Oceano Atlântico, tendo como função manter constante a profundidade do canal de acesso o porto da cidade do Rio Grande, e deste à Laguna dos Patos até Porto Alegre e pequenos portos fluviais. Fonte: PAULITSCH, Vivian S. *Rheingantz: Uma vila operária em Rio Grande*. 1ed, Rio Grande: ed. da FURG, 2009.

da empresa e suas respectivas famílias.

Com o fim da empresa, no início da década de 90, sob o governo de Fernando Affonso Collor de Mello, o edifício assume outro tipo de função administrativa, com fins de Delegacia, além do departamento para emissão de passaportes no município. A edificação mantém estes departamentos públicos até a contemporaneidade. A historicidade do município de Rio Grande, sua formação urbana, industrial, econômica e sociocultural foi profundamente influenciada pela construção, pelo desenvolvimento e pela ação do porto da cidade. Estas redes de relações estabelecidas entre a sociedade e o setor portuário marcaram de forma decisiva a construção da identidade de Rio Grande. Com base nessa proposição, é fundamental que a comunidade riograndina compreenda a edificação referida como um patrimônio histórico e cultural que detém a memória e a história da cidade.

Entre causas e consequências: A (in)visibilidade do patrimônio

Em um mundo completamente automatizado, no qual as relações se processam de forma sistemática e mecânica, o olhar do sujeito em relação ao espaço em que ocupa e o circunda reflete um aceleração da percepção e, sobretudo, um olhar superficial. Este aceleração da percepção conduz o sujeito a um olhar técnico, inibindo-o de perceber os diferentes espaços da cidade como espaços históricos, sociais e culturais. Diversos são os fatores que conduzem os sujeitos a esta percepção mecânica, sistemática e técnica em relação ao mundo e aos espaços que o constituem. Este olhar objetivo e superficial é fruto de uma sociedade que vive em meio a uma realidade automatizada, tecnológica e mecânica que o inibe de perceber estes espaços como espaços de potencialidades, como templos nos quais residem a história e a memória da cidade. Este processo de automatização reflete diretamente nas relações entre as pessoas com o outro, com os espaços e com o mundo, resultando em relações efêmeras, passageiras, superficiais e sem intensidade na ação. Esta lógica da obsolescência, em que o que se valoriza é o temporário e não mais aquilo que é sólido⁸, reflete diretamente na construção e na configuração espacial das cidades modernas e, desse modo, Leonardo B. Castriota argumenta:

A sociedade industrial moderna, com sua lógica da obsolescência programada, destrói sistematicamente qualquer quadro estável de referências, num processo de renovação incessante de usos e costumes, imagens e valores. Nela, nada pode durar mais do que o tempo necessário para ser consumido pelo mercado, e mesmo o mais novo deve se tornar rapidamente antiquado. Nesse quadro a arquitetura e a própria cidade, que em princípio constituíam estruturas duráveis, passam, também, a fazer parte daquela “via das cinzas”. (2009, p. 81-82)

⁸ Estas relações efêmeras e superficiais configuram o que o filósofo polonês Zygmunt Bauman define como “modernidade líquida”, isto é, uma realidade fundamentada na fluidez de uma sociedade conduzida pelo consumo, em que o que se valoriza é o temporário e não mais aquilo que é sólido e permanente, no que o filósofo denomina de “modernidade sólida” (BAUMAN, 2001).

Acerca desta lógica da obsolescência, Castriota faz uma análise sobre a formação das cidades latino-americanas e europeias, observando que as edificações não são construídas para permanecerem por um longo tempo, mas são erguidas com uma intenção futura de serem modificadas e reconstruídas. O arquiteto-urbanista utiliza como aporte teórico, o pensamento do antropólogo francês Claude Lévi-Strauss sobre as cidades latino-americanas, o qual afirma que “nas cidades do Novo Mundo, impressiona-lhe a ‘falta de vestígios’, que reconhece como um elemento de sua significação: a sua obsolescência é rápida demais, significando o passar dos anos para elas não uma ‘promoção’, como na Europa, mas ‘uma decadência’.” (CASTRIOTA, 2009, p.82)

Este olhar superficial, mecânico e automatizado, somado com a lógica da obsolescência, na qual tudo torna-se obsoleto e precisa ser modificado e transformado, reflete na sociedade uma ausência de significação desta acerca do patrimônio histórico e cultural, inibindo qualquer sentimento de pertencimento. No entanto, deve-se considerar que esta falta de identificação e significação do sujeito para com o patrimônio não é apenas resultado destes processos técnicos e econômicos, mas também é fruto de um histórico complexo, que abrange desde a ausência de políticas públicas que fomentem a valorização e a aproximação da comunidade para com o patrimônio histórico, artístico e cultural até a problemática do distanciamento geográfico entre o centro histórico e a população residente nas áreas periféricas das cidades.

Com base nessas proposições, apesar de estar situado no centro histórico do município, de apresentar um estilo arquitetônico semelhante a um palacete e de ter sediado importantes órgãos públicos no decorrer da história, o edifício hoje revela uma invisibilidade que transpassa seus aspectos formais e materiais, refletindo na sociedade um desconhecimento acerca deste patrimônio na formação histórica, artística e cultural da cidade do Rio Grande. Neste sentido, diversos são os fatores que contribuem para a invisibilidade, quais sejam: o primeiro fator é de ordem espacial, uma vez que o gabarito estreito da rua não propicia o pedestre de perceber a presença e a imponência arquitetônica desta edificação. Este aspecto espacial pode contribuir e refletir na população este olhar superficial sobre o edifício. Ainda no âmbito espacial e geográfico, observa-se um distanciamento entre a população residente das áreas periféricas e o centro histórico do município de Rio Grande, propiciando uma falta de contato e interação entre sujeito e objeto.

Ademais, outro fator que resulta na invisibilidade e na insipiência da comunidade é a sua possível falta de identificação com a edificação. Corroborando com a educadora Sônia Regina Rampim Florêncio, “é preciso o enfrentamento do desafio de encarar a problemática de que, no Brasil, nem sempre a população se identifica ou se vê no conjunto do que é reconhecido oficialmente como patrimônio cultural nacional.” (2012, p. 24).

Nesta perspectiva, para que o indivíduo se reconheça e enxergue a história da sua cultura, faz-se necessário que ele estabeleça relações entre suas vivências e experiências com o patrimônio do qual é pertencente. Em outras palavras, para que a comunidade

riograndina perceba o edifício como um templo de memória e de história da cidade, é fundamental que estabeleça relações de modo que enxergue sua cultura e seu cotidiano neste patrimônio. A respeito desta rede de relações que deve ser construída entre o sujeito e o objeto a fim de desenvolver uma significação mútua, Florêncio argumenta:

(...) os processos educacionais que tenham como o foco o patrimônio cultural são mais efetivos quando integrados às demais dimensões da vida das pessoas. Em outras palavras devem fazer sentido e serem percebidos nas práticas cotidianas. (2012, p.23)

O edifício também sedia atualmente o órgão responsável pela emissão de passaportes no município e, sob a óptica do passageiro, é interessante refletir que o indivíduo ao ocupar o espaço da edificação solicita a oportunidade de acesso e de contato com outras culturas e identidades, todavia desconhece a significação do prédio e a contribuição na formação da sua própria identidade e cultura. Este fato é decorrente desta falta de identificação indicada por Florêncio.

Mediação cultural e educação: aproximações com o patrimônio histórico e cultural

Conforme referido, de acordo com Florêncio, a falta de identificação entre o sujeito e o seu patrimônio histórico e cultural tem como uma de suas causas, o distanciamento espacial e temporal entre o patrimônio e as dimensões da vida cotidiana do indivíduo. Neste sentido, a mediação cultural é uma importante ferramenta a fim de reduzir este distanciamento e ampliar o contato e a interação do sujeito com o seu patrimônio. Esta mediação cultural deve se configurar na forma de um colóquio, estabelecendo relações entre o objeto (neste caso, o patrimônio histórico e cultural) e o indivíduo, de modo que este se sinta instigado pelo objeto. Nesta lógica, destaca-se a importância do papel do mediador, isto é, aquele que com sua narrativa irá instigar e construir juntamente com o sujeito um significado para este objeto. No ato de mediar, dois fatores são determinantes para esta construção de significados, são eles o próprio objeto mediado e a intencionalidade da narrativa do mediador:

Estes dois fatores determinarão o direcionamento da narrativa do mediador, que deve contemplar informações sobre o objeto a ser investigado e provocar questionamentos no debate com o público a fim de construir, em conjunto, um sentido para aquela imagem desvelada e oportunizar leituras individuais. (PANTOJA; MORAIS; PONTES, 2010, p. 57)

Para o edifício que é tema desta pesquisa, propõe-se uma mediação cultural com a finalidade de resgatar a memória e a história da cidade e do porto e dos molhes da Barra. Esta mediação deve contemplar as diferentes funções que o edifício exerceu e sua relevância na construção da cultura e da identidade riograndina. Em outras palavras, devem aproximar as características e as especificidades da edificação, de modo que o indivíduo possa enxergar

a história de sua cidade por meio do patrimônio. Em contrapartida, pretendemos evitar uma mediação cultural⁹ que valoriza apenas a transmissão de conhecimentos e saberes entre o mediador e o sujeito para que está mediando. Sobre esta tipologia de mediação, orienta Florêncio:

Não bastam a “promoção” e a “difusão” de conhecimentos acumulados no campo técnico da preservação do patrimônio cultural. Trata-se, essencialmente, da possibilidade de construções de relações efetivas com as comunidades, verdadeiras detentoras do patrimônio cultural. (2012, p. 24)

No decorrer desta pesquisa, funcionários que trabalhavam na Portobrás – órgão integrado ao Ministério do Trabalho que atuava na fiscalização da costa marítima da cidade, sendo sediada no edifício apresentado – foram entrevistados com a finalidade de coletar informações acerca do uso da edificação. Entre os funcionários entrevistados, um engenheiro afirmou ter residido no prédio durante um período de tempo, até a extinção do órgão fiscalizador na década de 90. Na sua narrativa, uma série de histórias e estórias foi contada, histórias estas que contemplavam desde a historicidade da cidade e da edificação até suas vivências pessoais. A fala deste funcionário se configura na forma de uma história oral, sendo esta compreendida como patrimônio imaterial referente à memória, à história e à cultura riograndina. Acerca da amplitude do patrimônio cultural, corroboramos com Castriota no sentido em que “devem-se trabalhar todos os diversos suportes da memória – as edificações e os espaços, mas também os documentos, as imagens e as palavras” (2009, p. 86).

Para o edifício pesquisado, a mediação cultural¹⁰ propõe a inserção da história oral no seu processo, contemplando assim também o patrimônio imaterial da edificação. O sujeito ao ouvir a narrativa de um indivíduo que estabeleceu laços e relações de afeto com o edifício, estará não somente diante da história e da cultura do município, mas terá uma experiência concreta com o passado, seja por meio material, uma vez que estará diante da própria edificação, como também imaterial, ao ouvir as vivências e experiências de quem com ela estabeleceu uma relação de intimidade.

O indivíduo, ao estabelecer relações com o seu patrimônio, produz um conhecimento e um saber de cunho histórico e cultural, referente à memória do lugar, uma vez que será permeado por uma experiência concreta com o passado. A este conhecimento construído por meio da experiência com o passado, Horta designa como um conhecimento *a posteriori*, sendo este a base da educação patrimonial. (HORTA, p. 17).

⁹ Neste tipo de mediação cultural, o mediador não promove a participação e interação do sujeito no ato da mediação e, portanto, não reconhece nele um indivíduo capaz de construir significados próprios para o patrimônio.

¹⁰ Ressalta-se que a pesquisa se encontra na sua primeira etapa, isto é, coleta de informações e dados históricos, arquitetônicos e culturais acerca da edificação, bem como entrevistas de funcionários que atuaram no edifício em diferentes períodos históricos. Esta pesquisa de cunho histórico, arquitetônico, cultural e social é fundamental para a constituição e o planejamento da mediação cultural, sendo que esta encontra-se na sua fase de construção e, portanto, não foi desenvolvida até o momento.

Assim, a mediação deste projeto, ainda em fase de construção, objetiva despertar na sociedade riograndina o sentimento de pertencimento à edificação referida e deslocar seu olhar para as potencialidades deste local, como templo de história, memória e significado. Em outras palavras, é fazer com que o sujeito assuma sobre este patrimônio, o olhar do *flâneur* – indivíduo que na contramão do dinamismo e do ritmo urbano, se permite explorar os detalhes visuais, auditivos, táteis e olfativos das ruas da cidade e seus objetos – percebendo, portanto, as especificidades e as potencialidades da edificação sejam no seu aspecto histórico, social, estético e cultural. A edificação, por ter sediado os principais órgãos administrativos-portuários, contribuiu de modo determinante na formação da identidade e da cultura do município de Rio Grande como uma cidade portuária. Nesta perspectiva, a mediação cultural propõe instigar a comunidade riograndina a perceber estas contribuições e seus reflexos tanto na história como na contemporaneidade e de que modo estas contribuições reverberam na formação de sua identidade.

Artigo recebido em 31 jan. 2017

Aprovado para publicação em 15 mar. 2017

Referências

ALVES, F. N. *Porto e Barra do Rio Grande: história, memória e cultura portuária*. 1ed, Porto Alegre: CORAG, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. 1ed, Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CASTRIOTA, Leonardo B. *Patrimônio Cultural: Conceitos, políticas e instrumentos*. 1ed, São Paulo: Annablume, 2009.

FLORÊNCIO, S. R. Educação Patrimonial: um processo de mediação. In: TOLENTINO, Átila B. (org.). *Educação Patrimonial: Reflexões e Práticas*. 1ed, João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012.

GONÇALVES, J. R. S. Os museus e a cidade. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. 1ed, Rio de Janeiro: Lamparina, 2003.

HORTA, M. L. P. Educação Patrimonial: um processo de mediação. In: BARRETO, E. A.;

BEZERRA, M.; CAIXETA, M. J. C.; D'OSVUALDO, V. L. A.; FREIRE, L. R.; ZARATIM, J. B. (org.). *Patrimônio Cultural e Educação: artigos e resultados*. 1ed, Goiânia: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2010.

KOCH, Wilfried. *Dicionário dos Estilos Arquitetônicos*. 1ed, São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 3a ed, Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994.

MORAES, Isabela de O.; PANTOJA, Inaiá.; PONTES, Neila. *Mediação cultural em museus: indicações para a transformação do olhar*. vol. 1, Museus: patrimônios de todos, Recife, 2010, p. 53-59.

RODRIGUES; Rúbia, da S.; CUCHIARA, Paulo, R. de M.; SILVA, Antônio, C. dos S. *Diretrizes para restauração do prédio da Delegacia de Polícia Federal*. Rio Grande: Prefeitura Municipal, 1998.

PAULITSCH, Vivian S. *Rheingantz: Uma vila operária em Rio Grande*. 1ed, Rio Grande: Editora da FURG, 2008.



A Arena política na Bahia na época da Ditadura

Manoel Reinaldo Silva
Rego¹

¹Graduado em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Graduado em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Professor da Rede Municipal de Ensino de Vitória da Conquista.
E-mail: msilvarego6@gmail.com

Resenha

Obra:

Rumo ao palácio: as
estratégias de
dominação do espaço
político na Bahia
durante a ditadura.

José Alves Dias

Vitória da Conquista, BA:
Edições UESB, 2016.

DOI: 10.12660/rm.v8n12.2017.67525

A Arena política na Bahia na época da Ditadura

Publicado pela Editora da UESB em 2016, o livro de José Alves Dias, *Rumo ao Palácio: as estratégias de dominação dos espaços políticos na Bahia durante a ditadura (1966-1985)* é fruto de uma tese de doutorado, com o mesmo título, apresentada à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 2009. Esta obra permite um entendimento de como o regime militar, para se consolidar, buscou nos Estados uma política de consenso e legitimação.

Utilizando-se de uma ampla bibliografia e de uma farta documentação, tais como o arquivo do CPDOC/FGV sobre a trajetória pública e privada de Juracy Magalhães, da Fundação Luis Viana Filho, o Jornal *A Tarde*, de Salvador, o Diário Oficial do Estado da Bahia, as correspondências do Congresso Nacional, entre outras fontes, o autor analisa as disputas pelos espaços de decisão política na Bahia durante a ditadura a partir de uma abordagem teórica dentro das concepções da *História Política Renovada*.

A obra ora resenhada desmistifica a tese levantada por João Carlos Teixeira Gomes em um sucesso editorial denominado *Memória das Trevas: uma devassa na vida de Antônio Carlos Magalhães* (2001), na qual esse autor considera que a violência e a intimidação foram os mecanismos utilizados por ACM para consolidar o seu poder na Bahia durante a ditadura.

Contrariando essa tese, José Dias menciona que “não foi o método, e sim o resultado, que diferenciou o ‘carlismo’ das demais correntes políticas na Bahia” (p. 24). Porém, não descarta o autor de *Rumo ao Palácio* que o líder do carlismo utilizasse das estratégias supracitadas para exercer a liderança no bloco do poder arenista baiano durante o regime militar.

Pode-se perceber que toda a elite política civil baiana participou das articulações do golpe em 1964. Excetuando o “lomantismo”, corrente política liderada por Antônio Lomanto Júnior, governador à época do golpe, as demais grandes lideranças políticas baianas participaram das articulações para a intervenção armada em 1964, que culminou com um regime militar que perdurou 21 anos.

De fato, podemos mencionar que os políticos baianos mais influentes nos primeiros momentos do golpe foram Luis Viana Filho, que foi ministro da Casa Civil de Castelo Branco, e Juracy Magalhães, Embaixador nos EUA, Ministro da Justiça e das Relações Exteriores no mesmo governo.

Porém, Lomanto Júnior, se não teve atuação na conspiração golpista na Bahia, aceitou a reorganização do seu governo pelos militares e civis aliados e também buscou meios de se beneficiar do regime imposto. A única liderança política com expressão em todo o Estado vitimada pelos militares em 1964 foi Waldir Pires. Porém, não podemos afirmar que ele tinha o *status* de chefe de corrente política. Seu maior feito, até então, foi perder as

eleições em 1962 para Lomanto por pouca diferença de votos.

Para José Dias, ACM foi quem mais percebeu o espectro político do regime militar. Com isso, pôde entrar em sintonia com as mudanças do bloco do poder do governo dos generais e se beneficiar disso, como afirma Wilson Lins de Albuquerque no livro *Aprendizagem do Absurdo: uma casa após a outra* (1997): “Antônio Carlos Magalhães sempre foi o melhor faro para detectar de onde vinha o perigo” (p. 249).

O conceito de Segurança Nacional e desenvolvimento econômico atrelado à modernização conservadora foram o baluarte de sustentação do regime militar e teve na Bahia ACM como o maior articulador. Isso explica outro dos principais motivos da longevidade do carlismo, segundo a tese de José Alves Dias.

ACM conseguiu se firmar como liderança também pela capacidade de aglutinar em sua gestão tecnocratas capazes de dar uma roupagem administrativa ao Estado. Além disso, segundo o autor, Vianna e Juracy tiveram dificuldades no trânsito em gestões posteriores em decorrência do desgaste provocado pelas intransigentes posições “castelistas”.

No primeiro capítulo, José Alves Dias analisa o golpe e a ditadura, a formação da classe dirigente e a ampliação das bases de sustentação. Nele, o autor aborda como se deu a reorganização do poder na Bahia diante da nova ordem, quando as duas principais lideranças do Estado, Luis Viana e Juracy Magalhães, foram ocupar cargos no governo dos generais, deixando espaço para o surgimento de novas lideranças, o qual foi aproveitado por ACM, que teve o caminho facilitado por deter o controle do diretório regional da UDN.

A obra aborda a movimentação política de algumas lideranças baianas com a extinção dos partidos políticos fundados em 1945 e extintos com o A-I 2, em 1966. José Dias analisa como essas lideranças se mobilizaram para adequar a reorganização política feita pelos militares, consubstanciada no bipartidarismo.

É a partir do terceiro capítulo, quando aborda a criação da ARENA, o partido do governo, que o autor analisa as estratégias de dominação do espaço político na Bahia durante a ditadura. José Dias descreve como foi difícil para um grupo heterogêneo, originário de correntes históricas e grupos familiares distintos, se movimentar para se organizar em um único partido, ocupando espaços estratégicos na política baiana.

Na criação de sublegenda da arena, o carlismo, segundo o autor, foi quem soube melhor agrupar aliados políticos na Bahia. ACM utilizou-se de estratégias convergentes com o regime militar e com a camada dirigente da sociedade, colocando sempre em pauta o anticomunismo e o desenvolvimento do Nordeste de forma geral, e da Bahia de forma particular, dentro de um discurso de integração nacional.

Ser o prefeito da capital nomeado pelos generais foi o ponto de partida para a visibilidade e projeção de Antônio Carlos Magalhães como um dos indivíduos que se despontou no período da ditadura. A indicação desse político para a sucessão de Luís Viana

para o governo do Estado, em 1970, é a consequência mais concreta disso.

Segundo José Dias, foi nesse período que ACM começou as estratégias que o possibilitaria despontar como o principal nome de uma nova corrente política: o carlismo. E o fez dispensando antigos e buscando novos aliados, aglutinando na sua gestão de governo tecnocratas eficientes, buscando sintonia com os militares e articulando ao seu redor uma política que envolvesse os objetivos da elite liberal burguesa da Bahia.

O mesmo autor menciona que Antônio Carlos Magalhães conseguiu, nesse período, estar à frente das decisões das esferas políticas do Estado, seja no executivo, no legislativo e no partido, a Arena. Talvez seja isso que levou o político baiano a cometer um equívoco: achar que importaria a sua sucessão para governador em 1974. Ficou o aprendizado para 1978.

A obra de José Dias, já no sexto capítulo, ao discorrer sobre as eleições indiretas de 1974 para governador do Estado, entra em consonância com a tese de Paulo Fábio Dantas Neto publicada no livro *Governo, políticas públicas e elites políticas nos estados brasileiros*. Este autor, em artigo denominado “O carlismo para além de ACM: estratégias adaptativas de uma elite política estadual” (2006) aponta que, “contrariando as impressões do senso comum, a consolidação do carlismo como força política baiano-nacional coincide com o fim do regime militar” (p. 263).

Desta forma, embora com objetivos e concentração de temática diferente, nesta mesma linha de interpretação está a tese do livro de José Dias. O autor demonstra que ACM não foi hegemônico na Ditadura, e exemplo disso seria a eleição indireta para governador em 1974, na qual o referido político, na condição de Governador do Estado, não conseguiu impor no Colégio Eleitoral o nome do prefeito de Salvador, Cleriston Andrade, como seu sucessor, ficando a cargo de Juracy Magalhães e Luiz Viana, com o aval do presidente Ernesto Geisel, eleger na Assembleia Legislativa o nome de Roberto Santos.

Foi a partir da candidatura ao segundo mandato em 1978 que ACM, revendo suas posições, buscou uma política de consenso entre as grandes lideranças políticas do Estado, deixando de lado desavenças pessoais, dividindo espaço em composição de cargos eletivos e no governo, aglomerando em torno de si um projeto político que fazia do carlismo uma força baiano-nacional.

Faltou, em *Rumo ao Palácio*, a interiorização da análise, que ficou muito restrita ao mundo soteropolitano. É um livro que vale a pena ser conferido. O autor apresenta um mosaico da política baiana em tempos de crises, demonstrando que, apesar dos conflitos, a elite política do Estado esteve sempre em sintonia e atrelada ao interesse dos grupos econômicos locais e ao regime militar. A aparente disputa interna não colocava em risco os interesses de uma elite liberal burguesa.

O livro demonstra que entre as várias correntes políticas, mesmo que todas apoiando a intervenção militar, não foi fácil se adaptar à nova política nacional, principalmente após o AI-2 e a consequente extinção dos partidos.

Para José Dias, a truculência, a forma arrogante e autoritária, a personalidade forte e marcante na trajetória de ACM o ajudou. Porém, não foi determinante. Segundo o autor, o êxito do carlismo se deu pela capacidade de unificar as forças locais em torno de temas nucleares, em perceber as mudanças contínuas no cenário nacional e, sobretudo, em manter o grupo dirigente da Bahia integrado.

Conflitos e truculência não foram descartados na tese do pesquisador. Porém, o que marcou o estudo sobre o rumo ao Palácio de Ondina foi a aglutinação de forças da elite dirigente baiana em torno de um projeto, o combate ao comunismo, bem como a defesa de interesses econômicos por parte de grupos políticos e familiares no Estado.

ACM foi quem melhor soube amenizar as divergências políticas e pessoais e buscar o consenso para os objetivos da elite liberal burguesa da Bahia. Daí a razão do seu sucesso. Esta é uma das teses centrais da obra ora resenhada.

Resenha recebida em 09 abr. 2017

Resenha aprovada para publicação em 27 abr. 2017

Referências

ALBUQUERQUE, Wilson Lins. *Aprendizagem do Absurdo: uma casa após a outra*. Salvador, Assembleia Legislativa da Bahia, 1997.

DIAS, José Alves. *Rumo ao palácio: as estratégias de dominação do espaço político na Bahia durante a ditadura*. Vitória da Conquista: Editora da UESB, 1ª edição, 2016.

GOMES, João Carlos Teixeira. *Memória das Trevas: uma devassa na vida de Antônio Carlos Magalhães*. São Paulo, Editora Geração, 2001.

NETO, Paulo Fábio Dantas. "O carlismo para além de ACM: estratégias adaptativas de uma elite política estadual". In: *Governo, políticas públicas e elites políticas estaduais nos estados brasileiros*. Célia Sousa e Paula Fábio Dantas Netos (Orgs). Rio de Janeiro, Editora Revan, 2006.